

ROGERIO ALMEIDA

ARENASAMAZÔNICAS

economia, natureza e sociedade



ROGERIO ALMEIDA

ARENASAMAZÔNICAS

economia, natureza e sociedade



Santarém-PA
2025

Copyright © 2025 by Rogerio Almeida

Autores

Rogerio Almeida

Co-autoras

Lilian Campelo, Júlia Iara e Wanda Monteiro

Projeto gráfico e diagramação

Luciano Silva - @ ludsgneditorial

Arte de capa

Luciano Silva

Evandro Medeiros

Foto de capa

Mercedes Zuliani

Revisão

Maria de Nazaré Barreto Trindade

Adria Fabiola Pinheiro de Sousa

Fotos

Evandro Medeiros

Giovanna Vale

Thiago Cruz

Lucas Filho

Rogerio Almeida

Alexandra Duarte

Justiça nos Trilhos

Comissão Pastoral da Terra (CPT) Marabá/PA

Ministério Público do Estado do Pará

Nieves Rodrigues/MST

Giovanna de Guzzi

Ricardo Gama

Pilar Valbuena/Global Landscapes Forum.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Almeida, Rogerio Henrique

Arenas amazônicas : vol. II : economia, natureza, sociedade / Rogerio Henrique Almeida. -- 1. ed. -- Santarém, PA : Ed. do Autor, 2025.

ISBN 978-65-01-76493-1

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Amazônia - Aspectos sociais 3. Economia 4. Ensaaios brasileiros 5. Natureza - Aspectos sociais 6. Textos jornalísticos I. Título.

25-306180.0

CDD-304.209811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Ciências sociais 304.209811

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Maria de Nazaré Barreto Trindade

(Moara) tem somado há algum tempo na labuta de “ajeitamento” das produções textuais. Malunga de inúmeras viagens. Acadêmicas, boêmias, poéticas e afetivas.

A atividade em cuidar dos rabiscamentos “meus” pula as cercas da carpintaria das formas/normas ditas “cultas”. Irrompe contra o “rigor” imposto pelo aparelho/bur[r]ocrático/eurocêntrico/chato, e na maioria das vezes, desprovida de vida das academias.

A jardinagem é impregnada de zelo. Há domínio da régua e do compasso em colocar nos eixos os períodos confusos, e encaixar, sempre que possível, uma gota de poesia.

Na mesma trincheira de cuidados com os textos encontra-se Adria Fabíola Pinheiro de Sousa. Todas mulheres negras. Todas amazônidas.

Luciano Silva e Roger Almeida também colam na arte da diagramação do volume II do Arenas. Será que o volume III vingará? A vingar, será sobre comunicação das barricadas populares. Grato rapaziada!

Dívidas continuo a edificar com Lucas Filho. Desta feita por conta da cessão de fotos. Filho é outro parceiro de algumas andanças pelo vasto mundo amazônico paraense. Pena que ele não devote uma cervia. Também somaram com fotos: Thiago Cruz, Giovanna Vale, Giovanna de Guzzi, Evandro Medeiros e Alexandra Duarte, Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá/PA, Justiça nos Trilhos, Nieves Rodrigues MPPA, Pilar Valbuena/Global Landscapes Forum e Ricardo Gama.

Agradeço a Lilian Campelo, que assina comigo um registro sobre as labutas dos ancestrais em defesa de seus territórios impactados pela mineradora Vale. E, ainda ao educador Bispo do Rosário, pela gentileza do prefácio.

Bem como à generosidade da ativista do MST/MA, Júlia Iara em ceder um ensaio sobre a resistência sem terra pela passagem dos 21 anos do Massacre de Eldorado. Texto porreta!

Quase ao apagar das luzes da finalização deste trabalho, recebi um belo texto da poeta Wanda Monteiro. Com a anuência da autora resolvi inclui-lo. Trata-se de uma loa ao pai, Benedicto Monteiro, cabra multifacetado das barrancas do Baixo Amazonas (Alenquer) : advogado, jornalista, romancista, poeta, gestor público e político.

Um bravo combatente pela democracia, reforma agrária e pelos direitos de camponeses e outros sujeitos coletivos. O texto foi produzido para ser lido por ocasião da cerimônia da entrega de título de doutor honoris (pós morte) concedido pela Ufopa, ocorrida no dia 25 de agosto. A missiva soa como um sopro de poesia e ternura diante da aridez vigente, além do valor político e histórico. Grato!

Quem luta, educa, enfatiza Freire, o Paulo!



DEDICATÓRIA

DEDICAT

DEDICATÓRIA

DEDICATÓRIA

À dona Delza (Nelba Almeida), genitora, ao
seu estilo contraditório, uma feminista.

À Cristiane Almeida, irmã que zela por Delza.
Um profundo exercício de paciência.

À Thulla Esteves, minha companheira de jornadas
no vasto mundo amazônico e fora dele.

Aos povos insurrectos da Pan-Amazônia

APRESEN

APRESENTAÇÃO

No fundo do calumbé
Nossas mãos sempre e sempre
Espalmam nossas outras mãos
Moldando fortalezas esperanças,
Heranças nossas divididas com você:
Malungo, brother, irmão!

Conceição Evaristo

Em meio a um redemoinho de atividades, com a colaboração de inúmeras cabeças, corações, mãos e mentes, o volume II do Arenas Amazônicas alcança o mundo. Desemboca como um rio em meio a um contexto de crises e encruzilhadas, onde estão em questão: o capital, a democracia, o meio ambiente e o futuro ou não da civilização (?). Em um momento em que pela primeira vez a Amazônia sediará a Conferência do Clima. Mera perfumaria? Era uma vez uma floresta?

E, ainda, mais do que dantes, todos os olhos e miras estão voltados para a região. Um quadrante geopoliticamente consagrado como um almoxarifado, a atender demandas internas e externas. Rareiam inflexões a tensionar a ordem do saque e da pilhagem, a exemplo do ocorrido nos anos de 1980.

É nesta conjuntura, - igualmente marcada por inúmeras crises - que emergem no cenário nacional, os/as seringueiros/as do Acre como sujeitos políticos. Estes a reivindicarem a implementação de políticas públicas para a Amazônia a partir dos seus povos e suas respectivas territorialidades.

A presente iniciativa que ora se apresenta é um trabalho gestado nos interiores amazônicos. Longe de capitais, teatros, palácios, cortes e catedrais. É explicitamente uma empreita em alinhamento e marcha com os sujeitos colocados em condições de subalternidade. Nesta direção busca alumiar algumas das múltiplas violências e violações impostas pelas experiências desenvolvimentistas para a região.

Neste sentido, os trabalhos aqui elencados possuem como horizonte possibilitar um conjunto de informações que colaborem na compreensão sobre o papel do Estado como indutor da economia. Bem como analisar e interpretar a presença marcante das grandes corporações e seus megaprojetos a expropriarem e espoliarem as populações locais. E, contraditoriamente, fomentarem variadas formas de r-existências dos sujeitos por elas expropriados. Em síntese, como elucida Octávio Ianni, estamos diante da ditadura do grande capital.

12 trabalhos dão corpo ao livro. Três deles são ensaios e oito são textos jornalísticos de variados tamanhos, que atualizam uma parcela das múltiplas realidades das Amazônia dos estados do Pará e Maranhão. Alguns trabalhos são mais robustos, outros nem tanto. Alguns foram atualizados. Já outros ... A maioria é autoral. Todavia, divido uma reportagem sobre mineração com a jornalista Lilian Campelo, a quem sou grato pela caminhada.

Sobre os ensaios, o *Encruzas amazônicas* foi produzido após a participação na mesa Território, conflitos e as fronteiras do capital: Brasil e América Latina no século XXI, da agenda do XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), ocorrido em Belém, entre os dias 08 a 12 de dezembro de 2022.

Na ocasião tive a honra de dividir a mesa com o professor Antônio Thomaz Junior, do curso de Pós Graduação de Geografia da Unesp, Presidente Prudente/SP, quando fui catapultado da condição de mediador à palestrante por conta da ausência de dois professores/as por motivo de saúde. Delicados tempos de pandemia.

A primeira versão do ensaio foi publicada no livro **As GEOGRAFIAS agrárias a partir da Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil/2023** (livro aberto), como desdobramento do mesmo evento.

No mesmo ano a missiva recebeu menção honrosa no **Concurso de ensaios Serrote**, considerado o principal do país. O pleito é promovido pelo Instituto Moreira Salles (IMS). O IMS edita revista homônima, que publicou uma versão do trabalho na edição de nº 47, em 2024. Ainda em 2023, a mesma comunicação foi finalista do **Prêmio da Fundação Res República**, sediada em Lisboa, Portugal.

Já o segundo ensaio Amazônia: tramas/dramas da concentração da terra e da escravização teve uma de suas versões publicada no livro **Fronteiras, identidades e lutas sociais na Amazônia e no Meio Norte**, editado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A versão que ora se apresenta é a terceira.

O penúltimo ensaio é uma gentileza da militante do MST, Júlia Iara. Ele trata dos constantes riscos de morte em ser militante pela reforma agrária no

Pará. Foi gestado durante ato pela passagem de aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás, que em 2026 soma três décadas. Já o último ensaio festeja a militância de Benedicto Monteiro, advogado, jornalista, romancista, poeta, gestor público e político. O trabalho foi produzido por Wanda Monteiro, filha de Bené. Ela, igualmente escritora e advogada.

Sobre as reportagens, Agência Pública, Ecodebate, Brasil de Fato/RS, site Racismo Ambiental e a extinta Agência Carta Maior foram alguns dos espaços que publicaram o material. Cada trabalho emergiu provocado por diferentes situações, vínculo profissional ou a ausência dele, bem como contextos díspares. Daí a ausência de um corpo mais homogêneo do conjunto da obra. Vida no trecho a defender um troco, justifica o resultado final, entre outras demandas.

Materiais sobre Barcarena, Empate no Jari e política de manejo de base comunitária contaram com o apoio da ONG IEB (Instituto de Educação do Brasil), escritório de Belém, em particular por iniciativa do seu coordenador, Manuel Amaral. É custoso o corre no trecho, o que onera a missão de campo em demasia.

O que dizer sobre o conjunto aqui descortinado? Ele ilumina uma parcela das inúmeras situações de conflitos de diferentes matizes e matrizes por várias regiões dos estados do Pará e Maranhão. No acervo colhido em trabalhos de campo, vivências, convivências e observações junto aos sujeitos expropriados, fontes secundárias e entrevistas com técnicos do setor público, é possível notar a manutenção da condição colonial da região, marcada pelo aprofundamento da sua economia de base extrativa, onde possuem destaque o saque e a pilhagem.

Vale, Consórcio Norte Energia, responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, empresas exportadoras de gado em pé (vivo), Jari Celulose, Belo Sun, madeireiras, políticos são alguns dos sujeitos que concorrem na disputa por terra e as riquezas aqui existentes. Xingu, Marajó, Carajás e o Baixo Amazonas são algumas das regiões tratadas neste modesto percurso.

Com relação à cadeia do açaí, o trabalho de poucas páginas desnuda que passados alguns anos do século XXI, ainda é possível verificar por entre furos e igarapés que colaboram para conformar a baía do Marajó, a persistência de formas de acumulação originária do capital.

O relevo reside em dinâmicas da escravização por dívida (aviamento), aos moldes do que ocorria na economia gomífera (1880-1910), considerada a responsável pela edificação do casario colonial de Belém e Manaus. Deveras celebrado pelas burguesias locais. No caso aqui tratado, o aviamento é praticado por um agente público do setor de segurança, que ao menos em tese e

conforme as quatro linhas do ordenamento jurídico liberal burguês, deveria zelar pelo cumprimento da lei.

No que tange à presença da Vale no Pará, dois trabalhos abordam as formas como a mineradora opera no processo de implantação de seus mega-projetos na região. Dinâmicas marcadas por indiferença às formas de uso da terra e das riquezas nela existentes por parte das populações ancestrais. Mais que a pilhagem, fere-se de morte toda uma cosmogonia, saberes e sabenças. Pilha-se de tudo.

O setor de mineração é a base da economia do estado do Pará. Responde pela quase totalidade do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Na mesma toada a canadense Belo Sun, que opera na Volta Grande do Xingu, ladeada pela hidrelétrica de Belo Monte, pressionam sobre as terras indígenas, bem como dos projetos de assentamentos da reforma agrária, o subsolo, as florestas e os rios. Um cipoal de danos sem fim.

A seara florestal é invocada a partir de três textos. Um trata das formas de resistências da Comunidade de Repartimento de Pilões, localizada na fronteira do Pará com o Amapá. No natal de 2014 moradores reeditaram o EMPATE, tecnologia social forjada nos seringais do Acre.

Outra reportagem aborda sobre as engrenagens que as grandes empresas edificam em suas redes de tramas ilegais para o escoamento da madeira. Já o derradeiro sinaliza para a possibilidade de uma política de manejo de base comunitária. Uma jornada que soma mais de dez anos animada por diferentes setores da sociedade, desde à base, os/as guardiões, passando por professores, educadores e pesquisadores.

Por fim, esclareço que nenhuma fração desta obra foi realizada com uso do que se convencionou denominar de IA.

Arenas Amazônicas, Vol II é um testemunho de um andante pelo vasto mundo amazônico. Obra a ser lida em único fôlego, com a urgência de um condenado, como alerta o professor Montysuma.



PREFÁ

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Há uma encruzilhada civilizatória a atormentar os dias e as noites do planeta. O modelo econômico orientado a partir do uso intensivo das riquezas naturais apresenta seus limites a todo momento. Efeitos extremos.

Não há novidade nisso. Ao longo dos séculos ele tem universalizado as externalidades negativas para o conjunto da sociedade, e concentrado os dividendos. Em suas inúmeras crises sistêmicas o debate vem à baila sob as mais diversas angulações, sendo a mais recente a questão ambiental, igualmente mercantilizada.

No entanto, é nas periferias do mundo capitalista que tudo ganha maior proporção. No caso da Amazônia, a última fronteira a ser integrada de forma subordinada, as violências (classe, gênero, étnico-racial, geracional, localização geográfica) às populações locais, apesar do século XXI, se mantém. Perpetuam-se. Ganham em volume nos dias atuais, hegemonizados pelas grandes corporações, agências multilaterais e frações das burguesias nacional, em particular da agricultura capitalista, além de variadas facções criminosas e tendências pretensamente religiosas orientadas sob o ideário da teologia da prosperidade.

Os referidos sujeitos, ao constrangerem o Estado, - marcado a ferro e fogo pela lógica do patrimonialismo - pressionam até o limite para terem suas demandas atendidas a partir da flexibilização das normas jurídicas, com vistas a controlar a terra e efetivar o usufruto das riquezas naturais.

Exemplo recente foi a aprovação do PL (projeto de lei) da Devastação, o PL 2.159/2021, homologado pelo Congresso no dia 17 de julho de 2025, que teve como relator o deputado do PL/MG, Zé Vítor. O rito de aprovação, tal a operação de

gatunos, foi realizado na calada da noite. O *modus operandi* da casa externaliza muito do seu carácter.

Nos mapas das cadeias produtivas das Amazônias, consorciados pelas obras de infraestrutura, tal drama/trama se materializa. Aprofundam-se os pilares da condição colonial, e, por consequência, toda ordem de violências.

Os dados recentes sobre violência no campo disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) advertem que os indicadores possuem paralelo com os números dos anos de 1980. A década é considerada a mais violenta no país, em particular no estado do Pará, líder absoluto. A COP 30, a ser realizada em breve, em Belém, ao não contemplar o tema, não passará de mera perfumaria.

Vale ainda sublinhar o cenário da política local, onde os setores da agricultura capitalista comandam as pautas reformistas, e almejam fragilizar algumas conquistas garantidas na carta de 1988.

No Congresso, os ruralistas comandam uma série de medidas que buscam extinguir os marcos legais que garantem a reprodução econômica, social, política e cultural de indígenas, de quilombolas e dos camponeses. Estes, apesar da assimetria das forças entre as partes que competem nas arenas locais, regionais, nacionais e mundiais, insistem em conspirar por dias melhores, e garantir seus territórios.

Apesar de muitas das vezes serem executados por pistoleiros ou pelo próprio Estado, como ocorrido na chacina de Pau D'arco, no sudeste do Pará. Trata-se de uma história de crime e impunidade. Um rosário imenso. Crimes naturalizados em praças onde deveria arder em indignação.

Os escritos de Almeida alumiam uma parcela das dinâmicas econômicas e política de parte dos estados do Pará e Maranhão, marcados por este contexto. Assim, conjunturas entrecortadas pelas formas de acumulação primitiva do capital são tratadas no conjunto da obra.

Do Xingu ao Marajó, em suas andanças, o autor registra dinâmicas sobre o maior projeto da Vale, no município de Canaã dos Carajás, e as pressões que o mesmo exerce sobre





as terras de agricultores, indígenas e quilombolas. Desde o sertão paraense, até o litoral do Maranhão. Ainda sobre a mesma mineradora, o autor aborda a peleja dos setores ligados à proteção de crianças e jovens na Estrada de Ferro de Carajás. Responsabilidade que a empresa procrastina em assumir usando de inúmeros recursos jurídicos.

No Marajó, sobre a celebrada cadeia produtiva do açaí, denuncia que na cidade de Afuá a escravidão por dívida ainda é um expediente rotineiro. Já sobre a cadeia produtiva da madeira, um longo texto busca escrutinar inúmeras tramas. O autor nomeia agentes do Estado, grandes empresas e as estratégias no caminho da burla do esquema do sistema florestal.

Sobre o mesmo assunto Almeida registra o ato de insubordinação de extrativistas da comunidade de Repartimento de Pilões, da cidade de Almeirim, oeste paraense, que no fim de 2014 protagonizaram um “empate” em oposição à empresa Jari Celulose. 40 anos após os seringueiros do Acre criarem a estratégia de resistência pacífica. Sobre a mesma questão pontua sobre a construção de uma política pública de manejo de base comunitária. Saravá!

No Xingu, ora marcado por um truculento processo de instalação de grandes obras de infraestrutura, que vai da construção da hidrelétrica de Belo Monte, passando pela presença da mineradora canadense Belo Sun, o autor enfatiza entre outras realidades, o garimpo da Ressaca e o Projeto de Assentamento Rural Assurini.

O primeiro desestruturado pela presença da mineradora. O segundo pela hidrelétrica. No pico da obra, nem mesmo o futebol de fim de semana resistiu. Parte da juventude fez fileira em postos de labuta braçal em empresas terceirizadas. Maximização da expropriação aos que conseguiram ser “fichados” nas firmas.

Na ilha de Barcarena, que abriga um catatau de grandes empresas, sendo as maiores da cadeia da produção de alumínio, o jornalista andante trata do crime ambiental do naufrágio de um navio que exportava “boi em pé”. E, aproveita

para recuperar outras questões ambientais que os grandes projetos espraíam no município.

Por conta de vários crimes ambientais que o município empilha, ganhou a alcunha de Cubatão da Amazônia. A perpetuação do cenário promoveu a atualização do apelido, sendo recorrente nos dias atuais tratarem a cidade como Chernobyl.

Nos registros de Rogerio Almeida e da jornalista Lilian Campelo, que assina um trabalho em parceria com o autor, se faz necessário sublinhar: há resistências, apesar dos dias e noites sombrios. Obra a ser lida em único fôlego.

Marcos Fábio Montysuma.

*Professor do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas da UFSC*



SUMÁRIO

◉ ENSAIOS ◉

1 - AMAZÔNIA: TRAMAS/DRAMAS DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA E DA ESCRAVIZAÇÃO

17

2 - ENCRUZAS AMAZÔNICAS

53

◉ REPORTAGENS ◉

1 - AMAZÔNIA - PROJETOS DE MINERAÇÃO DA VALE PRESSIONAM TERRITÓRIOS

69

2 - MARAJÓ - MUNDO DE ÁGUAS, AÇAIZAIS E ESCRAVIDÃO

91

3 - EMPATE NO JARI

101

4 - MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM FRONT DE UTOPIAS

129

5 - MINERAÇÃO NO XINGU – A BATALHA ENTRE A CANADENSE BELO SUN E OS GARIMPEIROS DA RESSACA

155

6 - AMAZÔNIA (S): ENTRE GRILAGEM DE TERRAS,
DESMATAMENTO, RESISTÊNCIAS E POSSIBILIDADES

163

7 - MUNDO FUNDIÁRIO NO XINGU: ENTRE O CAOS, RIOS,
RODOVIAS, HIDRELÉTRICAS, MINERAÇÃO E INCERTEZAS

189

8 - BARCARENA: UMA ILHA NA AMAZÔNIA MARCADA POR
GRANDES PROJETOS, CRIMES AMBIENTAIS E POBREZA

195

9 - FERROVIA DE CARAJÁS: OS MENINOS DO TREM
DA VALE - FILHOS DA PRECISÃO

211

◉ DERRADEIROS ENSAIOS ◉

1 - BENEDICTO MONTEIRO: A VOZ DO INDOMÁVEL
Wanda Monteiro

223

2 - COMO UMA MURALHA
Júlia Iara

233

◉ ANEXO ◉

PESSOAS AMEAÇADAS DE MORTE NO PAE LAGO GRANDE,
SANTARÉM/PA

239

ensaíus
ensaíus
ensaíus
ensaíus

três pedras, três pedras,
dentro dessa aldeia,
uma é maior outra é menor,
a mais pequena que nos alumeia

Fragmento do ponto do Caboco Boiadeiro

01

Amazônia: tramas/dramas da concentração da terra e da escravização

Rogério Almeida

◉ Introdução ◉

O **escrevinhamento** que ora se apresenta tem a pretensão de encarnar um ensaio. Este almeja cotejar e refletir sobre a concentração da terra e a escravização como componentes estruturantes das conformações de poder, bem como de padrões de hierarquias de mando e obediência no Brasil e na Amazônia em particular. O ambiente em questão, contraditoriamente, colabora para a geração de insubordinações diante das conjunturas de expropriação, da pilhagem, da degradação e da subalternização, como sinaliza a quilombagem.

Para tanto, a missiva busca aproximar o campo da cultura popular ao relacionar sambas enredo das grandes escolas do Rio de Janeiro, manifestações populares dos estados do Pará e Maranhão, além da poesia do dirigente sindical e cordelista Expedito Ribeiro (1991), assassinado na década de 1990, em Rio Maria, sul paraense. Assim como referencia a cultura dita culta, ao mobilizar reflexões dos campos da História, onde constam na gira Salles (1971), Funes (1995); da Geografia, a partir de Moraes (2001) Porto-Gonçalves (2017) e Oliveira (1994); enquanto na seara da Sociologia, temos Ianni (1978 e 1980), Fernandes (1989), Martins (1991, 1996 e 2012) e as professoras Edna Castro e Rosa Acevedo Marin (1998).

No conjunto de autores elencados constam amazônidas do quilate de Vicente Salles e Edna Castro; e os que para cá migraram, como é o caso da professora Rosa Acevedo. E, ainda os que em algum momento de suas trajetórias produziram reflexões sobre a região, como o fizeram os professores Octavio Ianni, José de Souza Martins, Carlos Walter Porto Gonçalves, Euripedes Funes e Bertha Becker.

Além de uma revisão bibliográfica a comunicação resulta das andanças e do convívio com os segmentos populares, aqueles historicamente colocados em condições de subalternização em várias regiões do estado Pará, Maranhão e Tocantins, em particular os defensores da reforma agrária, meio ambiente, direitos humanos e trabalhadores da cultura.

◉ Entre os varadouros da concentração da terra ◉

“Signo de elemento terra/Do mar se diz: Terra à vista/Terra para o pé, firmeza/Terra para a mão, carícia/Outros astros lhe são guia”, os versos de Veloso, da canção Terra foram gestados nos anos de 1960, quando o artista se encontrava encarcerado em um quartel em Realengo, Rio de Janeiro, sob a acusação de subversão diante da ditadura empresarial-militar.

O encantamento poético sucedeu ao acessar as tais fotografias do planeta Terra, em reportagem da revista Manchete, que anunciava ao mundo que o homem alcançara a Lua. Aos astronautas Frank Borman, Jim Lovell e William Anders pilotando a Apolo 8 é creditado o feito, reporta matéria de Matheus Pichonelli e Luciana Uchinaka publicada no site Uol, em outubro de 2020.

Movido por extrema sensibilidade sobre aspectos sociais do Brasil, em década pretérita à canção de Veloso, João Cabral de Melo Neto, em rimas matematicamente metrificadas sintetizou as assimetrias econômicas, políticas e sociais ao realçar as violências estruturantes nos processos que consagraram o elemento terra como constituinte nas conformações de poder e de hierarquias de mando e obediência em nosso país. Em Morte e Vida Severina, as estrofes mais populares advertem que:

Esta cova em que estás, com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho, nem largo nem fundo

É a parte que te cabe deste latifúndio
É a parte que te cabe deste latifúndio

Ferreira Gullar, poeta nascido nas barrancas do pauperizado Maranhão, quando militante do Centro Popular de Cultura (CPC), vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE), em cordel João Boa Morte – *Cabra Marcado para Morrer*, publicado nos idos de 1960, segue linha poética interpretativa equivalente à adotada por Melo, onde a estrofe a seguir condensa as distinções entre os sujeitos que pelejam em torno do controle da terra:

Que diabo tem nesta terra,
neste Nordeste maldito,
que mata como uma guerra
tudo que é bom e bonito?
Assim João perguntava
para si mesmo, e lembrava
que a tal guerra não matava
o coronel Benedito!
Essa guerra do Nordeste
não mata quem é doutor
não mata dono de engenho

O cordel em foco não é obra de mera ficção. A ambição residia em recuperar parte da história do líder sindical e das Ligas Camponesas da Paraíba, João Pedro Teixeira, executado sob a ordem do latifúndio em 1962. Ao adotar o exemplo da experiência do engenho Galileia, de Pernambuco, João forjou a Liga do Sapé, no estado da Paraíba.

Tanto o cordel de Gullar, quanto o documentário de Eduardo Coutinho rememoram a trajetória de Teixeira, um cabra marcado para morrer. Situação similar ao que ocorre em terras amazônicas a todo momento, em particular, no Pará. Somente no PAE (Projeto Agroextrativista) Lago Grande, no município de Santarém, são 20 pessoas na alça da mira de grileiros. O estado que sediará a Conferência do Clima é líder absoluto em casos de execuções de dirigentes em defesa da reforma agrária, meio ambiente e direitos humanos, bem como de chacinas em processos que envolvem a luta pela terra. E, ainda, assassinatos de seus apoiadores, onde constam advogados e religiosos.

Sobre a saga de Teixeira, Coutinho iniciou a sua intentona documentarista em 1964. Obra que só foi finalizada em 1981, onde o principal personagem do filme de quase duas horas é Elizabeth Teixeira, viúva de João, que arcou com a responsabilidade de criar 11 rebentos.

A herança de “barrigudinhos”, a direção do sindicato, as ameaças de morte são alguns dos desdobramentos dos processos de violências. Bem como a desagregação familiar, com a dispersão dos filhos mundo afora, para não falar de problemas de ordem psicológica de viúvas e herdeiros, por conta das constantes ameaças de morte e da impunidade reinante na maioria dos casos de execuções de camponeses/as.

Em 2025 Elizabeth somou 100 anos. Apesar de todos os pesares, a contrariar João Cabral, escapou da fome, da faca e da bala. *Elizabeth*, documentário produzido pelo site jornalístico *De Olho nos Ruralistas*, animado pelo jornalista Alceu Castilho, sublinha a trajetória da militante, que recentemente foi reconhecida como doutora honoris causa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), junto com Luiza Erundina. Sina diferente teve Margarida Alves, igualmente paraibana, assassinada em agosto de 1983. A violência cometida contra a líder sindical inspirou a Marcha das Margaridas, celebrada anualmente pelas mulheres camponesas. Insubordinar é preciso. Apesar do risco!

Nas disputas pela terra, a fome, a peixeira ou a bala mata mais que uma pessoa. A morte fomenta a desagregação familiar, a dispersão dos filhos mundo afora, dispara entre os herdeiros - viúvas e filhos - do empobrecimento extremo a problemas de ordem psicológica, onde o gatilho tem sido as constantes ameaças de morte e a impunidade reinante na maioria dos casos.

Nesta aquarela de sangue, não raro, mandantes, pistoleiros e agentes públicos dos setores da segurança e do judiciário desfilam incólumes por entre as ruas dos locais dos crimes. A afrontar e constranger os parentes das pessoas assassinadas, a exemplo do que ocorre em inúmeras cidades do Pará, como nos casos dos municípios de Rio Maria e Rondon do Pará. O primeiro caso envolve a família Canuto e o segundo a família de José Dutra da Costa (Dezinho), dirigente sindical executado no fim do ano 2000, como evidencia a obra *Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!* Cumpre realçar que as tensões na luta pela terra no Nordeste serão um dos argumentos para justificar os projetos de colonização na Amazônia. Estes, um recurso de grilagem de terras, como

investigou com maestria o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no Mato Grosso^[1], em particular.

A fome, a faca, a bala. Em *Deus e o diabo na terra do sol* (1964) realizado na mesma quadra temporal da ditadura militar, Glauber Rocha alumia trama/drama equivalente. Nele, coronéis, camponeses, líderes carismáticos, pistoleiros e cangaceiros ajudam a compor o cenário de disputa pela terra no Nordeste brasileiro.

Um contexto que permanece com a presença de outros sujeitos, a exemplo da expansão de empresas do grande capital, como o registrado no projeto MATOPIBA, pautado em implementar monocultivo de grãos sobre o cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. E, também no Pará. Uma toada iniciada na década de 1980, em particular no município de Balsas, sul do Maranhão, nas proximidades da região do Parnaíba, no Piauí. Ah, a terra que querias ver dividida...triste Bahia...

A película do baiano integra o que ficou conhecido como Cinema Novo, desnuda a conjuntura de padrões de mando e obediência conformados a partir da concentração de terra, a grande propriedade rural. Esta, em particular, controlada por homem (patriarcado), geralmente branco. Neste sentido, o signo terra emerge como representação de poder em diferentes camadas: econômica, política, cultural e social.

As hierarquias de poder estruturadas em conformidade com a classe, gênero e raça, bem como a desobediência do vaqueiro Manuel (Geraldo Del Rey), que mata o coronel após um desentendimento, e a partir daí passa a ser perseguido, também podem ser evidenciadas. O cineasta aprofundará o combate reflexivo sobre a luta pela terra no laureado *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969). A partir de um enfoque que privilegia a caricatura, vale ressaltar ainda a obra de Suassuna- *o Auto da Compadecida*. Nacionalmente celebrada. Nitidamente, uma obra de verve cordelista.

Em terras paraenses, tendo como referência a ameaça concreta em ser assassinado, o dirigente sindical e poeta negro Expedito Ribeiro, nos idos de 1990, do século passado, assim refletia sobre a sua iminente execução:

^[1] Ver artigo publicado na obra **Amazônia Revelada/Cnpq**, organizada pelo jornalista Maurício Torres.

Cova funda neste leito
 cova que ele quer
 eu não te quero
 cova de cemitério.
 Cova que quer do mundo dos vivos
 de que tu queres engolir
 para depois engolir
 cova do medo
 eu tenho medo de ti.

No teu fundo só os restos mortais
 daqueles que partiram e não vejo mais
 só cruzeiros e longe tens como sinais
 corpos decompostos
 sem impressões digitais

Por esta passarela de tristeza
 onde todos vêm dormir com certeza
 nesta cova fria dormem muitos
 e apesar do medo, cova do medo,
 vou ter que deitar em ti.

Ribeiro será executado em 1991. A obra póstuma foi organizada pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Em vereda similar sobre os dramas/tramas do combate da luta pela terra, os cineastas Jorge Bodanzky e Orlando Senna realizaram o filme *Iracema, uma transa Amazônica*, gravado em 1974. Trata-se de obra seminal sobre a instalação dos processos de integração subordinada da Amazônia ao restante do país, a partir da imposição de rodovias como matriz de integração física. A manobra fez a riqueza de alguns grupos familiares. Ao mesmo molde de grilagem de terras. O filme-documentário ilumina toda ordem de violências que as jornadas “civilizatórias” dos “milicos” engendraram na região.

Grilagem de terras, genocídio indígena, execuções de camponeses, desmatamento, trabalho escravo, prostituição, sequestro e tortura de militantes contrários ao regime são alguns eventos que compunham a realidade da região. Além da Guerrilha do Araguaia e o Garimpo de Serra Pelada, no sul do Pará. Trata-se de uma obra essencial sobre a história da região, que agrega elementos da ficção e do registro de nuance documental.

O filme-documentário^[2] projeta-se como uma obra essencial sobre a história da Amazônia. Ele agrega elementos da ficção e do registro de teor documental. O ator Paulo César Pereio divide o protagonismo com a jovem paraense de feições indígenas Edna de Cássia. Pereio encarna o motorista de caminhão Tião Brasil Grande. O nome do personagem é um franco deboche aos slogans publicitários do regime; enquanto Cássia assume o papel de Iracema, a jovem ribeirinha de uma das muitas empobrecidas comunidades do Pará que sonhava em girar o mundo.

Tião soa como um “new” bandeirante, noutro flanco Iracema, que em nada lembra a bela indígena idealizada por José de Alencar dotada de seios fartos e boca carnuda, sonha em rodar o mundo, conhecer os centros urbanos. Na película, o asfalto encontra o rio em pitadas generosas de realidade. Especialistas em cinema identificam pesadas doses de neorrealismo italiano^[3] na iniciativa que contou com o apoio alemão em sua produção. Ao invés de conhecer o mundo, Iracema defende-se em prostíbulos das periferias de Belém e na rodovia em construção. Passados mais de meio século, a toada permanece em sagas/chagas dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas. Em andanças pelo Baixo Amazonas, é recorrente encontrar “meninas” nos ônibus indo em direção aos garimpos em Itaituba.

Um riomar de violências sem fim norteia a “ética” da conquista das américas. Nesta direção, no que tange ao debate sobre a feição simbólica, a matriz discursiva estruturante sobre a região amazônica como representação do atraso, do exuberante, do exótico ou do estranho é replicada em livros didáticos, no discurso midiático, e, até mesmo na academia. Nesta, tem predominado um e mentário eurocêntrico, marcado por algumas inflexões. Emaranhado de tramas que os autores alinhados ao conjunto de ideias do debate sobre colonialidade irão denominar de colonialidade do poder, em particular Quijano (2005).

^[2] *Iracema, uma transa amazônica* é um road movie (filme de estrada) que transita entre ficção e documentário. É ambientado na região que compreende a Rodovia Transamazônica, entre os estados do Amazonas e do Pará. A produção foi censurada pela ditadura militar até 1981, quando foi exibida por apenas cinco dias em uma sala de cinema da Cinelândia, no Rio de Janeiro. Com o lançamento em DVD, em 2005, ficou conhecido por um público maior e mais diversificado. Disponível em: (79) Iracema, uma transa amazônica: subversão na adaptação cinematográfica. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21308>

^[3] Surgido após a segunda grande guerra, o movimento possuía como foco retratar a vida cotidiana da classe trabalhadora e a pobreza imposta daquela conjuntura. Realizado com poucos recursos e com atores amadores, destacam-se as seguintes obras: *Roma*, *Cidade Aberta*, de Roberto Rossellini (1945); *Shoeshine (Sciusecià)*, de Vittorio De Sica (1946); *Paisà*, de Rossellini (1946); *Ladrões de Bicicleta (Ladri di Biciclette)*, de Vittorio de Sica (1948); *A Terra Treme*, de Visconti (1948).

Sobre a questão, cabe um parêntese a partir dos autores da Teoria Crítica de matriz latina que empreendem esforços no debate sobre o conjunto de ideias sobre a colonialidade. Sublinhe-se que a intenção dos autores não é negar a contribuição de matriz europeia, mas, antes de tudo, problematizar a validação da mesma como “única” possibilidade de produção do poder e do saber, e sua verve de matriz colonial e de colonialidade.

Para Quijano (2005) a “conquista” da América descortina a primeira identidade da modernidade, e institui o primeiro espaço-tempo de um padrão de poder de potencial mundial. Corroboraram nesta direção a codificação da diferença entre conquistadores e conquistados a partir do critério de racialidade, o que conferiu aos últimos o enquadramento como inferiores em relação aos primeiros.

O referido padrão de dominação expandido para outros cantos do mundo, ladeado pelo controle do trabalho compulsório e o saque das riquezas em torno do capital e do mercado mundial representam alguns dos pilares do mundo moderno/colonial. Pressupostos em certa medida já refletidos no debate sobre a acumulação originária em Marx.

A ideia de raça outorga legitimidade ao processo de “conquista” e de dominação das Américas, adverte Quijano (2005). Nesta conjuntura, a constituição da Europa como nova identidade em escala planetária convergiu em direção à construção do horizonte do conhecimento eurocêntrico como parâmetro mundo. E, ainda, à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização/dominação entre europeus e não europeus.

“Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. 228). Para além do elemento da diferença racial, a Europa passa a hegemonizar o controle sobre todas as formas de produção da subjetividade no campo da cultura e na produção do conhecimento, avalia o pensador peruano.

◉ Algumas nuances sobre os dramas/tramas da escravização ◉

Nestes dramas/tramas sobre a luta pela terra no país, a escravização constitui outro aspecto destas páginas infelizes da nossa história. A escravização foi uma chaga que somou quase quatro séculos. Elemento ainda hoje a ser combatido. Tanto a subjugação de pessoas a condições análogas à escravidão,

quanto o racismo presente cotidianamente no conjunto da sociedade constituem-se permanências coloniais.

Justo quando da realização da Carta Magna de 1988, coincidiu o centenário da abolição formal. A data redonda calhou como mote de boa parte das escolas de samba do Rio de Janeiro. Vale sublinhar que a normativa da carta sobre populações quilombolas teve como linhas de frente, movimentos negros dos estados do Pará e Maranhão, como aponta a dissertação de Guerrero (2012).

O ano simbólico anima uma agenda, tanto no campo da produção acadêmica, como de debates e seminários. No campo da cultura, creio que o evento mais relevante, de grande visibilidade em escala mundial, bem como apelo popular e de massa, recai sobre parte das escolas de samba do grupo principal do carnaval do estado do Rio de Janeiro.

Explicitamente, Mangueira, Beija Flor de Nilópolis, Tradição e Unidos da Vila Isabel relativizam o que teria sido a abolição. O samba da Estação Primeira de Mangueira, *Cem anos de liberdade: realidade ou ilusão?* -de autoria dos compositores Hélio Turco, Jurandir e Alvinho, por exemplo, questiona de forma lúdica o processo da abolição, onde o negro se “livrou” da senzala para ficar preso na miséria da favela:

Será...
 Que já raiou a liberdade
 Ou se foi tudo ilusão
 Será...
 Que a lei Áurea tão sonhada
 A tanto tempo imaginada
 Não foi o fim da escravidão
 Hoje dentro da realidade
 Onde está a liberdade
 Onde está que ninguém viu
 Moço...
 Não se esqueça que o negro também construiu
 As riquezas do nosso Brasil
 Pergunte ao criador
 Quem pintou esta aquarela
 Livre do açoite da senzala
 Preso na miséria da favela
 Sonhei...

Que Zumbi dos Palmares voltou
 A tristeza do negro acabou
 Foi uma nova redenção
 Senhor..
 Eis a luta do bem contra o mal
 Que tanto sangue derramou
 Contra o preconceito racial
 O negro samba
 Negro joga capoeira
 Ele é o rei na verde e rosa da Mangueira

A escola *Unidos de Vila Isabel* fez um samba exaltação, onde realça a relevância do líder Zumbi e da negra Anastácia, que não se deixou escravizar, bem como a insurreição quilombola considerada a mais expressiva, a Guerra de Palmares, ocorrida em terras de Alagoas e vizinhança. Assinam o enredo *Kizomba, a festa da raça*, Luiz Carlos da Vila, Rodolpho de Souza e Jonas Rodrigues. O samba sagrou-se campeão neste ano, assim evidencia a proeminência no campo da cultura do povo negro, como elemento de (re) existência:

Valeu Zumbi!
 O grito forte dos Palmares
 Que correu terras, céus e mares
 Influenciando a abolição
 Zumbi valeu!
 Hoje a Vila é Kizomba
 É batuque, canto e dança
 Jongo e maracatu
 Vem menininha pra dançar o caxambu
 Ôô, ôô, Nega Mina
 Anastácia não se deixou escravizar
 Ôô, ôô Clementina
 O pagode é o partido popular
 O sacerdote ergue a taça
 Convocando toda a massa
 Neste evento que congrege
 Gente de todas as raças
 Numa mesma emoção

Esta Kizomba é nossa Constituição
Que magia
Reza, ajeum e orixás
Tem a força da cultura
Tem a arte e a bravura
E um bom jogo de cintura
Faz valer seus ideais
E a beleza pura dos seus rituais
Vem a lua de Luanda
Para iluminar a rua
Nossa sede é nossa sede
De que o “apartheid” se destrua

O samba da Vila Isabel resulta como desdobramento de ações de aproximação com países africanos, que contou com a mediação do compositor, cantor, músico e escritor Martinho da Vila, que havia promovido diálogos entre o Brasil e a África, ênfase com Angola. Cumpre aqui a recuperação de fatos pretéritos nesta seara de sambas que pautam o tema do negro do Brasil.

Ainda na década de 1960, a Escola Acadêmicos do Salgueiro, com o protagonismo do artista plástico Fernando Pamplona, produziu uma série de enredos, a começar pelo Quilombo do Palmares, Chica da Silva, Chico Rei, Bahia de Todos os Deuses, Festa para um Rei Negro, assim, recupera o artigo apresentado no encontro da Associação Nacional de História (ANPUH), no Rio de Janeiro, pela pesquisadora Renata Bulcão Lassance Campos, em 2014.

O advogado, griô, cantor, compositor, ensaísta e doutor honoris causa por várias universidades, Nei Lopes, assina o samba sobre Chica da Silva. O escritor laureado com dois prêmios Jabuti declara em suas falas tratar-se de uma das maiores emoções estéticas de sua existência. Os temas contemplados por Pamplona serão pauta do cinema de Cacá Diegues, que além de temáticas de matriz africana, reflete sobre a Amazônia e o delicado ambiente ditatorial em *Bye, Bye Brasil*.

Com relação aos sambas merece relevo o fato em contradizer a leitura oficial e palaciana do tema abolição, que exaltava a princesa Isabel, ao mesmo tempo em que refuta o 13 de maio como data a ser celebrada. Converge ainda como fato importante na disputa de construção de sentidos, o movimento negro nacional consagrar o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, e não o 13 de maio, como data exaltação da pauta do movimento.

O 20 de novembro é considerado como feriado em várias cidades do Brasil, agora oficializado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva por meio da Lei 14.759, de 22 de dezembro de 2023 transformando o Dia da Consciência Negra em **feriado nacional**. Um dia dedicado especificamente para refletir sobre o racismo. Como sublinha um antigo canto de bloco de afoxé: “13 de maio não é dia de negro”.

Nesta direção em contrariar a história oficial, o cenógrafo Pamplona, que por alguns anos morou em Xapuri, no Acre, - terra de Chico Mendes - fez uma opção considerada revolucionária ao afrontar os sambas que exaltavam a Coroa Portuguesa ou os militares. O caminho de Pamplona foi o de lançar luzes sobre personagens da política e da cultura de matriz africana eclipsados pela ordem hegemônica.

Nestes embates, nos anos seguintes, já durante a ditadura, ao fim da década de 1970, em tempos marcados pelo avanço da indústria cultural estadunidense, da apropriação das escolas de samba pela contravenção do jogo do bicho, e por consequência, o afastamento das agremiações de suas raízes populares, artistas da primeira linha do samba, aos moldes de Paulinho da Viola, Antônio Candeia Filho (Candeia), Elton Medeiros, Nei Lopes, Wilson Moreira e Monarco (Hildemar Diniz) edificam o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo, em 1975.

Treece (2018, p. 172), sobre a missão da Escola de Samba Quilombo lista como princípios da agremiação um caráter antirracista e de preservação dos elementos culturais, a partir dos próprios sujeitos produtores culturais, onde constam os seguintes pontos:

- a) Desenvolver um centro de pesquisas de arte negra, enfatizando sua contribuição à formação da cultura brasileira; b) Lutar pela preservação das tradições fundamentais, sem as quais não se pode desenvolver qualquer atividade criativa popular; c) Afastar elementos inescrupulosos que, em nome do desenvolvimento intelectual, apropriam-se de heranças alheias, deturpando a pura expressão das escolas de samba, e as transformam em rentáveis peças folclóricas; d) Atrair os verdadeiros representantes e estudiosos da cultura brasileira, destacando a importância do elemento negro no seu contexto [...] (CANDEIA *apud* Ranulpho, 1976).

Este conjunto de sambas enredos acima, desde os criados por Fernando Pamplona, passando pelos construídos por conta da passagem do centenário da abolição continuam atuais. Colaboram em processos de educação em escolas de nível médio para debates sobre questões raciais, e motivam reflexões em diferentes campos do conhecimento, a exemplo de História, da Antropologia, da Política, da Educação e das Artes. Escovam a História a contrapelo.

Neste mesmo período em que Candeia e seus parceiros criaram a Escola de Samba Quilombo, nasce em São Paulo o Movimento Negro Unificado (MNU), enquanto em Salvador, no bairro da Liberdade, é criado o bloco afro Ilê Ayê, que ainda hoje exerce relevante papel em defesa da cultura negra e contra o racismo.

Ainda sobre a presente pauta em temáticas de matriz africana, a Estação Primeira de Mangueira vem fazendo, nos derradeiros anos, algo equivalente ao que a Escola Salgueiro realizou nos idos anos de 1960. Destaca-se no repertório recente da Mangueira o memorável enredo proposto pelo carnavalesco Leandro Vieira, *A História que a História não conta*, de 2019. Vieira, tal Pamplona, optou em ir contra a corrente do convencional.

O samba que embalou o premiado desfile tem a assinatura dos autores Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino. As potentes estrofes do samba afrontam o apagamento de importantes personalidades negras, onde temos:

Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
 São verde e rosa, as multidões

Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu dengo
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado

Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

Ainda no campo da cultura como uma ferramenta política de possibilidades de enfrentamento ao racismo e à história oficial, já nos anos de 1940, no Rio de Janeiro, nascia o Teatro Experimental do Negro (TEN), animado pelo ativista, escritor, ator, artista plástico e deputado Abdias Nascimento, que irá elaborar o conceito de quilombismo. No início dos anos 1950, na USP, Roger Bastide e Florestan Fernandes lideram o projeto Unesco, voltado para examinar as relações raciais no estado de São Paulo, o que implica numa guinada na agenda da pesquisa das ciências sociais da época.

Abdias Nascimento, em um texto batizado de ABC do Quilombismo sugere uma *práxis* em várias direções, onde consta a esfera política, educação, ciência e nas tecnologias. Cujo horizonte vai além de trincheiras antirracistas, e almeja a defesa nacionalista, justiça social, equidade, democracia em constante atualização, conforme a modificação da conjuntura nacional.

O quilombismo advoga para o Brasil um conhecimento científico e técnico que possibilite a genuína industrialização que represente um novo avanço de autonomia nacional. O quilombismo não aceita que se entregue a nossa reserva mineral e a nossa economia às corporações monopolistas internacionais, porém, tampouco defende os interesses de uma burguesia nacional. O negro africano foi o primeiro e o principal artífice da formação econômica do país, e a riqueza nacional pertence a ele e a todo o povo brasileiro que a produz, sintetiza o documento.

Como desdobramento das experiências na política, na cultura, nas artes voltadas para a questão do negro no Brasil, acima citadas, nos anos 1980, du-

rante o processo de redemocratização, um cipoal de representações buscam a efetivação de direitos desta população. Assim, emergem no país instituições voltadas para este fim, como é o caso do Centro de Cultura Negra (CCN), no estado do Maranhão, Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), entre outras experiências país afora, o que ratifica a tese de quilombagem como um processo contínuo e em escala nacional, como preconiza os escritos de Clóvis Moura (1959).

No caso particular dos processos organizativos no Baixo Amazonas, no estado do Pará, Quaresma (2019) evidencia o papel da professora Idaliana Marinho de Azevedo como articuladora que junto com outros sujeitos organizam um encontro entre 24 e 26 de junho de 1988, na comunidade de remanescentes de quilombo de Pacoval, no município de Alenquer. O evento será ponto inaugural do *Encontro Raízes Negras* (ERN), que a cada episódio publicava uma carta aberta com os desdobramentos de cada evento e os encaminhamentos da agenda de luta.

Os ERNs ocorreram com diferentes intervalos temporais, entre 1988 a 2018, num total de 11 eventos. Destes 11 encontros, foram encontradas sete cartas. A pesquisa de Quaresma verificou a ausência do documento final dos ERNs dos anos de 1997, 1999, 2002 e 2018. O Quilombo de Pacoval é notabilizado nacionalmente pela realização do congado denominado de Marambiré. Em 2020 a produtora Lamparina Filmes lançou um documentário sobre a manifestação. O registro integrou o portfólio da plataforma Prime.

◉ **Conexão Pará- Maranhão – carimbó e tambor de crioula em insubordinação** ◉

A vida só é possível reinventada, poetizou Cecília Meireles. Nesta direção, as pessoas dispersadas pelas diásporas, diante da escassez e das violências, em ação comunal buscam reinventar a vida. Assim, o samba, a capoeira, o tambor de crioula, o carimbó, o marambiré, o bumba meu boi, o boi bumbá, o jongo e tantas outras manifestações, tanto protagonizadas por negros, quanto por indígenas e a hibridação de ambos, encarnam uma nova construção de sentidos, como argumenta Antônio Simas, em fartas falas e escritas. Neste sentido, o corpo, as canções, as danças, os batuques, as comidas vicejam formas de r-existência diante das adversidades, e territorialidades destes sujeitos colocados em condições de subalternização.

Assim, registros realizados por Rogerio Almeida e Lilian Campelo (2017) sobre manifestações culturais diaspóricas e indígenas na cidade de Belém e região

metropolitana sublinham entre outras o carimbó. A percussão é a coluna dorsal da manifestação de matriz afroindígena. Assim como o tambor de crioula do Maranhão, três tambores (curimbó) compõem o nipe percussivo ajudado por maracás. Cabe ao curimbó maior a marcação, enquanto os dois menores solam. Ao contrário da manifestação maranhense, no carimbó existem instrumentos de harmonia, como flauta transversal e banjo. Os grupos mais pops agrupam violão ou guitarra e baixo.

Homens e mulheres dançam em movimento circular. Tanto em um, quanto noutro ritmo. Cabe ao homem o galanteio. Na manifestação maranhense cabe às mulheres a dança, e aos homens a música e o canto. As vestes são similares. As mulheres sempre dançam de saia. A camisa de chitão florido é comum na indumentária dos homens nas duas culturas, evidenciam os pesquisadores.

Os jornalistas esclarecem que a dança é o elemento comum das atrações culturais nos dois estados. A região do Marajó, Salgado (município de Marapanim) e no Baixo Amazonas, Santarém são as referências de grupos de carimbó no Pará. Já no Maranhão, a manifestação é encontrada nos bairros de periferia da capital São Luís, e em inúmeras áreas em várias regiões do estado marcadas por remanescentes de quilombo, a exemplo de Cururupu. Na periferia de Belém, no bairro da Terra Firme, migrantes maranhenses à Rua dos Pretos mobilizam-se em torno do tambor de crioula e outras manifestações da diáspora africana. Como dito acima, a reiventar a vida.

O nome Carimbó é de origem indígena. Em tupi korimbó significa pau que produz som, resulta da união de curi (pau oco) e m'bó (furado, escavado). As canções compostas por pescadores, extratores e lavradores fazem alusão a elementos da fauna e da flora, e ao dia a dia do trabalho e às práticas cotidianas. Versos do pescador e mestre Lucindo (Lucindo Rebelo da Costa) sinalizam sobre o ambiente do Salgado:

“Dona Maria chegou
chegou de Moro-oca,
para fazer a farinha, farinha de tapioca
É prá reboir, é prá reboir
É prá reboir, bolir, bolir, bolir, bolir”.

Esta é considerada a versão original. Noutra canção o mestre romantiza:

“A lua sai de madrugada
Sai no romper do sol
Ela sai acompanhando
Os namorados que andam só...
Ô, lua! Ô, lua! Ô, luar!
Me leva contigo pra passear”

Recentemente um coletivo de mulheres busca assumir a percussão, a exemplo do grupo Suraras (guerreiras) do Tapajós, de Santarém, composto por indígenas. O grupo criado em 2016 é constituído de indígenas Tupinambá, Borari, Munduruku, Tapajó e Arapiun. A opção pela música é o desdobramento das atividades em defesa territorial, um recurso para amenizar a aridez das assimetrias. Além de apresentações em alguns estados, este ano o grupo realizou a primeira incursão pela Europa, com apresentações na França, que em 2025 celebra o Brasil.

Sobre o tambor de crioula Almeida e Campelo (2017) realçam que assim como no carimbó, a percussão se impõe. Pessoas colocados em condições de escravizados foram arrancados da África, provenientes do Guiné, Costa da Mina, Congo e Angola ajudaram a compor as matrizes culturais do estado. Os três tambores feitos a partir da madeira do mangue, do pau d’arco, do soró ou do angelim são cobertos com couro de animal. Quando das celebrações por promessa, festa ou entre amigos, o tambor é afinado a fogo e tocado com as mãos. O conjunto de tambores é conhecido como parelha. O recorrente é a celebração ir até o raiar do dia.

O tambor maior (rufador ou roncador) faz a marcação, enquanto os menores solam. É comum um brincante tocar duas matracas ou tábuas sobre o suporte de madeira do instrumento maior. O menor dos três é conhecido como crivador, e o do meio ou chamador, tratado como “meião”. O papel dos homens é tocar e entoar as canções, enquanto as mulheres dançam e acompanham o canto. A tradição é que as mulheres mais velhas protagonizem a dança. Elas são tratadas como coreiras. Um dos cantos de chamamento para o festejo entoa: “chega pra roda mulher, chega pra mulher. Tambor tá te chamando, chega para roda mulher”.

A dança é circular, e marcada pela punga ou umbigada. Uma espécie de saudação entre as mulheres, quando uma toca o ventre da outra. Em alguns locais do interior do Maranhão é comum a punga ou a rasteira entre os homens. Assim como outras manifestações de matriz africana, a dança foi tratada como caso de polícia. Uma brincadeira de negro e de pobre, a ser reprimida pelo código de conduta das cidades.

Por estas paragens, tudo um dia integrou o Grão Pará e Maranhão. Entre o Amazonas e o Pará sucedem convergências, a exemplo dos festivais do Boi Bumbá, de Parintins/AM, Çairé em Santarém/PA, onde as agremiações protagonistas são os botos Tucuxi e o Rosa, bem como as manifestações nos municípios de Juruti, que abriga o Festival da Tribos Indígenas, assim como o Festival Folclórico de Alenquer.

Mar sem fim de histórias. Juruti abriga o Festival das Tribos (Festribal), onde competem as agremiações culturais Munduruku contra Muirapinima, a cada fim de julho. As sedes das manifestações ocupam a mesma rua. O espaço é bem generoso. Toma um quarteirão inteiro. O Festribal tem relação com a experiência de Parintins, do estado do Amazonas. Territorialidades ancestrais.

Boi Bumbá de Parintins, Festribal de Juruti, Çairé de Santarém encarnam em determinado momento do ano a celebração da sociodiversidade da região, bem como a cosmologia das realidades de seus povos. Geralmente, os patrocínios são oriundos de empresas que os renegam, expropriam e desdenham tais epistemologias.

Todavia, vincular a marca aos ritos representa um bom negócio e vende a estampa de “bom mocismo”. Afinal de contas, o que importa é a aparência. Tudo é simulacro na ordem capital, na sociedade do espetáculo?

E, a cada ano, por mais controverso que seja, as agremiações carnavalescas dos grandes centros econômicos do país têm pautado a região, como é o caso da Grande Rio, vice-campeã do carnaval do Rio de Janeiro em 2025, com o enredo “*Pororocas Parawaras: As Águas dos Meus Encantos nas Contas dos Curimbós*”. Uma louvação à cultura afro-indígena. Cumpre ainda sublinhar o reconhecimento dos trabalhadores de cultura de Parintins, que há anos prestam serviços nas grandes agremiações carnavalescas do Sudeste do Brasil.

As escolas de samba, o carimbó, o tambor de crioula, os festivais realizados na Amazônia – ou com grande apelo midiático, assim como os menos notados – encarnam verdadeiras barricadas culturais de matriz afro-indígena a partir dos corpos, vestes, adereços, bailados e a poesia das canções. Uma espécie de territorialização de terreiros, no que pese toda ordem de adversidade.

◉ A concentração da terra, a escravização, o monocultivo e a judiaria étnico-racial ◉

Como em outras escritos em que a terra ocupa o centro do debate, tenho mobilizado, entre outros, autores como Sergio Buarque de Holanda, José de Souza Martins e Octávio Ianni. Aqui os convoco novamente.

Não resta dúvida, a colonização portuguesa fundou no Brasil, país tropical de dimensões continentais, profundas raízes rurais. Em contexto marcado pelo predomínio da monocultura (*plantation*) voltada para exportação, tendo como base o africano colocado em condição de escravo, onde a apropriação do Estado pela classe dos proprietários rurais é fator fundamental para a garantia de sua reprodução econômica, política e social, adverte Holanda (2003).

Sobre o modelo *plantation*, ancorado no trabalho compulsório de africanos, Moraes (2001) esclarece que resulta de experiências da Coroa Portuguesa nas ilhas de Madeira e Açores. A lógica da pilhagem, crava Martins (2017), fundou os pilares da propriedade territorial capitalista do país, além de difundir e consolidar o capitalismo nacional, marcado pela dependência e no uso de formas não capitalistas de produção no modo de produção capitalista.

Sobre a composição do agrário nacional, estruturado pela concentração e monopólio da terra, faz-se necessário colocar em evidência a segregação étnico e racial do processo. Um passo para além dos conflitos de classes, onde indígenas e quilombolas cumprem dupla missão nas arenas de poder, como classe e pelo caráter étnico-racial, como pontuado nas páginas anteriores. E, ainda, consta o elemento da localização geográfica, como é o caso amazônico.

Nesta direção de iluminar o componente étnico-racial da luta de classes no campo, empreendem reflexões Ianni (1978) e Fernandes (1989). Ao geografar as lutas do campo, Oliveira (1994) segue linha interpretativa semelhante, quando adverte que as marcas da racionalidade do desenvolvimento exógeno impostas à Amazônia são pautadas no genocídio indígena.

Sob horizonte semelhante, Moraes (2001, p.109-110) explica que:

No Brasil já existia a prática da escravidão indígena desde os primórdios da colonização. A montagem dos engenhos era feita com escravos indígenas, e houve toda uma expansão para oeste e para o sul, em busca de índios para escravizar, uma expansão basicamente com essa motivação: índios para alimentar a nascente dinâmica indústria do açúcar.

No Brasil, tal processo reforçou os pilares do modelo da propriedade da terra, onde o sistema de sesmarias (pervertido da matriz ibérica) e a Lei de Terras (1850) materializam a exclusão dos escravizados “libertos”, e mesmo do “braço livre” do migrante pobre que viria a integrar a cadeia produtiva do latifúndio cafeeiro do estado de São Paulo, manifesta Martins (2017) em *Cativeiro da Terra*.

[...] a Lei instituiu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também do pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. O país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovidos de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra (Martins, 2017, p. 09).

Ainda sobre o modelo baseado no cativeiro da terra, marcado pela coerção do homem livre, conferiu ao país uma estrutura de matriz concentracionista, onde Martins compreende que “se a terra fosse livre, o trabalho tinha de ser escravo; e que se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (2017, p.10).

Por sua vez Ianni (1978) ao interpretar sobre a escravidão e o racismo no Brasil, alerta para o paradoxo do processo capitalista em sua fase mercantil. Ele afirma que, enquanto na Europa o trabalho livre se consolidava, no Novo Mundo, o compulsório se expandia, a colaborar com a produção de excedente para o capitalismo central. Prossegue o sociólogo uspiano que foi o capital comercial a força geradora para conformação das formações sociais construídas nas colônias do Novo Mundo por consequência, uma intensa acumulação de capital nos países metropolitanos, em particular, na Inglaterra, um dos centros do mercado de africanos escravizados.

Nestes termos é possível afirmar que o tráfico negreiro no Brasil resulta de uma política de Estado. No caso amazônico, o mesmo criou, aos moldes da Inglaterra e da Holanda, companhias de comércio. Mendonça Furtado – que nomeia ruas, avenidas e escolas no estado – então irmão do Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) foi o principal articulador desse processo, com vistas a “modernizar” essa fração da colônia.

Portador de amplos poderes, efetivou resoluções fundamentais para tal intento. Salles (1971, p. 25) ressalta as seguintes:

7º Para que os moradores daquele estado observem inteira e religiosamente esta minha resolução, os persuadireis a que se sirvam de escravos negros; e o 11º Para a introdução dos escravos negros, em execução da Resolução de 27 de maio de 1750, é preciso que informeis, declarando o número de negros que podem ser necessários; quantos de podem mandar cada ano; que possibilidades têm os moradores para satisfazerem.

E assim emergiram a Companhia de Comércio do Maranhão (1682) e a Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1775), intervenções precedidas pela ação de jesuítas, considerados pioneiros no tráfico negreiro. Escravizados em sua maioria oriunda da Costa da Mina, atualmente territórios correspondentes aos países de Gana, Togo, Benim e Nigéria, bem como de Guiné e de Angola. Comércio cujas principais modalidades foram (*ibid*: 1971, p. 27):

a) Assento, ou alistamento compulsório de negros cativos na África, geralmente negociados mediante contratos da fazenda real com particulares – realizado nos séculos XVII e XVIII; b) Estanque ou estanco, monopólio atribuído às companhias de comércio; c) Iniciativa particular – realizado irregularmente durante todo o período do tráfico; d) Contrabando; e) Comércio interno, também de iniciativa particular, que deslocou escravos sobretudo da praça da Bahia para o Maranhão, e desta para o Pará, através dos caminhos terrestres e feito pelos chamados *comboieiros*.

Salles (1971), pioneiro e o mais expressivo investigador sobre a presença negra na Amazônia, salienta que as condições especiais da Amazônia, a exemplo de uma lavoura incipiente de subsistência, que prosperava com lentidão, representam fatores de retardamento do tráfico negreiro na região. Vale aqui registrar que o professor Vicente Salles como a maior autoridade do campo da História sobre a presença do negro do Pará. Ele assina valorosas obras sobre a questão, dentre elas, *O Negro no Pará* (1971), *O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos* (2004), *O negro no Pará sob o regime da escravidão* (1988) e *Os Mocambeiros* (2013), que privilegia em sua análise o Baixo Amazonas.

Em revisão sobre o tema, Almeida (2021) aponta que a capitulação de Pernambuco ao julgo holandês, em 1670, é tido por Salles (1971) como o momento de inflexão que favoreceu o processo de introdução do negro na Amazônia. E, assim (Salles, 1971, p. 06):

[...] foram introduzidos no Maranhão os primeiros escravos africanos, desta sorte povoando de negros margens do Pindaré, Mearim e Itapicuru, por onde se espalhavam as fazendas de lavouras de arroz, algodão e cana de açúcar. A mesma experiência agrícola se estendeu, com algum resultado, no Pará.

Nos dias atuais, os negros introduzidos na região do Itapecuru-Mirim são reconhecidos como remanescentes de quilombos, e passam por um processo de desterritorialização por conta de expansão da mineração da região de Carajás, no sudeste paraense. Projeto da mineradora Vale, que duplicou a Estrada de Ferro de Carajás (EFC), entre outras ações.

A duplicação da EFC se deu por conta do início da exploração da Serra Sul (S11D), em Canaã dos Carajás, sudeste paraense. Um projeto para atender a demanda do mercado asiático. A iniciativa, entre outras territorialidades, pressiona as terras ancestrais do quilombo Santa Rosa dos Pretos. Além da EFC, os territórios quilombolas são tensionados pela ampliação da BR 135. Os quilombolas, assim como indígenas e camponeses tendem a ocupar a EFC com vistas a pautar as suas demandas junto aos setores públicos e privados, quando das expropriações.

Ainda com relação a expansão de obras de infraestrutura, cujo objetivo reside em garantir a circulação de commodities, na zona rural de São Luís, um projeto portuário ameaça a comunidade de Cajueiro. Um território considerado como terra de preto. Um território sagrado.

Os complexos portuários, o modal de transporte (rodovia, ferrovia e hidrovia) e a construção de hidroelétricas encarnam a coluna dorsal do projeto do Arco Norte, que teve como consultor nada mais, nada menos que o atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. E, na retaguarda, frações de classe agrupadas na CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria), entre outras.

Retomando o debate sobre o tráfico negreiro, no período compreendido entre 1755 e 1778, navios da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, teriam desembarcado 53.072 escravos, trazidos de Guiné Bissau, Cabo Verde,

Angola, Quênia, Tanzânia e Moçambique. O grupo foi escalado para a labuta nos engenhos de cana, plantios de arroz e cacau, nas fortificações militares, nas olarias, em áreas de mineração e em fazendas de pecuária. Diversificação da economia que visibiliza sua ampla inserção no mundo produtivo, Marin e Castro (1999, p.90).

No século XVIII, no dito período pombalino, os escravizados chegaram a representar 54% da população, conforme pesquisa da professora Edna Castro sobre o município de Bujaru. A partir das fugas organizaram mocambos na região, onde cultivavam a agricultura em pequena escala, com ênfase na produção de mandioca e hortaliças nas vazantes dos rios.

Em fins do século XIX inicia a decadência da economia escravocrata. Momento em que as fugas ganham volume. Alguns sesmeiros iniciaram em meados do século, plantações de cana, algodão e cacau, a criação de algumas cabeças de gado, e uma agricultura para sustentação familiar, com proeminência da mandioca. Neste contexto, Cobruto (município de Bujaru) foi considerado o mocambo mais significativo na história de rebeliões dos negros, (Castro, 2003).

Para Salles (1971, p. 218) a fuga e a consequente multiplicação desses ajuntamentos de escravos africanos na floresta amazônica aumentou (...) a partir do final do século XVIII e tomou largo impulso nos primeiros anos do século XIX, sob a pressão de vários fatores políticos, econômicos e sociais. Em relatório do então presidente da província do senhor Jeronimo Francisco Coelho, sobre a fuga de escravos, em relatório datado de 15 de junho de 1848, assim faz referência ao fato:

De outros pontos da província tenho recebido semelhantes representações a respeito e escravos fugidos, que vivem nos quilombos ou mocambos, donde fizeram sortidas para cometer roubos, furtos e aliciarem a outros fugirem. Isto tem ocorrido principalmente no Distrito de Santarém e Turiaçu (ibid, 1971, p. 220)

Turiaçu é uma fronteira entre Pará e Maranhão. Ainda hoje um delicado território de tensões na luta pela terra. Nos anos de 1980 o mais notório foi a Guerra da Gleba Cidapar, que imortalizou o gatilheiro Quintino^[4].

^[4] Sobre o assunto ver a dissertação “À SOMBRA DE UM LOBO NO CAMINHO DO GATILHEIRO”: construções narrativas jornalísticas sobre Quintino, um herói às avessas, no conflito por terra na Amazônia paraense, autoria de Lilian Holanda Campelo, apresentada no Programa de Pós Graduação em Comunicação/UFPA, 2025.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004) em suas investigações sobre a quilombagem na Amazônia sublinha como elementos chaves para a caracterização das populações remanescentes de quilombos, o uso comum dos recursos naturais, a apropriação privada dos bens, fatores de identidade e a posse coletiva da terra.

Ao sublinhar a diferença no que tange à dominialidade das terras indígenas e quilombolas, o pesquisador exalta que ao contrário dos indígenas, que são juridicamente “tutelados” pela União, os quilombolas, na Constituição de 1988, as terras possuem o caráter de posse definitiva. Ambos os casos são considerados sob o espectro de ‘terras tradicionalmente ocupadas’.

Qual o número de africanos escravizados que alcançaram a Amazônia? Sobre a questão, a imprecisão é o principal vetor. Fator que possui desdobramento sobre o quantitativo de negros negociados no estado e para o município de Santarém. No entanto, em pesquisas de Vicente Salles, o Negro no Pará, o número estimado girava em torno de um total de 3.883 pessoas escravizadas (2.018 homens e 1.865 mulheres) no ano de 1849, na “comarca de Santarém”. Dado subestimado, a considerar, desde sempre, o recurso em ocultar “bens” para efeito de sonegar impostos, adverte o historiador. Naquela conjuntura o ser humano era considerado um bem móvel. Fazia parte do capital constante do empreendimento. E, para a Igreja, um ser desprovido de alma.

Com relação aos negros que se aquilombaram na cidade de Santarém, boa parte era oriunda da fazenda Taperinha, como esclarece Eurípedes Funes. O professor colaborou com informações junto aos moradores para que os mesmos conhecessem parte de sua história, ainda na década de 1990, quando realizava atividades de campo de sua tese.

A Taperinha, ressalta Funes, era de propriedade do Barão de Santarém (Miguel Antônio Pinto Guimarães), que vinha a ser genro de Maria Macambira, dona de terras por todo o Baixo Amazonas, reconhecida pela sua crueldade contra a população negra. A presença da família se mantém em Santarém. Um olhar atento alcança entre profissionais liberais do Direito e da saúde, inúmeras pessoas com o sobrenome Macambira, além de uma empresa de construção civil. Um sobrado da família do Barão, localizado na orla da cidade, assim como o Solar dos Brancos (Confederados) são outros marcadores do período, além de ruas e escolas que fazem referência a oligarcas e confederados. Moçara, líder indígena do povo Tapajó faz um pequeno contraponto nesta arena de territorialidades simbólica. O nome dela nomeia uma avenida na cidade de Santarém.

Ainda conforme o mesmo autor, o Barão firmará parceria de negócios com confederados oriundos do vale do Missipipi, Tenesse e Alabama, que aportaram em terras paraúaras, refugiados após a derrota na Guerra de Secessão. Os afligia ver os negros com direitos equiparados aos direitos de seus filhos. A imigração foi possível graças a um convênio firmado entre o presidente da Província do Pará e o major Lansford Warrem Hastings, no dia 7 de novembro de 1866, a poucos anos da abolição formal.

Junto ao Barão, os estadunidenses colaboraram para a modernização do engenho da Taperinha, bem como, no plantio da cana de açúcar nas serras do Diamantino, Ypanema, Mararu, Taperinha e Piquiatuba. O Barão firma sociedade com Romulus Rhome (sociedade Pinto & Rhome), que administrará a fazenda. Os confederados vieram realizar em solo amazônico o que foram impedidos de fazer em solo pátrio. Funes (1995) calcula entre 112 os imigrantes que se estabeleceram em Santarém. No conjunto vieram também ingleses e alemães.

A chegada destes novos estranhos colabora para o adensamento da diversidade cultural do Baixo Amazonas paraense, que já contava com indígenas, negros e imigrantes nordestinos, em particular, cearenses, aqui, pejorativamente tratados como arigós-seres obtusos, desprovidos de inteligência.

No entanto, eles estão entre os principais negociantes que controlavam, e continuam a controlar o comércio na orla da cidade. Um território considerado nobre, valorizado, que experimenta abissais transformações em sua configuração por conta de fluxo de balsas e navios carregados de soja ou minério, disciplinamento de ancoradouros segundo o tamanho dos barcos. Contradições capitais em sua fase atual, que tem consagrado a região como fundamental para a circulação de *commodities* do Brasil Central. Evidências coloniais. Permanências.

Com relação às fugas dos negros da Taperinha, Funes (1995), com base em correspondência da província, recupera um registro sobre a quilombagem dos negros fugidos:

Em uma carta datada de 17 de dezembro de 1870, o fazendeiro José Joaquim Pereira, ao chefe de polícia Hermógenes Sócrates Tavares de Vasconcelos, afirmava que, “A muitos anos que minha mãe as Sr^a Maria Margarida Pereira Macambira se vira privada do serviço de um avultado número de escravos e do seu casal que se achão pio indiviso por terem elles se homiziados nos quilombos do Curuá e Trombetas, sem que

os meios empregados e a ação do governo tenham podido tirá-los duma vida selvática e restituídos ao animo de seus legítimos senhores” (FUNES, 1995, p. 07).

Ainda sobre as fugas de negros, cumpre aqui realçar um editorial do jornal Baixo Amazonas, incluso no trabalho de Funes (1995):

O editorial do jornal de Santarém, Baixo Amazonas, do dia 8-01-1876 afirmava ser “afritivo e verdadeiramente ameaçador em que [condições] vemos o direito de propriedade neste município, relativamente aos escravos, [...] levas abando não seus senhores para se refugiarem nos soberbos quilombos que nos cercam. Todos os dias registram-se muitas fugas de escravos e de vez enquanto uma leva de 10, 12, 20 e até 30 escravos [...] como as que se deram nas noites de 28 de dezembro do ano findo e 3 deste mês [...]. De janeiro a maio [período] em que enche o Amazonas é tempo que os escravos julgão mais apropriado para fugirem. Neste tempo o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem receio de serem agarrados” (FUNES 1995, p. 8).

Na análise de Funes (1995), quantitativamente, os quilombos da região do Maicá (Santarém) são considerados pequenos em relação aos da região do Trombetas (Oriximiná). No processo recente de organização política dos quilombados da região do Planalto Santareno, aqueles irão colaborar com estes, bem como, frações da Igreja Católica, Cedenpa, Malungu, Comissão Pró Índio de São Paulo, pesquisadores, a exemplo do Funes e pesquisadores da Fiocruz do Amazonas, além de uma jornada de 30 anos de formação, que teve o pontapé inicial no ano de 1988, com a realização do Encontro Raízes Negras (ERNs). Sobre a quilombagem na região do Trombetas cumpre visitar obra assinada pelas professoras Edna Castro e Rosa Acevedo, *Negros do Trombetas*. Geralmente, em todos estes territórios é realizado algum tipo de festival e celebrações de santos.

O campo das artes é prenhe em interpretações que colocam ao centro o elemento terra na conformação da sociedade nacional, assim como a escravização. E nem citamos aqui os inúmeros folhetins globais, que apesar de sua clara posição conservadora, deu visibilidade à questão. No campo da literatura, em

1999, a editora Boitempo publicou o livro *Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*, organizado pelo professor e jornalista radicado na Alemanha, Flávio Aguiar.

O livro prefaciado por Antonio Candido e ilustrado por Enio Squeff agrupa fragmentos de inúmeras obras que cotejam o assunto terra em diferentes momentos históricos, do período colonial à redemocratização, onde constam textos de Pero Vaz de Caminha, passando por Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Erico Veríssimo, Jorge Amado a Dalcídio Jurandir, um parauara de fina estampa.

No caso do Baixo Amazonas, do estado do Pará, cumpre referenciar Inglês de Souza, que no século XIX produziu romances de verve sociológica, onde é possível evidenciar a centralidade do elemento terra, a presença de pessoas escravizadas, as diferenças entre as classes sociais daquele período, o monocultivo de cacau e a criação de gado em pequena escala. O Cacaulista, Coronel Sangrado e Contos Amazônicos são algumas das obras.

Já no século XX, Benedicto Monteiro dá relevo aos processos de integração subordinada da Amazônia, onde constam a presença do grande capital, o monopólio da terra, os preconceitos contra os nativos, as especificidades do povo da várzea do caudaloso rio Amazonas, o Estado como indutor da economia e uma burguesia entreguista. *Verde Vagomundo*, *Minossauero*, *Terceira Margem* e *Aquele Um* materializam a tetralogia deste espaço-tempo. Um tempo lento em um mar sem fim. Amarelo barro. Amarelo barro de gente das várzeas de Alenquer, sua terra natal.

O exposto até o momento tem como horizonte evidenciar a centralidade da terra como componente estruturante na conformação da sociedade que somos. Um componente de poder que encarna elemento antidemocrático, e por consequência, autoritário e abusivo. Exemplo crasso é o endosso às ações que desrespeitam os marcos legais ou normatizam crimes por eles cometidos e anistiam, incentivam queimadas por meio de redes sociais, forjam consórcios com vistas a eliminar dirigentes sindicais e desagregar ocupações legítimas dos setores populares em terras griladas e envoltas em várias situações de crimes, seja o apossamento ilegal, crimes ambientais, mando de assassinatos e trabalho escravo, etc. E, no que pese toda ordem de ilícitos, o setor ainda consegue acessar financiamento público.

◉ Algumas ponderações não derradeiras ◉

O referido grupo estruturado a partir do monopólio da terra, a escravidão e o monocultivo, desde a redemocratização consolidou-se como bloco de poder no Congresso Nacional. E, nos dias atuais, encontra-se consorciados

com a bancada da bala (militares de diferentes patentes e forças) e a da bíblia (essencialmente pastores neopentecostais), em engajamento contra os movimentos sociais, ambientais, cultura e universidades. Uma pesada herança colonial em marcha acelerada que ergue ao cume mais elevado do país a bandeira do obscurantismo. E, que tem na mentira o método do fazer político.

Permanências que não cessam. Reportagem especial do site Agência Pública, ***Projeto Escravizadores***, um trabalho de fôlego, diagnostica o cenário político nacional a presença de ancestrais escravizadores, onde consta de Fernando Henrique Cardoso a Collor de Melo, passando por Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado, Sarney e Jader Barbalho. Privilégios de poder por hereditariedade. Permanências senhoriais!

Dito isto, no campo das Ciências Humanas, variadas disciplinas ratificam o monopólio da terra como componente estruturante do universo agrário do país, bem como, de situações de conflitos entre classes sociais díspares. Em boa parte de sua obra sobre o universo agrário nacional, José de Souza Martins adverte para a concentração da terra por uma única classe social, o trabalho escravo, o monocultivo (*plantation*) voltado para o mercado externo, tendo como adoção formas não capitalistas na dinâmica da produção capitalista. Aqui há um alinhamento nítido sobre o conceito de acumulação originária em Marx, onde toda ordem de violência viceja com desenvoltura: a pilhagem das riquezas, o cercamento das terras, a expropriação camponesa, o trabalho escravo e afins.

O ambiente de poder e de dominação acima citado embute violências. Trata-se de um padrão para além do controle da terra e do território. Almeida (2021), amparado em autores em torno do debate da colonialidade realça que a base se constitui a partir de uma racionalidade autoritária, patriarcal, patrimonialista, paternalista e cristã. Bem como, de padrões ancorados em elementos de raça, gênero e cor como marcadores de diferenças hierarquizadas por *habitus* de mando e de obediência e localização geográfica.

Em síntese, um padrão de poder estruturado em classe e étnico-racial, onde o senhor de terras e escravizados, o militar, entre outras categorias, representam o setor hegemônico. E, no caso amazônico, soma-se corporações do capital internacional. Ratifico, a ditadura do grande capital, como avaliou Ianni (1980). Cumpre registrar ainda a presença de facções criminosas dos mais variados vernizes e representações pretensamente religiosas orientadas pela teologia da prosperidade.

A reflexão anterior sobre a hipertrofia do poder dos senhores de terras é facilmente evidenciada, tanto nos noticiários, quanto em pelejas judiciais. Seja em escala local ou nacional. O recorrente é a criminalização das lutas do

campo popular. Em particular, da esfera das disputas pela terra, com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Inúmeras notas e manifestos dos movimentos sociais, bem como da Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciam a morosidade na apuração e julgamento de crimes contra os movimentos sociais, e da celeridade do judiciário da expedição de ordens de reintegração de posse. Mesmo que a terra seja comprovadamente grilada e que o requerente tenha cometido toda ordem de crime.

É recorrente a ação das forças policiais do estado em associação com milícias particulares no protagonismo de violências contra sem-terra, um nítido alinhamento com o capitão do mato do período colonial. Aqui cumpre sublinhar que chacinas como Eldorado dos Carajás, ocorrida em 1996, e a recente, de Pau D'arco (2017) foram realizadas pelas polícias estaduais. A militar, no primeiro caso, e a militar e civil, no segundo. Um *modus operandi* comum nas disputas pela terra no estado do Pará, onde é banalizada a presença de milícias dos fazendeiros nas operações. Assim como é recorrente a presença de agentes públicos do setor de segurança em convescotes do setor ruralista, como atestam inúmeras notas dos movimentos sobre o assunto.

Sobre a morosidade nas apurações de crimes contra sem-terra e seus apoiadores, para ficar somente em um caso, foram necessárias quatro décadas após a execução do advogado Gabriel Pimenta, até o estado brasileiro ser responsabilizado pelo crime. Pimenta foi executado na cidade de Marabá, na década de 1980, em plena luz do dia, em via pública, após participar de uma convenção partidária, recupera artigo publicado na obra *Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!* O estado brasileiro foi responsabilizado pelo corte de direitos humanos da OEA. Foi necessário apelar para uma corte internacional. Assim como outros casos de violação dos direitos humanos ocorridos no Pará, a exemplo do assassinato de João Canuto, José Dutra da Costa (Dezinho) e inúmeras chacinas.

Os anos de 1980 são consagrados como os mais violentos no estado. Os setores populares creditam tanto à reorganização das fileiras populares em uma escala local, quanto à organização da UDR^[5] (União Democrática Ruralista), considerada a responsável por articular milícias, quanto ao plano da geopolítica, no campo de efetivação das políticas públicas de desenvolvimento em favor

[5] Sobre a UDR no Pará ver a dissertação de FERNANDES, M. **Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR**. UFPA/NAEA, Belém, 1999.

do grande capital. Credita-se a Ronaldo Caiado, eterno governador de Goiás, a organização da UDR.

A integração subordinada da Amazônia ao país e à economia mundial, ao longo das variadas experiências desenvolvimentistas tem acenado favoravelmente às oligarquias locais e nacionais. Além de empresas do capital mundial, a exemplo da instalação de uma fazenda da montadora de automóveis alemã, Volkswagen, no sul paraense, uma região emblemática em casos de violências na luta pela terra na Amazônia.

A Volkswagen, ao mesmo tempo em que mantinha operários em condições análogas à escravidão em Santana do Araguaia, cedia espaço de suas fábricas no ABC paulista para que sindicalistas fossem torturados por militares de diferentes forças. No caleidoscópio de grandes corporações consta ainda as experiências dos multimilionários Henri Ford nos anos de 1930 e Daniel Ludwig, nos anos de 1960, no Baixo Amazonas. A experiência de Ford é o pontapé inicial do grande capital na região. Nos derradeiros meses o caso da montadora alemã tem sido revisto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

A Ford sentou praça na Amazônia a partir do monocultivo da seringa em Aveiro e Itaituba, nos anos iniciais do século XX, e o Projeto Jari, na década de 1960, na cidade de Almeirim. Ambos caracterizados pela concentração da terra, expropriação da população local, endosso do Estado nacional em diferentes frentes e destruição ambiental. Trata-se de uma geopolítica que tem consagrado a região como um almoxarifado do planeta, como tem notado e apontado ao longo de sua militância, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto. Ford, ainda no começo do século passado almejava a introdução da soja na região. Cercamentos de terras sem fim.

A geopolítica tem conferido à Amazônia um papel colonial. Seja com relação aos estados economicamente mais desenvolvidos do país, seja com relação aos países do capitalismo central. Os mais abastados. Trata-se de uma pesada herança colonial. Ianni (1978), ao interpretar o período sublinha que o capitalismo em sua fase mercantil generalizou o trabalho escravo, bem como o saque das riquezas locais, que engendraram o desenvolvimento dos países hegemônicos da época. Nestas geografias de pilhagem, o Estado exerce papel estratégico, como indutor dos processos e da dependência. Ianni (1978, p.17) esclarece que:

[...] Desde o princípio as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial. Nesse sentido é que as socie-

dades das Américas e Antilhas são formadas em estado de dependência, enquanto colônias. São como que geradas nos quadros do mercantilismo, da acumulação primitiva e do nascente capitalismo europeu.

Eldorado, Paraíso ou Inferno Verde? Estes são alguns dos enquadramentos recorrentes sobre a Amazônia. Uma construção econômica, política, social e cultural de matriz colonial. As classificações possuem relação tanto com as riquezas locais, quanto com a exuberante natureza. São construções de sentidos que têm como horizonte a consolidação da ideia da região como um vazio demográfico, uma região atrasada e de gentes obtusas.

Tais percepções constam em relatos de aventureiros, religiosos, naturalistas entre outros. Nenhuma novidade na assertiva. A ideia de vazio tem sido ratificada nas experiências desenvolvimentistas impostas ao longo dos anos. Seja durante a ditadura civil-militar (1964-1985), seja em períodos considerados como democráticos. A toada é a mesma, independente da coloração ideológica do governo. Nestes percursos, o *slogan* clássico foi elaborado durante a ditadura: “Terra sem homens para homens sem-terra”.

A ditadura representa a grande inflexão da reintegração física subordinada da região. As rodovias foram eleitas como o principal vetor, que irá reconfigurar física, econômica, cultural e socialmente a região. O favorecimento ao grande capital nacional e internacional promoveu e naturalizou a destruição ambiental, o trabalho escravo e uma pujante violência contra as populações locais. A ideia em modernizar e desenvolver a região tem servido de amparo ideológico às políticas desenvolvimentistas, onde a Amazônia é entendida como uma fonte inesgotável de riquezas.

Nesta direção, Porto-Gonçalves (2017, p. 24) compreende que:

Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não visões *da* Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas.

Uma província de estoque de riquezas. Assim tem sido entendida a região, que nas inquietações de Becker (2005), encarna a derradeira fronteira de expansão do capital. Desde as experiências desenvolvimentistas do período de Vargas até os dias atuais, não tem havido nenhuma inflexão. Exceção consta nos anos de 1980, quando do assassinato do dirigente Chico Mendes, momento em que pela primeira vez, algumas políticas públicas foram elaboradas a partir das demandas dos de baixo, onde o destaque é a experiência da Reserva Extrativista (Resex). Um modelo de reforma agrária adaptado à Amazônia.

Todavia, o que ficou conhecido como grande projeto, por conta do volume e da concentração de capital tem hegemonizado as políticas de desenvolvimento para a região. Assim como as territorializações e desterritorializações. Nesta trama política, econômica, social e cultural, agências multilaterais e grandes corporações transnacionais e frações da nacional burguesia entreguista comandam o processo de pilhagem. Todas as experiências até o momento consolidam a região como exportadora de produtos primários, ou no máximo, semielaborados, como ocorre no setor da mineração. Pilhagem adensada ainda com financiamento público a juros módicos a perder de vista, mão obra barata e precarizada, energia, água, renúncia fiscal e subsídios.

Nas experiências desenvolvimentistas o Estado tem cumprido o papel de indutor, seja com financiamento, doação de terras, subsídios e por renúncia fiscal, como ocorre no caso da Lei Kandir^[6], articulada no mesmo período da privatização da mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente, simplesmente, Vale. A sigla do enclave.

Outro caminho é possível. Qual a vereda a seguir? As tentativas são várias. Assim como as violências, as teimosias em oposição a elas persistem desde balaios e cabanos. Permanecem encarnadas em jovens em suas diferentes barricadas

^[6] A lei Kandir é uma lei proposta durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo então deputado federal Antônio Kandir o qual deu nome à lei. Foi publicada no dia 13 de setembro de 1996 e entrou em vigor em 01 de novembro do mesmo ano. Ela isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados, ou seja, não industrializados. A lei em si teve muitas mudanças e divergências nos últimos 24 anos, e foi este o tempo que levou para que a mesma fosse homologada. Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos Estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção de ICMS, mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115 – uma das que alteraram essa legislação –, embora mantendo o direito de repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado. (FAZCOMEX, 2023).

culturais, universitárias, redes sociais e afins. Intervenções materializadas em podcasts, webseries, documentários e transmissões de eventos ao vivo.

Constam em associações de pequenos produtores e cooperativas agro-extrativistas, em grupos de mulheres indígenas, camponesas, quilombolas, pescadores artesanais, na produção de manifestos, fóruns, giras em produções políticas, intelectuais e agroecológicas como o fazem inúmeros coletivos onde constam o Justiça nos Trilhos, o Tapajós Vivo, o Fórum Panamazônico, o Movimento pela Soberania na Mineração (MAM), o MST, a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), entre tantos outros.

E, ainda, em suas celebrações, a exemplo do bumba meu boi, do boi bumbá, do carimbó, do marambiré, do marabaixo, do tambor de crioula, do cacuriá, da festa do divino, das ladainhas, das pajelanças, da marujada de São Benedito e terreiros de cultos de matriz africana, entre tantas outras eclipsadas pelo “deus” capital, mas, a teimar em celebração.

◉ Bibliografia ◉

Agência Pública. **Projeto Escravizadores**. Disponível em: Projeto Escravizadores: investigações sobre escravidão no Brasil. Disponível em: Acesso em 20 de novembro de 2024.

ALMEIDA, R. H.; CAMPELO, L.; LEITE JUNIOR, D. Arenas Amazônicas: negros, mulheres, periferia, cultura e resistência. 01. Pará: ed. Santarém, 2017. v. 01. 95p.

ALMEIDA, R.; SACRAMENTO, E. (org.). **Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!** UFOPA, Santarém, PA, 2022.

ALMEIDA, R. H. **Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do planalto Santareno, em Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

AGUIAR, F. (org.). **Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira**. São Paulo: Boitempo/Fundação Perseu Abramo, 1999.

BERTHA, B. **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados. São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.**

CAMPOS, R.B. “Será que já raiou a liberdade?": Abolição e negritude nas escolas de samba do Rio de Janeiro. In: **Anais do Encontro Regional de História**.

Anpuh-Rio, 2014. Disponível em https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400173329_ARQUIVO_Seraquejaraioualiberdade.AbolicaoenegritudenasescolasdesambadoRiodeJaneiro-RenataBulcao.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2024.

CASTRO, E. **Quilombolas de Bujarú – Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra**. Convênio SEJU/ Programa RAÍZES/ UNAMAZ. Projeto de Pesquisa Mapeamento de Comunidades Negras Rurais no Estado do Pará. NAEA/UFPA, Belém-PA, 2003.

FAZCOMEX. O que é a Lei Kandir? Disponível em <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/lei-kandir/>. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FUNES, E. A. **Nasci nas Matas Nunca tive Senhor**: História e Memória dos Mocambos no Baixo Amazonas. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1995.

GULLAR, F. João Boa-Morte: Cabra marcado pra morrer. In: **Toda poesia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 177-87.

HOLANDA, S. B. de **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.

_____. **A Ditadura do Grande Capital**. Editora Civilização Brasileira. São Paulo, 1980.

MARIN, R. A e CASTRO, E. R. **Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais Domínios de um Conhecimento Praxiológico**. Novos Cadernos NAEA/UFPA vol. 2, nº 2 – Belém, dezembro 1999

MARTINS, J. de S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec, 3ª edição, 1991.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social. **Rev. Social**. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MELO NETO, J.C. de, **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MORAES, A.C.R. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, Brasil, n.2, jun. p. 105-112, 2001

MOURA, C. **Rebeliões na Senzala**. Edições Zumbi. São Paulo, 1959

NASCIMENTO, A.do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

TREECE, D. Candeia, o projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 70, p. 166-188, ago. 2018.

PICHONELLI, M. & UCHINAKA, F. **As tais fotografias: A conquista do espaço marcou um momento dramático da vida de Caetano Veloso e virou um clássico da MPB**. Em: TILT: UOL reportagens especiais. (2020). Disponível em <https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/a-conquista-do-espa-co-marcou-caetano-veloso-e-virou-um-classico-da-mpb/>. Acesso em 25 de novembro de 2024.

QUARESMA, E. **Encontro Raízes Negras: da Identificação Coletiva às Lutas por Políticas Públicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. Santarém/PA, 2019.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

OLIVEIRA, A.U. **A Geografia das Lutas do Campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia-encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SALLES, V. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará, 1971.

SOUZA, E.R. de. **O canto negro da Amazônia**. Belém: Falangola, 1991.

ensaaios
ensaaios
ensaaios
ensaaios

02

Encruzas amazônicas^[1]

Rogério Almeida

O pretenso ensaio tem como ambição refletir sobre a condição colonial imposta sobre a Amazônia ao longo das experiências des-envolvimentistas, bem como sublinhar ações de insubordinações ativadas pelos sujeitos locais na construção de horizontes utópicos para além dos padrões impostos.

O vocábulo *estranho* é classificado como adjetivo, o que define um ser excêntrico, extraordinário, fora do comum ou o que provoca espanto, singular.

^[1] Agradeço à bióloga Heloisa Aquino e ao filósofo, poeta e doutor por notório saber pela UFBA Charles Trocate pelos comentários e considerações sugeridas para a construção do presente texto, e ao encorajamento em torná-lo público. Bem como à Fabíola Pinheiro e Maria de Nazaré Trindade pelas revisões e correções de imprecisões. O trabalho foi produzido após a participação na mesa Território, conflitos e as fronteiras do capital: Brasil e América Latina no século XXI, da agenda do XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), ocorrido em Belém, entre os dias 08 a 12 de dezembro de 2022. Na ocasião tive a honra em dividir a mesa com o professor Antônio Thomaz Junior, do curso de Pós Graduação de Geografia da Unesp, Presidente Prudente/SP, quando fui catapultado da condição de mediador à palestrante por conta da ausência de professores/as por motivo de saúde. A primeira versão do ensaio foi publicada no livro **As GEOGRAFIAS agrárias a partir da Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil/2023**, como desdobramento do mesmo evento. No mesmo ano a missiva recebeu menção honrosa no Concurso de ensaísmo Serrote, considerado o principal do país. O pleito é promovido pelo Instituto Moreira Salles (IMS). O IMS edita revista homônima, que publicou uma versão do trabalho na edição de nº 47, em 2024. Ainda em 2023, a mesma comunicação foi finalista do Prêmio da Fundação Res República, sediada em Lisboa, Portugal.

E, ainda, aquilo que apresenta mistério ou enigmático. Assim soa a(s) Amazônia(s) para a maioria dos habitantes da própria região, ou mesmo fora dela, uma estranha, um enigma ou algo recorrentemente enquadrado como exótico.

O exótico tem sido a janela preferencial pela qual os meios de comunicação, que, a cada semana anunciam uma expedição, apresentam aos olhos dos incautos, algum recôndito lugar amazônico nunca antes navegado, via de regra, a consagrar estereótipos. Noutro ponto, nos reclames de peças publicitárias, a praxe é representar a região por meio da floresta e animais, com proeminência máxima de onças e araras, e manter as gentes e seus territórios diversos como sujeito oculto.

No percurso histórico do campo simbólico sobre o enquadramento da região despontam classificações que transitam entre ser o paraíso, o inferno, o eldorado e um vazio de gentes. Ocorre que o “vazio”, há milênios abriga gentes cheias de saberes, e manhas ancestrais em manejar as riquezas que a terra, as ilhas, a biodiversidade, a floresta e os rios possibilitam. Está escrito na Caverna da Pedra pintada, no município de Monte Alegre, há pelo menos 11 mil anos, no Baixo Amazonas. Nestas paragens, sítios arqueológicos abundam, bem antes de Colombo por aqui baixar.

O discurso de vazio, em certa medida, se justifica pela estonteante reserva de estoque de riquezas, que devido ao xadrez geopolítico, tende a consagrar a região como um “almoxarifado” para atender às demandas e interesses tanto externos, quanto internos; a ratificar a condição colonial da região, a eterna fronteira a ser incorporada aos circuitos da economia global, que a todo espaço mercantiliza. Fagocita. Uma integração subordinada. Uma entrada pela porta de serviço, ombreada por frações de classe nacional amparadas em privilégios e desprovidas de sentimento pátrio.

Natureza, sociedade, diversidade, heterogeneidade afrontam o imperativo do capital, onde o que tem predominado é o saque, a pilhagem, a rapinagem, a primitiva acumulação e suas atualizações conceituais. Iniquidades permanentes, desde tempos imemoriais, idos do século XVI. Há quem prefira o século XIX, quando do *boom* da economia gomífera (borracha). Gula capital sobre o espaço sem cessar, onde, na quadra do tempo, quando da ditadura empresarial-militar, deu-se a grande inflexão da conformação espacial, quando o rio deixou de ser o principal vetor de colonização.

As rodovias como recurso da integração física foi a opção. Subordinação ao interesse internacional, precedida por políticas de Vargas e JK. A ditadura do grande capital, como crava o sociólogo Octavio Ianni. Sobreposições tem-

porais sobre as sociedades locais, ato imposto a partir do veio ideológico da Doutrina de Segurança Nacional. Uma marcha à ré, a exaltar o discurso de vazio demográfico em políticas, programas e planos de desenvolvimento. Cartografias senhoriais. O território “vazio de gentes” autoriza a subordinação, a modernização conservadora. Sem terra, sem florestas e rios não há vida. Sem terra, sem florestas e rios não há gentes e encantados.

O vazio, há milênios, está cheio de gentes. Faz-se necessário ratificar. Gentes a manejar as riquezas da úmida e biodiversa floresta tropical, a se reproduzir econômica, política, social e culturalmente. Bajaras em riomares sem fim. Sabenças na seleção da madeira mais adequada para a edificação de embarcações ou casas, matemática para medir a quantidade de gente exata a navegar nas naus; teimar na contracorrente da modernização colonial. Canções, poesia, mandingas, bençãos, unguentos, banhos de ervas para purificação, festivais da roça, dos rios, dos riomares, tambores em comunicação com os encantados. Laroyê, Exu!

Apesar da assimetria entre os sujeitos que disputam o território e a construção de sentidos sobre a Amazônia, os historicamente colocados em condição de subalternização edificam processos de organização, enfrentamento e ocupação no cenário político e em defesa de seus direitos de posse e uso da terra, da floresta, do subsolo e dos rios. E, assim, erguem barricadas de re-existência em diferentes campos: política, educação, cultura, cooperação, produção e afetos. Forjam escolas, organizam romarias, marchas, confrontam cercas de terras griladas, fazem canções, cordéis, jornais, poesia, filmes, festivais, ocupam universidades, e até semeiam livros. Livros à mão cheia.

Oh! Bendito o que semeia
Livros....livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe -que faz a palma,
É chuva- que faz o mar!

Castro Alves

É a (s) Amazônia (s) é um grande grilo? Fronteira capital. Riomares de migrações. Gentes. Front de vida. Front de morte. Front reserva de riqueza para o futuro, espaço híbrido, contraditório e de conflitos latentes. Front em permanente mutação. Frente pioneira. Frente de expansão concomitantemente

a germinar situações de conflitos, a privar os viventes de cá, da possibilidade de reprodução, expropriação. Privar é a ordem, jogo combinado entre frações de classe, a contar com as bençãos/anuência do Estado autoritário e racista, que desregulamenta, flexibiliza, financia e induz. Estica, modela e castiga. Capturado. Interesses capitais.

“Segurança jurídica” invoca o capital. Li no jornal. Propriedade privada. Concentração da terra, barramentos de rios para gerar energia ou acudir lavouras, tombamento de floresta para hospedar monocultivos, a pecuária extensiva ou obras de infraestrutura. Homogeneizar é a ordem do dia. Todo dia. Permanências coloniais. Privar é a bandeira. Os tentáculos almejam para além da terra, subsolo, biodiversidade, água, sabenças, plantas, beleza cênica, carbono, nossa guerra, nossa paz. Em contraponto, os excluídos do banquete remam contra a corrente. Insubordinar é preciso! Totalidades contraditórias.

Por uma vida plena, sob critérios de classe, etnia, raça e gênero. Bem viver é um dos horizontes utópicos, assim como a agenda do Movimento pela Soberania da Mineração (MAM), a almejar uma outra mineração, a somar com a experiência da agroecologia, por uma terra sem veneno, defesa e garantia dos territórios e outros possíveis devir. “Nada sobre nós sem nós”. Palavra de ordem. Escalares interesses de sujeitos díspares. Sulamericana, global.

Jaz a Amazônia como quebrada local? Benedicto, o Monteiro, rebento das águas das barrancas de Alenquer, intérprete de elevada estatura sobre a Amazônia, lá pelos idos de 1970, indagava: A Amazônia é o local onde a humanidade pode ainda tentar uma nova experiência de vida?

Há sabença na quebrada sobre reflexões densas em pulsão poética e filosófica para além dos muros e ritos acadêmicos, por entre praças, furos, rios e florestas. O educador, poeta, cordelista, trovador e contador de história Antonio Juraci Siqueira, que corre Belém em dias de feira e fins de semana, em panfleto poético batizado de Kararaô e outros poemas, sobre a saga amazônica e seus povos, dispara:

Em cada rosto caboclo
existe um índio escondido
enclausurado em si mesmo,
discriminado, oprimido
escravo em sua própria terra
trazendo o grito de guerra
no coração reprimido

Eu sou a voz desse índio:
- a flecha, a lança, a borduna...
Sou peixe na piracema,
limo de várzea, boiúna,
tronco do rio submerso
e, se me desfaço em verso,
sou arma, pão e tribuna!

Meu cantar é berço e tumba
é pedra, rosa e punhal,
é chuva regando a terra,
é fogo no matagal:
- alerta, instiga e provoca
com fúria de pororoca,
força de vento geral!

Outro cabra sabido da cultura popular destas terras é o senhor Francisco Walter Pinheiro Gomes. Andante das bandas de Quixadá/CE. Autodenominado de Ceará do Pará. Trabalhador rural, dirigente sindical lá pelas barrancas de Santa Maria das Barreiras, sul do Pará, estudante do curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e cordelista. Em sua interpretação sobre a hegemonia do capital a partir da mineradora Vale, em Carajás e a expropriação que ela provoca, assim analisa:

O império da Vale avançou para a floresta
Escavando e pesquisando
Aquilo que ainda resta,
De riquezas em nossas terras,
Veja se esta história presta!

Expulsaram na força bruta,
Os pobres e os camponês,
Comprando por micharia a terra por sua vez
Dizendo-o, o subsolo não pertence a vocês

Em outra obra cordelista, que trata sobre a destruição da Amazônia, por conta da sanha desenvolvimentista assentada na grande propriedade privada,

voltada para a pecuária extensiva, e a integração física a partir das rodovias dos tempos da ditadura empresarial-militar, assim Ceará do Pará versa:

Foram expulsos da terra
por esta especulação
das terras da rodovia
para fundar as cidades
e os nossos camponês
ficar sem propriedade

Com mão de obra farta
foi fácil para os barões,
entrar derrubando a mata,
com gesto de escravidão
que foi este o grande mal
de toda região

As matas foram caindo
batendo as ramas no chão
de longe se ouvia o gemido
daquela destruição
no lugar das grandes matas
hoje tem branquiário.

Por sua vez, o filósofo, poeta e autodidata Charles Trocate (2002), em livro Poemas de Barricada, sobre os combates na fronteira, reflete:

É certo punir a fome
E não as bocas
Que dela sentem.
É certo cavar-lhe o poço
Para alcançar água quem
dela tem sede
E não cravar-lhes a morte!

É certo devolver a terra
aos que dela são todos

Descolonizar o arado
Devolver-lhes as plantações
E não perseguir
As colheitas!

É certo os despossuídos
Armados de coragem
Desobedecer às
Leis de oprimir!
Provocar uma ceia de fartura
E combates
preciosos....

Em outra trincheira, o dirigente sindical e lavrador Expedito Ribeiro precedeu a todos. Mineiro de Valadares/MG, encontrou em Rio Maria, sul paraense, um punhado de terra, e em seguida a morte. Pistolagem da UDR (União Democrática Ruralista). A milícia da agricultura capitalista. Caiado chão de sangue lavrador. A cidade entrou para o mapa do Brasil e além fronteira por conta de assassinatos de líderes sindicais na década de 1980, em particular da família Canuto. Ribeiro tinha consciência de classe e do risco que corria em assumir o Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria. Temor que materializou em poesia. O livro é póstumo, onde consta:

Repito e digo sempre
Que ninguém vence a morte
Devemos estar preparados
Esperando esse corte
Sabemos que não tem jeito
Que está é a nossa sorte

Sabemos que a morte vem
Leva mendigo e doutor
Leva rei, leva rainha
Leva aluno e professor
Nem Jesus, rei dos Judeus
Da morte escapou

Tenho a maior certeza
Que um dia vou morrer
E é a maior verdade
Que tenho em meu conhecer
Pois tenho tanta certeza
Que escrevo este ABC

Um dia morte chega
Só não tem hora marcada
Muitas vezes é de surpresa
E com uma cutilada
Mata um, mata dois, mata três
E mata até uma mamada

Vamos esperar a morte
Pois esta vem resoluto
Porém já vemos que dela
Ninguém ganha a disputa
Vem, porém, não é notada
Mata e é absoluta

Por seu turno, Júlia Iara, militante do MST do Maranhão, quando da passagem de 21 anos do Massacre de Eldorado, em 2017, em ato em defesa da memória pelos que tombaram na Curva do S, e a consta ante presença da ameaça de morte, assim versou em sua prosa batizada “Como muralhas”, (2022, p.775):

Nós permanecemos, cinquenta como um corpo único, fortaleza, até o fim do ato. Os cinco dirigentes com a tarefa das falas estratégicas fizeram as denúncias combinadas, com fúria renovada e a coragem de sempre. Improvisamos mais coros provocadores. E no fim, uma saraivada de gritos de guerra. Nós ali, de peito aberto para o perigo, protegendo-nos uns aos outros, resistimos e vencemos o medo. Quem não vive na Amazônia não sabe como o perigo nasce e descamba com o sol e vem ainda com a noite, cotidianamente.

Interrogar é preciso! Viver.... Em que veio/vereda do(s) conhecimento(s) embriagar-se para compreender a quebrada amazônica? Perifa/Centro em constante tensão da expansão do capital, a reconfigurar os espaços em sentido de incorporar a fatia ainda não integrada à roleta russa global. Um drama/trama do des-envolvimento imposto, aos moldes do escrevinhamentos de Porto Gonçalves (2020), quando ele revisa a dinâmica da conformação das feições territoriais nacionais. Violências em transbordamentos em todas as esferas e latitudes, e, na maioria das vezes, de forma conjugada: público/privado. Convergências entre o ilícito/lícito, ilegal/legal. Violências naturalizadas.

Subordinações. Em suas inquietações no campo da geopolítica para a Amazônia, o professor Wanderley Messias da Costa sinaliza o projeto Marcha para o Oeste, sob a batuta de Getúlio Vargas, idos de 1930, como uma espécie de marco do planejamento geopolítico na história recente do país, seguido pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek, na década de 1950. Neste mesmo conjunto, são referências ainda os tratados sistematizados pelos militares Golbery do Couto e Silva e Meira Matos, no arcabouço da Escola Superior de Guerra (ESG)^[2], esta última, responsável pela estruturação da Doutrina de Segurança Nacional. Tais propostas forjadas sob os auspícios das teses da Aliança para o Progresso^[3], um marco do ambiente da Guerra Fria, Almeida (2021).

A professora Violeta Loureiro (2002:p. 107) ao inventariar o rosário de perdas e danos da Amazônia, dispara que ao longo da história a região tem

^[2] Destacam-se no conjunto de ações, a Doutrina de Segurança Nacional, a marcha de forma sistemática da integração física da Amazônia tendo como impulso demandas exógenas sob o mito do ‘vazio demográfico’ um processo “civilizatório cujo lema residia em “Integrar para Entregar”, bem como em “Terra sem Homens para Homens sem Terra”. A Instituição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a elaboração do Plano de Integração Nacional (PIN), que impõe o modal rodoviário (sentido Leste Oeste) como prioridade, os grandes projetos de polos (madeira, pecuária, energia e mineração), bem como, projetos de colonização; e ao apagar o período do estado de implantação do Projeto Calha Norte, voltado para a região de fronteira com a Venezuela, Guianas e o Peru expressam o contexto daquele momento (Gil, 2021).

^[3] Criada após o triunfo de Fidel Castro, em Cuba, em 1961, durante o governo de John Kennedy, a Aliança para o Progresso (AFP, sigla em inglês) intentou deter o avanço do ideário socialista no continente latino, bem como, fomentar políticas de desenvolvimento e a redução das desigualdades com base em experiências dos planos New Deal (1930) e Marshall, do pós 2ª Guerra Mundial. Assim, apresentou um volume expressivo de políticas e programas para a América Latina. Foi até hoje a mais abrangente e ambiciosa iniciativa diplomática de cunho multilateral formulada pelos Estados Unidos para a América Latina. Em termo absoluto, o Brasil foi o país que mais recebeu recursos no continente. A Aliança no Brasil redundou no golpe civil-militar de 1964 e para a consolidação de um projeto desenvolvimentista liberal fortemente ancorado na lógica e em interesses do capital privado estadunidense. Com o mesmo viés, outras ditaduras foram instaladas na América Latina com o apoio e intervenção explícita dos EUA. O governo Kennedy empenhou toda ordem de esforço em desestabilizar governos no continente latino, e em uma guerra de cunho cultural ideológica em oposição ao ideário comunista, Ioris e Mozer (2019).

sido um “[...] um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos”. Sobre os preconceitos, a pesquisadora sugere que a expedição de Pinzon descortina o ciclo, que ganha em relevo com Orellana, e, se perpetua ainda hoje nas políticas públicas. Assim como a ideia de região homogênea.

Ao criticar as experiências desenvolvimentistas, Loureiro analisa que o entendimento que tem predominado é que somente o capital poderia impulsionar a saída do “obscurantismo” da região. O que valida o discurso de vazio demográfico e ao mesmo tempo desconsidera o aprofundamento das desigualdades, bem como a concentração da renda, a expropriação, a grilagem de terras, as violências contra os sujeitos locais e as suas territorialidades. O que transita entre a insegurança alimentar, o epistemicídio e o extermínio.

Tempo, tempo, tempo, espaço tempo. Nas derradeiras décadas do século XX e nas iniciais do século XXI, o mundo embarca em uma era denominada de incertezas e variadas crises: capital, democracia, ambiental, civilizatória. Um mar sem fim. A conjuntura confere às agências multilaterais e empresas transnacionais a hegemonia no processo de decisão, em detrimento do papel exercido pelo Estado, ainda que a este caiba a missão de desregulamentador para facilitar o fluxo de capitais, agilizar privatizações, entre outras atribuições, como verificados no processo de implantação das políticas públicas voltadas para o setor de logística e infraestrutura no país, e em particular, para a Panamazônia. A escala agora é outra, continental, Almeida (2021).

Nesta jornada pela manutenção do *status quo*, os anos da década de 1980 representam uma espécie de divisor de águas. É nele que é celebrado o Consenso de Washington^[4]. O tratado edificou as bases do que ficou cristalizado como a nova ordem mundial. Soma-se ao cenário o triunfo do modo de produção capitalista em escala mundial, bem como o ocaso da experiência socialista na URSS e no Leste Europeu, Almeida (2012).

^[4] O Consenso de Washington, realizado em 1989, quando da reunião dos Estados Unidos com organismos financeiros privados e multilaterais, é colocado como um marco. Na reunião, especialistas sugerem um conjunto de medidas para as economias periféricas. As formulações elaboradas por um grupo de intelectuais foram sistematizadas por John Williamson, do Institute for International Economics, a serviço de instituições financeiras e do governo dos Estados Unidos. Essas formulações, que ficaram conhecidas como Consenso de Washington, originou a cultura da subordinação do Estado ao Mercado. Entre as medidas, constavam: controle dos gastos, reforma tributária, abertura comercial, privatização de estatais, investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições, desregulação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas, direito de propriedade Cannabrava Filho (2003). Chesnais (1996), Santos (2000) e Ianni (1995), entre outros, chamam a tal conjunto de medidas de políticas neoliberais.

Já, para o hemisfério Sul, as transformações implicaram em uma agenda marcada por privatizações, desregulações, uma nova divisão internacional do trabalho e proposição de projetos que buscam agilizar o acesso às riquezas locais, a exemplo da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A IIRSA encarna uma história desenvolvimentista tantas vezes lida, onde temos grandes empreendimentos de infraestrutura concentradores de capitais em determinado espaço, incentivados pelo Estado autoritário, que articula interesses privados a partir de políticas de renúncia fiscal e creditícia. O acesso às terras fartas de fácil acesso (grilagem), continua a balizar as políticas de des-envolvimento para a região.

A opção representa a manutenção de uma matriz colonial estruturada na concentração de grandes extensões de terra, monocultivos intensivos em uso de agrotóxico, voltados para o mercado externo. E, em muitas das vezes, a reeditar o trabalho análogo ao escravo. Estas políticas são orientadas sob o diapasão do capital monopolista, promotor de formas de acumulação primitiva, como reflete, entre outros, José de Souza Martins em inúmeros tratados, em particular, no debate que empreende sobre a fronteira.

Para além da acumulação primitiva, os processos desenvolvimentistas impostos para a Amazônia edificam e mantêm padrões de poder e de hierarquias ancorados em critérios de raça, etnia, gênero e cor. Uma homologação das colunas estruturantes da colonização. Uma trajetória marcada por toda a ordem de violência, regida sob o signo do discurso modernizante e civilizatório de matriz eurocêntrica, como interpretam, entre outros, Quijano (2005), Porto Gonçalves (2017) e Cruz (2018). Conjunto de ideais denominado de colonialidade, a tensionar com a ortodoxia marxista.

Distensão. Uma pequena. O assassinato de Chico Mendes, no fim do ano 1988, e os anos iniciais da década de 1990, abriga a inflexão no que tange às disputas sobre as riquezas naturais. O viés ambientalista ocupa uma certa centralidade. Pela primeira vez algumas políticas públicas são instituídas tendo como epicentro a Amazônia e os sujeitos que nela habitam. A reforma agrária da floresta coloca ao centro o ser humano. Nada de dicotomia. Os invisibilizados alcançam o *status* de sujeitos políticos. No meio do caminho, inúmeras mediações com outros sujeitos. Dentro e fora do país.

As Resexs (Reservas Extrativistas) emergem como possibilidade em meio a um turbilhão de abissais reconfigurações no cenário mundial da economia, política e tecnologias, em uma conjuntura de implosão das fronteiras do espa-

ço-tempo. Nova nuance do capital a partir de infovias. Financeirização. Capital, fronteira, espaço, cidadania, soberania, nação, trabalho. Tudo ressignificado. Novo mapa-múndi. Tudo pelos ares, além de um estranho odor de enxofre de totalitarismos pretéritos a impregnar o ar.

Ainda que os setores do campo popular tenham conseguido uma certa projeção como sujeitos políticos em escala nacional, o fato não impediu que a violência com relação à disputa pela terra recrudescesse. Na década regida pelas privatizações (Vale), a de 1990, é marcada por dois massacres de sem terras durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o de Corumbiara, em Rondônia (1995) e o de Eldorado dos Carajás (1996), no sudeste do Pará.

Sanha neoliberal. A mesma década que implantou a renúncia fiscal com a criação da Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), a aprofundar ainda mais a condição colonial dos estados marcados pela exportação de *commodities*, a exemplo do Pará, que possui na extração de minério a centralidade de sua economia.

Assassinatos de dirigentes sindicais e de ambientalistas permanecem, sublinho aqui a execução dos extrativistas Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo, na cidade de Nova Ipixuna, mortos em tocaia, em 2011. Morte anunciada. Em participação no evento TED Amazônia, José Cláudio havia tornado públicas as ameaças que vinha sofrendo. Tanto o nome dele, quanto o da companheira, Maria do Espírito Santo, constaram em relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como ameaçados pela grilagem. Todos sabiam das ameaças. Até os carrapatos dos bois da terra grilada.

Já em maio de 2017, tem-se o Massacre de Pau D'arco, igualmente no estado do Pará. Obras das polícias Civil e Militar. Entre os 10 camponeses executados, cinco eram da mesma família. O crime ocorreu no mês dedicado às mães. Assim como no caso do casal de extrativistas. Como em outros crimes relacionados com a luta pela terra, o manto da impunidade impera. Permanências de horror e iniquidades. A ocupação da Amazônia é o cenário de um riomar de sangue, onde os anos da década de 1980 possuem destaque.

Permanece o enquadramento da região como almoxarifado. Estoque de riquezas naturais. Corredores de circulação de matérias primas (*commodities*) emergem como política desenvolvimentista em escala continental, agora a partir de eixos de integração, desde os anos de 1990. Saque, rapinagem, pilhagem. Totalidade contraditória: propriedade privada X territoriais ancestrais.

O estado brasileiro, ao mesmo tempo em que é signatário de tratados internacionais de defesa da biodiversidade, da cultura, da autonomia de decisão sobre os territórios ancestrais, como celebra na Convenção 169 da OIT, e

como estabelece o Decreto 6040/2007, exerce protagonismo na dinamização e viabilização da integração de infraestrutura regional sul-americana. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) desponta como o principal financiador. A “vaca de divinas tetas”, a contraditar um liberalismo manco, em eterna recusa em abrir mão do Estado.

Grão em grão, o monocultivo, mineradoras e as necessárias obras de infraestrutura monopolizam o espaço e socializam toda ordem de danos. Bunge, Cargil, Amaggi, Dreyfus, Odebrecht, Vale, Imeris, Anglo American Brasil, Alcoa. Interesses transnacionais. Subsolo. A extração mineral faz par com o grão. Aprofundam-se as desigualdades no xadrez de assimetrias. Aquarela de obras de infraestrutura para sanar a demanda. Frações de classe em bloco. Blocos de classes em antagonismos.

Financiamento público. A sociedade nacional a financiar o saque, mesmo com a colaboração de fundos públicos da classe trabalhadora, como adverte Porto Gonçalves ao sinalizar para a presença no elenco de financiadores dos Fundos de Pensão da Caixa Econômica, Banco do Brasil e da Petrobras. Contradição de classe. Entre outras ações, barrar o rio é a regra. Represar o rio é barrar a vida. Planejamento e gestão do espaço em escala internacional. Sul-Americana. A pressionar territórios delimitados a partir das bandeiras populares.

O Baixo Amazonas, por exemplo, abriga um mosaico de Unidades de Conservação, a derradeira reserva de floresta do estado do Pará, repleta de gentes, em variadas modalidades de uso, onde ocorrem terras Indígenas, projetos de assentamentos de inúmeras modalidades, Resex, territórios quilombolas. Resultado de ação reativa do Estado após a execução da agente da CPT, Dorothy Stang, em 2005.

A mesma ação reativa do Estado sucedeu os massacres de camponeses nos anos de 1990 e consagraram a Amazônia como a que mais concentra projetos de assentamentos da reforma agrária (PA), destaque ao sudeste paraense, que abriga mais de 500 PAs. Front de vida. Front de morte. A partir dos massacres, o Estado passa a reconhecer em massa áreas ocupadas por camponeses, algumas há mais de duas décadas, em sobreposição territoriais, onde constam Unidade de Conservação, terra indígena, território quilombola, projeto de assentamento, etc.

Amazônia, encruza de acumulação desigual de tempos, tão perifa/centro que mesmo o ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária), só teve como palco seu espaço, Belém, quase cinco décadas após a realização do primeiro, ocorrido em Salgado (SE), num distante 1978, apesar da região encarnar um dos principais palcos/arenas de refregas agrárias e territoriais.

Tempo, tempo, tempo. Espaço-tempo. Tenho dito. O trem – da Vale, o maior do mundo - a danar-se naquelas brenhas.... tanto queima, como atrasa. Apropria-se e expropria e, contraditoriamente, semeia sementes de resistências por entre os trilhos de um possível devir.

◉ Bibliografia ◉

ALMEIDA, Rogerio. **Territorialização do Campesinato no Sudeste do Pará.** NAEA/UFPA. Belém, 2012

_____. **Entre o Rio e o Asfalto:** as Disputas Territoriais nas Comunidades Quilombolas do Planalto Santareno, em Santarém/PA, no Contexto do Avanço do Grande Capital. 2021. 285 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.

CANNABRAVA, F. **América Latina Pós Consenso de Washington- compondo uma nova cultura.** Nova Sociedade Comunicação, São Paulo, 2003.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** Editora Xamã, São Paulo, 1996

COELHO, M.C. **A CVRD e o Processo de (RE) Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará).** In: COELHO, M.C. & COTA, R. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém. UFPA/ NAEA, 1997, p.51-78

COSTA W.M. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder.** São Paulo, Edusp, 1992.

CRUZ, V. C. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36.

GIL, Henrique de Freitas Chimenes. **O Pensamento Geopolítico de Golbery do Couto e Silva e os Povos Tradicionais na Amazônia: uma Relação Tensa.** Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 1, nº 1, 2021, pp. 120-140

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1981

A sociologia no século XXI, Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, v-18, n.º 1/2, jun/dez, 1995.

IARA, Júlia. **Como muralha**. In Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra. Vivos na luta pela terra!. ALMEIDA, Rogerio. SACRAMENTO, Elias (org). Santarém/PA, 2022. p.772-776

IIRSA - **Iniciativa para a integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana**. BID/CAF/FONPLATA, 2011.

IORIS, Rafael e MOZER, Josiane. **Parceiros em quê? A Aliança para o progresso e a Política Editorial de Modernização da América Latina no Contexto da Guerra Fria**. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 529-548, set./dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019.e61478/41006>. Acesso em dezembro de 2019.

LOUREIRO, V. R. (2002). Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir . *Estudos Avançados*, 16(45), 107-121. Disponível em <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9872>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I**. Boitempo. São Paulo, 2018

PINHEIRO, F.V. **Impactos da Mineração**. Literatura de Cordel. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Marabá, 2011

_____. **Destruição da Amazônia**. Literatura de Cordel. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Marabá, 2018.

PORTO – GONÇALVES. Carlos Walter. **Amazônia- encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2017

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Landier (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Acesado em julho de 2021.

RIBEIRO, Expedito. O Canto negro da Amazônia. Falangola Editora. Belém, 1991.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000

SIQUEIRA, Antonio Juraci. **Kararaô e outros poemas**. Edições Papachibé. Belém, 1999.

TROCATE, Charles. **Poemas de Barricada**. Marabá/PA, 2002.

PROGRESSO

Ademir Braz

A amiga sorrindo:

— “Marabá chegou no mar!...

Com duas pernas de ferro de 900 km,
e isso dá poesia!”

(Há uma alegre ironia
nadando em seu olhar)

Sorrindo-nos em pânico:

— “É verdade, gente, chegamos ao mar!...”

e ficamos alegres e orgulhosos

da estrada-de-ferro

da Nossa Senhora Vale do Rio Doce.

Bem verdade que Ela nos leva
a entranha ferruginosa da serra
e, na ida, entre o céu e a terra,
deixa-nos ao menos isso
e só isso:

uma sacudida na ponte
um apito maroto
como afago de gigolô.

Mas,

temos agora a essencialidade do mar
bem à nossa porta,

sob nossos olhos.

Toalha aos ombros, óculos raibán, esteira
de palhinha (sonhar, quanto custa?)
sinto o iodado ar bulindo nos meus ossos
nostalgias d'África
promessas inconfessáveis de sereias
roteiro de tesouros naufragos.

Ah, como dormir, o, coração atônito,
com esse comboio irreal
levando para o mar o sono o sonho?

Ó meu Glorioso Trem Expresso Carajás:
esperai por mim...

01

Amazônia^[1] - projetos de mineração da Vale pressionam territórios

Rogério Almeida e Lilian Campelo^[2]

No mês de julho de 2013 o maior empreendimento da Vale, Projeto Serra Sul (S11D) recebeu dos órgãos ambientais do governo federal, do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (Icmbio) a licença de instalação do projeto da mina e da usina de beneficiamento do minério de ferro, apesar de parte da área integrar a reserva ambiental da Floresta Nacional de Carajás. A pressão sobre reservas ambientais e territórios das populações originárias é uma das características de tais projetos na Amazônia.

O S11D encontra-se nos limites dos municípios a sudeste do Pará, Canaã dos Carajás e Parauapebas. Com o projeto, a mineradora incrementará a produção de ferro em 90 milhões de toneladas por ano, mas com capacidade de dobrar a produção. O mercado asiático tem sido o destino do minério de ferro de excelente teor das terras dos Carajás, em particular a China e o Japão. A previsão é que a usina inicie as operações até 2016. A iniciativa que inclui mina, duplicação da Estrada de Ferro de Carajás (EFC), ramal ferroviário de 100 km e porto está orçada em US\$ 19,5 bilhões.

^[1] A primeira versão foi publicada no site da Agência Carta Maior, no dia 27 de julho de 2013. Nesta versão existem acréscimos de mapa, tabela, fotos e uma subseção sobre a criminalização dos movimentos sociais..

^[2] Lilian Campelo é jornalista *freelance*.

Os recursos estão distribuídos da seguinte forma: a logística consumirá US\$ 14, 1 bilhões; US\$8,1 bilhões serão usados na mina e na usina; enquanto US\$ 2 bilhões serão usados durante o ano. Como em outros empreendimentos na Amazônia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o responsável por parte dos recursos, ao lado do banco japonês, *Japan Bank Internacional Cooperation* (JBIC). O projeto é maior ou equivalente à primeira versão do Programa Grande Carajás (PGC), iniciado há quase 30 anos.

Miséria S/A - O extrativismo mineral tem regido a economia do estado do Pará. Trata-se do principal item da balança comercial, chegando a contribuir com 90% do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, a base da economia não tem colaborado para alterar o cenário da pobreza da maioria da população ou dinamizar a economia.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto, especialista em temática amazônica sinaliza que entre 1997 a 2001, a Vale contribuiu para o erário paraense com menos de R\$ 6 milhões em impostos sobre minério de ferro exportado. Existe minério praticamente em todo o estado, - de seixo a ouro -, até o momento Carajás tem se constituído como o principal polo. O setor de maior peso na economia paraoara planeja investir 46 bilhões de dólares (quase 80 bilhões de reais) durante a vigência do seu plano quinquenal (2010/2014).

O principal efeito desses investimentos será incrementar ainda mais a especialização do Pará como estado exportador (talvez vindo a ocupar a 4ª ou mesmo a 3ª posição nacional em 2014) e gerador de saldo de divisas (já é o 2º mais importante do Brasil)”, avalia o jornalista. Os planos de desenvolvimento para a Amazônia consolidam a região como uma fonte exportadora de matérias primas, ou no máximo semielaborados e energia. Conforme os tratados de economia, um exportador de *commodities*. Uma economia de enclave, que não dinamiza as regiões aonde opera.

As quase três décadas de extrativismo mineral em Carajás não representam uma alteração da qualidade de vida das populações do Maranhão e Pará, estados impactados pelo projeto. Iguais em desgraça, ambos ocupam lugar de destaque no mapa da pobreza do país. No Maranhão, do total de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhão sobrevivem abaixo da linha da miséria, com renda de R\$70,00 por mês.

No ranking da extrema pobreza do Brasil, o Pará ocupa o quarto lugar, com uma população de 1,5 milhão de pessoas, e conta com outro 1,5 milhão na faixa da pobreza. Entre os municípios do corredor de Carajás nenhum alcança a renda per capita mês igual a um salário mínimo. Parauapebas e Marabá lideram o ranking com R\$221,48 e R\$188,59 respectivamente. São João do Araguaia tem o pior indicador, R\$67,72, enquanto Canaã dos Carajás responde com R\$167,46. O município vizinho da mina, Curionópolis tem a *per capita* de R\$ 108,15, quase a mesma renda da pequena Palestina do Pará, R\$ 106, 64.

Os demais municípios do sudeste paraense possuem a seguinte *per capita*: Bom Jesus do Tocantins, R\$107,80; Brejo Grande do Araguaia, R\$113,77; Eldorado dos Carajás, R\$106,16; Itupiranga, R\$85,71; Nova Ipixuna, R\$127,26; Piçarra, R\$119,34; São Domingos do Araguaia, R\$ 113,55 e São Geraldo do Araguaia com R\$136,06, segundo dados de 2010, do Sistema de Informação Territorial (SIT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

No que tange à geração de emprego, o setor responde com a taxa de 1,5%, conforme dados sistematizados pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado (Seicom) até 2012, onde os paraenses ocupam 34,4% dos postos. Trata-se de ocupações que exigem o menor nível de escolaridade (fundamental e fundamental incompleto). As análises sinalizam que o setor gera pouco emprego em nível estadual, que tem no serviço público o principal empregador.

Vale sublinhar que a região de Carajás concentra a cadeia do extrativismo mineral no estado do Pará, marcada pela concentração de capitais e a renúncia fiscal. O que acarreta o aprofundamento das desigualdades internas entre os municípios. A mesma região concentra os municípios que mais desmantam na Amazônia, e com os piores indicadores nacionais de violência no campo, além de ocupar lugar de destaque em trabalhadores libertos pela fiscalização do Ministério do Trabalho em condições análogas à escravidão.

Megaempreendimentos x populações ancestrais - Os números quase sempre estratosféricos do setor costumam ser festejados em chamadas de capas dos jornais locais, que secundam as tensões e situações de conflito que os megaprojetos provocam junto à sociodiversidade amazônica, entre eles camponeses, indígenas e quilombolas. Hidrelétricas, portos, rodovias, hidrovias e ferrovias integram o quadro de empreendimentos públicos e privados que pressionam territórios ancestrais e áreas de reservas ambientais, como é o caso da EFC.

Duplicação da EFC pressiona territórios quilombolas e indígenas - A EFC possui 892 quilômetros de extensão e corta 25 localidades, 21 delas no Maranhão. Diariamente passam dois tipos de trens por essa ferrovia: o trem de passageiros e o trem cargueiro, que possui 330 vagões e mais de 3,3 quilômetros de comprimento. Dados da empresa sinalizam que sobre os trilhos, por ano, circulam 350 mil passageiros e 120 milhões de toneladas de carga. A duplicação de parte da Ferrovia de Carajás, inaugurada em 1985, no último ano de distensão da ditadura, tem tirado o sono das populações quilombolas das comunidades de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos, cravadas nos municípios maranhenses de Itapecuru Mirim e Anajatuba, a 114 quilômetros de São Luís.

O território quilombola Monge Belo é composto por oito povoados (Monge Belo, Ribeiro, Bonfim¹⁹, Santa Helena, Juçara, Frade, Teso das Taperas e Jeibará dos Rodrigues). 300 famílias vivem nele. Em Santa Rosa dos Pretos sobrevivem 600 famílias em 13 comunidades, que são: Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro, Centro de Águia, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Santa Rosa, Curva de Santana e Alto de São João mencionadas como habitadas e quatro comunidades (Matões, Fazenda Nova, Pindaíba e Conceição) consideradas desabitadas. Além da ampliação da EFC, a região sofre pressão por conta da ampliação da BR 135, principal via de acesso a São Luís.



Trecho em duplicação da EFC. Foto: Rogerio Almeida

Dados do relatório da Campanha Justiça nos Trilhos (Jnt) indicam que o projeto de duplicação da EFC prevê a construção de 46 novas pontes, 5 viadutos ferroviários e 18 viadutos rodoviários. As obras estão planejadas em duas fases (2010-2012 e 2012-2015). A primeira contemplou obras em Itapecuru-Mirim sobre os territórios quilombolas, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Açailândia, no estado do Maranhão e em Marabá, no estado do

Pará. A empresa Norberto Odebrecht é a responsável pela obra. Em picos da construção, canteiros chegam a ter mais de dois mil operários.

Defensores dos direitos da criança e do adolescente têm denunciado a prostituição infantil na EFC por conta das obras. Outro passivo social provocado pela ferrovia é o embarque clandestino de vulnerável. Por conta da situação existe uma ação pública contra a companhia na 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís. O assunto é tema de um processo administrativo (PA 116/2005 – 1ª PIJ) em tramitação na promotoria, cujo titular é o promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques. Desde 2005 a empresa vem procrastinando em assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Terras da Amazônia - Território em disputa - A Vale incorporou uma faixa de território de 40 metros de cada lado da EFC dos territórios quilombolas. E para tanto chegou a pedir judicialmente a impugnação do reconhecimento das terras como de remanescente de quilombo. Desde 2005 as comunidades buscam o reconhecimento do território, prestes a receberem o documento do governo federal foram surpreendidas pela ação da mineradora.

Sob uma lógica de caos fundiário, a disputa envolve além de quilombolas e a maior empresa da economia nacional, fazendeiros e camponeses, o Ministério Público Federal (MPF), a Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e organizações de defesa de Direitos Humanos, como a Justiça nos Trilhos (Jnt).

A duplicação da via férrea interferirá ainda em territórios indígenas, entre eles, a aldeia Mãe Maria, do povo Gavião, localizado no estado do Pará. No Maranhão poderá causar impactos nos territórios indígenas Caru (Guajajara e Awá-Guajá), Alto Turiaçu (povos Urubu Ka'apor, Timbira e grupos de awá-Guajá, nômades e isolados), Pindaré, entre Bom Jardim e Santa Inês (povo Guajajara e algumas famílias de Guaranis). Ocupar trechos da EFC tem sido a estratégia de variados grupos para abrir o diálogo com a Vale. A última ocupação ocorreu no dia 19 de julho deste ano, e reuniu 700 pessoas, em Alto Alegre do Pindaré, no Maranhão. Com vistas a enfrentar os passivos sociais e ambientais provocados pela EFC, prefeitos de 23 municípios estão organizados em torno de um consórcio municipal.



Ocupação quilombola no município de Itapecuru Mirim/MA. Fonte: Justiça nos Trilhos

A peleja na Justiça - Em 2011 o MPF do Maranhão moveu uma Ação Civil Pública contra a Vale e o Ibama, por conta das obras da duplicação de 2,4 quilômetros da EFC no município de Itapecuru Mirim. Os estudos realizados pela Vale omitiram uma série de dados sobre a região, e laudos realizados pela FCP e Incra, que apontavam para necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre os territórios quilombolas. No documento da Vale entregue ao Ibama na época, havia somente uma mera menção da existência de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos.

Em julho de 2012 as obras foram suspensas. A decisão foi do juiz federal da 8ª Vara de São Luís, Ricardo Macieira, que avaliou que a licença foi obtida sem a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O desembargador Mário César Ribeiro, presidente do Tribunal Regional Federal, de Brasília revogou a liminar em setembro do mesmo ano.

Após as tensões, a Vale firmou acordo mediado pelo MPF, em que se comprometeu a realizar estudos visando à recuperação ambiental de rios e igarapés atingidos pela via férrea; a construir viadutos e melhorar passagens de nível para assegurar a travessia de moradores e veículos; recuperar cursos de água atingidos; realizar a medição da poluição do ar e sonora, por meio de aparelhos a serem instalados. Além disso, disponibilizar 700 mil reais, no prazo de 60 dias, para serem aplicados em construção de escola de ensino médio e implantação de projeto agrícola. A Campanha Jnt acusa que a empresa não tem cumprido o acordo firmado.

Há situações de conflito em todo o complexo que mobiliza os interesses da companhia e o projeto S11D, a exemplo do que ocorre nas ocupações Boa Esperança, Nova Esperança e a Vila Mozartínópolis (Racha Placa), que conformam parte do entorno de interesse da mina no município de Canaã dos Carajás. No Pará o MPF tem mediado os conflitos relacionados com camponeses que terão de ser removidos para a implantação do ramal ferroviário. Em outro projeto que explora níquel ao sul do estado, a tensão ocorre com o povo indígena Xkirin do Cateté, no município de Ourilândia do Norte, por conta da operação do projeto Onça Puma.



Área industrial do projeto Onça Puma – Ourilândia do Norte – CPT/PA

A omissão de informação, a insuficiência de dado e uma revisão bibliográfica limitada são características recorrentes nos estudos e relatórios de impactos ambientais apresentados pelas grandes corporações para a obtenção de licenças de seus empreendimentos em solo amazônico. Outro item apontado pelos defensores de direitos humanos é a indiferença em relação a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A convenção orienta que as comunidades tradicionais sejam consultadas sobre a interferência em seus territórios.

Na quebra de braços entre Davi contra Golias, a Vale fracionou o pedido de licenciamento ambiental, como se a licença da mina em Carajás, a duplicação de parte da EFC, a reforma dos 57 pátios de cruzamento e a construção do quarto píer, no Porto da Ponta da Madeira, em São Luís fossem dissociados.

Conforme a assessoria jurídica da Campanha Jnt as obras continuam a todo vapor na cidade de Itapecuru Mirim. Assim como os problemas e a falta de respeito às populações atingidas. Segundo a assessoria, as estradas vicinais estão destruídas e o trem tem ficado até três dias parados num desvio, o que impede o direito de ir e vir das pessoas. Os quilombolas indicam como passivos do projeto a destruição de igarapés, a poluição das águas, a ocorrência de atropelamentos constantes de pessoas e animais, mudança no modo de vida das comunidades quilombolas e o comprometimento da segurança alimentar pela perda do território e dos recursos hídricos.

Outro passivo colocado pelo relatório da Campanha Jnt tem relação com o valor pago pelas benfeitorias, que não considera as perdas financeiras e a impossibilidade de continuação de algumas atividades. Alguns moradores tiveram que negociar parte de seus quintais, ficando com o espaço bastante reduzido, o que impossibilita a continuação da criação de animais de pequeno porte, como galináceos, outros moradores perderam canteiros em que cultivavam hortaliças.

A Campanha Jnt tem se constituído como uma pedra no caminho dos interesses da mineradora. Foi ela a responsável pela premiação que a Vale recebeu em 2012, “O Oscar da Vergonha”, como a pior empresa ambiental do mundo. O “*Public Eye People’s*” existe desde 2000. As ONG’s Greenpeace e a Declaração de Bernia são os organizadores. A chancela é entregue durante o Fórum Econômico de Davos, na Suíça. A Campanha é uma das organizações alvo da arapongagem realizada pelo setor de “inteligência” da corporação, conforme declarou à imprensa ex-gerente do serviço demitido no começo do ano, André Almeida.

A expropriação no quilombo do Pará - Maria do Carmo é professora do ensino fundamental na comunidade São Bernardino. Mora desde menina no território quilombola de Jambuaçu, localizado no município de Mojú (PA). Atualmente está sendo processada pela Vale. 778 famílias moram em Jambuaçu. Elas estão distribuídas em 14 comunidades: Poacê, São Bernardino, Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças, Sta Luzia do Traquateua, Santo

Cristo, Conceição do Mirindeua; São Manoel; Jacundai; Ribeira e São Sebastião, segundo pesquisa da Nova Cartografia Social da Amazônia.

Com 51 anos, a educadora acredita que a causa esteja vinculada as diversas ações de resistência que, assim como ela, outras lideranças realizaram no período de maior conflito entre a empresa e os moradores do território. Dentre os episódios, o momento de maior tensão foi quando um grupo composto por 300 pessoas derrubou uma torre de linha de transmissão de energia em dezembro de 2006, e fecharam a Rodovia Quilombola durante 51 dias.

As ações foram motivadas pelo não cumprimento do acordo, que na época era a construção da Casa Familiar Rural (CFR), escola de alternância para os jovens do território, um posto de saúde para as comunidades, a recuperação de 33 quilômetros de estrada que cortam as terras quilombolas, e a reforma de duas pontes danificadas por caminhões da Vale. Os pontos do acordo só foram cumpridos após a mobilização dos moradores.

Assim como Maria do Carmo, outras duas pessoas estão sendo processadas, Raimunda Gomes de Moraes e Manoel Almeida. Como registra a ação do Ministério Público Federal (MPF) “a Vale levou à Justiça Estadual vários quilombolas sob o fundamento de dano em suas instalações e ainda promoveu Notificação Extrajudicial das comunidades, numa clara tentativa de intimidá-los”.

Querelas ambientais - Segundo o MPF, as fases do licenciamento ambiental foram acompanhadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA – PA), e nele foram estabelecidas as obrigações no qual a empresa deveria realizar com o objetivo de atenuar os impactos ambientais, sociais e econômicos gerados pela instalação do mineroduto e a linha de transmissão.

Dentre as agendas que deveriam ser implementadas está o projeto de geração de renda (projeto produtivo) realizado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). De acordo com o presidente da Associação Quilombola de Jambuaçu (Bambaê), Ricardo Tavares da Silva, atualmente está sendo realizado um projeto de apoio à agricultura familiar realizado pela *Norsk Hydro*, empresa norueguesa, e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta) na Casa Familiar Rural. “Esse projeto não é o projeto de geração de renda para as famílias que foram afetadas. Até porque quem irá realizar é a UFRA. Ele [projeto] foi feito para dar sustentabilidade à escola, e também para que os alunos possam aplicar os conhecimentos que aprendem em sala de aula”, analisa Silva.

Os quilombolas acusam a empresa de não tem cumprido até o momento as condicionantes estipuladas em 2008. Conforme acordo firmado com o MPF do Pará, a empresa teria que apresentar programas de geração de renda e diversificação da produção agrícola para as áreas impactadas pelo empreendimento, contudo, como diz o texto apresentado pelos procuradores da República, Bruno Araújo Soares Valente e Felício Pontes Jr. “Ao invés de cumprir as condicionantes, implementando projetos para todos os quilombolas, a Vale acena com uma humilhante proposta que transforma obrigação ambiental em esmola”, criticam.

A proposta da empresa é executar o projeto desenvolvido pela UFRA para 58 famílias identificadas pela Coordenação das Associações Quilombolas e inserir duas culturas anuais como mandioca e feijão ou mandioca e milho, e ainda uma cultura perene, cupuaçu ou açaí, para cerca de 400 famílias que concordaram com o trabalho da UFRA.

Mediante o não cumprimento das condicionantes e como a presença do mineroduto infringe o direito e a integridade do patrimônio coletivo do território quilombola do Jambuaçu, o MPF solicita em ação judicial o pagamento no valor de cinco salários mínimos para cada uma das 788 famílias remanescentes de quilombo, e a implantação de projeto de geração de renda na comunidade.



COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE JAMBUAÇU E SUAS RESPECTIVAS ASSOCIAÇÕES

Comunidade	Associação/Data de fundação	Data de Titulação	Área(ha)
1. São Bernardino 2. Vila Nova 3. Nª Srª. das Graças 4. Bom Jesus do Centro Ouro	Associação Remanescente de Quilombo Filhos de Zumbi. Data de Fundação: 13/06/2002	23/11/2006	5.243,1400
5. Santa Luzia do Traquateua	Associação Remanescente de Quilombo Santa Luzia do Traquateua.- Data de Fundação: 16/07/2002	30/11/2009	342,3018
6. Santa Maria do Traquateua	Associação Quilombola de Santa Maria do Traquateua -Data de Fundação: 16/07/2002	20/11/2005	833,3833
7. São Sebastião	Associação Remanescente de Quilombo São Sebastião - Data de Fundação: 14/06/2002	30/11/2009	962,0094
8. Santo Cristo	Associação Remanescente de Quilombo Santo Cristo - Data de Fundação: 23/09/2002	23/08/2003	1.767,0434
9. Santana do Baixo	Associação Remanescente de Quilombo Santa Ana do Baixo - Data de Fundação: 30/04/2005	30/11/2009	1551,1216
10. Conceição do Mirindeua	Associação Remanescente de Quilombo Conceição de Mirindeua - Data de Fundação: 20/03/2004	20/11/2005	2.393,0559
11. Santa Maria do Mirindeua	Associação da Comunidade Quilombola de Santa Maria do Mirindeua - Data de Fundação: 06/02/2002	23/08/2003	1.763,0618
12. São Manoel	Associação Quilombola dos Agricultores de São ManoelData de Fundação: 15/06/2002	20/11/2005	1.293,1786
13. Jacundaí	Associação Remanescente de Quilombo Oxalá de Jacundaí - Data de Fundação: 12/06/2002	23/11/2006	1.701,5887
14. Ribeira do Jambuaçu	Associação Quilombola Oxossi da Comunidade de Ribeira. Data de Fundação: 20/11/2006	02/12/2008	1.303,5089
15. Santa Luzia do Poacê	Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Santa Luzia do Bom Prazer	Em processo De Titulação	1.852,4599

Fontes: PNCSA/ITERPA (2007) – organizado por Haydeé Borges Fonseca/2011

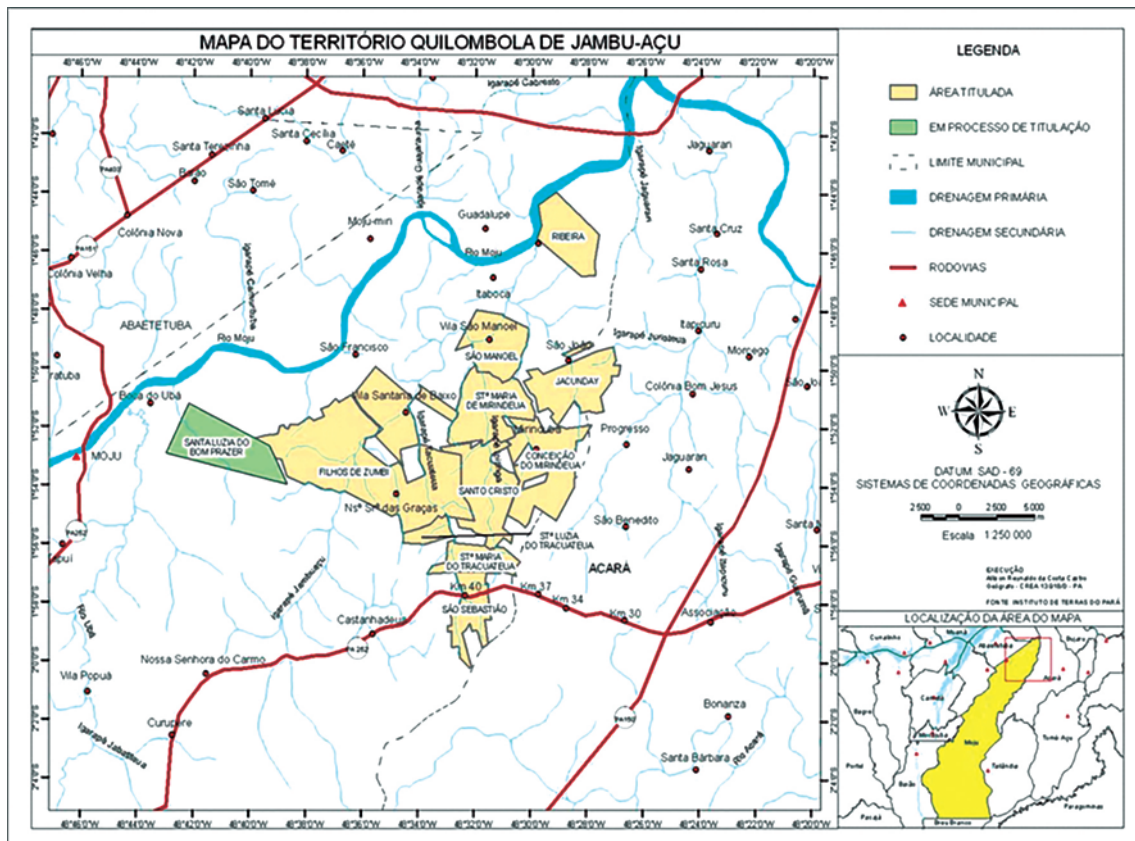
Jambuaçu, Mojú, norte do Pará. Do terminal rodoviário pode-se ver o rio que banha e batiza a cidade. É o “rio das cobras” em tupi. Situado na zona Guajarina, localizado no nordeste paraense, fica a 257 km da capital Belém. Moju ainda faz fronteira com oito cidades – Breu Branco, Tailândia, Barcarena, Acará, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri e Abaetetuba. A cidade é o ponto de partida para chegar ao território quilombola de Jambuaçu, distante 25 km do centro.

O transporte até o território quilombola é escasso. Há apenas dois horários de saída do terminal, um às 11 horas e o outro somente às 15 horas, mesmo assim ainda não é certeza, e quando não sai deixa muitos moradores na mão.

Em 2006 o território ganhou as manchetes na mídia. Lideranças das quinze comunidades que compõem o lugar derrubaram uma torre de linha de transmissão. Estas e outras mobilizações e ações de resistência tecem a luta que o território vem travando desde 2004, quando a Vale iniciou a instalação de parte do projeto da mina de bauxita, localizada no município de Paragominas, sudeste paraense. Trata-se da terceira maior mina de bauxita do mundo, com capacidade de produzir 9,9 milhões de toneladas anuais.

A ação pública ambiental movida pelo MPF explica que o empreendimento contempla uma mina de bauxita denominado de Mil-tônia 3; linha de transmissão de energia elétrica para suprir a demanda que o empreendimento necessita; construção de mineroduto para realizar o transporte de polpa de bauxita com 244 quilômetros de extensão, tendo início em Paragominas e terminando na empresa Alunorte, no município de Barcarena. O mineroduto percorre cinco municípios, IPIXUNA do Pará, Tomé-Açú, Acará, Abaetetuba e Mojú. Além dos projetos do alumínio, as populações da região socializam os impactos da monocultura do dendê, incentivada pela política federal de biodiesel, também controlada pela Vale.

LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU



Fonte: Iterpa 2010

As plantas industriais da Alunorte e Albrás integram a cadeia produtiva do alumínio no Pará são consideradas as maiores do mundo. A primeira transforma a bauxita em alumina, e a segunda a alumina em alumínio. A energia elétrica é o principal insumo. A Mineração Rio do Norte, que também fez parte do portfólio da Vale, explora bauxita desde a década de 1980 na cidade de Oriximiná, no sudoeste do Pará. A cadeia do alumínio paraense tem ainda em sua composição a estadunidense Alcoa, que explora a matéria prima para a produção de alumínio no Baixo Amazonas, no município de Juriti, oeste paraense.

Coisa de gigantes - Em 2010 a Vale repassou o controle acionário da cadeia do alumínio para a norueguesa *Norsk Hidro ASA* numa operação realizada em 2010, em Oslo, Noruega. Parceira da Vale há 40 anos a *Hidro* já detinha 34% das ações. Informação publicada no site da empresa explica que a operação inclui a transferência do controle de Paragominas, 91% de participação na refinaria de

alumina Alunorte, 51% na fábrica de alumínio Albras e 81% na futura refinaria de alumina CAP, e a Vale passa a deter 22% das ações da Hydro.

O site da Hidro esclarece que o projeto CAP é uma refinaria de alumina em implantação, com capacidade anual de produção de 1,86 milhão de toneladas e potencial de expansão de até 7,4 milhões de toneladas, abastecida principalmente por Paragominas. A Hydro já detinha 20% da CAP, e passará a controlar 81% com essa operação. A empresa existe desde o começo do século passado e opera em 40 países dos cinco continentes.

◉ Terras de negros – terras de engenhos de cana de açúcar ◉

Tanto as linhas de transmissão de energia elétrica como o mineroduto atravessam o território de Jambuaçu, contudo o processo de titulação do território começou em 2001, o que garante aos remanescentes de quilombolas o direito à terra, e, por conseguinte o direito ao trabalho, à preservação da cultura, dos costumes e das tradições.

O fator histórico é outro ponto de destaque na garantia de direitos aos remanescentes de Jambuaçu. A presença do negro na Amazônia está marcada nas obras de Vicente Salles como um importante documento historiográfico baseado na revisão de documentos oficiais e jornalísticos datados dos séculos XVII a XIX. No livro *O negro no Pará – Sob o regime da escravidão* relata que ao longo do rio Moju, assim como no rio Acará, Capim e Guamá, registra a ocorrência de muitos engenhos de lavoura de cana de açúcar, cultivada a partir da mão de obra escrava. A grande concentração de negros na região se deve pela importância econômica que a cidade representou na época, aglutinando ali um dos maiores mocambos do estado.

Em Jambuaçu a Convenção 169 da OIT também foi ignorada. Muitos moradores do território assinaram de forma individual o *Instrumento Particular de Constituição de Servidão, Transação, Quitação e Outras Avenças* para alienarem suas terras como fez Maria do Carmo 51 anos, presidente Associação da Comunidade São Bernardino. “O termo foi assinado de forma individual e sem conhecermos o que estávamos assinando. Eu falo por mim, eu sou professora, mas na época não tínhamos o conhecimento que temos hoje. Eles apenas chegavam e diziam assim: olha esse projeto é do Governo Federal, então vocês não podem fazer nada. Como nós não tínhamos a visão que temos hoje fomos obrigados a procurar quem nos orientasse”, conta a dirigente.

Ela ainda informa que muitos moradores da comunidade souberam que seria construído o mineroduto ou as linhas de transmissão quando as máquinas já estavam trabalhando na área e derrubando a mata para limpeza do terreno. As comunidades de Jambuaçu vivem em sua grande maioria da agricultura familiar, da pesca, criação de pequenos animais e do extrativismo, como a coleta de ouriços da Castanha do Pará.

O MPF apontou na ação pública que o acordo estabelecido de forma individual estabeleceu limites para a produção agrícola aos moradores que assinaram o termo, o que levou muitas famílias a miséria, como foi verificado pela inspeção judicial. Quanto à indenização o valor foi irrisório, e determinado de forma unilateral pela Vale.

Durante a entrevista Maria do Carmo recorda que antes da presença da empresa a maior dificuldade para o território era o deslocamento até a cidade, porque não tinha a estrada, e o transporte era fluvial. “Mas em compensação os nossos produtos eram totalmente diferentes, tinha fartura, se conseguia viver da terra, esse era o sustento da minha família” acrescenta.

A Comissão Pastoral da Terra da Região Guajarina (CPT) informou que houve uma perda de 20% do território das comunidades quilombolas, o que representa 2.400 hectares de terras após a implantação dos minerodutos e da linha de transmissão.

Os impactos perduram - Os impactos ambientais causados pelo empreendimento vão desde o assoreamento, alteração da navegabilidade e modificação da qualidade de igarapés e do rio Jambuaçu. Estes e outros problemas ambientais podem ser vistos nos relatos publicados pela Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Quilombolas de Jambuaçu – Moju, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Maria de Nazaré Silva Rodrigues, 32 anos, presidente da Associação Quilombola de Santa Maria do Traquateua informa que a empresa reconhece como atingidos apenas 58 famílias. O fato, segundo ela, gerou uma crise interna no movimento pela exclusão da maioria da população das 14 comunidades. Assim, as 58 famílias que receberam a indenização, em nome da coletividade, decidiram pela divisão do recurso com as demais famílias afetadas, mas que não eram reconhecidas pela empresa. Por conta da decisão, as 58 famílias foram multadas e ficaram sem receber quatro salários

mínimos. “Isso só enfraqueceu o território, gerou desunião e fortaleceu a Vale” avalia.

Diante dos impactos e do processo judicial que Maria do Carmo enfrenta com a Vale, ela diz que se sente triste pela situação do território, das várias lutas que vem enfrentando e em tom de desabafo faz algumas previsões preocupantes. “Essa comunidade aqui está em extinção. Nós estamos sabendo que nesse território vai passar gasoduto, linha de trem, mais linhas de transmissão. E vai chegar um tempo que a comunidade vai sair, porque onde vai passar gás você não vai poder morar. É uma preocupação minha: aonde nós iremos? Para cidade? O agricultor vai ter que comprar tudo, porque ele não tem como plantar indo para cidade, tudo vai ser diferente, então isso é uma preocupação minha”, avalia a quilombola.

◉ Empresa judicializa luta por direitos ◉



Prof. Evandro Medeiros - Foto: Alexandra Duarte.

Em julho de 2017 a justiça avaliou como improcedente as acusações da mineradora Vale contra o professor Evandro Medeiros, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), campus de Marabá no sudeste do Pará.

A mineradora acusou o professor de “fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite”, conforme artigo 345 do Código Penal, que tem como pena detenção de 15 dias a um mês ou multa. O processo durou por mais de um ano, e desestabilizou a vida de Medeiros, pai de três filhos, e atualmente cursando doutorado no estado da Paraíba. A ação foi de caráter cível.

Agora, o educador do Curso de Educação do Campo, acaba de ser notificado de uma ação na área criminal, que corre na 1ª Vara de Marabá, cidade polo do sudeste paraense, onde Medeiros atua. Além de professor, Evandro é cineasta, e organiza o Festival de Fronteira com outros pares da própria região, do país e países vizinhos, cujo o enfoque tem sido contemplar as resistências das populações atingidas pelos grandes projetos. Em 2018 o Cinefront vai para a sua quarta edição.

Ele ocorre sempre no mês de abril, em memória aos camponeses executados no Massacre de Eldorado. Além de exposição de filmes e debates nos campi de várias cidades das regiões, ocorrem ações na Curva do S, no município de Eldorado dos Carajás, local do Massacre, em projetos de assentamentos e aldeias indígenas.



Cartaz do Cinefront de 2018

◉ A Vale e a criminalização da luta por direitos ◉

Uma das maiores corporações do mundo moveu ação contra o professor pelo fato de Medeiros fazer parte de um ato de solidariedade aos atingidos pelo crime ambiental de Mariana, ocorrido em Minas Gerais. O ato foi realizado às margens da Estrada de Ferro de Carajás (EFC), num bairro da periferia da cidade de Marabá. O bairro é atravessado pela EFC.



Manifestação na periferia em Marabá/PA em solidariedade aos atingidos pela Vale em Mariana/MG e ocupação da EFC por camponeses. Fotos: Giovanna Vale e Thiago Cruz

Ao todo ela processa mais de 170 pessoas nos estados do Pará e Maranhão, em ações criminais e cíveis, conforme matéria do jornalista Thiago Domenici, publicada no site da Agência Pública, em novembro de 2017.

A disputa por terra e as riquezas lá existentes mobilizam variados sujeitos. Entre eles, constam, grandes corporações do mercado de commodities minerais, fazendeiros, indígenas, camponeses (com e sem terra), entre outros, em variadas escalas, local, regional e mundial, que atuam a partir de redes.

Ágil em agilizar o seu staff jurídico em criminalizar educadores, pesquisadores, militantes e as entidades de representação de suas respectivas categorias, a empresa mostra-se em direção oposta em reparar as perdas provocadas no município de Mariana, e cidades vizinhas no mesmo estado, e nos municípios do Espírito Santo.

No caso dos direitos das populações atingidas pelo maior crime ambiental já ocorrido na mineração do país, a ordem é procrastinar ao máximo, que o digam os moradores de Bento Ribeiro, Paracatu de Cima e de Baixo, que tiveram as suas vidas destroçadas.



Impactos do crime ambiental da Vale em Paracatu/MG, quando do rompimento da barragem de rejeitos de Mariana/MG. Foto: Giovanna de Guzzi

◉ Algumas atualizações ◉

A manhã do dia 26 de julho de 2020 entra para a história do campo popular como o dia em que o professor Evandro Medeiros venceu a Vale em peleja jurídica em que a mineradora moveu ações nas varas cível e criminal contra o educador. Foi o dia em que a juíza Renata Guerreiro Milhomem de Souza, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá, anunciou como improcedente as acusações da Vale contra o professor da Unifesspa. Medeiros integra o quadro do Programa de Educação do Campo, sediado no campus I.

A Vale acusou o educador de obstruir a ferrovia de Carajás, que liga as minas da empresa em Carajás aos portos em São Luís, no Maranhão. Em novembro de 2015 Medeiros era uma entre as quase 30 pessoas que integraram uma manifestação na periferia de Marabá, no sudeste do Pará. O ato foi em solidariedade às famílias afetadas pelo crime ambiental da Vale em Mariana/MG.

A juíza Milhomem em sua sentença destaca que “A materialidade e autoria delitiva não restaram comprovadas. Isso porque, no dia dos fatos, ficou tão somente comprovado que o acusado, falando em um megafone, chamava a população para participar da manifestação”.

“[...] verifico que o acusado, longe de incitar a prática de qualquer crime, buscou, na realidade, expor, juntamente com os demais manifestantes, de maneira organizada e pacífica, apoiados no princípio constitucional do pluralismo político (fundamento estruturante do Estado democrático de direito), suas ideias, visões, concepções e críticas à atuação econômica e social da empresa Vale S.A, participando, como organizador ou não, desse evento social, amparado pelo exercício concreto dos direitos fundamentais de reunião, de livre manifestação do pensamento e de petição” destaca a juíza.

A juíza Milhomem assentou a sua sentença nos princípios da defesa das ideias e da liberdade de expressão e de organização, onde argumenta que, “Com bem salientado pelo Eminentíssimo Ministro Celso de Melo no julgamento da ADPF n. 187: (...) a liberdade de expressão, considerada em seu mais abrangente significado, traduz, ela própria, o fundamento que nos permite formular ideias e transmiti-las com o intuito de provocar a reflexão em torno de temas que podem revelar-se impregnados de elevado interesse social. As ideias, (...), podem ser fecundas, libertadoras, subversivas ou transformadoras, provocando mudanças, superando imobilismos e rompendo paradigmas até então estabelecidos nas formações sociais”.

O educador conta que o processo de cinco de anos abalou toda a família. Impactou a mãe do professor, que temia que ele poderia sofrer algum atentado devido a sua atuação política. Abalou os filhos, por conta das coisas que ouviam na escola, a exemplo que o pai seria preso. Por cinco anos as crianças viveram esse drama, marcado por notícias diárias sobre o caso na imprensa e as idas e vindas do pai à delegacia para depoimentos.

Afetou a própria saúde do professor no percurso processual, ao descobrir que tem hipertensão. “O ato de solidariedade ser tratado como crime, o Ministério Público ter aceitado a acusação da Vale, isso tudo provocou em nós um profundo sentimento de indignação e ao mesmo tempo de impotência. Isso tudo abalou a gente de forma emocional e profissional” reflete Medeiros.

Para o professor a vitória se dá em vários planos. A pessoal, por ter o mínimo de sossego familiar, sem o temor de ser preso; e profissional, para poder exercer o magistério. E, o de caráter coletivo do conjunto de movimentos sociais, que reivindicam em todos os locais onde a Vale opera, respeito aos seus territórios e a seus modos e vida, avalia o professor.

Medeiros reforça ainda que é uma vitória da universidade, posto o empenho da instituição em fomentar pesquisa e projetos de extensão junto aos segmentos historicamente marginalizados da sociedade.

“Hoje existe um clima em tentar promover o silenciamento de discentes, docentes e técnicos alinhados a estes segmentos. A vitória é simbólica também neste sentido, em valorizar o conhecimento que emancipa. Temos uma vitória que representa a todos”, acredita o educador.

A assessoria jurídica do professor, formada por defensores dos direitos humanos da região, encabeçada pelo advogado José Batista Afonso, da CPT de Marabá, esclarece que a mineradora perdeu em todas as instâncias cível e criminal e todos os processos foram arquivados.

A considerar o staff jurídico da mineradora, a vitória do segmento é de grande representatividade pela garantia de direitos em uma fronteira preñhe em violações de toda ordem contra os segmentos mais frágeis em diferentes arenas que conformam a região. Afonso informa que moverá ações contra a mineradora por perdas e danos promovidas pela mineradora contra o professor.

Noutro extremo, o maior projeto do portfólio da empresa, o S11D, localizado em Canaã dos Carajás, passa bem e segue a bater recordes de produção. Boletins da mineradora de julho de 2025 atestam um aumento da produção da mina do sudeste paraense no patamar de 7,3% no segundo trimestre de 2025, em comparação com o segundo trimestre de 2024. O que representa 20,9 milhões de toneladas.

Todavia, os números que fazem a felicidade de acionistas, não reflete na vida das populações impactadas pela Vale. A indiferença às comunidades do entorno onde os projetos são instalados espelha a ética das grandes corporações que operam na Amazônia. Neste sentido, a mineradora Vale faz parte deste time de primeira linha de valorosos violadores de direitos, e, mesmo assim, consta como patrocinadora da COP 30, a exemplo de outros pares, como a norueguesa Norsk Hidro.

Em tempos de COP na Amazônia, além de mineradoras, outros setores empenham esforços em turbinar o verniz verde nesta vitrine global, como é o caso dos setores de energia e da agricultura capitalista.

Uma vez mais, por conta de ignorar as comunidades locais, o Ministério Público Federal (MPF), ordena que a duplicação da ponte rodoferroviária sobre o combalido rio Tocantins, em Marabá, seja suspensa. O motivo? O de

sempre, não ouvir as populações impactadas pelos seus projetos. No caso em questão, não realizar a CPLI junto a pescadores e comunidades ribeirinhas. A ação contempla ainda a omissão do Ibama. Na pororoca de danos cometidos pela Vale, o documento do MPF enfileira os seguintes:

- diminuição do pescado e da renda em 40%, causada pela restrição de acesso a locais de pesca tradicionais e pelo afugentamento dos peixes devido à operação de balsas;
- dificuldade de navegação, obrigando os pescadores a buscarem peixe em locais mais distantes, aumentando custos com combustível;
- contaminação da água do Rio Tocantins, que é utilizada para consumo, banho e lavagem de roupas, supostamente por óleo vazado das balsas da obra;
- perda permanente de pontos de pesca (pesqueiros) tradicionais;
- exclusão das comunidades ribeirinhas e de vendedores de peixe dos programas de redução de impactos (mitigação) e monitoramento estabelecidos no licenciamento.

A ausência de transparência ocupa lugar de destaque no rosário de abusos de Vale. Nesta direção em preservar a reprodução econômica, social, política, social e cultura dos mais frágeis nesta arena, a ação do MPF pede a anulação da licença de operação do projeto, e responsabiliza o Ibama.,

O mesmo documento aponta que ambos sejam condenados solidariamente a pagar uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões. O documento do Ministério realça que a ação visa garantir a reparação integral dos danos socioambientais e o respeito aos direitos das comunidades tradicionais afetadas pelo empreendimento. A quem interessar possa, eis o número do processo: 1007630-85.2025.4.01.3901



02

Marajó - mundo de águas, açaizais e escravidão^[1]

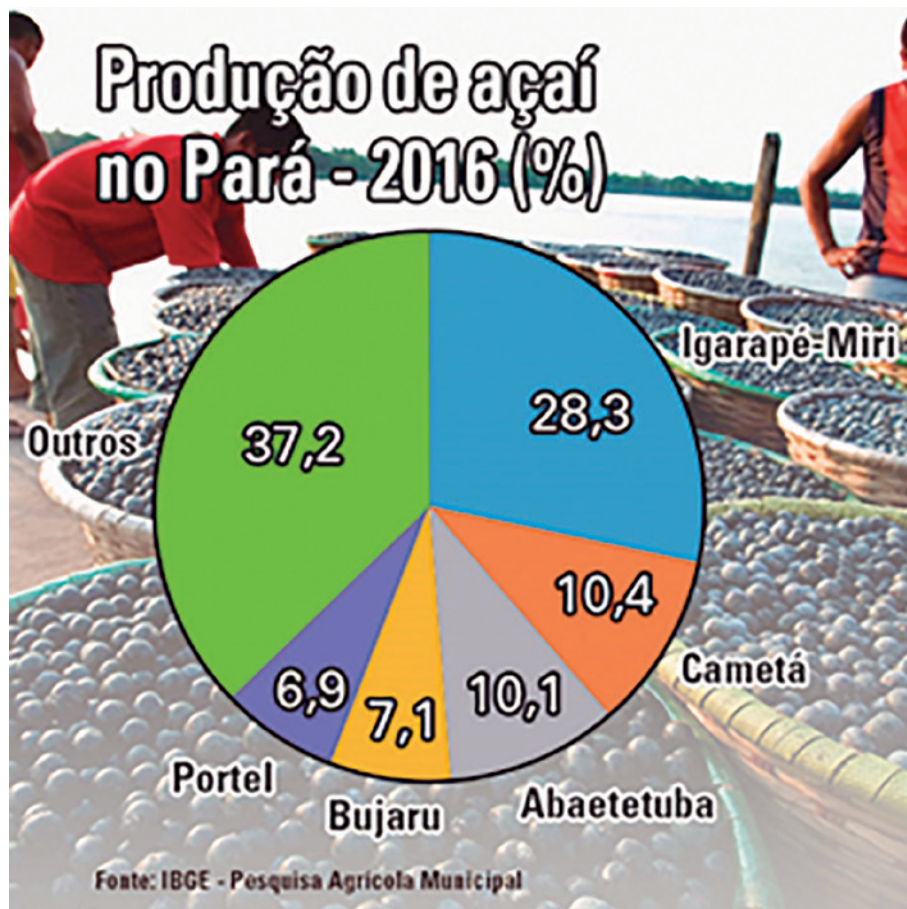
Faz um tempo o açaí tornou-se uma coqueluche mundial. É consumido em academias e restaurantes de luxo das principais capitais do país. A alta culinária o agenda em diferentes pratos e sobremesas. Para tanto, passou por um processo de resignificação: antes fonte de proteína de pobres e esfarrapados; para produto de consumo de marombados do universo *fitness*, e praças ditas sofisticadas. Caiu nas graças do mundo gourmet, assim como outros produtos amazônicos.

Os surfistas da Califórnia o descobriram. Há uns 10 anos a empresa japonesa *K.K. Eyela Corporation* o patenteou, onde os produtores nativos eram obrigados a pagar à empresa pela venda de produtos como bombons e licores. Situação já equacionada.

Uma grande empresa de cosméticos fatura com uma coleção produzida a partir da palmeira amazônica, e contabiliza dividendos como social e ambientalmente responsável, graças à “mágica” publicitária. No pico da safra empresas europeias e estadunidenses buscam o fruto direto nas cidades produtoras.

^[1] Trabalho publicado no site Ecodebate, no dia 20 de dezembro de 2013.

No cenário nacional e mundial, o Pará é o maior produtor do fruto. Em 2012 o estado exportou 6 mil toneladas, o equivalente a R\$ 17,3 milhões. O estado responde por algo em torno de 80% a 90% da produção nacional do açaí, seguido por Amazonas e Maranhão, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade de Igarapé-Miri é a principal produtora, exportando 360 toneladas/dia. O estado tem perto de 150 agroindústrias. Indicadores de 2016 confirmam a liderança do município. Seguido pelos municípios do Baixo Tocantins, Cametá e Abaetetuba. Região impactada pelas atividades industriais da cidade de Barcarena, que tem colecionado um a lista de crimes ambientais da cadeia de alumínio controlada pela empresa norueguesa norsk Hidro (Alunorte e Albrás), a francesa Imerys, produção de caulim, e mesmo com a morte de gado, por conta de naufrágio de navios, que exportam o gado em pé.



Fonte – Agência de Notícias do IBGE

Quem consome a iguaria e seus subprodutos não imagina que em alguns locais de extração da fruta ou do palmito ainda ocorre situação de super exploração da população ribeirinha, extrativa e quilombola. Algo similar a trabalho escravo. Em alguns lugares, o cotidiano é marcado pela coerção pública e privada de despejo e de morte, além da presença de atravessadores e assaltantes.

No município de Afuá, situado no arquipélago do Marajó, localizado no delta do rio Amazonas, a situação ainda se mantém. As terras do arquipélago foram de sesmarias, talvez esse aspecto histórico ajude a explicar que em algumas ilhas na cidade de Afuá, e outras que integram a região, ainda se mantenha a situação de aviamento e a presença de “patrão”, uma espécie de coronel. Aviamento constitui-se numa estratégia de escravidão por dívida consolidada no ciclo da borracha.

Afuá – nasceu sobre palafitas no fim do século XIX. É uma típica cidade ribeirinha, marcada pela várzea e igapós. Cajuuna, Afuá e Marajozinho são os principais rios, e integra o estuário amazônico. Fica próxima ao município de Santana, Amapá, estado com que mantém uma relação mais próxima, em detrimento do Pará.

A cidade portuária que escoia minério de ferro, manganês e celulose, serve como ponto de referência para viajantes de outras cidades paraenses da região do Marajó. Afuá abriga o Parque Estadual Charapucu, a unidade de conservação mede 65 mil hectares. 36.598 é a população estimada, conforme o censo do IBGE de 2010.

Conforme o IBGE, o atual município de Afuá, situado na extremidade norte-ocidental da Ilha de Marajó, teve início por volta de 1845, quando Micaela Arcanja Ferreira ali estabeleceu-se, ocupando uma posse de terras, a que denominou Santo Antônio. Por ser a localidade apropriada para um porto e ponto de paragem de trânsito do estuário amazônico, em 1869, já existia ao redor do sítio, um núcleo populacional formado de diversas barracas.

Em 1870, Micaela doou terras para a formação da capela, que vai do igarapé divisa no Rio Marajó, desce pelo Rio Afuá, até o Igarapé Jaranduba, no Rio Cajuuna. Com essa iniciativa, Mariano Cândido de Almeida, juntamente com outros moradores locais iniciou a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Afuá, concluindo-a em 1871, informações do IBGE.

Marajó compreende o território mais empobrecido do Pará. A região é dona do pior índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2013 no Brasil, sendo Melgaço o município de situação mais delicada. No ranking dos piores municípios do IDH do Brasil, a cidade de Afuá encontra-se entre os 30, ocupando o lugar 22. Segundo Datasus, 3.534 famílias são beneficiadas com o Programa Bolsa Família em Afuá. Em 2012 a cidade produziu 5.280 toneladas de açaí e 116 toneladas de palmito, informa o Censo de Extração Vegetal do IBGE. Quase a totalidade das receitas do município, 96,9% são oriundas de fontes externas.

No Furo dos Pardos, dona Maria José Carvalho foi flagrada escravizando 19 pessoas no processo de extração do palmito. O nome de Carvalho consta da Lista de Trabalho Escravo produzida pelo Ministério do Trabalho.

Marajó – entre ilhas, “patrões” e “fregueses”- Em diferentes ciclos e produtos do extrativismo na Amazônia (látex, castanha, açaí, etc) dos séculos passados a prática do aviamento se fez presente. Assim como da super exploração da mão de obra. O controle da terra de forma legal ou não é um componente que cristaliza a pessoa ou o tronco familiar sobre o domínio do território e os recursos existentes. Constitui-se como uma estratégia de reprodução econômica, social e política.

Assim a família Castro desponta no cenário do município de Cachoeira do Arari, e mantém uma situação de litígio com remanescentes quilombolas no rio Gurupá. O derradeiro capítulo foi o assassinato em agosto deste ano na cidade de Belém, às vésperas de um encontro estadual, da liderança Teodoro Lalor. O crime foi considerado pelo setor de segurança pública como passional. Liberato é o patriarca da família Castro. A filha, Consuelo, é prefeita na cidade vizinha, Ponta de Pedras.

Já na ilha Carás - localizada no município de Afuá, as famílias que tensionam com os ribeirinhos no controle de açaizais são o casal Arlete Abdon Teixeira Moreira e o carioca Jorge Teixeira Moreira, - este coronel da reserva da PM no estado do Amapá -, a família Carvalho, a família Góes e a família Bastos.

Documentos de defensores dos direitos humanos do Amapá, que atendem algumas cidades do Pará explicam que os que escravizam, aqui, são chamados de “patrões”: são os que, ilegal e violentamente, grilaram grandes quantidades

de terras, ilhas inteiras, sem que a União tome uma providência. É o caso da ilha de Carás.

Já os escravizados são chamados “fregueses”: são famílias que os patrões põem nas “colocações” para tomar conta da terra. Eles extraem madeira, açaí, palmito e látex de borracha, sendo obrigados a vender aos patrões, pelo preço que o patrão quer, e existem ocasiões em que não se paga nada.

Desde sempre. Nos barracões do “patrão” o “freguês” é obrigado a trabalhar de meia. Conceder parte do que produz para o “dono” da terra, ou vender a produção a preço inferior ao de mercado. Os barracões e as terras são cuidados por capangas. Cobra D’água, apelido do Adilson, irmão de Arlete Moreira, tem notoriedade entre os moradores de rios e furos na ilha de Carás. A ele cabe a coerção privada, acusam moradores, que sofreram até ameaça de tomada de documentos.

Num lugar sem energia elétrica, sem posto de saúde, sem saneamento básico, com escolas precárias o “patrão” assume o papel de senhor da vida e da morte dos moradores desprovidos de “letras”, com famílias extensas, que tendem a pressionar ainda mais sobre as riquezas naturais.

Litígio – A família Moreira além de suspeita de apropriação privada de terras públicas, acusa moradores de invasão e ameaça de morte. Moradores foram notificados pela Secretaria de Justiça do Estado do Pará. Alguns já foram presos. Outros são “avisados” que não podem produzir roçados ou coletar açaí ou palmito fora do perímetro determinado pelo “patrão”.

Arlete e o coronel Moreira alegam que são donos de parte da ilha, que a matriarca Adélia tem negócios do local há anos, e que há 10, um cartório registrou a posse da terra em nome da família. Especialistas em questões fundiárias na Amazônia informam que a prática de buscar reconhecimento de terras em cartório é uma ferramenta típica do contexto rural da região. Uma forma de se legitimar a apropriação privada de terras.

Na ilha é comum um casal ter uma média de sete a 10 filhos. As famílias que vão sendo formadas são impedidas de construção de novas casas no local. E onde o estado não chega soa esdrúxula a presença de um oficial de justiça e PMs para notificar um ribeirinho, como já registrado no Furo dos Porcos e outros locais da ilha.

Ilha – Terra da União – Desde o Decreto-Lei nº 9760, de 1946 as ilhas consagradas como territórios sob a responsabilidade da União. Na Constituição de 1988, em seu artigo 20, inciso IV ratifica o decreto da década de 1940.

Belém - Feira do Açaí

Os caroços de açaí ocupam as brechas entre os paralelepípedos na Feira do Açaí. O logradouro integra o Complexo do Ver o Peso, que nesta semana somou 387 anos. É a feira que recebe os barcos de diferentes municípios do Pará, que trazem a iguaria festejada de Norte a Sul do país, e mesmo no exterior.

O lugar é encrustado na latitude onde Belém começou a ganhar forma. A primeira rua da cidade leva à feira. O Forte do Castelo, erguido pelos portugueses ladeia a área do comércio do açaí. A fortaleza integra um complexo chamado de Feliz Lusitânia, composta ainda de inúmeras igrejas. Boa parte do acervo arquitetônico é assinada pelo italiano Antonio Landi. Ali um dia viveram os índios tupinambás. A elite local adora festejar o local. Quem negocia ali, ao menos uma parcela, não faz ideia que ocorre nos grotões marajoaras desde os tempos do escritor Dalcídio Jurandir. Ritos atualizados na obra *Pssica* de Edir Proença, editado pela Boitempo, que denuncia a prostituição, tráfico de pessoas e drogas na fronteira internacional do estado do Amapá.

O Porto da Palha, localizado no bairro do Guamá é outro ponto que recebe o fruto. É nele que é escoada a produção proveniente das ilhas que circundam Belém, a exemplo da Ilha do Combú. Um mundaréu de ilhas circunda a capital do Pará.

O período é considerado de entressafra. Anajás e Afuá são os principais fornecedores. Eles estão mais próximos do estado do Amapá. É possível a partir da cidade de Santana alcançar os municípios paraenses. As pessoas que negociam o produto na feira tratam a produção deste local de contracosta.

A rasa é negociada por R\$25,00. Rasa é a medida usada na complexa cadeia de açaí. Ela equivale a 10 litros. Por conta da distância percorrida o fruto chega a Belém congelado. A negociação é iniciada pelas duas da manhã.

É a quantidade do produto que define o preço. Batedores mais simples e lojas mais sofisticadas negociam o produto com atravessadores e pretensos donos de terras, como ocorre com o açaí oriundo do município de Ponta de Pedras, que integra a parte oriental do arquipélago do Marajó.

◉ Algumas atualizações ◉

Em outubro de 2025 o mandato parlamentar estadual de Carlos Bordalo (PT/PA), que preside a Comissão de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), apresentou à sociedade o relatório sobre a crise de abastecimento do açaí no estado. Ele resulta de atividade de um grupo de trabalho (GT) que aglutinou prefeituras, ONGs, universidade, instituições públicas relacionadas com a questão, associações, cooperativas, sindicatos e vendedores do fruto. As atividades ocorreram entre março a outubro de 2025.

No rol constam, entre outras representações: prefeituras de Cametá, Igarapé Miri, Marituba, Barcarena e Acará. Entre as instituições públicas fizeram parte da jornada de construção do documento: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Departamento de Vigilância Sanitária de Belém (DEVISA) Casa do Açaí e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

No caso da sociedade civil, colaboraram: Instituto Açaí é Nosso (IAN), Instituto Ver-o-Peso, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Pará (Fetagri), Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Pará (FECAF), Malungu, Cooperativa Agroindustrial Frutos da Amazônia (Coafra); e representando a universidade, a Clínica de Combate ao Trabalho Escravo da UFPA. Ao todo, 38 instituições integraram o GT, onde constam o poder público de várias instâncias, empresas, produtores, entidades de classe e membros da sociedade civil organizada.

Segundo o documento, o horizonte do GT residia em identificar alternativas sustentáveis e viáveis para a produção e comercialização e a garantia do equilíbrio da cadeia produtiva, bem como o acesso ao produto considerado essencial para a população paraense. O documento considera como uma alternativa estratégica a adoção da bioeconomia como parâmetro. As indicações de alternativas foram realizadas em alinhamento com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis).

O documento em sua página 11, argumenta que: “A bioeconomia promove a diversificação da economia local, reduz a dependência de produtos importados e fortalece o papel das comunidades tradicionais na inovação sustentável, articulando saberes tradicionais e tecnologia moderna”. O GT aponta para a

construção de um plano de ação estruturado em dois eixos principais e um eixo transversal, que possuem relação direta entre si e se conectam com os ODS.

Amparado em dados do IBGE (2022), o relatório aponta que a cadeia envolve 300 mil pessoas. O equivalente à população de um município de porte médio do estado, a exemplo de Santarém, Altamira e Marabá. Considera ainda que 150 mil famílias dependem diretamente do manejo dos açaiçais para a sua subsistência.

Entre 1987 e 2022, a produção nacional de açaí saltou de 145,8 mil toneladas para 1,9 milhão, um aumento superior a 13 vezes. A produção cultivada representa atualmente 87,3% do total nacional, com destaque absoluto para o Pará, realça o documento com base em dados sistematizados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), em nota técnica publicada sobre o assunto em 2024.

A nota hierarquiza que os maiores produtores estão no Pará, onde Igarapé-Miri lidera, com 21,7% da produção nacional (422,7 mil toneladas), seguido por Cametá (8%) e Abaetetuba (5,8%). Municípios como Mocajuba, Bagre e Anajás registraram os maiores crescimentos anuais entre 2021 e 2022. As várzeas do Marajó, Baixo Tocantins e região Metropolitana de Belém concentram a produção. A domesticação de espécies com grande apelo de mercados é um dos argumentos do professor Alfredo Homma ao refletir sobre o extrativismo amazônico.

A mesma nota alerta para o incremento do número de empreendimentos, assim como para o aumento de postos formais de trabalho, onde aumentou de cerca de 13 mil, em 1996, para mais de 81 mil em 2017, um crescimento de 533%. Com relação aos postos de trabalho, entre 2010 e 2022, o incremento foi de 864,5%, totalizando 3.143 empregos diretos e indiretos em 2022.

Sobre o volume de exportação e o preço médio do produto, a nota da Fapespa usada no relatório desnuda que passou de menos de 1 tonelada em 1999 para 61 mil toneladas em 2023. Em termos de valor, as exportações saltaram de US\$ 1,00 em 1999 para quase US\$ 45 milhões em 2023. Já com relação ao preço médio no mercado mundial do açaí, subiu de US\$ 12/tonelada para US\$ 724/tonelada no mesmo período demonstrando forte agregação de valor aos produtos derivados. Os maiores compradores do açaí são EUA (58%), Austrália (18%), Japão (6%), Holanda (6%), Portugal (4%) e outros (8%).

Em 2023 o crédito rural para o setor foi de R\$ 53,3 milhões, sendo 81% destinados para a infraestrutura e a inovação tecnológica, enquanto 19% foram

direcionados para o custeio da produção. R\$ 3 bilhões/ano é a estimativa que o setor movimenta na produção local.

A jornada para a construção do documento buscou estabelecer o diálogo com os sujeitos envolvidos na cadeia do açaí a partir de diferentes formas de escuta. Fez uso de formulário eletrônico, audiência pública e diálogos durante a feira do açaí, realizada no mês de junho em Belém. A partir destes recursos, o trabalho apresenta os cenários e aponta alternativas para o equacionamento de gargalos. O que farei aqui é somente uma síntese. Aos interessados no tema, vale a pena uma leitura atenta ao documento completo, onde constam minúcias a partir de cada região produtora.

O diagnóstico do relatório sinaliza para alguns gargalos, onde constam: **i)** sazonalidade - safra-entressafra-, o que implica no aumento do preço da rasa, que pode oscilar entre R\$180,00 a R\$ 350,00, o que tem implicações tanto com a segurança alimentar, como de renda para os batedores artesanais. O que impacta o cotidiano dos batedores com menor poder aquisitivo da cadeia, assim como dos consumidores; **ii)** presença de atravessadores e assaltantes na cadeia de comercialização do produto, o que penaliza o extrativista; **iii)** Concentração da renda nas mãos de atravessadores e grandes empresas na cadeia de comercialização e a invisibilidade das mulheres no processo produtivo; **iv)** O monocultivo do açaí – assim como qualquer monocultivo – implica no recuo da biodiversidade; **v)** Ausência de política pública que resguarde a justiça social, a segurança alimentar, a proteção ambiental e o conhecimento tradicional; **vi)** No campo da infraestrutura o documento aponta para a precariedade das estradas, falta de energia elétrica e espaços adequados para armazenamento; **vii)** O setor reclama ainda por conta de falta ou precária assistência técnica e de crédito, e de capacitação que fomente a organização coletiva; **viii)** Baixo valor agregado (fruto negociado in natura); **ix)** Vigilância sanitária: contaminação e Doença de Chagas; **x)** Estrutura de governança frágil, sem articulação entre os setores envolvidos na cadeia do açaí, e, por fim **xi)** Trabalho precarizado/infantil. O cenário evidencia uma multiplicidade de fragilidades.

O documento aponta que os desafios espelham questões socioeconômicas, ambientais e institucionais. Neste sentido faz proposições que considera estratégicas para sanar gargalos da cadeia produtiva do açaí, divididas em seis eixos, onde constam: **a) Política e governança:** Criação do Fundo Açaí (PRO AÇAÍ), Comitê Gestor Permanente, regulação da exportação; **b) Comercia-**

lização e preço: Política de preço mínimo, inclusão no PAA/PNAE, apoio a feiras e mercados locais; **c) Produção sustentável:** Incentivo aos SAFs (Sistemas Agroflorestais)- o que dialoga com a proposta de uma política de manejo florestal de base comunitária -, irrigação, assistência técnica agroecológica; **d) Infraestrutura e logística:** Armazenamento refrigerado, melhorias nas estradas, pontos de venda organizados; **e) Qualidade de rastreabilidade:** Certificação orgânica, selo de qualidade, boas práticas sanitárias; **f) Organização produtiva:** Fomento a cooperativas, crédito rural facilitado, capacitação contínua.

A Comissão de Direitos Humanos da Alepa defende que as propostas possuem como objetivo primordial superar o status de vulnerabilidade das comunidades tradicionais da cadeia produtiva do açaí.

No campo normativo, e considerado de grande relevância, consta a alteração da Lei Estadual de 2011, nº 7.565, que trata sobre o manejo do açaí. Nestes termos, o GT em sintonia com o mandato do deputado Bordalo, sinaliza para a Lei nº 11.140, de 3 de setembro de 2025, que dispõe sobre a caracterização do batedor(a) artesanal de açaí e as formas de congelamento e armazenamento da polpa do fruto para a comercialização no Estado do Pará, aponta o relatório. A Lei propõe:

- Reconhecer legalmente a figura do batedor artesanal;
- Estabelecer normas sanitárias rigorosas para congelamento e armazenamento, assegurando qualidade e segurança alimentar;
- Criar um estoque regulador de polpa de açaí para estabilizar a oferta e os preços na entressafra;
- Promover a **inclusão socioeconômica** de milhares de trabalhadores invisibilizados nas políticas públicas, mas essenciais para a cultura e a economia do açaí no Pará.

03

Empate no Jari^[1]

Rogério Almeida

Na espera eterna pela regularização das terras comunitárias, extrativistas do Pará reeditam prática de resistência de Chico Mendes para impedir o avanço do Grupo Jari na floresta que habitam há mais de cem anos

Amazônia brasileira, parte oriental, divisa entre Pará e Amapá. É tempo de chuva. Enquanto a maioria das famílias organizava suas ceias e confraternizações de Natal, extrativistas de Repartimento dos Pilões – comunidade do distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim – juntaram-se para impedir que cerca de 200 trabalhadores de uma empresa contratada pelo Grupo Jari continuassem a extrair madeira de lei de seu território secular.

Em manifesto assinado pela Associação dos Micro e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões e Vila Nova (Asmipps) e pela Rede Intercomunitária Almeirim em Ação (RICA), os extrativistas argumentam que a área de floresta primária em que coletam a castanha do Pará – e onde moram há cerca de cem anos – tem 61 mil hectares. O que significa que a extração de madeira de lei estaria dentro do território da comunidade, que reivindica do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) a concessão do título coletivo sobre a área.

^[1] Trabalho publicado no site da Agência Pública, no dia 26 de fevereiro de 2015.



A comunidade de Repartimento de Pilões no Extremo Norte do Pará / Foto: Rogerio Almeida

Mas a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema) autorizou as atividades da Jari ao expedir o Plano Operacional Anual (POA) apesar de ter se comprometido em acordo firmado em maio de 2013 – e lavrado em ata – a não liberar a área até a resolução sobre a questão fundiária. Outro ponto destacado pelos extrativistas é que a castanheira, proeminente no local, é protegida por lei, e não pode ser explorada economicamente.

Ainda assim, a pedido da empresa, a Sema aprovou a Unidade de Produção Anual (UPA) de nº 09 nas proximidades do território requerido pela comunidade. O manifesto dos extrativistas denuncia indícios de erros técnicos sobre a delimitação da área, ou sobreposição, que teriam que ser investigados antes de qualquer decisão. Mas o secretário adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da Sema, Hildemberg Cruz, nega irregularidades. Segundo ele, o pedido da empresa era de 15 mil hectares e a secretaria autorizou uma área de 9 mil hectares, justamente para excluir áreas sobrepostas com Áreas de Manejo Florestal (AMF), áreas de comunidades ou fazendas com decisão judicial favorável ao Estado.

No final de 2014, quando já tramitava na Justiça um pedido de interdito proibitório movido pela associação dos extrativistas – com parecer favorável na Vara Agrária de Santarém – a Sema liberou novas licenças de exploração para a Jari, que os associados acusam de avançar sobre os castanhais e outras espécies da área de Repartimento. Segundo eles, a empresa se recusou a conversar com

os moradores, alegando que a madeira seria retirada de qualquer maneira. “Temos tudo gravado”, conta um deles. “Desde a criação da associação a empresa se afastou. Conversam apenas com uns dois moradores que apoiam o projeto”, diz outro (os nomes foram preservados para evitar represálias)



Projeto de extração de madeira de lei da Jari na área de coleta de castanha da comunidade.
Foto: Rogerio Almeida

Sem diálogo com a empresa, os extrativistas decidiram partir para o “empate”, uma estratégia de resistência pacífica em que famílias inteiras formam um cordão humano, com o objetivo de convencer os peões a desligar as motosserras, e manter a floresta em pé. O empate nasceu no fim dos anos de 1970, no estado do Acre, entre os extrativistas então liderados pelo seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988, às vésperas de outro Natal.

O restabelecimento da democracia não interrompeu o ciclo de morte e violência do Estado contra as comunidades amazônicas, inaugurado com a política de integração econômica imposta pelo regime militar, que concentrou terras nas mãos de empresas nacionais e multinacionais. Foi na ditadura, em 1967, que o multimilionário estadunidense Daniel Ludwig chegou à região para instalar o Projeto Jari, um complexo agroindustrial que desmatou mais de 200 mil hectares de floresta densa. A Gmelina e o Pinus, árvores destinadas à produção de celulose, passaram a ocupar o lugar de castanheiras e maçarandubas; 20 mil hectares de arroz e 80 mil hectares de banana e dendê foram plantados, além

de pastos para criar 100 mil cabeças de gado e 40 mil de búfalos, como conta o jornalista Lúcio Flavio Pinto no livro *Jari: Toda a Verdade Sobre o Projeto* de Ludwig. Desde 1999, o Grupo Orsa controla o Grupo Jari – composto pela Jari Celulose, Jari Florestal, Jari Minerais, Ouro Verde da Amazônia, Fundação Jari e Marquesa.

O papel da Fundação Jari seria fazer a mediação com a população impactada pelo empreendimento, sob o guarda-chuva da estratégia de responsabilidade social. Como se vê no caso dos Pilões, isso está bem longe de se realizar na prática. O Estado também não cumpre sua função de regularizar as terras públicas conforme a determinação constitucional. Aos extrativistas, sobrou a coragem para resistir.



Placa de identificação do Projeto Jari / Foto: Rogerio Almeida

Grilagem e desmatamento contam a história do Jari

O cearense José Júlio de Andrade é tido como o latifundiário pioneiro da região do Jari. Chegou à Amazônia no apogeu do ciclo da borracha, final do século XIX, e se apossou de uma extensão de terras maior que o território do Jari. Para subordinar a população local o coronel Andrade usava a prática do aviamento, ou seja, comprava borracha, balata ou a castanha em troca do fornecimento de insumos para as populações extrativistas. Como os preços sempre favoráveis ao comerciante, os coletores estavam sempre devendo ao dono do barracão, e eram obrigados a trabalhar de graça para ele. O expediente ainda hoje é usado na Amazônia.

Mas os extrativistas se revoltaram, e Andrade teve que fugir para o Rio de Janeiro. Além de comerciante, o cearense foi prefeito em Almeirim quando Magalhães Barata mandava na política do Pará, e Getúlio Vargas, no país.

Em 1948 um grupo de portugueses e um brasileiro passaram a dominar terras e o mercado deixado por Andrade. Para explorar produtos extrativistas e agrícolas da região, criaram três empresas: a Jari Indústria e Comércio e a Companhia Industrial do Amapá para a comercialização dos produtos, e a Companhia de Navegação Jari S/A, a partir de José Júlio. É deste grupo que o multimilionário Daniel Ludwig adquiriu parte das terras no final da década de 1960. O estadunidense chegou a controlar mais de 200 empresas espalhadas pelo planeta nos setores da finança, do transporte, da mineração e da agroindústria.

O Jari de Daniel Ludwig

Ludwig não foi o primeiro estadunidense a tentar subordinar a floresta Amazônia aos seus interesses. Em 1927 o também milionário Henry Ford fundou seu próprio reino – a Fordlândia – na cidade de Aveiro, às margens do rio Tapajós, oeste paraense. A domesticação da seringueira em grande escala fracassou. Ainda hoje existem vestígios da fábrica, vila e do monocultivo.

O compatriota Daniel bem que poderia ter atentado para a experiência de Ford. Ele chegou na Amazônia no ápice do ditadura civil-militar e, com apoio do governo, instalou um complexo agroindustrial que englobava a produção de celulose em grande escala, arroz, criação de gado, e o extrativismo mineral de bauxita e caulim. Aeroporto, porto, rodovia e ferrovia compunham a infraestrutura, além de uma fábrica para a produção de celulose importada do Japão.

O desmatamento de mais de 200 mil hectares de floresta densa, para o cultivo de espécies exóticas – com o objetivo de produzir celulose – foi primeiro ato do polêmico projeto do milionário, que invadiu o território de indígenas e ribeirinhos que viviam do extrativismo no entorno dos rios Paru e Cajari. Os conflitos entre os seguranças da empresa e os moradores tradicionais eram constantes.

Crise do Projeto e Novos Donos

Nos anos 1980 e 1990 o debate ambientalista abriu espaço na agenda política do país, e transbordou as fronteiras nacionais com a militância do seringueiro Chico Mendes, executado em 1988. As críticas contra o Projeto Jari ganharam o mundo.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto, que escreveu um livro sobre o assunto (Jari: Toda a Verdade Sobre o Projeto de Ludwig), conta que no

início dos anos da década de 1980, os lucros sumiram e o Jari foi transferido a um grupo de 27 empresários brasileiros, liderado pelo Banco do Brasil e por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, do Grupo Caemi, em operação coordenada pelo ministro Antônio Delfim Netto. Avalizado pelo governo, o grupo comprometeu-se a pagar a quantia de 280 milhões de dólares em 35 anos.

Mas a crise continuou. Em 1999 o Projeto foi adquirido por dois acionistas de São Paulo da direção do Grupo ORSA, presidido pelo empresário Sérgio Amoroso, pela soma simbólica de 1 dólar – as dívidas totalizavam cerca de 414 milhões de dólares. A negociação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durou dois anos. O projeto passou a ter o nome de Grupo Jari, e os empresários firmaram compromisso em sanar passivos sociais e ambientais.

Aviamento

O aviamento encarnava a ferramenta de escravização dos extrativistas por dívida. É famosa a máxima de Euclides da Cunha, em que vaticina: O seringueiro é um homem que trabalha para escravizar-se”.

Em artigo sobre a questão o professor Márcio Meira (2018) esclarece que o aviamento estabelecia um vínculo de dívida entre o aviado e o aviador, o freguês e o patrão, este último definindo unilateralmente os preços tanto das mercadorias que “vendia” quanto dos produtos que “comprava”.

Este aspecto econômico e político, a constituição de uma dívida impossível de ser paga, forjou o surgimento de elites “brancas” que exerciam total controle e dominação da sua rede de fregueses ou aviados, esclarece o professor.

Em síntese, o extrativista encontrava-se na base da pirâmide na produção de excedente de riqueza da economia baseada no extrativismo. Nela constavam o aviador no município, que pegava recursos do aviador da região, que pegava recursos de casas de aviar da capital do estado, que negociava com comerciantes dos principais centros econômicos de outras regiões mais desenvolvidas do país, que pegavam recursos de bancos nacionais e internacionais. Gente que não acaba mais.

◉ Natal na floresta ◉

Quando os quatro ônibus chegaram trazendo os peões na manhã do dia 24 de dezembro, deram de cara com uma dúzia de pessoas da comunidade que, desde a véspera, estavam à sua espera. Os acampados os informaram da situação. Não houve conflito. Os trabalhadores compartilharam o rancho com o grupo. Dias depois voltaram para apanhar os equipamentos. Ficaram felizes em não trabalhar no dia de Natal, contam os acampados. “Existe um acordo: nós não entramos nos locais deles, e eles não entram no nosso. Quando soubemos do estrago que estavam fazendo, a gente se uniu e ocupou aqui. Aí a gente falou, nada disso compadre, aqui é nosso. Nós temos garantia que a terra é nossa. Aqui tá embargado pela justiça”, diz um deles.

Visitei o local no dia 13 de janeiro a convite do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), quando já havia perto de 60 pessoas no barraco instalado no meio da floresta, onde a Jari Florestal explorava a madeira de lei. Homens e mulheres, jovens, idosos e crianças dividiam a lona preta na manhã quente de sol, de estrutura forte o bastante para sustentar as muitas redes armadas. Um grupo de acampados toma conta da cancela que dá acesso ao território violado pela empresa. Qualquer um que chegue é filmado e fotografado.



O acampamento do Empate, com a família dos extrativistas. Foto: Rogerio Almeida

O sustento ganha o reforço da caça e da pesca de surubim e trairão em igarapés com nomes como Caracu, Inferno e Pacanari. “É a floresta que protege os nossos igarapés”, explica um morador. “A nossa maior dificuldade aqui foi a água. Depois que a gente se situou direito no trecho, tudo funcionou”, conta. Os moradores se cotizaram e contaram com a solidariedade de parceiros como o IEB para se instalar. Hoje a barraca tem luz a motor, TV, DVD, e antena parabólica. Além da água dos igarapés, existem galões de água mineral.

Para chegar ao acampamento, foram umas duas horas de viagem de carro em estrada de terra batida a partir da sede de Repartimento. Em boa parte do trajeto, o eucalipto domina a paisagem. Percebe-se claramente a separação entre a floresta nativa e a monocultura nas proximidades do local. Vimos um pátio com a madeira puxada de dentro da mata; montes de troncos de maçaranduba, angelim vermelho, piquiá, e outras espécies nobres, identificadas por códigos conforme a sua procedência. Nos locais onde algumas árvores foram retiradas os extrativistas registraram espécies tombadas com menos de 50 centímetros de raio (árvores jovens), violando a legislação. Este é um dos motivos que os fazem questionar o modelo de manejo sustentável aplicado pelo Grupo Jari.



Monocultivo de eucalipto na região do Jari. Foto: Rogerio Almeida



Moradores denunciaram a exploração de madeira na região às vésperas do empate. Foto: Rogerio Almeida

◉ Certificação Florestal em Xequê ◉

Em seu site, a Jari Florestal afirma ser referência mundial no manejo florestal sustentável nos trópicos, festejando a conversão de 545.000 hectares de floresta nativa em área para exploração de madeira de lei. Trata-se da maior extensão territorial do mundo para exploração de madeira tropical certificada. O mercado europeu é o principal destino de 25 espécies nativas da Amazônia processadas industrialmente.

O selo verde, como é conhecida a sigla FSC – *Forest Stewardship Council* – (Conselho de Manejo Florestal em português), é a certificação ambiental mais conhecida do mundo, com presença em 75 países. Vinte princípios devem ser obedecidos para que a empresa receba a grife ambiental, que teoricamente garante que a exploração dessa madeira – certificada – promove o desenvolvimento sustentável. O FSC Brasil nasceu em 2001. Até 2007 os negócios no setor de madeira certificada atingiram o patamar de R\$ 3 bilhões, informa o site da WWF.

As entidades extrativistas, porém, questionam a renovação do selo verde da Jari Florestal. Em 5 de setembro de 2014, a Assimpops já havia encaminhado uma carta ao conselho do FSC Brasil, questionando o relatório produzido pela Sysflor, empresa com sede em Curitiba, contratada pela Jari para desenvolver a pesquisa que subsidiou o relatório para renovação do FSC da empresa. A certificação vale por cinco anos e foi renovada em julho de 2014.

05/09/14
15:00

A Associação dos Pequenos e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade Repartimento dos Pílos - ASMPPS, fundada em 04 de junho de 1995,
End: Comunidade Repartimento dos Pílos, zona rural de Monte Dourado no Município de Almeirim-Pará.
CNPJ: 08.240.000.
CNPJ: 03.059.958.0001-10.
Presidente: Raimundo Ferreira Filho
Vice-Presidente: Dilma Maria Maup

A associação ASMPPS, através deste documento, vem pronunciar-se publicamente no poder a que lhes é concedido para contestar quanto ao Relatório de Avaliação para a Certificação do manejo florestal da empresa Jari Florestal, constando por esta certificadora SYFLO. A qual a mesma incluiu em seu relatório o nome de nossa comunidade, Repartimento dos Pílos que é uma comunidade tradicional, a mesma diz em seu relatório que fez entrevista/consulta em nossa comunidade. Em resposta a presunção de esta certificadora estamos dizendo ao Ministério Público Federal, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente SEMA e ao próprio FSC, que jamais houve em nossa comunidade por parte desta certificadora entrevistas/consultas, pois a associação jamais foi informada de tal assunto e sabendo ainda que o manejo da POA as qual a empresa pretende consolidar não pode ocorrer em nossa comunidade, não haverá acordos nem parcerias com esta empresa, pois o manejo nesta área enfraqueceria nossos recursos naturais. Ao lermos este relatório que contradiz aos princípios de observância as leis que o FSC usa é muito preocupante e revoltante a forma da qual

Na carta, a associação acusa o relatório da consultoria de mentir ao afirmar que entrevistou moradores da comunidade, e afirma ser equivocada a informação de que não existe comunidade tradicional na área de exploração de madeira. Ressalta que o documento omite as situações de conflitos entre moradores e a Jari Florestal, e questiona os serviços da Fundação Jari à comunidade citados no relatório: segundo os moradores nunca existiu um único projeto social em Repartimento. A Associação dos Moradores das Comunidades do Rio Parú e Amazonas também declararam em Carta da Associação do rio Paru e Amazonas enviada ao FSC que nunca foram visitados pela Sysflor.

Manuel Amaral, representante do IEB no Conselho da FSC Brasil, afirma que existem evidências de falhas no comportamento da Sysflor. “O caso é muito sério e precisa ser investigado. As associações de moradores já manifestaram insatisfação. E por conta disso o MPE contestou o relatório de recertificação. O Greenpeace também repercutiu o caso como um dos problemas delicados da certificação no mundo. Tudo isso deverá ser respondido pelo FSC Internacional, que tem competência para se posicionar”, afirma o engenheiro.

Amaral informa que até então não havia registros de suspeitas sobre a certificação socioambiental impactando negativamente a relação empresas-comunidades. “Pelo contrário, conheço muitos casos de que tenha servido para mediar conflitos e acomodar relações promissoras”, diz.

No dia 29 de novembro de 2013, o Ministério Público do Estado do Pará, comarca de Santarém, pediu a suspensão de todos os Planos de Manejo da Orsa Florestal, Jari Celulose e a Papel e Embalagens S.A, nos limites das unidades de conservação integral ESEC Jari, Rio Paru, e Amazonas.

O documento toma como base a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos povos tradicionais e de sua participação na administração e conservação dos recursos da natureza; e o artigo 186 da Constituição Federal, que estabelece a função social da terra e o uso racional dos recursos naturais. A promotora de Justiça de Santarém, Ione Missae da Silva Nakamura, recomendou à Sema a suspensão de Planos Operacionais Anuais, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Autorização de Exploração Florestal em áreas de floresta nativa.

Na bacia do “Rio do Senhor”

Em tupi Jari significa “Rio do Senhor”. As águas em tom escuro nascem na Serra do Tumucumaque, na fronteira com o Suriname, e cortam a vida de pelo menos cem mil pessoas nos estados do Pará e Amapá até desaguar em frente à Ilha de Grande de Gurupá, no estuário do Amazonas. O parque nacional Montanhas do Tumucumaque é o maior do país, com área de 38.464km², pouco menor que a área da Suíça. O complexo ambiental abrange seis unidades de conservação, criadas na década de 1990, sendo três estaduais (a Floresta Tropical do Parú, a Reserva do Desenvolvimento Sustentável Iratapuru e Reserva Biológica Maicuru) e três federais: Parque Nacional do Tumucumaque, Estação Ecológica Jari e a Reserva Extrativista de Cajari. Rio Pau D’Este e Waiapi são as terras indígenas. Na fauna, considerada rara, são encontradas entre as outras espécies: Gavião-de-penacho, Jacu, Choquinha, Mãe-de-Taoca-de-Garganta-Vermelha, Pássaro-Boi, Maú, Araponga-Branca, Galo-da-Serra e a Gralha.

O regime hidrográfico da bacia é bem definido. O período de maior cheia ocorre entre os meses de março a julho, enquanto a quadra mais seca compreende os meses entre outubro a dezembro. Em tempos de crise hídrica a água abunda nesta latitude. Conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a disponibilidade hídrica da bacia do rio Jari é mais de 10 vezes superior à disponibilidade hídrica nacional. A baixa demografia regional colabora para a construção do indicador.

As muitas corredeiras e cachoeiras dificultam a navegação do largo rio. Numa delas foi erguida uma hidrelétrica, a de Santo Antônio que gera 373,4 MW de energia. Cinco vezes mais do que a necessidade do estado do Amapá. A obra inundou mais de cem mil metros de floresta e foi finalizada ano passado pelo Consórcio EDP, integrado pelo grupo paulista ECE Participações S.A. (90% das quotas) e a Jari Energética S.A. (10% das quotas). É neste perímetro, na localidade de Mulungu, que a Jari Celulose controla o porto fluvio-marítimo.



Porto de Laranjal do Jari / Foto: Rogerio Almeida

A cachoeira Santo Antônio, alterada pela usina, era considerada de grande beleza, fonte de lazer e água potável para a população nativa. Fica no município de Laranjal do Jari, no Amapá, uma cidade dormitório que cresce desordenadamente na área de influência do Grupo Jari e suas terceirizadas. Beiradão ou beira é como os moradores da região tratam o local. A moradia é precária, a maioria das casas são de madeira. O aspecto é de favela.

A travessia do rio Jari de catraia (lancha voadeira) custa um real. Menos de vinte minutos de viagem separam Laranjal do Jari de Monte Dourado, a *company town* do projeto Jari, localizada no município de Almeirim, Pará. Planejada para abrigar funcionários do Projeto Jari, a pacata vila chegou a ter perto de 16 mil operários no auge do projeto. Asfaltada, conta com serviços bancários públicos e privados, e pequeno comércio. As casas seguem padrões hierarquizados conforme a função do operário. Nos locais onde o distrito avança para dentro da floresta, chamados de “silvivilas”, a empresa controla a vida laboral e privada. Estabelece regras rígidas, em particular com relação ao consumo de álcool.



Cidade de Laranjal do Jari/AP / Foto: Rogerio Almeida .

◉ As terras comunitárias ◉

Também no distrito de Monte Dourado, a comunidade de Repartimento de Pilões é completamente diferente da *company town*. Seus moradores são migrantes nordestinos, ênfase a maranhenses, que vivem do extrativismo da castanha, seringa, balata, açaí, cipós, pesca, caça, lavouras de cacau, feijão, milho, arroz e hortifrutigranjeiros. Os mais antigos possuem algum grau de parentesco, compadrio e proximidade, a exemplo do que ocorre com a família Araújo, onde o senhor Getúlio é tido como o pioneiro.

O território é coletivo, marcado por áreas de uso individual. Castanha, anelém vermelho, maçaranduba, cedro, andiroba, copaíba e piquiá são algumas das espécies que integram uma parcela de floresta nativa do lugar, onde circulam veados, pacas, tatus e antas. De acordo com os moradores, a área é a derradeira de floresta primária densa na geografia marcada pelo monocultivo do eucalipto do Projeto Jari.

A escola local atende a cerca de 20 alunos até a quarta série, os demais são obrigados a estudar fora, na comunidade de São Miguel, 60 quilômetros



As toras de angelim vermelho cortadas na floresta / Foto: Rogerio Almeida

distantes em estrada de chão batido. No verão enfrentam a poeira do inclemente trópico úmido. No inverno a lama. Não existe serviço de energia elétrica. As famílias com melhor poder aquisitivo garantem energia graças a um pequeno gerador movido a diesel ou gasolina. Na sede da comunidade árvores frutíferas circundam as casas, entre elas o cupuaçu, manga, açaí e carambola.

O abastecimento de água segue a mesma lógica da energia, construção de poço individual e bomba que ajuda a encher as caixas d'água. O igarapé tem reduzido a cada ano por conta do assoreamento produzido pela cultura homogênea do eucalipto e o intensivo uso de herbicida de acordo com as comunidades espalhadas pela região. Segundo a engenheira florestal do IEB, Wandréia Baitz, a monocultura de eucalipto provoca também o afugentamento de espécies e a redução da biodiversidade, da flora, fauna e microfauna, e, para alguns pesquisadores, déficit hídrico.

A população de Pilões não conhece saneamento básico, e o lixo é queimado individualmente em buracos. Uma igreja evangélica, outra católica e um campo de futebol compõem os espaços coletivos, algumas bodegas comercializam gêneros de primeira necessidade. O tempo corre lento, com vizinhos proseando nas portas das casas de madeira cobertas por telhas de amianto. O rádio continua sendo a principal fonte de informação; a TV é ligada somente no período da noite, nos horários de telejornais e novelas.



Comunidade de Pilões – Monte Dourado – Almerim – PA – Foto: Rogerio Almeida

Visitamos outras comunidades nos ramais, como são chamadas as estradas vicinais na Amazônia, sob a fina chuva que caía sobre a floresta. O condutor da moto explicou que todo dia chove pelos menos umas três vezes. O clima é suave por causa da proximidade da floresta, e o solo escorregadio, cheio de poças de lama.

◉ Água Azul – Ramal da Família Batista ◉

Um igarapé corre no quintal de dona Francisca Batista. Galinhas ciscam no terreiro. O porco passeia, enquanto dois homens produzem farinha. Filhos, noras, genros e netos estão na casa. Umas oito pessoas ao todo. No dia anterior, dona Francisca havia prometido uma galinha caipira para o almoço. Mas, serviu carne de caça cozida num fogão à lenha feito de barro. Por mais pobre que seja a família da roça, sempre há algo a oferecer. Ela trabalha numa área de 100 hectares. É a média da região.



Igarapé de dona Francisca / Foto: Rogerio Almeida

Francisca é evangélica, como a maior parte da família, dona de traços indígenas e estatura pequena. Está no segundo casamento – o primeiro foi aos 18 anos de idade, quando ainda morava na comunidade de Pimental, no mesmo perímetro. A mãe de cinco filhos já trabalhou em terceirizada do projeto Jari. É uma espécie de líder do ramal que abriga as 13 casas dos Batistas. Ela e o atual companheiro, Jacinto, sobrevivente de uma picada de cobra comboia, relatam ter sofrido inúmeras ações de coerção da empresa.

O casal chegou a ser expulso dali e reassentado na comunidade de São Miguel. Ameaçados por um morador, os dois decidiram voltar ao ramal de origem, na localidade de Água Azul, uma espécie de loteamento popular. Estão lá desde 2005.



Dona Francisca e família na comunidade de Água Azul/ Foto: Rogerio Almeida

A família conta que sob as ordens de um senhor que atendia pelo nome Almeida, ligado à Jari, teve a casa derrubada em cinco ocasiões. Em junho de 2013, pessoas ligadas ao Projeto Jari entraram à noite com trator e derrubaram 36 hectares de roça dos Batistas para plantar 15 mil pés de mogno, detalham. Além de Almeida, a família cita os nomes dos senhores Gilberto e Nilson, do setor de segurança da empresa, como seus perseguidores. E explica que só conseguiu fazer boletim de ocorrência após intervenção do Ministério Público do Estado (MPE). “Quando a gente chegava para fazer ocorrência contra a empresa, o delegado se negava”, contam. Dados

divulgados pela assessoria jurídica da Jari Florestal revelam que 95 ações de reintegração de posse em favor do empreendimento foram realizadas na última década.

Na manhã do dia 14 de janeiro de 2015 um ônibus que faz linha para o Loteamento Sarney, em Laranjal do Jari, adentrou a área em litígio da comunidade. Carregava 40 operários da prestadora de serviço NDR, que realiza manejo de madeira de lei. Jacinto interveio, alegou que área estava na justiça. Nela o agricultor cultivava mandioca, melancia, feijão e milho. O coordenador da equipe acatou o pedido do camponês.

Marcos Batista da Silva, filho de Francisca, mora há 10 anos no lugar. Ele e a mãe receberam o título de posse do Iterpa. Mas teme perder a terra. “A empresa chega aqui com liminar. A gente não sabe de nada. Já tive a minha casa derrubada três vezes, e o meu roçado destruído umas duas. Saí para trabalhar fora, cheguei tava tudo no chão. Deixei um monte de maniva. Eles chegaram de caminhão e levaram tudo. Na outra vez foi o açaí. A gente vive ameaçado e com medo. A gente não trabalha sossegado. Isso ocorre desde 2007 pra cá,” relata Marcos.



Casa de Marcos Batista, filho de dona Francisca / Foto: Rogerio Almeida

Ele conta que faz poucos dias o pessoal da segurança o visitou: “O Gilberto veio aqui. Ofereceu emprego, terra em outro lugar. Falei a ele que não trairia a minha família. Sou evangélico”. Apesar do receio em ser expulso, mantém um viveiro de mudas de açaí. Sonha cultivar um açaizal em paz. “A gente é coloneiro. Tem de fazer várias coisas pra viver”, explica o extrativista.

◉ A família paráucha ◉

Carlos Gotardo, filho do gaúcho Eugênio, vive na comunidade de Pilões. A família morava no município de Medicilândia, no sudoeste do estado. Lá cultivava cacau. O pai, senhor Eugênio, avaliou que a cidade estava muito agitada. Ela fica perto de Altamira, onde está sendo erguida a hidrelétrica de Belo Monte. A especulação tomou conta do lugar. O patriarca resolveu mudar para Repartimento de mala e cuia. Os quatro filhos nasceram no Pará, dois homens e duas mulheres.

Conseguiu área para trabalhar em 2005, ano em que iniciou o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR). Desmatou no ano seguinte, e foi multado em cem mil reais por isso. A família recorreu da multa, e fez o replantio de cacau, que é nativo da região. Em 2007 tinha 25 mil pés de cacau plantados, cinco mil pés de banana, três mil pés de mamão Havaí. E cultivava pepinos, tomate e outros hortifrutigranjeiros.

No dia 31 de novembro a família teve todo o trabalho destruído por força de liminar expedida em favor do grupo Jari pelo juiz da vara civil do estado. Cem homens armados de foices sepultaram em algumas horas a labuta de cinco anos. A ação era movida contra o pai de Carlos, mas, os peões devastaram também as plantações dele. A área ficou um capoeirão. O processo continua na justiça.

A empresa Jari Celulose acusa os moradores de ocupar uma área de cinco quilômetros. Segundo Carlos e outros moradores, a empresa usa como prova de direito ao território um título da fazenda Santo Antônio da Cachoeira, que é questionado na Justiça. “Minha família e os demais camponeses somos perseguidos de todo jeito: polícia, Adepará (Agência de Defesa Agropecuária do Pará), e por aí vai”. Sobre as acusações a assessoria da empresa não se manifestou.

◉ Grileiros X Extrativistas ◉

Investigações do jornalista Pinto, nos arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sublinham que a Jari possuía, em 10 de outubro de 1977, uma área total de 1.006.261 hectares, dos quais 576.222,3 hectares no estado do Pará e 430.039,6 no Amapá; já o Grupo Jari assegura que a área oficial era de 1.632.121 hectares, porém menos de um terço teria título definitivo. Alguns de seus diretores e advogados chegaram a declarar que a empresa teria até mais de 3 milhões de hectares.

Aqui reside o principal nó da questão, não somente no caso do Projeto Jari, mas, em toda a região. O caos fundiário, nublado por grilagem de terra de toda ordem e sorte. 6.102 títulos de terra registrados nos cartórios estaduais do Pará possuem irregularidades. Somados, os papéis representam mais de 110 milhões de hectares, quase um Pará a mais, em áreas possivelmente griladas. Os dados resultam de três anos de pesquisa dos órgãos ligados à questão fundiária no estado, através da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Tribunal de Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra e a Federação da Agricultura do Estado do Pará). O documento foi apresentado em 30 de abril de 2009 no auditório do Ministério Público Federal (MPF).

Conforme o Ministério Público do Estado (MPE) existem 104 documentos fundiários que compõem a área que a empresa diz ter o domínio, cerca de 956 mil hectares. No entanto, parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) de 2005⁶, aponta que uma parte dessa área pretendida é terra pública. A PGE ingressou com ação judicial para reconhecer que a Fazenda Saracura, com aproximadamente 255 mil hectares é de domínio público do Estado, e não propriedade da Jari. A empresa recorreu da decisão do juiz da Vara Agrária, que reconheceu o domínio público da área da fazenda. Cabe ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) a confirmação ou não da sentença.

O Iterpa realiza estudos e georreferenciamento na área do Jari, e existe um grupo inter-institucional (composto pelo Iterpa, Sema, MPE e Defensoria Pública com o objetivo de equacionar a situação fundiária. A situação de conflito é acompanhada pela Ouvidoria Agrária Nacional.

◉ Vitória no Empate ◉

No dia 15 de janeiro de 2015, a Vara Agrária de Santarém proibiu a Jari Florestal de extrair madeira de lei do território da comunidade de Repartimento dos Pilões. A sentença em favor dos extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões foi assinada pelo Juiz André Luiz Filo-Creão G. da Fonseca, e publicada no dia 13 deste mês do processo de número 0000205-84.2015.8.14.00.



Pátio de estocagem da madeira retirada da área onde extrativistas realizaram o empate .
Foto: Rogerio Almeida

A medida foi tomada por temer um conflito entre as partes envolvidas. Assim a empresa Jari Florestal está impedida de explorar os recursos da comunidade. Agora resta decidir sobre o destino que será dado a madeira que já foi extraída. Nos dias seguintes o acampamento foi desfeito, mas, conforme a associação de moradores do lugar, um grupo fiscaliza o local em sistema de revezamento.

Na mesma semana, em Monte Dourado, no bairro do Matadouro, moradores enviaram vídeos e fotos da ação de seguranças e policiais expulsando famílias de área ocupada. Por sua vez, por causa de salários atrasados, operários das empresas terceirizadas Leão Transportes e NDR realizaram paralisações.

No fim de janeiro, porém, o desembargador Noronha Tavares suspendeu liminar do Juiz André Luiz Filo-Creão G. da Fonseca. Noronha justificou a decisão alegando que a empresa tinha apresentado farta documentação que comprovaria a posse da terra, entre elas Certidão de Autenticidade nº 101, expedida pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em março de 2012.

Na sentença o desembargador avalia que Fonseca foi induzido ao erro, e que os documentos anexados ao processo são insuficientes. Ele defende que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos extrativistas, datado de 2015, é recente. O cadastro foi criado no ano de 2012, e necessita de uma série de procedimentos até ser expedido.

O desembargador parece desconhecer que o ITERPA ainda não apresentou os resultados dos trabalhos iniciados em 2006. A peleja no Jari ganha mais um capítulo em sua vasta história de incertezas nas terras jamais regularizadas do Pará.

◉ Algumas atualizações ◉

Ao longo da história a grilagem tem se imposto como o principal recurso para a apropriação privada de terras na Amazônia. CPIs, pesquisa nacionais e internacionais de instituições públicas, a exemplo dos Ministérios Públicos, universidades, INCRA, Iterpa, e ONGs atestam a trama.

Atendendo a pedido do MPF e outras instituições protocolado junto ao CNJ em 2009, 5,5 mil registros de títulos fraudados no Pará foram cancelados em 2010, atesta matéria de 20 de agosto, da Folha de São Paulo. O corregedor Gilson Dipp foi o autor da decisão. No percurso deste trabalho sublinhamos sobre o pedido de cancelamento. Raro é a demanda desembocar em anulação, posto a trama da apropriação envolver políticos, cartórios, grileiros e outras frações de classe que hegemonizam o poder dentro e fora da região.

A matéria assinada por Felipe Seligman e Cláudio Ângelo salienta que somente um dos títulos registrado em Altamira declarava como posse 410 milhões de hectares, o que equivale à metade do território do Brasil. No estado do Amazonas há casos equivalentes. A Constituição de 1988 impõe que cessão de grandes extensões de terras a particulares necessita de autorização do Senado Federal.

Outro caso *sui generis* ressaltado pela matéria é do fazendeiro Carlos Medeiros, reportado em inúmeros registros do jornalista Lúcio Flávio Pinto. Medeiros, que não existe fisicamente, detinha 167 títulos irregulares, que abocanhavam 1,8 milhão de hectares, ou três Distritos Federais. E que o município de Moju tinha tituladas terras equivalentes a 14 vezes sua área. Em nenhuma oitiva jurídica Medeiros aparecia, somente os seus advogados. Cogita-se que um staff de advogados o tenha criado.

A reportagem da Folha esclarece que o CNJ cancelou todos os imóveis com área superior a 10 mil hectares registrados de 1934 até 1964; com mais de 3.000 hectares registradas de 1964 até 1988; e com mais de 2.500 hectares a partir de 5 de outubro de 88. Esses eram os limites de área que podiam ser transferidos do Estado a particulares sem autorização do Senado pelas Cartas Magnas de 1934, 1964 e 1988, respectivamente.

Dados sistematizados no âmbito do projeto Amazônia 2030/Imazon, divulgados em 2023 contradizem a reportagem da Folha com relação ao número de títulos, onde sinalizam que o CNJ anulou pelo menos 10.728 registros de imóveis

em 88 municípios, cujos títulos somados abrangem uma área equivalente a 73% do estado do Pará (91,12 milhões de hectares). Os municípios de São Félix do Xingu e Altamira concentram 50% da área atingida pelos cancelamentos (45,6 milhões de hectares). São Félix do Xingu possui 3.167 imóveis em 32,8 milhões de hectares. Tais matrículas estão distribuídas em quatro cartórios de registro imóveis: Altamira, São Félix do Xingu, Santana do Araguaia e Tucumã, sendo a maioria nos dois primeiros. Já Altamira possui 587 imóveis abrangendo 12,5 milhões de hectares.

Nesta conjuntura de crimes, para além da grilagem de terras, os municípios em questão se destacam ainda em desmatamento, trabalho análogo à escravidão, violência contra camponeses e um expressivo rebanho bovino. Em São Félix do Xingu, por exemplo, há mais gado que gente. Cumpre salientar que a cidade de Santana do Araguaia abrigou a fábrica da Volkswagen, a Fazenda Cristalino. Em pauta pública novamente por conta da ação do Ministério Público do Trabalho (MPT), por conta da prática de trabalho escravo no século passado. No que tange à grilagem, o município de Altamira tem se notabilizado na excelência nesta modalidade de crime, com protagonismo de pool de advogados, cartórios, grileiros e afins.

Neste pacote de título fraudados consta o imbróglio da Fazenda Espírito Santo, em Xinguara, sul paraense. A propriedade foi adquirida pela Agropecuária Santa Bárbara (ASB), que tem entre seus acionistas o Grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas. As terras da União foram cedidas para a família Mutran a partir do recurso de aforamento, que concede o direito de uso, e não de posse.

A oligarquia destacou-se mundialmente pela criação de gado nelore e um vasto repertório de crimes, onde estão enfileirados: grilagem de terra, trabalho escravo, desmatamento, assassinatos de camponeses e de um fiscal da receita estadual. Além da atividade pecuária, a família exerceu poder político na região, onde elegeu familiares a prefeitos, vereadores e deputados.

Nos dias atuais a oligarquia experimenta um ocaso. Sobre a família, é referência a obra da professora Marília Emmi, *A Oligarquia dos Castanhais*, resultado de mestrado realizado na UFPA, sob a orientação do professor Jean Hébert.

A área em questão é território de conflito que envolve famílias sem terra ligadas ao MST e a ASB pelo domínio de oito mil hectares. São terras de

antigos castanhais do povo, que foram apropriadas indevidamente. Soma-se ao cenário ainda sobreposições sobre terras indígenas. O grupo do banqueiro Dantas adquiriu outras fazendas na mesma situação jurídica. A situação de escravidão de trabalhadores persiste, como o caso registrado em 2012, onde cinco pessoas foram resgatadas em área sob o controle do ASB, entre elas um adolescente de 16 anos.

Sobre grilagem de terras no Baixo Amazonas paraense o cancelamento de títulos fraudados na região do Jari desde o século XIX ocorreu em 2021. Até onde se sabe é o único caso da região. Em certa medida, a coragem dos extrativistas na defesa de seus territórios ao realizarem o empate em 2014, colaborou na jornada.

Em dezembro de 2021 a promotoria de justiça agrária da 2ª região, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) ajuizou ação civil pública (ACP) contra a grilagem de terras de 126 mil hectares contra o Grupo Jari Celulose e Jari Energética, o Estado do Pará e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Na época, as terras estavam avaliadas no patamar de R\$ 100 milhões.

Conforme site do MPPA, em texto elaborado pela assessora Lila Bemerguy, o objetivo da ACP residia em anular os títulos e cancelar os registros imobiliários referentes ao imóvel Santo Antônio da Cachoeira e seus desmembramentos.

Ainda conforme o MPPA, a ação se baseia em investigação de “sucessivas práticas fraudulentas e ilegais relacionadas à expedição de títulos definitivos, e fraudes em registros públicos em área de cerca de 126 mil hectares, no município de Almeirim, desde o ano de 1937”, quando reinava por estas plagas o coronel Júlio de Andrade, conhecido como “Czar” do Jari.

A ação, ajuizada pelas promotoras de Justiça Herena Neves de Melo e Ione Nakamura resulta do inquérito civil de 2016, que solicitava a análise dos documentos imobiliários de áreas da Jari Celulose S/A. Havia denúncias de que as terras foram obtidas através de fraudes nas cadeias dominiais e na origem do imóvel denominado Santo Antônio da Cachoeira e desmembramentos, alerta notícia do MPPA. A ação ocorre dois anos após a realização do empate realizado na comunidade de Pilões.

A promotoria destaca as evidências de fraudes praticadas ao longo dos anos, com prejuízos ao patrimônio público e ao sistema registral, “bem como a inércia do Estado do Pará e do Iterpa que, mesmo ciente das irregularidades não adotou medidas para evitar a violação do patrimônio fundiário estadual,

em razão da expedição de título nulo e da inércia para a retomada das terras na área da gleba Santo Antônio da Cachoeira”, evidencia o site do MPPA.

Morosa é a jornada, seis anos após o ajuizamento da ACP, em novembro de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado acatou recurso (agravo de instrumento) do MPPA em Ação Civil Pública em face do Grupo Jari- Jari Energética e Jari Celulose, Estado do Pará e Iterpa, e determinou o bloqueio dos registros imobiliários referentes ao imóvel Santo Antônio da Cachoeira e seus desmembramentos, noticia o site do MPPA.

A mesma fonte esclarece que o relator do agravo, Desembargador Mairton Marques Carneiro, deferiu o recurso do MPPA e determinou o imediato bloqueio de Escritura Pública de Compra e Venda registrada no Cartório Chermont, em Belém, em 24 de dezembro de 1948, por meio da qual a Empresa Jari adquiriu diversos imóveis, dentre eles a área de Santo Antônio da Cachoeira. A decisão determina o bloqueio dos demais atos posteriores referentes ao imóvel, desde a transferência para o coronel Manoel Carlos Ferreira Martins, em 6 de junho de 1902.

Determinou ainda o bloqueio dos sete registros imobiliários do Cartório de Registros Imobiliários de Monte Alegre e Almeirim, o mais antigo do ano de 1937, e o mais recente de 2015. E ainda que a empresa divulgue como fato relevante para que a Comissão de Valores Imobiliários e investidores tenham ciência da existência da Ação Civil Pública proposta pelo MPPA, que questiona a validade do direito de propriedade da Grupo Orsa-Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A e Jesa – Jari Energética S/A em relação às áreas das matrículas. Os Cartórios de Monte Alegre e Almeirim devem remeter as certidões das matrículas indicadas, pois consiste em elemento de prova do caso, aponta site do MPPA.

Ao Iterpa foi determinado a remessa de cópia de todos os processos em trâmite no órgão cujo requerimento foi realizado pela Empresa Jari S/A, mencionados na ação e que se referem aos imóveis das matrículas indicadas na ACP, bem como demais processos que possam ter sido requeridos posteriormente. E por fim, determinou o cancelamento provisório de eventual cadastro no SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) do Incra e no CAR (Cadastro Ambiental Rural) do imóvel junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

A decisão destaca que diante dos documentos constantes dos autos principais (Processo nº. 0812867-37.2021.8.14.0051), “não é possível ignorar

a apuração feita pelo Órgão Ministerial, segundo a qual teriam sido identificadas diversas inconsistências, desde a origem, nos documentos que geraram os registros imobiliários, em questão, como por exemplo, no caso do imóvel Santo Antônio da Cachoeira, o que pode ter viciado toda a cadeia dominial do imóvel, assim com a expedição de seu título definitivo”

Ainda sobre a região do Jari, o documento Amazônia 2030/Imazon, registra que ainda em 2018 o estado do Pará retomou a posse da Fazenda Saracura, que constava como propriedade do grupo Jari. A área de 386 mil hectares, localizada em Almeirim, corresponde a mais que o dobro ao município de São Paulo. O imóvel passou a ser identificado como Gleba Arraiolos. Precedeu o caso Saracura, a ação da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Pará, que em 2004 cancelou e bloqueou 125 registros de imóveis que faziam parte da área total da Jari.

Uma década após o empate na comunidade de Pilões, o castanhal continua de pé e alguns títulos de apropriação criminosos na região foram cancelados. Os moradores forjaram uma associação de produtores rurais e extrativistas, e buscam verticalizar a produção das riquezas da região, e assim incrementar a renda. A ação direta de defesa do território de Pilões ganhou notoriedade nacional. No que pese todas as assimetrias, a terra que um dia foi pública, e passou a ser propriedade privada a partir de práticas criminosas, voltar a ser de interesse coletivo dos moradores da região. Longa jornada.

O horizonte da comunidade é a efetivação de um projeto de assentamento agroextrativista (PAEX). Uma árdua tarefa sempre marcada pela morosidade das instituições públicas. Situação equivalente ocorre em Santarém com relação ao PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) Lago Grande, onde a tensão é com a mineradora Alcoa, que extrai bauxita há 20 anos em Juruti, exploradores ilegais de madeira, facções criminosas, oligarquias locais, políticos e pretensos religiosos orientados pela teologia da prosperidade, onde predomina o individualismo. Soma mais de dez anos o processo que reclama o reconhecimento do território.

O serviço de energia elétrica já alcançou a comunidade de Pilões. Assim como o de internet. A comunidade vizinha, Vila Nova, aderiu à bandeira agroextrativista. Como é de praxe nestas tensões, a pessoa ou o grupo que exerce a linha de frente é perseguida pela grande corporação. No caso em tela, a militante Dilva e parceiros foram perseguidos pelo Grupo Jari. Trata-se de modus

operandi equivalente ao que a Vale e outras corporações realizam. No caso da Vale, ela processa no Pará mais de 100 pessoas por reivindicarem direitos e empreenderem a defesa dos seus territórios.

No que pese a realização da COP 30 em Belém, assim como nos anos 1960, quando da implantação do Projeto Jari, o governo acaba de autorizar a construção de uma usina termoeletrica no município de Almeirim. O modelo é considerado mais danoso ao meio ambiente que a usina hidrelétrica.



reportagens
reportagens
reportagens **reportagens**

A peleja que soma mais de u ma década
aglutina organizações sociais populares,
ONGs e pesquisadores para a efetivação
da política no Pará, o estado que mais
desmata na Amazônia

04

Manejo Florestal Comunitário e Familiar como política pública: um front de utopias^[1]



Área de desmatamento na região do Jari, fronteira do Pará com o Amapá.
Foto: Rogerio Almeida

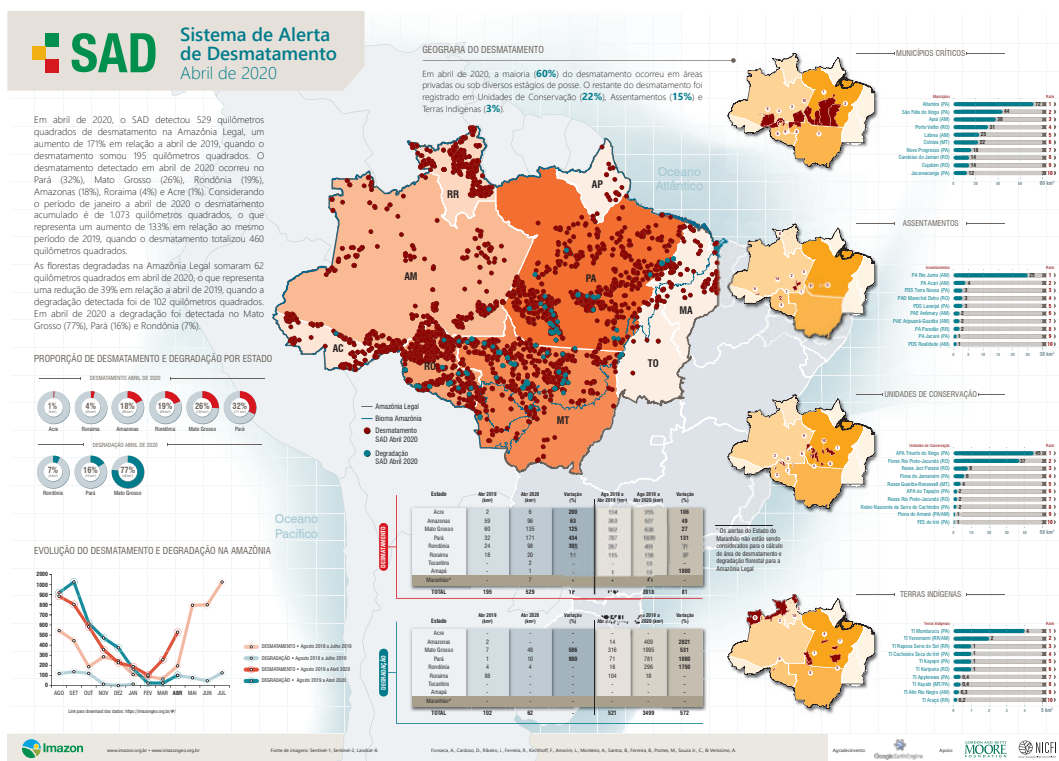
^[1] A reportagem foi publicada originalmente em abril de 2021 no site do Brasil de Fato (BDF)/RS e posteriormente no BDF/SP. Contou com a edição da jornalista Kátia Marko. É uma pequena homenagem aos Povos da Floresta e ao professor Ricardo Gama (UFOPA), falecido em outubro de 2022. Gama era engenheiro florestal e um entusiasta da prática do manejo florestal de base comunitária. A presente versão passou por pequenos ajustes, acréscimos e algumas atualizações.

Os constantes cortes no orçamento, reestruturação ou esvaziamento de órgãos relacionados com o tema do meio ambiente, reforma agrária e cidadania, nomeação de pessoas sem qualificação compatível para cargos estratégicos colaboraram para o incremento do aumento do desmatamento na Amazônia durante o desgoverno do militar (2019-2022). E, por consequência, violações de direitos das populações consideradas tradicionais e a constante ameaça de autonomia de seus territórios por grileiros, facções criminosas, setores pretensamente religiosos orientados pela teologia da prosperidade, madeireiros ilegais, grandes corporações de diferentes setores, garimpeiros e fazendeiros.

Conjuga-se ao quadro o avanço da fronteira do capital baseado na implementação de grandes projetos, a exemplo da construção de complexos portuários, modal de transportes (rodovia, hidrovía e ferrovia) e grandes hidroelétricas. Nesta pauta, o Baixo Amazonas (oeste paraense) ocupa papel estratégico na agenda da agricultura capitalista. A região abriga um complexo de unidades de conservação (UCs) – estima-se em 33 UCs – entre outras modalidades territoriais, a exemplo de territórios indígenas, territórios de remanescentes de quilombos, além de diversas modalidades de assentamentos rurais.

Ela é considerada como prioridade para a consolidação da região como um corredor de exportação da produção de grãos (*commodities*) do Brasil Central. A agenda desenvolvimentista baseada no uso intensivo das riquezas naturais coloca em xeque a existência dos territórios acima citados, bem como a sobrevivência das populações que neles habitam. O horizonte do setor da agricultura capitalista é a redução do custo de exportação das *commodities* no patamar de 30%, com a viabilização corredor Norte, em detrimento dos portos de Paranaguá/PR e Santos/SP.

Desde 2019, quando do início da gestão do desgoverno do militar da reserva, os números de desmatamento na Amazônia alcançam indicadores alarmantes. No ano de 2020 bateu recorde dos últimos dez anos, com o registro de 8.058 km² de floresta suprimida. O crescimento foi de 30% em comparação com o ano de 2019, quando se registrou a perda de 6.200 km². Desse total o estado do Pará responde por 42%, alertam dados sistematizados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), conforme esclarece o quadro abaixo. Instituições de pesquisa, assim como cientistas passaram a ser perseguidos pelo governo, aos moldes do que ocorreu com o cientista Ricardo Galvão, afastado da direção do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).



Nesta conjuntura, ao longo da história, o estado do Pará tem liderado com folga toda ordem de indicador negativo em relação ao desmatamento, ao trabalho em condição análoga à escravidão, bem com indicadores de violência no campo contra dirigentes que defendem a reforma agrária, o meio ambiente e os direitos humanos.

Os casos mais recentes são os assassinatos do indígena e professor de História Isac Tembê, 24 anos, por policiais militares no dia 12 de fevereiro de 2021, quando caçava com outros parentes. O caso ocorreu na Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, no município de Paragominas, reconhecido reduto da agricultura capitalista do estado. Em carta denúncia o povo Tembê-Theneteraha adverte que ameaças e ataques têm sido uma constante contra os indígenas, em particular liderados por madeireiros e fazendeiros.

A região é reduto de influência do ex vice-governador do estado, Lúcio Vale (PL), alvo de operação da Polícia Federal por desvio de recursos públicos em 10 municípios do estado, na segunda fase da Operação Carta de Foral, em dezembro de 2019. A acusação reside no desvio de R\$39 milhões de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

À época, Cristiano Vale (PL), irmão do ex vice governador, chegou a presidir a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (Cindra) da Câmara Federal. O ex-prefeito da cidade de Viseu é acusado de apropriação privada de terras públicas, e votou a favor da MP Provisória 910/2019, depois convertida no Projeto de Lei (PL) 2633/2020, que azeita a regularização de terras sem averiguações, conta a reportagem do site Olho nos Ruralistas, do dia 13/03/2019.

Sobre a execução de Isac, que deixa a esposa grávida, uma nota de protesto do povo Tembê defende que “O coração do povo Tembê-Tenete-hara (nós somos gente verdadeira, em tupi) sangra com o brutal assassinato do nosso jovem guerreiro Isac Tembê. A bala que lhe tirou a vida, com apenas 24 anos, atingiu a todos que desde tempos imemoriais habitamos essa terra e fazemos a permanente defesa da floresta e de nossos saberes tradicionais”.

Isac tombou no mesmo dia em que o assassinato da missionária estadunidense e agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dorothy Stang somava 16 anos. Stang foi executada na cidade de Anapu, no sudoeste do estado, aos 73 anos, em 2005. A agente da CPT foi executada por denunciar grilagens de terra e o desmatamento na região. Como outros casos, um crime anunciado. Como outros assassinatos, poderia ter sido evitado tivesse o Estado vontade política.

Na mesma região, os assassinatos dos dirigentes sindicais Ademir Federicci (Dema), em setembro de 2001, e Bartolomeu dos Santos (Brasília), em julho de 2002 precederam a morte de Stang. Brasília foi estrangulado, teve as pernas quebradas e recebeu 12 tiros de armas de diferentes calibres. Por ironia, o crime ocorreu em uma comunidade denominada de Castelo dos Sonhos, região de Altamira, sudoeste do estado.

Assim como na TI do povo Tembê, os projetos de Assentamento de Desenvolvimento, Sustentável (PDS), efetivados após a morte da missionária, passam por constantes ameaças de grileiros, madeireiros e fazendeiros. E, o padre Amaro, herdeiro do legado de luta da missionária, convive com toda ordem de ameaças e coações.

A tensão permanece em Anapu. Reportagem da Agência Pública, assinada por Julia Dolce, de setembro de 2023, adverte que entre os anos de 2009 a 2021, o município registrou 177 situações de conflitos. A refrega envolve a família do fazendeiro falecido em 2022 Antônio Borges Peixoto e agricultores. Como no século passado, o *modus operandi* dos fazendeiros reside em ameaças de

morte, atentados às posses das famílias, a exemplo de promoção de queimadas em casas de farinha, como ocorreu com o agricultor Lindoval Ferreira da Costa, natural do Maranhão. A casa de farinha era o principal meio de subsistência da família de Costa, registra a reportagem. Os atentados são creditados a um “consórcio da morte”, termo usado pelos campesinos para identificar o coletivo de grileiros e fazendeiros interessados nas terras.

A mesma reportagem adverte que em 2021, pistoleiros e grileiros invadiram o lote forjando o cumprimento de mandato de reintegração de posse e atearam fogo em casas, roçados e na escola. Erasmo Alves Theofilo, cadeirante e liderança na comunidade, desde 2020 vive sob proteção do precário programa de segurança pública à testemunha. Ele já escapou de várias emboscadas.

Todavia, Paulo Anacleto (51), Márcio Rodrigues dos Reis (33) e Ronilson de Jesus Santos (53 anos) não tiveram a mesma sina. Santos foi morto em abril de 2025, no quintal da própria casa. Ele era liderança do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Virola Jatobá e dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf). A morte dos anônimos não conta com a mesma repercussão que a da missionária Dorothy.

Márcio Rodrigues dos Reis foi assassinado aos 32 anos, em dezembro de 2019. O sem terra e mototaxista era a principal testemunha do caso em que os fazendeiros buscavam criminalizar o padre Amaro. Antes de ser morto, chegou a ser preso e espancado por policiais e fazendeiros, reporta matéria do site Repórter Brasil, de Daniel Camargos.

Por conta de constantes ameaças por denunciar a violência contra camponeses perpetrada por fazendeiros e policiais da região, teve de ficar fora do município por meses. Deixou viúva e quatro filhos. Uma facada no pescoço tirou a vida de Reis, em uma emboscada travestida de uma corrida para uma vicinal na zona rural.

Paulo Anacleto foi executado em praça pública, no centro da cidade, dias depois da morte de Reis. Anacleto foi vereador pelo PT, quando da sua execução, ocupava o cargo de conselheiro tutelar. Conforme dados do site Repórter Brasil, antes do alinhamento à causa da reforma agrária, chegou a ser contrário às atividades dos sem terra e da missionária Stang.

Nesta mesma toada de mortes, antes de Isac, o camponês Fernando Araújo Santos foi executado com um tiro na nuca na cidade de Pau D’arco, no sul paraense, em 2021. Santos era testemunha chave do massacre de dez

camponeses ligados à Liga dos Camponeses Pobres (LCP), ocorrido em 2017 em operação de reintegração de posse da fazenda Santa Lúcia. Todos os 16 policiais militares e civis envolvidos no caso estão em liberdade e trabalhando.

A espiral da violência no Pará não dá trégua. Benedito Cordeiro de Carvalho, também indígena do povo Tembé foi assassinado no dia 02 de março de 2021, com um tiro na cabeça em plena luz do dia, no município de Capitão Poço, nordeste do estado. O caso ocorreu com menos de 30 dias da morte de Isac. Didi, como era conhecido, era guarda municipal na cidade de Ourém, município na mesma região. O indígena foi executado quando se dirigia de moto para aldeia para visitar parentes.

Tragédia a sobrepor tragédia. Até o dia que antecedeu a execução do camponês Santos, a única pessoa envolvida no caso que estava presa era o advogado de defesa dos camponeses, José Vargas Junior, que tem se notabilizado mundialmente por defender camponeses e indígenas na delicada região sul paraense.

Aos moldes do anuviado caso da prisão de brigadistas da vila de Alter do Chão em novembro de 2019, no município de Santarém, a prisão do advogado é envolta de suspeitas com relação às acusações. Vargas é considerado pelas forças policiais como elemento suspeito no desaparecimento de um presidente de associação do município de Redenção. A base de acusação é uma piada sobre o caso encontrada no celular do advogado.

Entidades ligadas à defesa dos direitos humanos no estado denominam a questão como criminalização dos movimentos sociais na luta por direitos e, em particular os ligados à luta no campo, meio ambiente e direitos humanos. Nesta linha, antes de ser executada, a missionária Dorothy foi acusada de armar camponeses. A mesma imputação foi realizada contra o padre Amaro, que chegou a ser preso entre março a junho de 2018, e responde a processo.

Sobre os casos mencionados, no momento o advogado encontra-se em prisão domiciliar. Sobre os brigadistas de Santarém, o Ministério Público Federal (MPF) decidiu pelo arquivamento das acusações de terem ateado fogo na floresta. No mesmo ano do caso da prisão dos brigadistas, em agosto, fazendeiros e empresários da cidade de Novo Progresso, no oeste do Pará, fronteira com

o Mato Grosso, organizaram o Dia do Fogo. A mobilização foi organizada a partir de grupos de aplicativos sociais.

A denúncia foi realizada pelo jornalista Adécio Piran, do site Folha do Progresso. Após denunciar o crime, que incrementou os focos de incêndio na cidade em 300% durante dois dias, o jornalista foi obrigado a ficar fora do município por dois meses por conta de ameaças de morte.

O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais da cidade, Agamenon Menezes e o dono da loja Agropecuária Sertão e Ricardo de Nadai são considerados os articuladores do crime, conta reportagem de Daniel Camargos, de 23 de outubro de 2019, publicada no site Repórter Brasil. As investigações são dificultadas por conta da relação dos acusados com políticos do estado e fora dele, avalia a reportagem.

Recentemente, em passagem pelo município, durante o café em um hotel, testemunhei a prosa desinibida de um parlamentar federal com fazendeiros da região em sabotar uma operação do Icmbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) contra o desmatamento. Não raro é possível testemunhar conversa equivalente em outros municípios sobre a tabela de preços sobre mortes de lideranças populares, a depender da pessoa, estimada em até R\$ 150 mil.

A violência no estado é um rosário sem fim. No mês de março o assassinato da dirigente do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Dilma Ferreira Silva, de Tucuruí, soma seis anos. Além de Silva foram mortos o marido, Claudionor Costa e um amigo, Hilton Lopes. Já em maio, o assassinato do casal de extrativistas do projeto de assentamento Praia Alta Piranheira, de Nova Ipixuna, José Cláudio e Maria do Espírito Santo, somou 14 anos.

Instituições alinhadas à defesa da reforma agrária, do meio ambiente e de direitos humanos não sabem precisar o número exato de pessoas ameaçadas de morte no Pará. O certo é que a violência no estado vem de longa data, sendo a década de 1980 considerada a mais sangrenta. Terra, subsolo, água e as riquezas da floresta ocupam o centro de disputas por diferentes sujeitos de interesses díspares, dentro e fora do estado.

Boa parte destes indicadores nefastos tem explicação nas diferentes experiências de projetos de desenvolvimento impostos para a Amazônia. Estes baseados em grandes projetos^[2], que tendem a expropriar as populações con-

^[2] Foram assim classificados por conta do volume de recursos empenhados, a escala física e os variados impactos provocados no meio ambiente, na economia, na sociedade e por sua característica de enclave.

sideradas tradicionais, a exemplos de indígenas, extrativistas, remanescentes de quilombos e camponeses, e a concentrar terra e renda nas mãos de poucos. E, tem-se ainda, o interesse pelo subsolo.

É justo contra este ambiente de indicadores de desmatamento, exploração ilegal da madeira, concentração da terra, monocultivo homogeneizadores, uso de agrotóxicos e violências que um conjunto de organizações de vários campos defendem a institucionalização de uma Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PEMFCCF). Os diferentes sujeitos sociais historicamente colocados em condições de subalternização buscam assim assegurar o direito de sua reprodução econômica, política, social e cultural a partir de seus territórios, como legítimos guardadores da terra, da floresta e dos rios.

“Acreditamos que este quadro triste marcado pelo desmatamento e violências contra as populações tradicionais do estado pode em certa medida retroagir com a efetivação da PEMFCCF tendo como horizonte a convergência de várias ações no fortalecimento destas populações historicamente marginalizadas no conjunto de experiências de políticas de desenvolvimento imposto para a região”, argumenta o engenheiro florestal Manuel Amaral, um dos animadores da proposta e coordenador do Instituto de Educação do Brasil (IEB) no Pará. A jornada soma mais de uma década.

◉ A Política de Manejo Florestal de Base Comunitária e Familiar ◉



Uma das muitas etapas de debate sobre o pleito para a efetivação da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - Fonte: site do Observatório do Manejo Florestal Comunitário

Cerca de 63% das florestas públicas do Pará encontram-se em territórios de comunidades tradicionais. A área equivale aproximadamente a 1,2 milhões de hectares, sob domínio de indígenas, extrativistas, remanescentes de quilombos, quebradeiras de coco babaçu, camponeses, e outras diversidades sociais, esclarece a minuta do documento da PEMFCF. Este é um dos principais argumentos de defesa da política, bem como os péssimos indicadores de desmatamento e violência contra as populações.

A iniciativa não é nova, desde os anos 1950, - quando as políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek incentivaram a indústria automobilística no país e viabilizaram a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-010) -, a Organização das Nações Unidas (ONU), preconizava a defesa de uma economia de base florestal comunitária como alternativa concreta ao desenvolvimento baseado no uso intensivo das riquezas naturais.

Já nos anos de 1980, com o assassinato do seringueiro Chico Mendes em dezembro de 1988, a iniciativa ganha grande inflexão em âmbito nacional e internacional, que vai culminar como um modelo alternativo de reforma agrária para a Amazônia. Trata-se do momento em que emerge o conceito das reservas extrativistas como um paradigma sugerido a partir dos moradores originários da floresta. Trata-se da primeira experiência política pública para a Amazônia a partir dos seus.

É neste contexto que os moradores da Amazônia cunham a categoria Povos da Floresta, como representação política de defesa da floresta e de seus direitos territoriais tendo como base a diversidade social marcada por múltiplas identidades, onde temos indígenas, camponeses, extrativistas, remanescente de quilombos, quebradeiras de coco babaçu, onde a salvaguarda do território é essencial à reprodução da vida. Uma vida sem cercas ou constantes ameaças.

É nesta conjuntura que estados como Acre e o Amapá internalizaram o conceito de florestania, o ser humano como parte da natureza, e, não o contrário, como o fez o colonizador na construção de padrões de hierarquias de mando e obediência, civilizado x bárbaro, produtor de conhecimento x obtuso. Tais padrões são facilmente flagrados nas políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, que possuem como regra pétrea o apagamento dos sujeitos locais, em planos, programas e cartografias. Todavia, estes sublevam-se em oposição a tais tentativas, como o fizeram os povos indígenas no início de 2025 contra os ataques à Educação do Campo promovidos pelo governador Helder Barbalho e o seu secretário de Educação à época, Rossieli Soares.

A reivindicação de tais sujeitos manifesta-se fora do escopo do direito burguês, orientado pela lógica da propriedade privada, e, sim, a partir do direito consuetudinário, baseado nos costumes. A título de exemplo, nesta linha do direito, as quebradeiras de coco babaçu possuem o direito de coleta do coco, independente de quem seja o suposto dono da terra. Como explica o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em vasta produção sobre o tema, ao interpretar a lei do Babaçu Livre, institucionalizada no estado do Maranhão. O estado, apesar de fazer parte da região Nordeste do país, integra a Amazônia Legal.

Com relação à proposta da PEMFCF no âmbito do Pará, informações do site do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio), esclarecem que a proposta da política emerge como um instrumento de regulamentação dos preceitos do artigo 3 da lei estadual 6.462, de 4 de julho de 2002, a qual estabelece a Política Estadual de Florestas no Pará.

Os incisos XVI e XVIII do artigo terceiro da referida lei preveem que deve ser estimulada “a implantação de formas associativas na exploração florestal e no aproveitamento de recursos naturais da flora” e ordenadas “as atividades de manejo florestal, criando mecanismos de exploração autossustentada dos recursos florestais”. O Ideflor-Bio é a autarquia responsável na condução do processo da PEMFCF.

Neste sentido a proposta para a política pauta-se no fortalecimento das cadeias produtivas; na regularização fundiária e ambiental para o manejo florestal comunitário e familiar; no desenvolvimento científico e tecnológico que respeite os conhecimentos tradicionais; e, por fim, na proteção das comunidades e famílias nas relações comerciais.



Área de Manejo da Coomflona/Santarém/PA / Foto: Ricardo Gama

Maria de Nazaré Reis Ghirardi, integrante da Rede Bragantina de Economia Solidária, do nordeste do estado, adverte que existem gargalos a serem enfrentados para que a política se torne viável. “Temos inúmeros problemas, a exemplo da regularização fundiária. Muitas das vezes as comunidades estão cercadas por fazendas e monocultivos, e são afetadas pelo uso do agrotóxico. A lógica da concentração da terra é diretamente ligada com o desmatamento. Isso afeta todo o entorno e as comunidades em particular” reflete Reis.

Exemplo clássico sobre o ambiente delicado a que a ambientalista faz referência pode ser notado em várias regiões no Pará. Seja na dendeicultura no nordeste do estado no entorno do município de Tomé-Açu ou no caso da expansão da soja no Baixo Amazonas, em particular nas cidades de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. E, ainda no sudeste, onde a mineração em grande escala da Vale representa o principal indutor de tensões entre indígenas, camponeses e quilombolas. Tensões que se espraiam até São Luís/MA, por conta da duplicação da Estrada de Ferro de Carajás e outras estruturas. A Vale é ombreada pela pecuária extensiva, o que o professor Jean Hébert denomina de fronteira agromineral.

O doutor pela Universidade da Carolina do Norte e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Amazônia Oriental, Milton Kanashiro, que tem participado do processo de debate sobre a PEMFCF, manifesta-se frustrado com a demora na efetivação da política. “O decreto tornaria o processo mais ágil. Acredito que a última reunião com a Procuradoria do Estado ocorreu em dezembro de 2019” desabafa o pesquisador. Entre as muitas atividades na Embrapa, Kanashiro exerceu a coordenação do Programa de Pesquisa do Comitê dos Sistemas de Produção Florestal e Agroflorestal

Ao contrário do servidor da Embrapa, o técnico da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Wendell Andrade de Oliveira, defende a efetivação da PEMFCF a partir de um projeto de lei, posto assim garantir a continuidade da mesma, e não via decreto. “Na condição de servidor público, o mais interessante é o projeto de lei. Desta forma a lei blinda revogações por conta da alternância do poder”, crê o coordenador da Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos da Semas. Oliveira acredita que a política representa uma possibilidade na redução do desmatamento no estado. “O debate em torno da bioeconomia converge com os princípios defendidos na minuta do projeto da PEMFCF, o que nos coloca no campo de possibilidades”, argumenta.

Ele alerta para um gargalo com relação ao pacto federativo, uma vez que boa parte do território do estado é tutelado pela União, medida tomada durante a ditadura civil-militar em 1971, por meio do Decreto Lei 1.164, durante o período Médici, que federalizou boa parte do território da Amazônia. No caso do Pará, perto de 70%. Médici é considerado o mais violento ditador e nomeia uma cidade no estado, Medicilândia, notabilizada pela produção de cacau. E por refúgio de Darci Alves Pereira, o “Pastor Daniel” assassino confesso de Chico Mendes. No município ele presidiu o PL.

Com relação ao papel do Estado no assunto, o gerente de certificação florestal do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), Leonardo Martin Sobral reflete que, “o papel do Estado é fundamental seja como facilitador ou elaborador da política, seja na dinamização em agrupar os diferentes sujeitos interessados no tema, e, em viabilizar algo adequado para a realidade das pessoas que vivem na floresta, e que dependem do manejo para a sua sobrevivência”.

O pesquisador acredita que a política é fundamental para o ordenamento da atividade no estado, que tem boa parte de seu território definido como reservas extrativistas, territórios quilombolas e projetos de assentamento onde é possível o manejo florestal madeireiro e não madeireiro. “Estes territórios vivem sob constante ameaças de roubo de madeira, desmatamento e grilagem. Uma política estadual que ordene a atividade representa uma ação estratégica na redução do desmatamento e possibilita oportunidades de renda, formação profissional das populações, além de evitar ações criminosas de garimpos e outros setores” ressalta Sobral.

Nesta direção em defesa da política de manejo, em carta manifesto direcionada aos candidatos ao governo do estado, datada de outubro de 2018, um conjunto de organizações da sociedade civil, com destaques para associações comunitárias e ONGs, elencaram 15 premissas de orientação do PEMFC, onde realçamos aqui os cinco primeiros:

1. Consolidar e implementar a Política do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) no Estado Pará, enquanto prática de manejo florestal sustentável realizada por povos e comunidades tradicionais e por agricultores familiares;
2. Garantia de respeito aos direitos dos povos e comunidade tradicionais, previstos na Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT;

3. Reconhecimento, proteção, respeito e fortalecimento da diversidade de sistemas, práticas, saberes e conhecimentos tradicionais de MFCF de cada povo, comunidade tradicional e família de agricultores, relacionados às práticas de agricultura, de gestão e conservação de suas florestas, tendo em vista a manutenção do equilíbrio ecológico e do bioma Amazônia;
4. Protagonismo e autonomia sociocultural econômica dos povos e comunidades tradicionais e de famílias agricultoras para execução das atividades de MFCF, assegurando suas participações na governança da PEMFCF, respeitadas suas instâncias de representação e as perspectivas de gênero e geracional;
5. Promoção de educação profissional inicial e continuada com conteúdos curriculares adequados e adaptados às realidades vividas pelas comunidades e famílias que praticam o MFCF. A íntegra do documento pode ser acessada no site do observatório de manejo florestal: <https://observatoriomfcf.org.br/>

◉ AFINAL DE CONTAS, O QUE É O MANEJO FLORESTAL DE BASE COMUNITÁRIA? ◉



Manejo de açaí na comunidade quilombola do Tiningu, Santarém/PA.

Foto: Rogerio Almeida

Sociedades complexas na Amazônia brasileira existem desde pelo menos 11.200 anos, como evidencia o registro considerado o mais antigo do campo da arqueologia, a Caverna da Pedra Pintada, na cidade de Monte Alegre, no oeste do Pará. Desde estes tempos imemoriais, tais sociedades praticam uma heterogeneidade de práticas de manejo das riquezas da floresta, madeireiro ou não.

Ao considerar a diversidade de grupos sociais que integram a região, cada um marcado por suas especificidades, formas de organização política, econômica, cultural e social, como definir o manejo florestal comunitário?

Na obra *Manejo Florestal Comunitário: aprendizagens e lições na Amazônia brasileira e na América Latina*, de 2005, organizada pelos pesquisadores Paulo Amaral e Manoel Amaral Neto, invoca três esforços para definir a prática milenar segundo as seguintes fontes: Kenny-Jordan (1999), De Camino (2002) e Smith(2005).

Kenny-Jordan (1999) defende que o manejo florestal comunitário em sentido amplo engloba todas as atividades de manejo dos recursos florestais que tem como propósito fundamental melhorar as condições sociais, econômicas, emocionais e ambientais das comunidades rurais, a partir de sua própria realidade e de suas próprias perspectivas.

Enquanto De Camino (2002) define o manejo florestal comunitário como o manejo que está sob a responsabilidade de uma comunidade local ou um grupo social mais amplo, que estabelecem direitos e compromissos de longo prazo com a floresta. Os objetivos sociais, econômicos e ambientais integram uma paisagem ecológica e cultural e produzem diversidade de produtos tanto para consumo como para o mercado.

Por sua vez, Smith (2005) advoga que o manejo florestal comunitário é um processo social desenvolvido dentro de um contexto social que envolve um grupo de pessoas. O autor considera como contexto social todos os aspectos da vida que relacionam o ser humano e seu meio ambiente natural.

O professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Ricardo Gama, doutor na temática, esclarece que o manejo ocorre em três etapas: onde temos **pré-colheita** (inventário dos produtos florestais, diagnóstico socioeconômico e plano de manejo florestal), **colheita** e retirada de forma planejada do produto da floresta e **pós-colheita** que é o acompanhamento da floresta por meio de sucessivas medições das árvores para se verificar quando poderá ocorrer uma nova colheita naquela área de manejo florestal.

A literatura sobre a diversidade dos grupos tradicionais na Amazônia alerta sobre elementos que dão forma a estes, tais como os laços familiares, de vizinhança, compadrio e de solidariedade em diversas atividades comunitais. Seja na produção da roça, na caça, pesca, na coleta das riquezas da floresta, no manejo florestal, na edificação de estruturas coletivas das comunidades e em celebrações religiosas ou pagãs.

◉ Antecedentes da Política de Manejo Florestal de Base Comunitária e Familiar ◉



A comunidade do Quilombo de Bom Jardim vive às margens do Lago do Maicá, em Santarém/PA, onde o setor de grãos pretende instalar um complexo portuário. Ao arripio da lei, outros já foram instalados. A comunidade vive sob ameaça e impactada pelo uso de agrotóxico / Foto: Rogerio Almeida

Oficialmente a caminhada pela construção do projeto iniciou em junho de 2012, sob a coordenação do Ideflor-Bio, em parceria com o Instituto de Educação do Brasil (IEB), e acompanhamento do Ministério Público do Estado (MPE). A presença do MPE se explica com vistas a atender às normas da Convenção de nº169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

A Convenção 169 tem como parâmetro a participação e a obrigatoriedade de consulta prévia junto às comunidades consideradas como tradicionais, sobre qualquer projeto que possa interferir em seus modos de vida, onde constam: crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam.

Ela realça a obrigatoriedade ao respeito aos direitos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Nos últimos anos, por conta do avanço da fronteira do grande capital, a Convenção ganhou grande capilaridade no interior das comunidades como instrumento de defesa de seus territórios. Por fomentarem o debate sobre a consulta prévia, livre e informada, inúmeras lideranças estão ameaçadas de morte.

Entre os ameaçados temos a indígena Auricélia Arapyun, coordenadora do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), Ivete Bastos e Edilson Silveira, presidenta e vice-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR Santarém) e Maria José, presidenta da Tapajoara (uma espécie de central das associações da Resex do Arapiuns), militantes da região de Santarém.

Contraditoriamente, o extrativista e pastor Eldo é o responsável pelas ameaças em áudio distribuído em redes sociais. Por ironia, o pastor é filiado à Igreja da Paz. O fato ocorreu em 2023. O site Amazônia Real repercutiu o assunto, assim como o blog Furo, entre outros espaços e redes. Por conta de ameaças a camponesa e líder sindical Ivete viveu por uma década sob escolta policial. Já Edilson, vice presidente do STTR de Santarém, soma perto de 12 meses.

Para dar vazão à política estadual de manejo comunitário foi criado um grupo de trabalho. O GT promoveu em distintas regiões do estado seminários, oficinas e reuniões presenciais e virtuais, que possibilitaram a participação de órgãos governamentais das diferentes instâncias, não governamentais, sociedade civil, pesquisadores, extensionistas, e o setor privado.

A criação de um observatório sobre o tema com a participação de 25 instituições dentre organizações comunitárias, ONGs e instituições de ensino e pesquisa representa um dos desdobramentos dos processos de articulação em torno da política.

Lento tem sido o processo para a efetivação da política. A primeira versão do texto da minuta da proposta da política data de 2013. O mesmo servirá de base para a criação do decreto estadual para a efetivação da política. O documento contém as principais demandas e propostas das comunidades que empreendem o manejo de base comunitária, como citado acima. No entanto,

além de consultas prévias junto às comunidades, faz-se necessário a avaliação da Procuradoria do Estado e da Casa Civil.

Alison Castilho, analista socioambiental do IEB, alerta para a possibilidade de criação de sinergias no interior da esfera pública no sentido em potencializar a PEMFCF em diálogo com a recente criada lei que favorece iniciativas agroecológicas e da biodiversidade. “Aproximando as duas iniciativas na direção em otimizar recursos financeiros, humanos, estruturais e técnicos, noto como grande possibilidade em fortalecer a produção de base comunitária” sinaliza o pesquisador. Pode-se realçar que tanto uma, quanto a outra favorecem os princípios instituídos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) uma pauta mundial da qual o Brasil é signatário.

O conjunto de ODS representa uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. O Evento ocorrido em setembro de 2015, estipulou 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. No que pese a formalização de acordos internacionais, o que tem predominado é a sanha do capital e das grandes corporações sobre as riquezas naturais, que tudo subordina a sua racionalidade ou se apropria do discurso ambiental como mera ferramenta de marketing institucional, aos moldes do que ocorre no estado e mesmo no governo. E, em torno da COP 30, a ser realizada em Belém.

Hercúleos são os desafios para além da superfície. A Política Estadual da Agroecologia, Produção Orgânica e da Sociobiodiversidade (PEAPOS) foi aprovada *ad referendum* em outubro de 2019 em reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS), após processo iniciado em 2017. Uma jornada considerada célere, se comparada com a caminhada do manejo florestal, que em 2022 somou uma década. No entanto, cumpre ao poder Executivo apresentar o projeto ao Legislativo do estado. Em resumo, ambas propostas estão engessadas.

Em linhas gerais a PEAPOS almeja incentivar a produção agroecológica no estado, além de fortalecer o processamento e o consumo de produtos com ênfase nos mercados locais e regionais, bem como garantir a segurança alimentar e nutricional dessa população ampliando as condições de acesso aos alimentos saudáveis de qualidade nutricional. Em particular junto às populações tradicionais, indígenas, quilombolas e da agricultura familiar, segundo relatório estadual sobre a política. E, ainda, entre outras possibilidades, dialogar com o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Em comunidades rurais da Amazônia,

uma queixa frequente é o envio por prefeituras de produtos industrializados. Muitas das vezes, com prazo de validade vencido e em quantidade insuficiente.

Soa que o governo Helder Barbalho intenta reverter a imagem negativa do estado por conta de liderar tantos indicadores sociais desconfortáveis. Neste movimento de tentar alcançar a opinião pública internacional, criou por meio de decreto, nº 941, em agosto de 2020, o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), em alinhamento aos ODS.

O plano deseja a criação de instrumentos que possibilitem a redução das emissões por desmatamento, degradação florestal, que colabore com a conservação ambiental, e incentive o manejo sustentável das florestas. Entre as diretrizes do PEAA consta a atenção às vocações potencialidades e vulnerabilidades locais, onde se busca valorizar os elementos culturais, o conhecimento tradicional e as características sociais de cada região. Tal os parâmetros estipulados na lei sobre agroecologia, tem-se a possibilidade de criação de sinergias.

Contudo, em 2025, contraditoriamente, o mesmo governo negociou com governos e empresas mundiais a venda de crédito de carbono sem consultar as populações tradicionais e de mesmo coagi-las à adesão ao projeto, o que obrigou que o MPF (Ministério Público Federal) interviesse e pedisse a suspensão da negociação.

◉ Pequena Linha do Tempo sobre o processo da PEMFCF ◉



Foram realizadas várias oficinas durante o processo de discussão da PEMFCF /
Fonte: site da PEMFCF

Relatórios organizados pelo IEB sobre o processo da construção a PEMFCF esclarecem que as oficinas para elaboração da proposta foram realizadas entre setembro de 2012 e maio de 2013 em seis regiões do Estado: Xingu, Carajás, Marajó, Baixo Tocantins, Baixo Amazonas e Tapajós, onde contou com a participação de 488 pessoas dos mais diferentes segmentos, dentre as quais, pesquisadores, representantes do poder público e privado, com relevo para dirigentes de comunidades tradicionais.

Já entre os anos de 2015 e 2016 a articulação foi retomada com a realização de seminário estadual sobre os rumos para construção da PEMFCF em Portel e Santarém, além oficinas de trabalho como vistas a fortalecer a iniciativa. O período foi marcado por certa acomodação do Estado, o que obrigou a intervenção do MPE junto ao Ideflor-Bio no sentido de retomar as ações. Nesta direção foram identificados os temas prioritários para consolidação de uma agenda mínima pactuada em 2017.

Ainda em 2017 duas chamadas públicas foram realizadas para viabilizar o fomento de até cinco projetos de Manejo Florestal Comunitário com valor estimado em até no máximo de 50 mil cada projeto, e outra para atualização do diagnóstico do Manejo Florestal Comunitário no Pará.

Por força de cobrança formal do MPE, o Ideflor-Bio retomou as ações da agenda da política em 2018 a partir de realizações de seminários. Soube-se que o tema não estava internalizado na instituição, e que havia três versões da minuta. No intuito de obter maior publicidade sobre a agenda da PEMFCF em junho de 2018 foi publicado o Edital de Convocação para Consulta Pública nº 001/2018, narram os relatórios institucionais do IEB.

Em 2019, a contragosto do manifesto apresentado pelos funcionários da autarquia, que desejavam um colega de carreira, o governador nomeou a pedagoga Karla Bengtson. A educadora é nora do deputado federal cassado por corrupção e pastor da Igreja Quadrangular, Josué Bengtson. O tio da ex-ministra Damares Alves perdeu o mandato em 2018 por envolvimento no crime que ficou conhecido como “Máfia das Ambulâncias”. Em 2023 o avião de Bengtson foi detido em Belém contendo 300 kg de maconha do tipo skunk. A droga tinha como destino Petrolina/PE.

Por sua vez, o filho, Marcos é acusado de articular a morte do lavrador do MST Valmeristo Soares. Valmeristo – conhecido como Caribé. Em 7 de setembro de 2010 Marcos chegou a ser preso por conta do crime ocorrido no dia 4 do mesmo mês em Santa Luzia do Pará. Em 2014 Karla pleiteou sem sucesso uma cadeira

no legislativo do estado. Na Câmara Federal, apesar da cassação do patriarca, o filho, igualmente pastor, Paulo, foi eleito e chegou a integrar a Comissão de Ética.

A marcha do processo para o reconhecimento da PEMFCF ocorreu durante a administração tucana do professor Simão Jatene. O partido hegemonizou o controle do estado do Pará por 16 anos, com um interstício de uma gestão do PT (2006-2010). Foi na gestão tucana do médico Almir Gabriel que ocorreu o Massacre de Eldorado de Carajás, em 1996. A eleição do filho do cacique Jader Barbalho, o ex-prefeito de Ananindeua por dois mandatos, Helder quebrou o domínio tucano, hoje extinto. Ainda que todos os tucanos eleitos tenham recebido as bênçãos do cardeal Jader Barbalho.

Na gestão do Barbalho, até o momento, o processo para a efetivação da PEMFCF não teve nenhum movimento no interior do Ideflor-Bio. Apesar de insistentes contatos junto à assessoria de comunicação e do gabinete sobre as etapas que já foram vencidas para a criação da Lei, e quais estariam pendentes, não obtivemos nenhum retorno.

◉ Populações Tradicionais ◉



As comunidades tradicionais reproduzem seus saberes em terra firme, em ilhas e em várzeas / Foto: Rogerio Almeida

A literatura acadêmica sobre o manejo florestal sistematizou práticas milenares das populações locais sobre as riquezas da floresta, como domesticar espécies, a extração de óleos vegetais, a seleção das madeiras mais adequada

para a construção de embarcações, casas, a escolha da palha perfeita para a cobertura dos lares. E ainda, a ciência sobre as sanhas dos bichos peçonhentos e do ciclo mais adequado da lua para o cultivar e o pescar.

O livro *Formar Florestal: lições e aprendizados*, organizado pelo IEB e Instituto Federal do Pará (IFPA), campus Castanhal, e lançado em 2015 alerta que “Na Amazônia há uma infinidade de iniciativas produtivas protagonizadas por pescadores, agricultores, extrativistas, quilombolas e indígenas. Esses grupos reproduzem seus saberes em terra firme, em ilhas e em várzeas. Normalmente estão localizados em territórios definidos como unidades de conservação, terras indígenas, terras quilombolas e projetos de assentamento rural”. O *Formar* é uma experiência de educação direcionada para dirigentes diretamente ligados com o manejo florestal.

A mesma obra adverte que os conhecimentos e saberes desenvolvidos na complexidade amazônica, pode garantir a sobrevivência dessas populações, sua segurança alimentar e a defesa dos territórios considerados tradicionais. Tais populações encontram-se organizados política, econômica, cultural e socialmente a partir de associações, cooperativas, grupos de mulheres, grupos de jovens, Escola Família Rural (EFA), Casa Familiar Rural (CFR), sindicatos, colônia de pescadores e outras modalidades.

A exemplo das populações residentes na Floresta Nacional do Tapajós, no município de Santarém, oeste paraense, a partir da organização da Cooperativa Mista da Flona Nacional do Tapajós (Coomflona). A cooperativa é tida como um dos exemplos mais exitosos sobre manejo comunitário. Ela negocia em diferentes mercados produtos madeireiros e não madeireiros resultado do manejo florestal de base comunitária e familiar. A cooperativa agrupa mais de 200 associados.

Sobre a experiência da Coomflona o professor Gama (Ufopa) defende tratar-se do maior exemplo brasileiro de manejo florestal comunitário. “Em sua área de manejo é de quase 83 mil hectares (15% da unidade de conservação), eles trabalham com madeira e produtos não madeireiros (semente de andiroba, óleo de copaíba, fruto de castanha-do-Pará e látex de seringa) gerou em 2019 uma receita bruta de R\$ 4,27 milhões e após todos os pagamentos, inclusive dos manejadores, teve lucro de R\$ 487 mil reais” informa o pesquisador. A produção madeireira da cooperativa tem a certificação internacional FSC, o que agrega valor ao produto.



A Cooperativa Mista da Flona Nacional do Tapajós (Coomflona) é tida como um dos exemplos mais exitosos sobre manejo comunitário / Foto: Ricardo Gama

Nesta direção em agregar valor, Leonardo Martin Sobral (Imaflora), nota em parcerias com grandes empresas uma possibilidade concreta em incrementar a renda das populações tradicionais, desde que empreendida uma negociação de salvaguarda de seus conhecimentos, a partir da mediação dos ministérios públicos estadual e federal.

Vale ainda realçar o protagonismo das mulheres em defesa da floresta e dos territórios considerados tradicionais, onde, entre tantas guerreiras possuem proeminência e reconhecimento internacionais a líder indígena Munduruku Alessandra Korap, a extrativista Maria Margarida Ribeiro da Silva, da Reserva Extrativista Verde para Sempre, do município de Porto de

Moz, oeste do Pará, na confluência dos rios Xingu e Amazonas e a dirigente sindical Ivete Bastos, entre outras aqui mencionadas. O ônus da visibilidade são as constantes as ameaças de morte. Korap, líder munduruku já teve a casa invadida e vandalizada em várias ocasiões.

◉ A Resex Verde para Sempre ◉

A Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre é tida uma das maiores do país em extensão territorial, e um dos casos emblemáticos de defesa territorial das populações consideradas como tradicionais no estado. Ela nasceu com 1.289.362,78 hectares, ocupada por 2.235 famílias. A multiplicar por cinco, média de pessoas por família, daria pouco mais de 11 mil pessoas. A modalidade é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio).

Formalmente a Resex nasceu em novembro de 2004. O território da reserva equivale a 74% do território do município de Porto de Moz, estimado em 1.742.301,70 hectares. E, poderia ter sido maior. A reivindicação inicial

ultrapassava a casa de 2 milhões de hectares, inclusa área da cidade vizinha de Prainha. Porto de Moz é irrigado pelos rios Amazonas e o Xingu, e tem população estimada em 40 mil habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 1,95 por km².

A população da cidade é o dobro da média da maioria dos municípios do país. Pecuária, setor madeireiro e serviços dinamizam a economia da cidade do Baixo Amazonas paraense (oeste), e para efeito de planejamento estadual, integrante da Região de Integração do Xingu, que tem o município de Altamira como espécie de capital regional.

A cidade dista 416 km da capital Belém, em linha reta, e 959 de condução. A via fluvial é considerada a melhor opção de viagem, que dura uma média de 24h. Antes da primeira expedição de jesuítas comandada por Pedro Teixeira no começo do século XVII, os indígenas monturús eram os senhores do lugar.

Os primeiros debates pela criação da reserva datam dos anos de 1990, momento em que a agenda ambiental ocupava certa centralidade na pauta política do país, como desdobramento da Eco-92. Conforme documentos do Icmbio, a Resex nasceu do embate das populações das comunidades contra grileiros, madeireiros, fazendeiros e geleiros (donos de barcos que realizam a pesca de arrastão). Neste sentido temos situações de conflito relacionados com a posse da terra, o uso da floresta e da pesca. Situações marcada por ameaças, agressões, expropriação e assassinatos.

No histórico sobre a criação da Resex, o plano de manejo do sistematizado pelo Icmbio esclarece que a redução de estoque de madeira em cidades como Paragominas, Tailândia e vizinhança, notadamente em 1995, no sudeste do estado, bem como a intensificação da fiscalização contra e exploração ilegal de madeira, o trabalho análogo à escravidão em fazendas, madeireiras e carvoarias contribuíram para o deslocamento no setor para o



Dona Margarida Ribeiro, da Resex Verde para Sempre, no momento do recebimento da honraria, na Alemanha. Foto: Pilar Valbuena/Global Landscapes Forum.

oeste paraense. O oeste paraense é considerado como a derradeira reserva de estoque de madeira no Pará. Não à toa, ela abriga um mosaico de unidades de conservação calculado em número de 33.

Laureada por uma das principais comendas mundiais pela conservação ambiental do mundo (Wangari Maathai Florest Champions Award), em Bonn (Alemanha), em 2017, Margarida Ribeiro Alves da Silva, moradora da Verde para Sempre, e uma das suas principais animadoras, defende que “É da floresta que geramos a nossa economia e o nosso alimento, a nossa cultura. É dela que tiramos a bacaba, o pequiá, o açaí, a castanha e tudo mais. É dela que tiramos a madeira para fazer o casco (barco), o material para fazer a vassoura, sabemos das sabenças das ervas para os nossos remédios”.

Ela acredita que a PEMFCF será fundamental para efetivar a reprodução econômica, política, social e cultural das populações dos territórios das comunidades tradicionais do estado, bem como a associação com as instituições do campo das ciências, e ONGs, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o IEB, dentre outras.

Na mesma trilha converge a interpretação do doutor Ricardo Gama, que constata para além da geração da renda, tem-se o reconhecimento do conhecimento/saber tradicional. “Acredito que a partir do manejo florestal comunitário é possível assegurarmos alternativas para a conservação das florestas, bem como a manutenção dos povos, comunitários e agricultores familiares na floresta, com qualidade de vida e segurança alimentar.

◉ Algumas atualizações ◉

A morosidade rege o processo de tramitação da proposta de política de manejo florestal de base comunitária. Entre 2023-2024, ocorreu um debate no Ideflor animado pela professora Gracialda Ferreira, sobre a minuta do projeto, que tem a primeira versão datada de 2013. Em seguida, foi encaminhado para a Semas, onde a minuta passou por mais um escrutínio.

Em agosto de 2024, o Observatório realizou uma reunião com as instituições responsáveis pelo processo. Nela foi solicitado vistas e informações sobre o andamento, bem como o teor da política que eles estavam colocando em pauta internamente.

Com a informação em mãos, o Observatório fez um debate sobre o documento. A partir das informações, o coletivo fez sugestões às instituições. As

mesmas foram acatadas. O documento foi encaminhado para PGE (Procuradoria Geral do Estado), que sugeriu alguns ajustes no documento. Até o momento o Observatório não tomou conhecimento sobre quais seriam os ajustes encaminhados. 12 anos depois da primeira versão da minuta, tudo segue a passos de cágado. Nem a agenda da COP 30 conseguiu turbinar o trâmite.

Entretanto, no mês de junho de 2025, a Alepa (Assembleia Legislativa do Pará) aprovou a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e da Sociobiodiversidade (Peapos), sendo que os debates sobre está foram iniciados quatro anos após a formalização da primeira versão da minuta da proposta do manejo florestal de base comunitária.

Para além da demanda estadual, o Observatório buscou pautar na esfera federal que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) retome a política de manejo florestal de base comunitária. Em 2023 o Observatório realizou um seminário em Brasília em parceria com o CNS (Conselho Nacional de Seringueiros). Uma carta foi encaminhada ao governo. Formalmente o ministério respondeu favoravelmente à demanda.

Como é de praxe, um grupo de trabalho foi constituído. Nele constam além do Ministério de Meio Ambiente, o MDA (Movimento de Desenvolvimento Agrária), MPI (Ministério dos Povos Indígenas) e o MIR (Ministério da Igualdade Racial). O GT elaborou uma minuta de decreto.

A comparar com a jornada paraense, tem sido mais célere. Nesta direção o observatório, SFB e os estados estão em constantes debates para a construção de um plano em escala nacional que favoreça o manejo comunitário. Em especial os amazônicos. Assim, o coletivo tem favorecido diálogos com o Pará, o Amazonas e o Amapá. A previsão é que estes serão os priorizados para a safra de 2026.

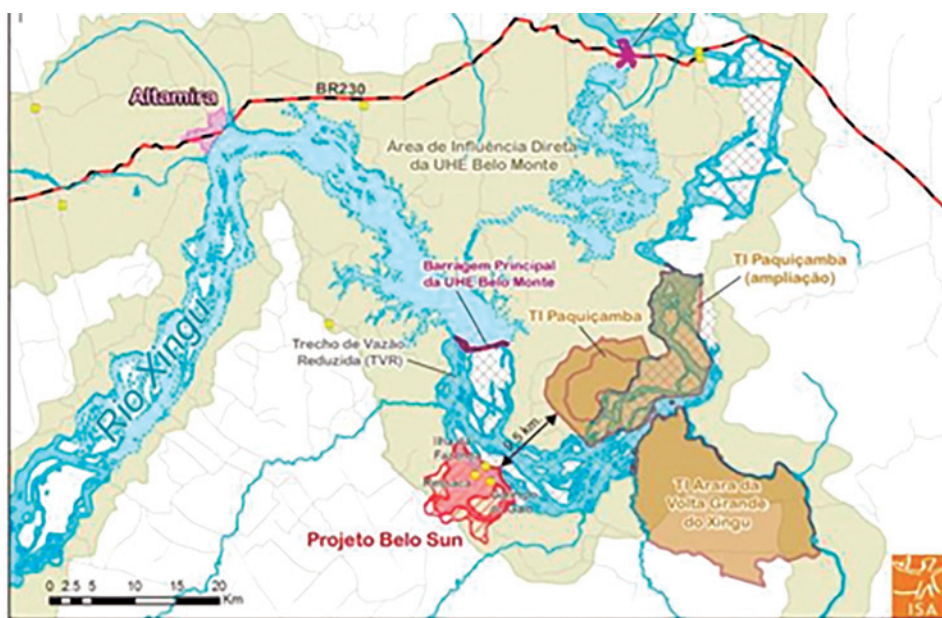
Na ocasião do debate nacional, o Observatório publicizou sobre a morosidade do processo no Pará. No momento, o Amapá, que teve protagonismo no debate nos anos de 1990, não possui uma política. Todavia, comprometeu-se em elaborar uma carta de intenções sobre a questão a ser apresentada durante a COP.

O Amazonas, apesar de não possuir uma política específica, mantém várias ações governamentais com potencial para convergir em uma política estadual. Neste diagnóstico, o Observatório considera que o estado do Pará é o mais atrasado em uma proposta concreta que contemple a demanda do manejo de base comunitária.

reportagens
reportagens
reportagens **reportagens**

05

Mineração no Xingu – a batalha entre a canadense Belo Sun e os garimpeiros da Ressaca^[1]



Volta Grande do Xingu. Fonte: Instituto Socioambiental/ISA

Há seis meses perto de 600 garimpeiros da Vila da Ressaca, no município de Senador José Porfírio, estão sem fonte de renda. Eles fazem parte do universo de pessoas e categorias que serão atingidas pelos

^[1] Publicado originalmente em dezembro de 2013 em vários sites, entre eles Racismo Ambiental e o da Unisinos.

grandes projetos da região do Xingu, a sudoeste do Pará, mais precisamente na Volta Grande do Xingu, a 50 km do sítio Pimental, que integra a engenharia do projeto da Hidrelétrica de Belo Monte. Cerca de duas horas de barco (voadeira) separam a Volta Grande do município de Altamira, cidade polo da região.

Além de Belo Monte os moradores da vila são impactados pelo Projeto Volta Grande, maior empreendimento de mineração de ouro a céu aberto do país, da canadense *Belo Sun Mining Corp*, que deverá retirar 50 toneladas de ouro no prazo de 12 anos, e promete empregar 2.100 operários.

Fora os postos de trabalho, a corporação garante que irá promover o reassentamento das famílias da Vila Ressaca, Galo e Ouro Verde, e que vai gerar R\$500 milhões em impostos em 11 anos. A Belo Sun integra o portfólio da Forbes & Manhattan Inc., um banco mercantil de capital privado, que desenvolve projetos de mineração em todo o mundo.

Após três anos de prospecção e uma negociação nebulosa com pessoas que se dizem donas da área, os garimpeiros estão impedidos de trabalhar nos antigos garimpos Grota Seca, Galo e Ouro Verde, que respectivamente seriam de propriedade de Henrique Pereira Gomes, e das pessoas conhecidas somente pelos prenomes de William e Gazio. Itatá, Curimã e Morro dos Araras fecham a constelação de garimpos da região, como outros rincões da Amazônia, marcada por uma realidade fundiária caótica.

Conforme moradores da Vila, a retirada dos garimpeiros foi a condição para o pagamento da segunda parcela da negociação junto aos possíveis proprietários. A estimativa é de que 50% dos moradores abandonaram o local, perto de mil pessoas. O mesmo ocorre na vizinha Ilha da Fazenda, que passou o ano sem energia elétrica gerada a motor de diesel, e já sofre com o abastecimento de água.



Sede da Belo Sun- Vila da Ressaca- Sen. José Porfírio - PA

Cerca de 300 famílias ainda moram na Vila Ressaca, que tem parte do território definido como projeto de assentamento rural da reforma agrária. Além do garimpo os moradores possuem como ocupação a lavoura, pesca e o funcionalismo público. Seis mil pessoas chegaram a habitar o lugar durante a febre do ouro.

Prestes a receber a licença ambiental, tudo parece anuviado tanto na Vila Ressaca, quanto na Ilha da Fazenda. Os moradores não sabem informar sobre reassentamento das famílias, e temem pela qualidade da água no presente e no futuro, por conta do desmatamento, do uso de resíduos tóxicos, assoreamento e o barramento do Xingu, que deverá reduzir em até 80% a vazão do rio.

Os ribeirinhos também não sabem se existe algum programa de prevenção de acidentes. O futuro dos habitantes da Volta Grande é incerto. Os ciclos da fauna e flora serão brutalmente alterados, assim como a navegabilidade do rio.

Entre outros pontos nevrálgicos, defensores dos direitos humanos e ecologistas criticam que os estudos de impactos ambientais da mineradora não consideram os impactos cumulativos dos dois empreendimentos. Na mesma seara de crítica encontram-se o Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai), Defensoria Pública do Estado e ONGs.

O licenciamento está suspenso pela Justiça Federal a pedido do MPF, que exige que as populações indígenas Juruna, Araras e isolados sejam ouvidas previamente. Paquichamba e Arara são as reservas indígenas mais próximas do empreendimento.

Vila da Ressaca – Uma vila quase fantasma – Conforme dados do Estudo de Impacto Ambiental da Belo Sun, maranhenses representam 93% da população do município Senador José Porfírio, criado na década de 1960, e que desde os anos quarenta registra atividade de garimpo de ouro. As mineradoras Oca, CNN e Verona precederam a Belo Sun.

Os anos das décadas de 1960 e 1970 são considerados os gloriosos de ouro fácil. Antes do impedimento da atividade, cada garimpeiro conseguia faturar entre R\$ 3 a 6 mil reais por mês, informa José Raimundo Constantino, presidente da Cooperativa de Garimpeiros do Galo, Ressaca, Ouro Verde, Itatá e Fazenda (Coogrovif).

A placa da cooperativa informa que ela possui autorização de lavra concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de número 71 desde 2009. A desordem é a regra na fronteira. Nos garimpos da Ressaca não havia relação trabalhista entre os garimpeiros e os controladores dos locais de extração. Cada garimpeiro pagava 80% do que conseguia arrecadar. Além da precariedade trabalhista era comum o trabalho infantil, e uso do mercúrio e dinamite. Para não falar na situação de conflito que ocorreu com as populações indígenas.



Sede da Cooperativa de Garimpeiros da Ressaca- Vila da Ressaca – Sen. José Porfírio – PA

A mineração em menor ou maior escala é indutora de passivos sociais e ambientais. Se os garimpeiros usam dinamite e mercúrio, as grandes corporações usam cianeto, dragas e dinamite. Tanto um quanto o outro provoca situações de conflito com as populações consideradas tradicionais, em particular indígenas.

Desabafos da Ressaca – no último sábado as casas de madeira apertavam as ruas estreitas da vila marcada por uma rotina de tranquilidade. O vai e vem comum nos dias de garimpo, com pessoas carregando combustível e motores deixou de existir. “As máquinas foram levadas para o Mato Grosso. Não temos como trabalhar”, informa Idelson de Sousa, um articulado jovem garimpeiro indignado com a situação de abandono. “Temos três vereadores, e ninguém nos defende”, arremata.

“A empresa sonega informação. Nos afronta e humilha. A gente não tem liberdade e estamos passando necessidade. Estamos que nem gado no curral” enfatiza Francisco Pereira Silva, conhecido como Piauí. Ele é a voz mais indignada na reunião da cooperativa. Há anos na atividade, ele esclarece que tem pai hoje na comunidade sem condição de comprar nem um lápis para o filho. “Não queremos nada. Apenas o nosso direito. É necessário que haja justiça em nosso país”, sublinha o garimpeiro.

Já Ideglan Cunha adverte que em Ressaca não há ladrão. Sim pobres dignos. E que não se pode sair de qualquer jeito do garimpo. Ele encerra defendendo que “a gente quer trabalhar, comer e que o direito de cada um seja respeitado”.

No cenário de corporações internacionais que exploram ou reivindicam licença para prospecção mineral junto ao DNPM em solo paraense, constam a suíça *Xstrata*, a estadunidense *Alcoa*, a francesa *Ymeris*, a *Reinarda*, subsidiária da australiana *Troy Resource*, a norueguesa *Norsk Hidro*, a chilena *Codelco*, a canadense *Belo Sun Mining Corp* e a Vale, esta a de maior musculatura.

Ao longo dos anos a modalidade de política pública para a Amazônia baseada em grande empreendimento tem sido um indutor da desagregação econômica e social, que se manifesta a partir do rompimento de laços de solidariedade, vizinhança, formas de reprodução econômica, social e cultural de pescadores, indígenas, trabalhadores rurais, extrativistas e demais formas da sociodiversidade.

Os dois projetos, Belo Monte e Belo Sun fazem parte de um cenário que tem redefinido os territórios já estabelecidos na Panamazônia, que colocam em flancos opostos grandes corporações de construtoras de rodovias, ferrovias e portos, mineradores, agronegócio e noutro as populações consideradas tradicionais, numa lógica secular marcada pela expropriação dos últimos.

◉ Algumas atualizações ◉

Reportagem de fevereiro de 2025 do site Sumaúma, assinada por Rafael Moro Martins, atualiza e desnuda parte das complexidades dos dramas/tramas econômicos, políticos e formais que conformam o empreendimento. O pedido formal de retirada do Ibama do processo de licenciamento ambiental foi o amparo da matéria.

Martins esclarece que suspenso há mais de uma década, o processo de licenciamento da mineradora iniciou em 2012. O primeiro foi encaminhado para a Semas (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade). Dois anos após o pedido, o MPF mobilizou a Justiça para que o processo de licenciamento fosse entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Entre outras questões pesou pela tomada de decisão o fato de o Xingu ser um rio federal, além de terras indígenas e outras modalidades de assentamento sob a responsabilidade da União. Soma-se ao cenário o caráter cumulativo dos danos causados pela usina hidrelétrica de Belo Monte.

A reportagem do Sumaúma esclarece que em 2017 a Semas acenou favoravelmente pela licença de instalação do empreendimento. Todavia, por conta de outra ação judicial sobre a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) junto às comunidades indígenas, como pressupostos jurídicos da Convenção 169, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o processo está suspenso.

Em 2018, após o golpe “constitucional” que destituiu Dilma Rousseff do governo, e a ocupação do cargo por Michel Temer, a Justiça Federal, a partir do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, acatou o pedido do MPF pela manutenção do Ibama como o responsável por avaliar o licenciamento, reporta a matéria do Sumaúma, ao reconstituir a linha do tempo do caso. Em 2023, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Ibama ratifica o argumento que a responsabilidade do processo é do governo estadual. Tensões interinstitucionais e políticas.

No começo de 2024 o TRF revisou a própria decisão e devolveu a condução do processo de licenciamento para a Semas. Entre tempos e contratempos, o entrave para que o megaprojeto da empresa canadense possa entrar em operação reside no componente indígena.

A matéria de Martins, amparada em análises de instituições que monitoram o caso, adverte para o componente político na reviravolta da responsabilidade sobre o licenciamento, sob a influência do governador paraense, Helder Barbalho.

Assim como na construção de Belo Monte, e outras experiências de grandes projetos na Amazônia, o mero anúncio do empreendimento tende a provocar cisões no interior das comunidades. Nestes cenários, laços de solidariedade, amizade e compadrio são secundados em detrimento do interesse, vantagem ou compensação pessoal aos que são cooptados. O *modus operandi*

de empresas e prestadoras de serviços é o ataque individual aos moradores, ao invés da promoção de diálogo com as representações das categorias, a exemplo de sindicato dos trabalhadores rurais e colônias de pescadores.

A matéria do site Sumaúma aponta que, sob pressão da mineradora Belo Sun, a aldeia São Francisco, requereu ao governo federal para não ter as suas terras demarcadas. A destribalização consta como um dos muitos danos promovidos pela implantação de Belo Monte. Assim como a violência. Em 2017, pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apontou o município de Altamira como o mais violento do país.

Cumprir recordar que os governo Lula-Dilma viabilizaram Belo Monte. Diante de tantos impactos promovidos pela implantação da hidrelétrica, e a iminência do início do projeto Belo Sun, soa no mínimo irônico que tanto um, quanto outro, possua como adjetivo o vocábulo Belo.

Em síntese, entre marchas e contramarchas do projeto, tramas políticas, interesses capitais, questões jurídicas e tensões entre instituições em todas as esferas do poder, supõe-se que o Ibama, desmantelado na gestão anterior, do desgoverno Bolsonaro e dos impactos gerados por Belo Monte, deseje escapar da responsabilidade sobre o projeto Belo Sun.



reportagens

Toda mata tem caipora para a mata vigiar
veio caipora de fora para a mata definhar
e trouxe dragão-de-ferro, prá comer muita madeira
e trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira

Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
se a floresta meu amigo, tivesse pé prá andar
eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá

Fragmento da música Saga da Amazônia – Vital Farias

06

Amazônia (s): entre grilagem de terras, desmatamento, resistências e possibilidades^[1]

Às vésperas da COP21, quadrilhas grilam e desmatam a região, enquanto as populações locais constroem novas formas de resistências

Por uma destas sorrateiras ironias do destino, Castanha é o sobrenome do paulista Ezequiel, considerado o maior desmatador da Amazônia nos últimos anos. Fazendeiro e comerciante de negócios que se espriam por terras do Pará e Mato Grosso, ele foi preso pela Polícia Federal no início do ano de 2015 no município de Novo Progresso, oeste paraense ou Baixo Amazonas, como preferem os paraoaras.

O negociante que carrega no sobrenome o fruto da frondosa castanheira – produto de elevado valor de mercado e celebridade na alta culinária – é acusado de desmatar 5.621 ha em unidades de conservação (UC) e em projetos de assentamento (PA) da reforma agrária em Novo Progresso, Altamira e Itaituba.

Os três municípios nos quais “Castanha” semeou a devastação fazem parte do eixo de integração dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desde os tempos de FHC, quando a denominação da política era “Avança Brasil”. Estas cidades cresceram à sombra da influência da BR 163, que liga a

^[1] O trabalho foi uma encomenda de um site ambientalista com vistas a ser publicado às vésperas da COP 21, em dezembro de 2015. A negociação não se concretizou, e o texto ganha o mundo somente agora, apesar de somar uma década, em linhas gerais, a conjuntura permanece.

capital do Mato Grosso, Cuiabá à cidade polo do oeste paraense, Santarém. E, ainda pressão do agricultura capitalista do centro oeste do país, marcado pelo monocultivo da soja, por obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, hidrovias e hidrelétricas) e pela exploração ilegal de madeireiros clandestinos em territórios já definidos como unidades de conservação e projetos de assentamentos rurais. Os municípios do Baixo Amazonas representam a última reserva de floresta primária do estado do Pará, em particular o mogno.

Dados oficiais estimam em quinhentos milhões de reais o prejuízo ambiental provocado por Castanha e outras pessoas a ele associadas. A área desmatada equivale a 35 parques do Ibirapuera, em São Paulo. No período de 2006 a 2014, ele foi autuado 16 vezes pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e multado em 40 milhões de reais. Matéria publicada na Folha de São Paulo revela que ele é acusado de comandar uma quadrilha que grila e desmata terras da União na Amazônia, e as negocia no Sul e Sudeste do país. A matéria traz ainda informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que apontam que Castanha possui oito propriedades em nome de filhos no estado do Mato Grosso.

O paulista opera sob o caos fundiário, considerado o mais delicado problema quando o assunto é Amazônia. A desordem pavimentou a corrupção e a grilagem de terras, onde o caso mais famoso no Pará é do “fantasma” Carlos Medeiros, ente jurídico e fisicamente inexistente que acumula 167 títulos de terra irregulares. Os títulos em nome de Medeiros somaram 12 milhões de hectares, o equivalente a 10% do território do estado. A trama, que iniciou em 1975, teve como protagonistas na condição de notórios procuradores do “fantasma”, os senhores Flavio Augusto Titan Viegas e Flávio Antônio Ferreira Viegas. O xadrez da grilagem contou ainda com a colaboração do cartório Rui Barata e da juíza Rosa Maria Celso Portugal Gueiros, conforme informações da CPI do início dos anos 2000, sobre o tema. Uma das áreas griladas pelo fantasma Carlos Medeiros foi a Gleba Carajás, com 942.131 hectares. Esta área foi arrecadada pelo Incra para fins de reforma agrária, em 1973, e registrada como patrimônio da União no Cartório de Ofício da Comarca de Marabá, sinaliza o Livro Branco de Grilagens de Terra organizado pelo Incra.

A mesma situação nubla os empreendimentos da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A, braço pecuário do banqueiro Daniel Dantas, cravado no sudeste paraense. O dono do *Opportunity* abocanhava antigos castanhais metaforseados em fazendas para a produção de gado nelore pela família Mutran. As terras fo-

ram cedidas para a coleta da castanha no século passado aos Mutran, a partir do expediente jurídico de aforamento, que concede direito de uso, e não de posse.

Por conta da influência política da época, e turbinada por incentivos federais nos generosos ventos da ditadura civil-militar (1964-1985), a partir de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa), a família de origem sírio-libanesa, vinda da cidade maranhense de Grajaú, Maranhão, incorporou as terras públicas ao seu patrimônio, recupera o livro *Oligarquia dos Castanhais*, da professora Marília Emmi. Cumpre ainda sublinhar o caso do empreiteiro Cecílio do Rego Almeida. O paraense radicado no Paraná [falecido], controlava o grupo CR Almeida. Para o esquema considerado a maior grilagem de terra do mundo, criou a Indústria, Comércio, Exportação Navegação do Xingu Ltda. (Incenxil), e se apossou da Gleba Curuá, localizada na região da Terra do Meio, na região do Xingu. A grilagem envolveu o equivalente a 4,5 milhões de terras públicas. Em 2013 o MPF anulou a titulação. O jornalista Lúcio Flávio Pinto por fazer menção ao caso foi processado e condenado. A motivação foi o fato do jornalista classificar o grileiro como grileiro.

Operação Gênesis - O caso “Castanha” é um dos muitos crimes no mercado ilegal de terra, madeira e fraudes em planos de manejo e crédito florestais registrados no Pará no primeiro semestre de 2015 dentro da Operação Gênesis. No fim de julho o Ibama autuou cinco fazendas por desmatamento nos municípios de Paragominas e Ulianópolis. As cidades fazem parte do festejado Programa Municípios Verdes (PMV), que a partir de um pacto entre instituições públicas de diferentes esferas (municipal, estadual e federal), ONGs e a sociedade busca a redução do desmatamento na região.

No mesmo período a empresa que controla o maior projeto de madeira certificada (selo FSC) do mundo, a madeireira Jari Florestal S.A. foi multada em R\$ 5,989 milhões e encontra-se impedida em expedir guias florestais no sistema. A acusação sobre a madeireira é o comércio ilegal de créditos florestais. O selo verde, como é conhecida a sigla FSC - Forest Stewardship Council – (Conselho de Manejo Florestal em português), é a certificação ambiental mais conhecida do mundo, com presença em 75 países.

Para viabilizar a fraude, a Jari fez parceria com a empresa fantasma com sede em Tailândia, no nordeste paraense, a Madeireira Capelli. Além da lavagem de créditos, o Grupo Jari mantinha um porto numa área de preservação permanente (APP) sem licença. No total, a empresa que fez parte do espólio do multimilionário estadunidense Daniel Ludwig foi enquadrada por quatro

crimes. Crédito florestal consiste no volume de madeira aprovado pela Autorização de Exploração (Autex), conforme o território, pode ser expedido pelo Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio) ou pela secretaria de meio ambiente.

A artimanha da Jari consistia em adquirir um plano de manejo florestal no município de Almeirim (PA), - onde mantém o projeto desde os anos de 1960-, e em seu inventário registrar espécies e formatos de madeira que não faziam parte do plano florestal. E em seguida repassar à Capelli. O papel da Capelli, para evitar o rastreamento da origem da madeira era partilhar o produto com empresas menores e pulverizar os créditos. Já para construção do porto clandestino a Jari desmatou 3,5 mil metros quadrados. Os ribeirinhos sob a área de influência da empresa nos estados do Pará e Amapá vêm denunciando as ações da empresa em diferentes órgãos públicos, a exemplo dos moradores da Comunidade de Pilões, no Pará, que realizaram um empate no natal de 2014 contra a extração de madeira em seu território.

Apesar da autuação, a empresa continua a cometer ilegalidades na região, ladeada pelo Grupo Rosa, segundo denunciam moradores à superintendência do Ibama, em Belém, no dia 18 de agosto. Em documento assinado por várias associações de moradores, acusam as empresas por danos ao ambiente no entorno da área de proteção ambiental Estação Ecológica do Jari. No dia 17 de setembro moradores ocuparam a ferrovia do projeto.

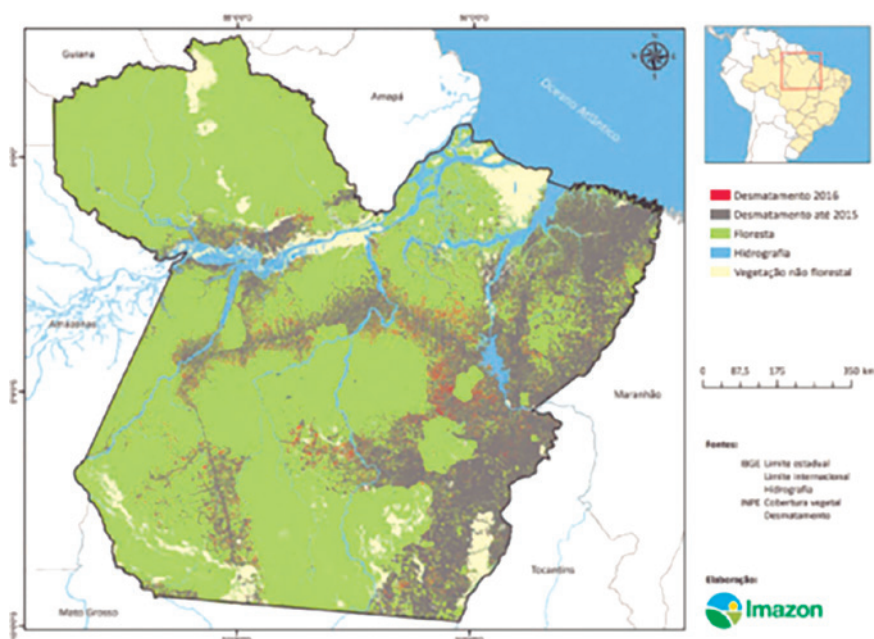
Sobre as acusações do Ibama, a assessoria da Jari esclarece que não ocorreu lavagem de crédito florestal e que a empresa apresentou documentação em tempo hábil para o Instituto de Meio Ambiente. E, que a responsabilidade do plano de manejo seria de um senhor de nome Jovino Vilhena, que, autuado pelo IBAMA pelo mesmo motivo, admitiu que tal transação foi de responsabilidade dele. A Jari alega que nunca manteve qualquer relação comercial com a empresa Capelli.

Paulo Maués, chefe da Divisão Técnica Ambiental do Ibama em Belém contradiz a assessoria da Jari. Ele esclarece que a madeireira adquiriu o plano de manejo do senhor Vilhena, localizado na fronteira de Santarém com Juruti, e que no momento da autuação técnicos da madeireira apresentaram o contrato. Contatamos o senhor Jovino via redes sociais. O mesmo não respondeu. Numa delas, o fazendeiro mineiro radicado no Pará, celebra personalidades da ala conservadora do país.

Para consagrar o mercado ilegal do reino da madeira na Amazônia, no mesmo período a Polícia Civil do Pará, ladeada pelo Ministério Público do

Estado do Pará (MPPA), Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) e a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) prendeu dez pessoas ligadas a 12 empresas e funcionários públicos por fraudarem o Sisflora (Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais). O esquema para “esquentar” os créditos florestais movimentou 400 metros cúbicos de madeira e lesou o Pará em R\$400 milhões. A operação era realizada em nome da Madeireira Sagrada Família. As fraudes são tão recorrentes que as prisões dos criminosos já fazem parte do calendário dos órgãos de segurança e justiça. Todo ano a história se repete.

Na mesma pegada criminal o Greenpeace produziu dois documentos que dão visibilidade às fraudes protagonizadas pela empresa Agropecuária Santa Efigênia Ltda. Relatório de Junho de 2015 do Greenpeace - ***A Crise Silenciosa da Amazônia - Licença para Lavar madeira*** aponta que a empresa tem sido acusada de obter documentação falsa em instituições do estado para planos de manejo. Num desses planos fraudados retirou mais de 43 mil metros cúbicos de madeira, que já haviam sido comercializados, incluindo em torno de 12 mil metros cúbicos de ipê, cujo valor poderia chegar a pelo menos 7 milhões de dólares se a madeira fosse processada e exportada. Sobre o mesmo assunto ler também ***A Crise Silenciosa da Amazônia: crime na madrugada, de outubro de 2014.***



Cobertura vegetal do Estado do Pará em 2016 (IBGE, 2015; Inpe, 2016a). Fonte: Imazon/2017

Operação Madeira Limpa– No dia 21 de setembro o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou à Justiça denúncias contra 30 acusados por participação na quadrilha de extração e comércio ilegal de madeira desbaratada pela operação Madeira Limpa, realizada em agosto em vários municípios do Pará, em Manaus (AM) e Florianópolis (SC). Três núcleos operavam a quadrilha. As denúncias foram enviadas à Justiça Federal em Santarém, no oeste do Pará, no último dia 15. Além das 30 pessoas acusadas, quatro empresas também foram denunciadas, informa o MPF, conforme o quadro abaixo.

Denunciados do núcleo intermediador e empresarial:
Alcides Machado Júnior, o Juninho
Danilo Oliveira Fernandes
Edimilson Rodrigues da Silva, o Ed
Edmilson Teixeira da Silva
Empresa Madeireira Iller
Empresa Madeireira Iller Ltda
Everton Douglas Orth
Gabriel Ventura da Silva
Irio Luiz Orth
Isaías Sampaio Lima
Manoel de Jesus Leal Ribeiro (Sefa)
Paulo Sérgio da Silva, o Paçoca
Rodrigo Beachini de Andrade, o Rodrigão ou Bomba
Sidney dos Santos Reis

Denunciados do núcleo operacional:
Adriano Luiz Minello, o Adriano ou Gaúcho (Incra)
André Luis da Silva Suleiman
Charles Pires de Araújo
Danilo Campos Cardoso
Eloy Luiz Vaccaro
Empresa I. L. Viana
Empresa Polpas do Baixo Amazonas Ltda
Enilson Alcântara Pereira, o Negão
Idelcide Lopes Viana
Luiz Bacelar Guerreiro Júnior, o Bacelar (Incra)
Paulo de Oliveira Almeida Junior
Paulo Sérgio da Silva, o Paçoca
Ranieri Gonçalves Terra, o Ranieri
Vinícius Picanço Lopes (Semma de Óbidos)
Walderson do Egito Sena
Denunciados do núcleo de fraudes em órgãos ambientais:
Ademir Coutinho Ramos Júnior (Semas)
Aldenice Barreto Dias (Semas)
Álvaro Silva Pimentel (Ibama)
Francisco Elias Cardoso do Ó (Ibama)
José Maurício Moreira da Costa (Ibama)
João Batista da Silva (Ibama)
Paulo Sérgio da Silva, o Paçoca

FONTE: MPF, setembro de 2015

Os crimes denunciados são estelionato, falsidade ideológica, receptação ilegal, corrupção passiva e ativa, apresentação de documentos falsos, violação de sigilo profissional, advocacia administrativa e crimes ambientais. As penas para esses crimes chegam a até 12 anos de prisão e multa, e podem ser aumentadas por conta da quantidade de vezes que os crimes foram cometidos.

Segundo as investigações do MPF, iniciadas em 2014, o grupo atuava em três frentes interligadas: um núcleo de intermediação empresarial, um núcleo operacional centralizado no Incra e um núcleo relacionado às fraudes em órgãos ambientais. A quadrilha é acusada de coagir trabalhadores rurais a aceitarem a exploração ilegal de madeira dos assentamentos do oeste paraense em troca da manutenção de direitos básicos, como o acesso a créditos e a programas sociais. O prejuízo mínimo estimado ao patrimônio público é de R\$ 31,5 milhões.

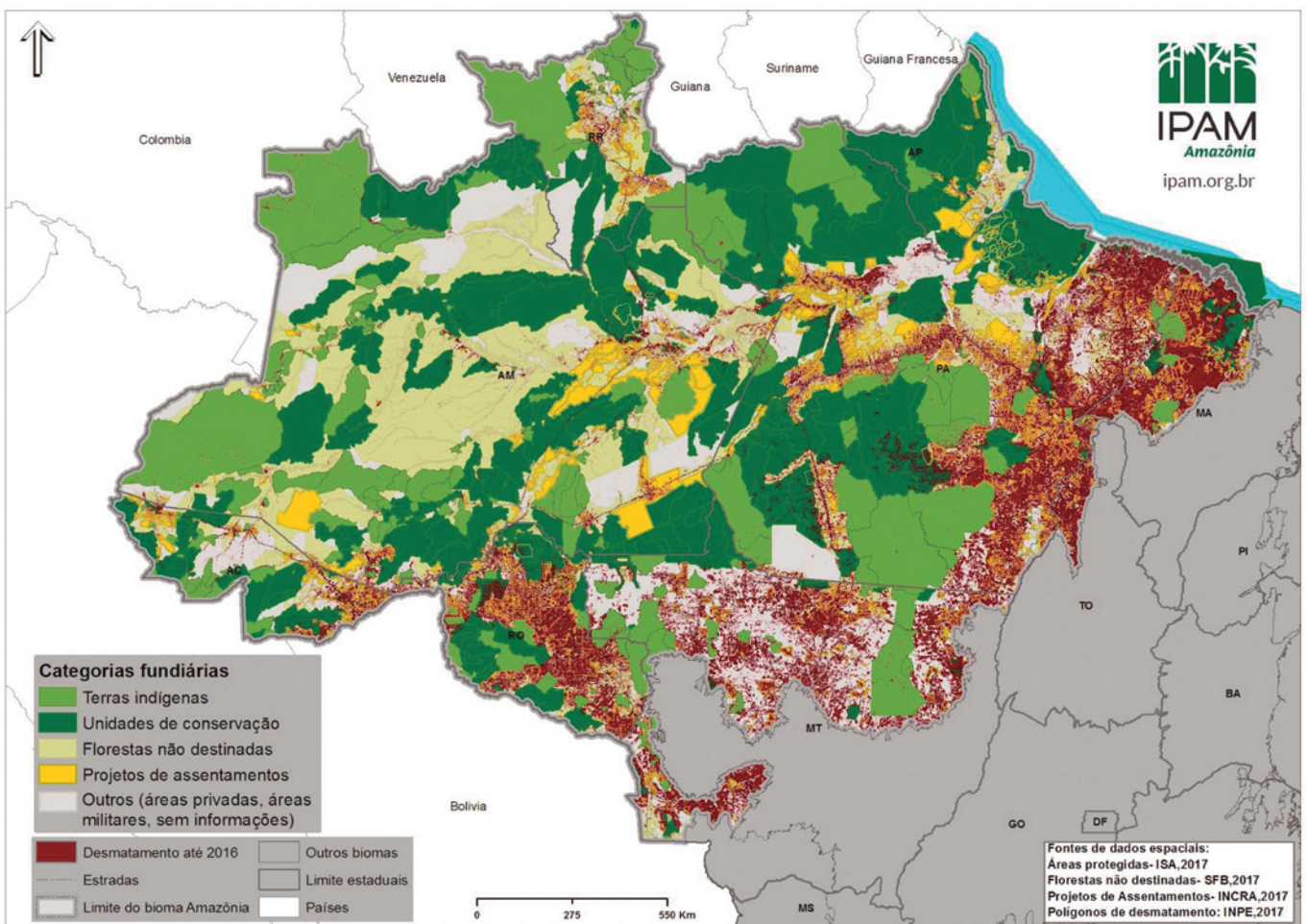
O Estado do Pará lidera a economia madeireira no país. No entanto, a exploração desordenada já devastou uma área equivalente aos territórios somados dos países Holanda, Suíça, Áustria e Portugal. Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, marco do início do monitoramento, os Estados do Pará e Mato Grosso lideram o *ranking* de desmatamento na Amazônia. Os nove estados da Amazônia desmataram 402.614 quilômetros quadrados no período 1988 a 2013, indicam dados do Prodes, o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Trata-se de uma área superior ao território do Estado de Goiás (340.086 km²).

Unidades de Conservação sob Ameaça - Ainda sobre o cenário de devastação, 50 unidades de conservação da Amazônia estão em situação crítica, alerta documento sistematizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). A análise tem como corte temporal o período entre 2012 a 2014, quando 1.531.000 hectares foram desmatados na Amazônia, sendo que 158.400 hectares ou 10% registrados em 160 UCs.

Destas, 50 UCs em oito estados concentraram 96% do desmatamento, dos quais 87% ocorreram em apenas dois estados: Pará (48%) e Rondônia (39%), alerta o levantamento da ONG. Em Rondônia as UCs tuteladas pelo estado são as mais vulneráveis, enquanto no Pará são as UCs controladas pela União, no

caso paraense, a maior parte do território é controlado pelo governo federal. O caso mais delicado é do Parque Nacional Jamanxim, na BR 163.

O avanço da fronteira do agronegócio e obras de infraestrutura somados a lentidão no processo de implementação das UCs são considerados os vetores preponderantes na vulnerabilidade das unidades, o que em alguns casos tem implicado até na redução de UC ou de terra indígena (TI), caso, por exemplo, da TI Baú, do povo Kayapó, cravada na fronteira de Altamira com Novo Progresso no Pará. Uma portaria de 2003 do Ministério da Justiça reduziu a área da terra indígena em 317 mil hectares, para atender a interesses de ruralistas do município de Novo Progresso. Após situações de conflitos entre indígenas, madeireros e mineradoras, o então ministro Thomas Bastos chancelou o acordo. O desmatamento tem se acentuado no entorno da área, segundo monitoramento do Greenpeace. O mapa abaixo indica a incidência de desmatamento.



O incremento da fronteira econômica agrega inúmeros problemas, dentre eles, a migração, que implica em aumento da pressão sobre a terra e os recursos da floresta, mercado ilegal de terras, pirataria e violência. Sobre o aspecto da violência física e simbólica contra dirigentes e ativistas em defesa do meio ambiente, reforma agrária e direitos humanos, antes concentrada no sudeste do Pará, sofre uma territorialização, como é possível notar a partir dos anos 2000 em relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os indicadores sinalizam que no Baixo Amazonas, Ademir Federicci foi executado com um tiro na cabeça na madrugada do dia 25 de agosto de 2001. “Dema,” como era conhecido o ativista do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), hoje nomeia um fundo que incentiva projetos de desenvolvimento para populações tradicionais.

No dia 22 de julho de 2002, o delegado sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) de Castelo dos Sonhos, Bartolomeu Moraes da Silva, conhecido como “Brasília”, foi sequestrado, torturado e teve as duas pernas quebradas antes de ser fuzilado por vários tiros de armas de diferentes calibres. Na cidade de Anapú, em fevereiro de 2005, dois pistoleiros mataram a missionária e agente pastoral da CPT, Dorothy Stang. No início do ano de 2018, a justiça do estado ordenou a prisão preventiva do Pe Amaro. Como Stang, também agente pastoral da CPT. As acusações cunhadas no alforje do latifúndio são similares às imputadas antes da execução da missionária. Entre elas constam formação de quadrilha, esbulho possessório e ameaça a ordem.

Passados dez anos de sua execução, o clima continua tenso no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança. Entre julho e agosto deste ano ocorreram quatro assassinatos no município. A CPT aponta que os crimes estão ligados à disputa por uma área conhecida como gleba Bacajá. Por conta do recrudescimento da violência, o MPF realizou uma reunião no PDS, no dia 11 de setembro com setores da segurança pública do estado.

Grupo Rosa - Sidney Rosa fez parte do ninho tucano de alta plumagem no estado do Pará, e é considerado o principal animador para o pacto do PMV na cidade de Paragominas (PA), onde foi prefeito entre (1997-2004). Rosa presidiu o comitê gestor do PMV. Tanto o deputado quanto outros familiares do parlamentar atuam no setor madeireiro. A empresa da família, Rosa Indústria Madeireira é investigada pelo Ibama. O capixaba nascido em Santa Teresa é administrador e em 2013 foi eleito a personalidade mais influente no estado.

Atualmente alojado nas fileiras do “socialista” PSB, foi secretário Especial de Desenvolvimento Econômico do estado. Em 2014 foi condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por má gestão de recursos públicos na construção de um aterro sanitário em Paragominas, no valor de R\$ 350 milhões.

Em dezembro de 2011 o Grupo Rosa foi autuado pelo Ibama por exploração ilegal de madeira no Projeto de Assentamento Abril Vermelho, onde moram 300 famílias, no município de Santa Barbara do Pará. Além da autuação a empresa teve os equipamentos apreendidos, em valor estimado em R\$702 mil. O assentamento resulta da desapropriação da fazenda Paricatuba, da empresa Dendê do Pará (Denpasa).

Envolta em inúmeros conflitos pela posse da terra, a fazenda foi considerada de interesse social para fins de reforma agrária pelo presidente Lula, em 2005. A desapropriação veio em novembro de 2008. Paricá foi a espécie extraída do local, que resulta do plantio da Denpasa. Na época o Incra ficou de avaliar a ação de alguns assentados envolvidos na extração ilegal e substituí-los, alguns ligados ao MST, esclarece site do INCRA.

Sobre atuação ilegal na região do Jari, Rosa argumenta que nunca houve entrada de matéria prima (madeira em tora) que não fosse somente dos próprios projetos de manejo florestal devidamente licenciados e fiscalizados pelos órgãos ambientais. Quanto à ação do Ibama em Paragominas e Ulianópolis, o deputado culpa a burocracia da instituição. No que diz respeito à condenação no TCU, afirma ter sido isentado da condenação no início de setembro. Sobre a extração de madeira no assentamento Abril Vermelho, acusa os fiscais do Ibama de desconhecimento das normas de licenciamento com legislação própria. “Notificaram nossa empresa que prontamente se defendeu e continuou normalmente a atividade, ” justifica o parlamentar.

Sobre o caso Paulo Maués, do Ibama e os técnicos Hildemberg Cruz e Lucivaldo Serrão, esclarecem que a atividade era ilegal, e que a operação foi conjunta entre o Ibama, Incra e a Polícia Federal, e que o processo se encontra em tramitação. O MST não se manifestou sobre o assunto.

A convivência entre os madeireiros e agentes públicos não é amistosa. No fim de novembro de 2008 por conta da operação Rastro Negro, o setor madeireiro e de produção de carvão de Paragominas incentivou uma ação truculenta contra agentes do Ibama, que fiscalizavam carvoarias e a exploração madeireira ilegal nas terras do povo Tembé.

O saldo foi o incêndio da sede do instituto, a depredação do hotel onde estavam hospedados os agentes, quatro carros queimados e o roubo de 14 caminhões carregados com 400 metros cúbicos de madeira. No mesmo período, em Tailândia (PA), que já foi um polo madeireiro, o enredo foi o mesmo, assim como na cidade de Altamira (PA). 2008 é o início de grandes operações de fiscalização. Na época Paragominas despontava como a cidade da Amazônia com o maior índice de desmatamento.

Próximo de completar dez anos do vandalismo do setor madeireiro em Tailândia, a Justiça Federal condenou cinco empresas a pagar indenizações que somam mais de R\$ 1 milhão por danos ambientais. A decisão, do juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, condena a Tailaminas-Plac ao pagamento de R\$ 41 mil, a Taiplac ao pagamento de R\$ 523 mil, a GM Sufredini ao pagamento de R\$ 60 mil, a Serraria Primavera a realizar uma indenização de R\$ 187 mil e a Indústria e Comércio de Madeira Catarinense ao pagamento de R\$ 257 mil.

Na época, cerca de 1,2 mil fornos de carvão foram destruídos, 100 autos de infração foram lavrados, houve o embargo de 52 empreendimentos e a expedição de 74 termos de apreensão e depósito, informa o Ibama.

◉ Desenvolvimento, madeira e desmatamento ◉

A geógrafa Bertha Becker, especializada em geopolítica na Amazônia, em inúmeras obras enfatizou que a região é a última fronteira de expansão do capitalismo, reconhecida pelo estoque de riquezas naturais, estonteante biodiversidade, banco genético, recursos minerais e recursos hídricos. E que a condição colonial de exportadora de matéria prima ou no máximo semielaborados tem sido o principal papel exercido pela Amazônia, dentro deste processo.

Na avaliação da pesquisadora, este contexto sedimentou o modelo de desenvolvimento econômico conhecido como enclave ou exportador de *commodities* (mercadorias). Este modelo impõe o uso intensivo das riquezas naturais, que não tem implicado em melhoria da qualidade de vida da população local. Ela alerta que enquanto não ocorrer uma grande revolução científica e tecnológica, com a ocupação da Amazônia por cientistas antes de sua destruição, tudo continuará no mesmo diapasão.

Ainda conforme Becker, falecida aos 83 anos, em 2013, emérita professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o maior potencial da Amazônia reside na riqueza biológica, que representa o maior banco genético do planeta, contendo provavelmente 30% do estoque genético do mundo, a maior fábrica mundial de produtos farmacêuticos e bioquímicos, e a maior fonte para o conhecimento do funcionamento dos sistemas vivos e para a recombinação de gens neles contidos, base da engenharia genética. Como explicar uma agenda de desenvolvimento para a região que desconsidera tal potencial e detona tudo? Indagou a pesquisadora, em trecho do livro “Amazônia”.

As políticas de integração implantadas durante a ditadura civil-militar são consideradas marcos da integração econômica da região. O setor madeireiro consta como um dos polos que deveria impulsionar o desenvolvimento na Amazônia neste regime, por conta dessa região possuir a principal floresta tropical do mundo. Estima-se a cobertura florestal brasileira em 463 milhões de hectares. Desses, calcula-se que 98,5% sejam constituídos pela floresta natural, localizada predominantemente na região Norte do país. Lúcio Flávio Pinto, jornalista especialista em Amazônia, enfatiza que em linhas gerais o projeto de desenvolvimento para a região até hoje segue as linhas gerais do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1972. Um projeto de caráter predatório onde a ordem era desmatar.

◉ O mercado da madeira em decadência ◉

O mercado da madeira encontra-se em declínio. Entre 2011 e 2012 houve redução do valor obtido com a produção de madeira oriunda de florestas naturais. 2 milhões de reais é o total do refluxo em relação ao ano anterior. Este valor corresponde ao volume de produção de madeira em tora de 14,9 milhões de metros cúbicos, aponta relatório organizado em 2014 pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

O relatório da SFB ressalva que a queda na produção de madeira proveniente de florestas naturais pode ser atribuída a fatores como retração da demanda industrial, preços, disponibilidade de mão de obra na coleta de deter-

minados produtos e atuação de órgãos de controle ambiental e fiscalizadores. Outro fator que complementa este cenário é a redução dos investimentos no setor, em função da crise econômica global em 2008, responsável por provocar impactos negativos no segmento de madeira sólida, que ainda são percebidos na atual dinâmica produtiva, crava o documento do SFB.

Sobre a madeira serrada tropical, o relatório aponta que a produção vem registrando queda desde 2008, juntamente com a elevação de seus preços médios. A parte da produção direcionada ao mercado externo, após queda em 2009, permanece estável. Com relação às exportações, o documento enfatiza que em 2013 os cinco principais destinos dos produtos florestais brasileiros exportados pela Amazônia Legal foram: Estados Unidos, França, Japão, China e Países Baixos.



Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI) e da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

O relatório do SFB comunica que a maior parte da produção de madeira serrada tropical para exportação tem origem no Pará (35,3%), seguido por Mato Grosso (25,8%) e Rondônia (14,5%), destaca a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT). Com relação à exportação dos produtos madeireiros da Amazônia Legal, destacam-se a madeira serrada processada, a madeira serrada e os cavacos e partículas.

No que diz respeito aos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), o SFB registra que entre os principais destacam-se o açaí, o babaçu, a piaçava, a erva-mate, a cera e a castanha-de-caju. A copaíba e a castanha-do-brasil têm preços expressivos em valor unitário. A produção da erva-mate, do açaí e da amêndoa de babaçu, juntos, responde por aproximadamente 80% da produção total e por mais da metade de todo o valor obtido no mercado nacional.

Dados do relatório do SFB revelam que na balança de exportações do Estado do Pará, o setor madeireiro sofreu um decréscimo aproximado de 75% no intervalo de seis anos. Em 2008, a atividade madeireira (em geral) respondia por 8,2% das exportações, e reduziu sua participação para 2,0% em 2014, segundo dados do Anuário de 2014 do setor fazendário do estado.

Ainda sobre o desmatamento amazônico, 80% estão concentrados nos municípios paraenses de Altamira, Itaituba e Novo Progresso, conforme indicadores sistematizados pelo Imazon. Já a cidade do sul paraense São Félix do Xingu é a número um da lista dos 47 municípios que mais desmatam na Amazônia.

Desmatamento por RIs no Estado do Pará (Inpe, 2016a)I

RIs	Área milhares de Km ²	Desmatamento até 2016	
		milhares de Km ²	%
Araguaia	174,1	66,2	38
Baixo Amazonas	315,5	20,6	7
Carajás	44,7	27,7	62
Guajará	1,8	0,7	38
Guamá	12,2	7,9	64
Lago Tucuruí	39,9	22,9	57
Marajó	104,1	4,1	4
Rio Caeté	16,7	11,5	69
Rio Capim	62,1	38,1	61
Tapajós	189,2	17,7	9
Tocantins	35,8	14,7	41
Xingu	250,8	31,3	12

As áreas foram estimadas em SIG a partir de dados do Inpe e da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan). Fonte: Imazon/Desmatamento Zero/2017

Lista de Municípios Prioritários da Amazônia (atualizado em 13/09/2017)

	UF	Nome	Ano de Entrada	Portaria de Entrada
1	AM	LÁBREA	2008	Portaria n 28/2008
2	AM	BOCA DO ACRE	2011	Portaria n 175/2011
3	AM	APUÍ	2017	Portaria n 361/2017
4	AM	MANICORÉ	2017	Portaria n 361/2017
5	AM	NOVO ARIPUANÃ	2017	Portaria n 361/2017
6	MA	AMARANTE DO MARANHÃO	2009	Portaria n 102/2009
7	MA	GRAJAÚ	2011	Portaria n 175/2011
8	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	2008	Portaria n 28/2008
9	MT	PARANAÍTA	2008	Portaria n 28/2008
10	MT	NOVA MARINGÁ	2008	Portaria n 28/2008
11	MT	NOVA BANDEIRANTES	2008	Portaria n 28/2008
12	MT	JUÍNA	2008	Portaria n 28/2008
13	MT	GAÚCHA DO NORTE	2008	Portaria n 28/2008
14	MT	COTRIGUAÇU	2008	Portaria n 28/2008
15	MT	COLNIZA	2008	Portaria n 28/2008
16	MT	ARIPUANÃ	2008	Portaria n 28/2008
17	MT	JUARA	2009	Portaria n 102/2009
18	PA	SÃO FÉLIX DO XINGU	2008	Portaria n 28/2008
19	PA	RONDON DO PARÁ	2008	Portaria n 28/2008
20	PA	NOVO REPARTIMENTO	2008	Portaria n 28/2008
21	PA	NOVO PROGRESSO	2008	Portaria n 28/2008
22	PA	CUMARU DO NORTE	2008	Portaria n 28/2008
23	PA	ALTAMIRA	2008	Portaria n 28/2008
24	PA	PACAJÁ	2009	Portaria n 102/2009
25	PA	MARABÁ	2009	Portaria n 102/2009
26	PA	ITUPIRANGA	2009	Portaria n 102/2009
27	PA	MOJU	2011	Portaria n 175/2011
28	PA	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	2012	Portaria n 323/2012
29	PA	ANAPU	2012	Portaria n 323/2012
30	PA	ITAITUBA	2017	Portaria n 361/2017
31	PA	PORTEL	2017	Portaria n 361/2017
32	RO	PORTO VELHO	2008	Portaria n 28/2008
33	RO	PIMENTA BUENO	2008	Portaria n 28/2008
34	RO	NOVA MAMORÉ	2008	Portaria n 28/2008
35	RO	MACHADINHO D'OESTE	2008	Portaria n 28/2008
36	RO	BURITIS	2017	Portaria n 361/2017
37	RO	CANDEIAS DO JAMARI	2017	Portaria n 361/2017
38	RO	CUJUBIM	2017	Portaria n 361/2017
39	RR	MUCAJAÍ	2009	Portaria n 102/2009

Do conjunto dos 39 municípios considerados prioritários na questão do desmatamento, os estados do Pará e do Mato Grosso agrupados representam 61,5%, com o Pará liderando o ranking com o conjunto de 14 cidades, o que significa 35,8%. São Félix do Xingu, por conta da pecuária ocupa lugar de destaque, bem como por influência da expansão da mineração da Vale.

O município de Rondon do Pará ocupa o segundo lugar na lista entre os paraenses. Neste conjunto, ainda que não esteja entre os primeiros lugares da lista, mas, por conta da expansão das obras de infraestrutura, a exemplo de complexos portuários, merece ser sublinhado o município de Itaituba, hoje um entreposto de escoamento da soja produzida do Brasil Central.

E ainda Senador Porfírio, tanto por conta da hidroelétrica de Belo Monte, quanto pelos interesses da mineradora canadense Belo Sun. Neste perímetro consta no corolário as cidades de Altamira e Anapu. No caso dos sete municípios do estado de Rondônia, tem se creditado à construção das hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio, bem como à expansão do monocultivo da soja os índices de desmatamento.

A se concretizar uma série de ações que ambicionam afrouxar a legislação no Congresso Nacional, tais como o Novo Código Florestal, a permissão de prospecção e exploração mineral em terras indígenas e em áreas quilombolas, a tendência é aumentar os índices de desmatamento que vinham sofrendo uma acomodação segundo os relatórios sobre a questão.

Apesar do delicado cenário, Manuel Amaral, coordenador da ONG ambientalista Instituto de Educação do Brasil (Ieb) e coordenador do FSC Brasil, acredita que há saída. “Basicamente, fortalecer dispositivos que promovam o controle social. É preciso o engajamento de todos os setores da sociedade no debate sobre desmatamento, que vá além dos índices e das ações de comando e controle. Além disso, reforçar agendas de valorização de cadeias produtivas com produtos oriundos da floresta. É preciso ter agendas desse tipo em assentamentos e unidades de conservação. Recursos, teriam para isso: o Fundo Amazônia, argumenta.

◉ (RE) existências dos povos da floresta ◉

No processo de redemocratização a luta dos seringueiros da Amazônia, do Acre em particular, protagonizado por Chico Mendes e lideranças da região é um emblema no xadrez de luta pela terra, e as riquezas nela existentes. A definição de reservas extrativistas como território de uso das populações locais significou um avanço em oposição aos grandes projetos, que historicamente têm expropriado e espoliado as populações nativas, como reflete boa parte obra do sociólogo uspiano, José de Souza Martins sobre a Amazônia.

Becker, ao analisar as políticas de desenvolvimento, iniciadas após o fim da ditadura civil-militar, sinaliza, que, em certa medida, a luta protagonizada a partir da bandeira do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e outras organizações, conseguiu apontar para algumas políticas de desenvolvimento a partir do olhar local.

O livro “Formar Florestal: lições e aprendizados” detalha algumas formas de resistência cotidiana dos povos da Amazônia. A obra ressalta que os povos e populações considerados tradicionais convivem há séculos com os recursos da floresta e dos rios, produzem cultura e conhecimento, a exemplo do manejo florestal madeireiro e não madeireiro. Eles reinventam a cada dia formas de (re) existir e resistir. Criam suas festas, feiras, pajelanças, chamados, romarias; realizam empates, promovem seminários, puxiruns (mutirões), inventam laços de solidariedade; criam fóruns; fomentam os próprios meios de comunicação; empreendem ações em redes; e definem bandeiras políticas que se opõem a agendas contrárias às suas formas de vida e sociabilidades.

A obra recupera a formação de 50 jovens e adultos da região do Baixo Amazonas e Transamazônica, oriundos de projetos de assentamentos rurais e UCs. A iniciativa resulta de mais de uma década de parceria do Instituto Federal do Pará (Ifpa) Campus Castanhal e a ONG Instituto de Educação do Brasil (IEB) voltada para a formação em Manejo Florestal Comunitário Familiar (MFC).

A doutora em Ciência Agrárias, Roberta Coelho, do IFPA Castanhal conta que tudo começou em 1998 com a construção de conteúdo para uma disciplina no curso Técnico em Agropecuária pelos pesquisadores do IMAZON e pelos técnicos do Laboratório Socioagronômico do Tocantins (LASAT), centro de pesquisa com sede em Marabá (PA), já extinto. Em 2000 foi criado um curso pós-técnico. Um tipo de especialização em

manejo florestal, com duração de cerca de sete meses. O aluno terminava o curso de agropecuária, e se desejasse fazia a “especialização”. Em 2008, devido a demanda externa, o curso de pós-técnico transformou-se em um curso técnico em Florestas, realizado em um ano e meio. Ele abordava as questões mais socioambientais no curso. Em 2012 iniciou-se a construção do projeto político pedagógico do curso de nível superior em Engenharia Florestal. Esperamos que até o próximo ano o IFPA-Castanhal possa ofertar o curso, conclui Coelho.

A parceria entre o IEB e o IFPA-Campus Castanhal permitiu uma aproximação da academia com comunidades que praticam o MFCF, considerado como tradicional. A formação realiza atividades em campo com educandos do IFPA, o IEB coordena a disciplina de MFCF da turma do curso subsequente em Técnico em Florestas.

“A relação entre as duas instituições busca fortalecer as comunidades amazônicas a partir da formação em temas ligados a gestão dos recursos naturais, em especial o MFCF”, afirma Manuel Amaral. Ele acrescenta que o trabalho em conjunto lançou o desafio de implementar programas de formação continuada em temas relacionados ao fortalecimento da governança socioambiental na Amazônia.

O resultado dessa parceria foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Formar Florestal. De acordo com o PPP, o objetivo do curso é formar jovens e adultos em conhecimentos sobre os aspectos técnicos, organizacionais, políticos e culturais visando fortalecer o manejo e a governança florestal no Pará. Os principais aspectos são: os conhecimentos científicos e práticos desenvolvidos para superar modelos de agricultura que degradam os recursos naturais e poluem o meio ambiente (água, solo, ar), explica a doutora Roberta Coelho, do Ifpa-Castanhal.

Katiuscia Miranda, engenheira ambiental e uma das coordenadoras da formação, explica que a abordagem do curso incentiva a socialização, disseminação e construção de conhecimentos a partir do contexto regional com o objetivo de fortalecer o manejo florestal comunitário. O público alvo do curso, prioritariamente, são aqueles (as) que atuam em unidades de conservação, territórios indígenas e quilombolas e projetos de assentamento. A ideia é fortalecer sindicatos, cooperativas e associações de moradores para que possam se consolidar como agentes multiplicadores das práticas do MFCF.

◉ TRANSAMAZÔNICA OESTE PARAENSE ◉

A região oeste do Pará ocupa uma área de 780.180 quilômetros quadrados, representando 62% da extensão total do estado. O território da Transamazônica, incluso nesta região, é formado pelos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medici-
lândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, e totaliza área de 250.791,94 km² (15,5% da extensão total do estado). A região oeste paraense possui a maior quantidade de ecossistemas florestais e recursos hídricos preservados na Amazônia Oriental, além de possuir grandes reservas de minérios, com destaque para bauxita, calcário e ouro. As principais atividades produtivas estão baseadas na exploração madeireira, pecuária, agricultura, pesca, extrativismo, mineração industrial, garimpo e comércio. Nesta região, também é encontrada a bacia do Xingu, que é uma das mais importantes do país em termos ecológicos e paisagísticos. A exploração econômica do rio para a pesca esportiva, esportes aquáticos, turismo ecológico, entre outros, apresenta grande potencial para geração de trabalho e renda.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR 163 – Cuiabá-Santarém, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2005 e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDTRS da Transamazônica, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - Brasil, 2010.

◉ OESTE PARAENSE- BAIXO AMAZONAS ◉

Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa integram a região (IBGE, 2010), num território de 315,86 mil quilômetros quadrados que representa 25% da área do Estado do Pará e abriga uma população de 705.737 habitantes ou 8,7% da população do estado. Seu PIB de 5,9 bilhões de reais representa 6,5% do PIB paraense, com destaque para o extrativismo da bauxita. A região ainda responde por 12% do PIB agropecuário do estado. É o maior produtor de mandioca do estado (30%) e terceiro na produção de soja (17%) e na produção de milho (18%). Também é o maior produtor de castanha-do-brasil (94%) e terceiro na extração madeireira (19%). Possui a segunda menor taxa de analfabetismo (12%) do Pará entre indivíduos com idade de 15 ou mais anos, a terceira maior taxa de pobreza (49%) e a quinta maior taxa de mortalidade infantil (17%). Fonte: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas (Pará, 2015a).

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas – Fundação Amazônica de Amparo à Pesquisa e Estudos do Pará (Fapespa).

Nesta perspectiva que privilegia as populações locais, a experiência da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, localizada no município de Belterra, é uma referência. Conforme o site do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Flona foi criada em plena ditadura, 1974. Configura-se como um espaço de inúmeras pesquisas. Somente em 2013 foram 65. Seu território se estende por 527.000 hectares. São mais de 160 quilômetros de praias e uma diversidade de paisagens marcada por rios, lagos, alagados, terra firme, morros, planaltos, floresta, campos e açaiçais.

A Flona é a unidade de conservação mais visitada do Norte do país. Aproximadamente 500 indígenas da etnia Mundurucu divididos em três aldeias – Bragança, Marituba e Takuara – habitam o lugar. Além de indígenas, mais de 5 mil moradores tradicionais distribuídos em 25 comunidades sobreviviam na Flona antes da criação da unidade, alerta o ICMBio.

Os indígenas e as populações tradicionais realizam manejo florestal sustentável em uma área especialmente reservada para esse fim. A atividade é referência nacional e na América Latina, e chega a movimentar perto de 4 milhões de reais por ano. O ICMBio esclarece que o recurso fica na unidade e auxilia no desenvolvimento social e na proteção da floresta.

É neste ambiente que opera a Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona), considerada uma experiência bem sucedida em manejo florestal comunitário. Ela agrega 205 cooperados desde 2005, quando surgiu a partir do Projeto Manejo Florestal Sustentável na Amazônia, o ProManejo. A cooperativa atua na melhoria da qualidade de vida dos associados por meio da comercialização dos produtos agroextrativistas das comunidades. Ela desenvolve atividades com produtos madeireiros e não madeireiros.

Os produtos são comercializados nas próprias comunidades, cidades vizinhas, no mercado nacional e internacional. Viveiros de mudas, manejo de sementes e essências, produção de artesanato a partir da madeira, sementes e látex integram a atividade da cooperativa. A Coomflona mantém ainda uma loja na cidade de Santarém. A madeira certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal) é um dos seus produtos. Apesar disto, os problemas ainda persistem e apresentam dificuldades enfrentadas diariamente na luta pela consolidação de projetos deste porte. Algumas das “pedras no meio do caminho” são a cultura da soja e o asfaltamento da BR 163 que pressionam a integridade do local.

O engenheiro florestal Amaral, do Ieb avalia que “A Coomflona é um exemplo de apropriação comunitária para o uso coletivo e sustentável da floresta.

Isto se deu graças a um processo de capacitação e investimentos em infraestrutura. Assim como todo processo social, há lições importantes a serem tiradas para serem adaptadas e replicadas em outros territórios. No caso específico, a capacidade de lideranças em operar as técnicas de manejo e gerenciar um empreendimento florestal de grandes proporções é fantástico. A certificação com o Selo FSC veio coroar essa experiência”. A experiência tem sido usada para a realização da jornada pedagógica de educandos de diferentes cursos.

Na mesma trilha, a jovem Marilu Bentes, que mora na Comunidade de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, da Reserva Verde para Sempre, na cidade de Porto de Moz exerce papel de dirigente. A reserva é conhecida internacionalmente pela luta popular em defesa da floresta. Marilu, que foi educanda do Formar, lembra que as vivências durante o curso reforçaram a importância de como gerir melhor os recursos naturais para que a floresta permaneça em pé para as futuras gerações. “A adoção do manejo florestal comunitário pode se configurar como uma saída na direção da sustentabilidade, ” argumenta a jovem residente na cidade de Porto de Moz.

Bentes preside a associação de moradores. “Hoje tenho mais conhecimentos sobre associativismo, cooperativismo, manejo, economia e comunicação. Com os conhecimentos busco fazer com que as pessoas entendam o verdadeiro sentido do associativismo e a importância do manejo comunitário”, comenta Marilu.

Alfredo Homma, doutor em Economia pela Universidade Federal de Viçosa e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, (Embrapa), da Amazônia Oriental, contraria os defensores do extrativismo. Ele defendeu a tese no mesmo ano da execução de Chico Mendes, 1988. “O que sempre defendi é que a economia extrativista é muito frágil. Sujeita a várias variáveis que a levam para a sua decadência ou substituição, pondera.

A primeira variável que levanto é a domesticação. Estudei muito isso: a domesticação de plantas e animais. Mas, o mercado foi crescendo e as populações também. As próprias populações primitivas foram fazendo domesticação. Isso tem início com os próprios caboclos. Eles possuem a capacidade de selecionar as melhores plantas e começam a fazer o cultivo no próprio quintal. Cada planta tem uma história de domesticação diferente’, sublinha em entrevista na revista acadêmica Terceira Margem, publicada em Belém.

Sobre a domesticação do cacau explica “O cacau foi domesticado na Bahia, e depois levado para a Ásia e a África”. Após o deslocamento do cacau

para a Bahia, a hegemonia do Pará na exportação durou uns 30 anos. Isso para a gente entender como a domesticação destrói uma economia extrativista. Tem caso ainda do cupuaçu nativo de Marabá. Vai ser necessário cultivar logo, domesticar, defende Homma.

Além das fragilidades apontadas pelo professor, as políticas desenvolvimentistas agendadas para o Baixo Amazonas colocam em xeque a manutenção das condições de vida das populações tradicionais da região. Edilson Figueira, dirigente sindical da cidade de Santarém e morador do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Lago Grande, teme pelo futuro da região.

O PAE, que reúne 140 comunidades, foi criado há dez anos e nunca foi georreferenciado. A revisão da ocupação do território também não foi realizada pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), e sem isto não existe política pública. Há um clima de tensão entre comunidades e a mineradora estadunidense Alcoa, que desde o começo da década explora bauxita no município de Juriti. Bunge e Cargil são outras grandes corporações com atuação na região.

“O Baixo Amazonas vive um momento delicado. Sabemos que a agenda baseada em grandes projetos nos ameaça. Tem a construção de portos graneleiros, hidrelétricas e mineração. Não podemos ser o ‘sapo de baixo da pata do boi’. Já ficamos calados demais. Devemos promover uma ação unificada com os indígenas, os quilombolas e o povo munduruku. Todos nós somos povos, somos gente”, avalia Figueira.

◉ Ongs e populações tradicionais defendem implantação de política de manejo florestal comunitário estadual para redução de desmatamento ◉

Construção de um marco regulatório para a efetivação de uma política estadual voltada para valorização do manejo comunitário florestal, que contemple uma adequação dos processos de licenciamento a partir das realidades locais, um plano safra direcionado para a demanda das comunidades, uma ação que agilize os planos em trâmite para avaliação da Secretaria de Meio Ambiente (Semma), assistência técnica continuada, educação que contemple as Casas Família Rurais (CFRs) e as Escolas Famílias Rurais (EFAs) constam como alguns dos encaminhamentos do seminário que debateu o tema na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Belém, em agosto.

O Ieb e o IFPA - Campus Castanhal organizaram o evento, que integrou a agenda do módulo de política pública do Curso em Manejo Florestal. Representantes de comunidades do Baixo Tocantins, Marajó, Carajás e Baixo Amazonas participaram da reflexão. Além de representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, as ONGs ambientalistas Instituto Floresta Tropicana (IFT) e IMAZON, entre outras.

Tanto Paulo Amaral (Imazon) como Paulo Bittencourt (IFT) observam que já existe um capital acumulado em experiências e informações sistematizadas no assunto de mais de duas décadas, e que tal capital pode servir de base para a formulação de políticas para o setor. No conjunto das falas de ambientalistas, servidores públicos e comunitários o caos fundiário é colocado como o grande gargalo para a garantia de outras políticas públicas que assegure o território, a segurança alimentar, educação e outros serviços públicos.

Teófilo Lacerda, da comunidade de Santa Ezequiel, do município de Portel, arquipélago do Marajó, alerta que os moradores reivindicam junto ao Iterpa há dez anos a regularização de suas terras. A promotora federal de Santarém, Ione Nakamura, alerta que se faz necessário dar visibilidade aos setores tradicionais do estado, para que os mesmos possam ter os seus direitos garantidos num cenário delicado na disputa pela terra e os recursos nela existentes.

Outra questão delicada no vasto mundo rural do estado é a fiscalização e punição de criminosos que saqueiam a floresta, como ocorre no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAEX) Curumucuri. Localizado no município de Santarém, oeste do Pará. O dirigente comunitário Izaias Rodrigues tem denunciado junto às secretarias de meio ambiente municipal e estadual, e ao Ministério Público Estadual, a extração ilegal de madeira, que se concentra ao sul do PAEX.

◉ Desmatamento zero ◉

A Amazônia continua a ser uma das principais fontes de emissão de gases do efeito estufa do país, ao mesmo tempo em que presta um valioso serviço para a produção de chuva em outras regiões. A irracionalidade da produção tem implicado no aumento da devastação da floresta, da sociobiodiversidade e aumento da temperatura da região. Por isso, para que o Brasil saia bem na foto da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP21), a ser realizada em dezembro em Paris, ONGs ambientalistas que hegemonizam o debate lançaram manifesto pelo Desmatamento Zero.

A carta defende que é possível manter o agronegócio sem aumentar o desmatamento. Para tanto basta privilegiar as áreas que já foram degradadas. O grande desafio da COP21 é firmar um novo acordo de redução das emissões de gases de efeito estufa a partir de 2020. Além do bioma amazônico, o documento salienta a manutenção do Cerrado.

◉ Trincheiras de luta ◉

Apesar do ambiente econômico e político adverso, o III Chamado da Floresta espera subverter a estratégia comum dos movimentos sociais. Ao invés de organizar marchas rumo à Brasília, intima os “caciques” da política para dentro da floresta. As bandeiras dos povos da floresta serão reiteradas no fim de outubro, na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns no município de Santarém – PA.

Quatro eixos estruturam a plataforma de diálogo com governos. São eles: i) conquista e regularização dos territórios, ii) políticas econômicas para o desenvolvimento, iii) programas sociais para a qualidade de vida e iv) gestão participativa dos recursos naturais e dos territórios.

Sobre o aspecto fundiário, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém, que integra a coordenação do Chamado, tem ao longo dos anos, procurado junto aos órgãos públicos de diferentes esferas (municipal, estadual e federal) efetivar o reconhecimento jurídico dos territórios de interesse das populações consideradas tradicionais.

“A regularização é um passo fundamental para a garantia dos territórios dos povos do Baixo Amazonas, além de possibilitar acesso a outras políticas públicas. O STTR de Santarém tem participado de audiências públicas na região para o debate sobre o tema. O sindicato defende a definição de áreas em assentamento coletivo, assentamento individual, agroextrativista, projeto de assentamento agroextrativista e reservas extrativistas”, afirma o técnico do sindicato Jaime Luís Mendes.

No fim de maio de 2015, o STTR forçou uma reunião em Santarém com a atual presidente do Incra, Maria Lucia Falcom. Na pauta do encontro constava: conhecer os projetos de assentamento que necessitam de atendimento de políticas públicas e os que necessitam do serviço de georreferenciamento, revisão de ocupação e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) embargados pelo MPF.

O CAMPO DESSE CAMPO

Para Henri des Roziers

Um dia quando não existiam latifúndios
Eram florestas de castanhais
Então, o que deveis?
Vejo os governantes disso por aí
Fogosos e hirtos rumando para a dissipação
Estão informulados
Imunes?
Reclamo, não permanecerão...

É Verdade!
Venho do campo com os meus mutilados universais
Em pasmo explico a tensão
Efusão que me dá tempo de dizer: viveremos!
Neles me calam justificativas para faltar
O arroz e a novidade, eu canto
Todos estão inertes, infantes?

Densos e súbitos planejam hectares
É o dever já amanhecido
Que quer meu coração
Essa conclusão que realiza e consome
Qual é o pronome?
Trago da noite que perturba o gesto unido
Espantosa multidão da lavoura!

*Marabá, Outubro de 2006 -
Fragmentos de poema de Charles Trocate*

Mundo fundiário no Xingu: Entre O caos, rios, rodovias, hidrelétricas, mineração e incertezas^[1]

30 mil famílias moram e vivem na localidade conhecida como Assurini. Destas, 20 mil são assentadas pela política de reforma agrária em inúmeros projetos de assentamento, entre eles, Sol Nascente, Morro dos Araras, Itapuama. Existem ainda sítios e fazendas, além de áreas de garimpo, e proximidade com territórios indígenas e um modal de reservas ambientais, entre elas Riozinho do Anfrísio e Verde Para Sempre. A guerra dos mapas ocorre no município de Altamira, sudoeste do Pará, região irrigada pelo rio Xingu, e que é impactada pelos grandes empreendimentos, como a construção de Belo Monte e o projeto de mineração da empresa canadense Belo Sun.

Tudo soa grande na Amazônia. O território do município soma 159 695,938 km². É o maior em extensão territorial do país. Área equivalente a países como Portugal, Irlanda e Suíça. Fosse um estado, seria o 16º, maior que o Acre e o Ceará. Encontra-se numa zona próxima a importantes cidades polos, como Marabá, sudeste do estado, e Santarém, no Baixo Amazonas, todas marcadas pelo capital de grandes corporações, induzidas de inúmeras formas pelo Estado Brasileiro, em particular o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O banco tem se constituído como o principal

^[1] Publicado originalmente em dezembro de 2013.

financiador de megas projetos na Pan-Amazônia, beneficiando empresas como Alcoa, Vale, Votorantim e a Camargo Corrêa.

A população de Assurini começou a ganhar musculatura quando a área indígena entrou em refluxo, idos da década de 1970, marcada por políticas de integração econômica da região e a construção de rodovias, entre elas a Cuiabá-Santarém (BR 163) e a Transamazônica (BR 230).

A União tutela boa parte do território, graças ao Decreto Lei 1.164, de 1971, onde a federação passou a controlar 100km de cada lado das rodovias federais, em seguida incentivou a colonização com a criação dos Projetos Integrados de Colonização (PICs). Medidas realizadas sob a doutrina de segurança nacional, que efetivou ainda institucionalidades como o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (Gebam) e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), uma espécie de Inkra de gandola.

Antes dos planos militares, a seca no Nordeste nos anos 1950 provocou a migração, e cimentou mão de obra barata para o extrativismo da seringa, da castanha e da extração ilegal de madeira. A atividade ilegal de madeira persiste, e tem pressionado as áreas de reservas ambientais da região. O migrante nordestino ajuda a conformar a multifacetada forma camponesa do Xingu.

A precariedade na condição de subsistência, a rotatividade dos “donos” dos lotes, a qualidade do solo, a flutuação dos preços e a distância da sede das cidades influenciam para a permanência ou não do colono ou assentado ainda hoje. Soma-se ao cenário a incerteza se o local poderá ou não ser afetado pelos empreendimentos intensivos em capital, que hegemonizam o processo de redefinição dos territórios xinguanos.



Localização do município de Altamira e da Gleba Assurini – Fonte IBGE

Assurini por dentro – Assurini é a maior comunidade agrícola do município, e chegou a ser responsável pelo abastecimento da cidade, informam moradores antigos. A população da agrovila é maior que a de muitos municípios do próprio Pará, como cidades do Marajó, a exemplo de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari.

Os cinco quilômetros no rio Xingu, que separam a zona rural da sede do município é percorrido de balsa em 45 minutos. Entre outras externalidades o aumento do custo de vida é um dos rebatimentos que marca a implantação dos grandes projetos na região. Alimentação, aluguel de casas, diária de hotel, condução e o preço do traslado pela balsa sofreram incremento. No caso da balsa em mais de cem por cento.

No começo do ano a tarifa paga para o deslocamento de uma moto era de R\$3,00, no fim do ano alcançou a casa dos R\$7,00. Uma casa simples em Altamira em área que será deslocada pode custar até 200 mil reais. As cidades vizinhas vivem realidade semelhante, que tem desdobramentos no campo social, tais como: desagregação familiar, aumento da violência doméstica, do alcoolismo, do uso de drogas e de homicídios.

A via terrestre de acesso à comunidade, Transassurini, passa por reforma, mas mantém *pinguelas* – precárias pontes feitas de madeira. No percurso é possível avistar castanheiras e açaiçais. Entre a paisagem empoeirada de fim de verão avista-se o gado. Babaquara e Conradinho são considerados os principais igarapés. O reparo da estrada se deve ao avanço das obras de Belo Monte e das prospecções da Belo Sun. Existe a promessa de asfaltamento. Moradores atestam que a ideia é viabilizar a comunicação terrestre com o município de São Félix do Xingu, conhecido pela bacia leiteira. O vizinho do sul do estado experimenta passivos de vários projetos de mineração da Vale, a exemplo da Onça Puma.

Em setembro o projeto de energia rural alcançou perto de 300 famílias no Assurini. No entanto os agricultores reclamam da péssima qualidade do serviço da Rede Celpa. Já ocorreram casos da queda de energia ultrapassar a casa dos vinte dias. Outro descontentamento é o preço da tarifa, alguns moradores receberam conta de até R\$1.200,00, sem ter com quem reclamar. Cacau, castanha, pesca, caça, criação de pequenos animais garante a sobrevivência da população.

Mobilização por direitos - O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e segmentos da Igreja Católica, entre outros sujeitos do campo democrático mobilizam as comunidades no sentido de garantia de direitos. Nesta semana realizaram uma reunião que contou com a participação de cerca de 60 pessoas. A comunidade será afetada pelo empreendimento de Belo Monte.

Os moradores elaboraram uma pauta para diferentes setores públicos e privados, e convidaram os mesmos para a efetivação de um diálogo. Ibama, Norte Energia, Rede Celpa, INCRA e EMATER foram convidados. Destes, somente INCRA e EMATER compareceram. Populares queixam-se que omitir

e sonegar informações têm sido prática recorrente da Norte Energia, que às vezes não recebe nem pesquisadores.

A pauta de reivindicações para o consórcio exige o cumprimento do Plano Básico Ambiental (PBA) e do Termo de Compromisso firmado com o INCRA em 2010. Em tese as obras só poderiam ter iniciado após o reassentamento das populações atingidas. Entre outras questões a pauta dirigida para a Norte Energia trata do reassentamento das famílias, subsídio do traslado da balsa, manutenção do preço do pé de cacau em R\$98,00 e a responsabilização sobre a manutenção de 100 operários da empresa Naturasul, que deve em breve ocupar área no projeto de assentamento Sol Nascente. A população teme pela acentuação da desagregação e insegurança da comunidade. A região é a maior produtora de cacau do estado, onde a Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica verticaliza a produção e exporta para outras cidades do estado, e mesmo para fora da Amazônia.

Para o INCRA os moradores exigem a desapropriação de grandes áreas. A questão fundiária é a mais delicada. Nos assentamentos há casos de lotes terem sido negociados várias vezes, apesar da proibição em lei. O local conhecido como Paial sofrerá com a construção da barragem. Os agricultores temem perder a terra. O representante do INCRA garantiu que o morador que comprou terra de forma ilegal, mas que tem vocação para o trabalho rural será reconhecido. A presença de fazendeiros é outro ponto a ser equacionado.

Na quebra de braço entre o grande capital e as populações locais, a Norte Energia tem tomado como base jurídica legislação da década de 1940, que concede ao setor privado o poder de desapropriar. O remanejamento da população de Santo Antônio no Xingu tem sido o caso mais emblemático da assimetria de forças entre os envolvidos na disputa pelo território.

Como metodologia para o afetado que optar por indenização o consórcio concede uma carta de crédito. Em meio a um caos fundiário e grilagens de terras, o impactado fica obrigado em conseguir encontrar uma terra com título legítimo, para que o processo encerre.

Outro ponto nebuloso é a não remuneração das áreas verdes dos lotes. A empresa indeniza somente áreas que possuam plano de manejo, apesar do serviço ambiental prestado e o respeito à legislação, que obriga a manutenção de 80% de reserva da floresta. Moradores lembram que por conta das obras ocorreu um esvaziamento da população mais jovem para a cidade de Altamira, e consequentemente para os canteiros da barragem. O campo de futebol ficou relegado ao abandono. E não se encontra gente disposta ao penoso trabalho na roça.

reportagens
reportagens
reportagens **reportagens**



08

Barcarena: uma ilha na Amazônia marcada por grandes projetos, crimes ambientais e pobreza^[1]

25 homens da empresa Cidade Limpa, apoiados por quatro tratores e inúmeras garrafas de pinga levaram quatro dias para retirar perto de 300 cabeças de gado que aportaram na praia do Distrito do Murucupi ou São Marcos, na Vila do Conde, setor industrial do município de Barcarena, nordeste paraense. O local foi um dos mais afetados após o adernar do navio de bandeira libanesa, Haidar, no Pier 300, do porto da Companhia Docas do Pará (CDP) no dia seis outubro de 2015. A embarcação transportava cinco mil bois e 600 mil litros de óleo para a bolivariana Venezuela. O naufrágio com carga viva já é considerado o maior do mundo em águas fluviais.

^[1] Parte do texto foi publicado no site Agência Carta Maior no dia 13/11/2015.

Limpeza da praia durou quase uma semana,
mas as marcas do acidente ainda ficaram pelo caminho.
Foto: acervo IEB/ Lucas Filho



A praxe da ação do Estado em relação a grandes acidentes no Pará tem sido reativa. Não existe um plano de contingência, apesar de a ilha industrial registrar desastres de grandes proporções desde 2004. Desta feita, o gabinete de crise é composto por diferentes órgãos do poder público das esferas federal, estadual e municipal, entre eles, Marinha do Brasil, Defesa Civil do Estado do Pará, do qual fazem parte a Semas, a Secretaria de Meio Ambiente do município de Barcarena, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Ministério da Agricultura, a Agência Agropecuária do Pará (Adepará) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Estima-se o prejuízo total em R\$ 800 milhões, destes, R\$14 milhões somente com a carga. O valor inclui ainda a retirada do navio, calculada para durar quatro meses, e os danos diretos e indiretos. O “Haidar” foi construído para transportar contêineres. Foi improvisado para carregar boi vivo. Um clube de empresas seguradoras com sede em Londres e Beirute deve compensar o sinistro.

O navio prestava serviço para a maior empresa exportadora de gado vivo do país, a Minerva Foods, sediada em Barretos, São Paulo. Os principais destinos da carga são os mercados do Líbano, da Venezuela e do Egito. A Samara Shipping é a proprietária do navio. Ela contratou a Mammo et Salvatage, uma das principais empresas do setor no mercado mundial, para resgatar o navio. Não é o primeiro incidente envolvendo a empresa.

Em março de 2012 “Gracia Del Mar” navio de bandeira panamenha, embarcou 5.200 bois na Vila do Conde com destino ao Cairo, no Egito. Deste total, 2.700 bois morreram no Mar Vermelho por falta de ventilação, presume-se. À época, o presidente da Minerva, Fernando Queiroz, eximiu-se da responsabilidade. O gado morto foi descartado em alto mar. Assim como em 2012, a Minerva debita na conta da transportadora a responsabilidade pelo desastre.

Por conta do acidente, a exportação de carga viva no Porto da Vila do Conde foi suspensa. Os ministérios públicos federal, estadual e a defensoria recomendam que as atividades no porto sejam suspensas até que a carga em decomposição e o navio sejam retirados.

A precariedade é a principal marca do transporte do boi em pé, apontam os defensores dos direitos dos animais. Representante de uma associação de defesa dos animais calcula que 10% dos animais morrem até alcançar o destino. “Os animais são dopados para poder aguentar a longa viagem, que às vezes dura uns 17 dias. Eles não comem e nem bebem água”, acusa uma defensora que prefere o anonimato. Caminhoneiros esclarecem que o embarque do boi em pé não é prioridade em Vila do Conde, e que é comum animais virem a óbito por conta da ausência da água e comida na fila de espera do embarque, após percorrerem mais de 500 quilômetros de rodovias desde o sul e sudeste do estado.

A construção de portos integra a agenda desenvolvimentista para a Amazônia, que somada ao modal de transporte (rodovia, hidrovia e ferrovia) tende a aprofundar a região como exportador de *commodities*, em particular grãos e minério de ferro. No Baixo Amazonas, além do porto da

Cargil, - construído ao arrepio da lei nos anos iniciais da década de 2000-, no município de Santarém; na cidade de Itaituba inúmeras empresas mundiais do mercado de grãos possuem ou pleiteiam a edificação de portos. Ainda na cidade de Santarém, setores do agronegócio visam edificar um complexo portuário no Lago do Maica, periferia de Santarém, onde residem quilombolas, pescadores e camponeses.



Orla da cidade de Santarém -PA. Ao fundo os cilos da empresa Cargil, em contraste com as embarcações locais. Foto: Rogerio Almeida.

A atividade pecuária é um dos principais indutores do desmatamento na Amazônia. Além do dano florestal, os gases do rebanho prejudicam a camada de ozônio. O maior produtor de gado do Pará, São Félix do Xingu, sul do estado, ocupa o topo da lista de 47 municípios que mais desmatam na região amazônica. O rebanho que somava 1,7 milhões de cabeças em 2008 subiu para 2,2 milhões em 2014, segundo o IBGE.

A população impactada reclama da burocracia e da ação desordenada-

32 comerciantes que moram na área do Murucupi, desde o dia seis convivem com o refluxo dos negócios. Ana Cleide Souza Castro chegava a faturar até mil e quinhentos reais por fim de semana. O recurso é a principal fonte de manutenção da família de 10 pessoas, sendo duas adolescentes, e os demais adultos.

“Aqui todo fim de semana pessoas de Belém vinham em comitivas de ônibus fazer piquenique. Após o acidente optaram por outro lugar. Vendi uma garrafa de refrigerante durante os últimos dias” conta dona Castro, que tem apelado para a compreensão de parentes, amigos e vizinhos para conseguir alimentação e água.

Murucupi, uma praia de água de doce, fica entre os portos da Companhia Docas do Pará (CDP), local do acidente, e o porto da empresa francesa, Ymeris Rio Capim, que explora o minério de caulim, que é usado para a produção de celulose.

“Não quero nem indenização, o que desejo é uma compensação pelo que deixamos de negociar durante todo esse período” advoga Castro. Ela coleciona três processos contra as grandes empresas que operam no Distrito Industrial da Ilha, Albras e Alunorte, desde o início dos anos 2000, por conta da contaminação da praia por uma fuligem de pó escuro que saía das fábricas.

Outros processos da proprietária do Bar do Cabelo, apelido do marido, são por conta da contaminação do bairro e da praia com o óleo das balsas que operam aqui na região. “Os dois devem ter uns cinco anos” avalia.

Ela acusa os poderes que integram o comitê de crise por burocratizar a ajuda às populações impactadas. “A minha família recebeu um botijão de água do poder público municipal. Para isso respondemos um questionário imenso aplicado por uma pessoa do Centro de Referência e Assistência Social (Cras), e ainda fomos constrangidos em ser fotografados não sei quantas vezes”, desabafa.

Paula Santa Brígida, que tem uma barraca em frente ao comércio de Castro engrossa o coro dos descontentes em relação ao descaso do poder público. “As instituições não têm dado a devida atenção às pessoas que moram

aqui, em particular aos pescadores e ribeirinhos”, analisa a senhora. A filha Ana, e o neto negociam chop (espécie de suco congelado), enquanto conversamos.

Raimunda Souza (Mundinha) é uma senhora clara de estatura atarracada. É pescadora desde os dez anos de idade. Numa casa acanhada, cravada no bairro São Pedro, na Vila do Conde, acomoda nove pessoas, sendo cinco crianças. Ela conta que na ocasião do acidente, junto com outros moradores do bairro, capturaram duas cabeças de gado vivo, mataram e dividiram entre si.

Ela e outros 65 associados da cooperativa de pescadores do município estão impedidos de pescar no rio Pará ou pegar camarão no furo do Dendê, - um afluente do rio - que fica nos fundos de sua residência. Ela exhibe uma geladeira somente com garrafas d’água, e uma sobra de carne do boi, que exala um cheiro desagradável.

“Até o dia 15 nenhuma família do bairro recebeu água ou cesta básica. Uma assistente social visitou a gente, e se recusou a beber a água do nosso poço artesiano. A minha filha tem sofrido com alergia por conta do óleo da embarcação. Nossas redes, roupas e barcos tá tudo sujo de óleo. O fiado na vendinha e o Bolsa Família é que tem nos ajudado”, desabafa Souza. Segundo ela, a Colônia de Pescadores do município possui 2.600 associados. Todos estão impedidos de trabalhar.

Ciro Gomes Pereira, a esposa Leá e a filha são pescadores no Furo do Arrozal. Antes do acidente negociavam 50 quilos diários de pescada e sarda no comércio da cidade. “A gente não sabe o que fazer e para quem recorrer. Lá no Arrozal ninguém recebeu nada até o momento (dia 16 de outubro)”, explica Pereira. O pescador conta que a comunidade já vinha sofrendo problemas por conta das balsas da empresa Bunge, que exporta grão de soja. “Uma chuva forte espalhou soja nos furos, igarapés e rio no Pará. Isso afetou nosso trabalho” narra o recém aposentado. Segundo o pescador, há momentos que o local chega a ter 40 balsas.



Comerciantes se protegem do mal cheiro enquanto esperam por ressarcimentos pelos dias parados. Foto: acervo IEB/ Lucas Filho

O óleo e as carcaças de bois já alcançaram a vizinha cidade de Abaetetuba, que congrega 45 ilhas, onde moram perto de 50 mil pessoas que sobrevivem da pesca, do extrativismo do açaí e do artesanato do miriti. Entre os moradores há o pedido de ressarcimento por parte dos responsáveis do acidente em 3 salários mínimos durante cinco anos. Hueliton Pereira, morador do município, informa que um documento já foi protocolado junto ao Ministério Público Estadual (MPE).

O comitê de crise não tem o número exato de famílias que foram atingidas. As mesmas têm sido assediadas por advogados de toda estampa, que desejam vender seus serviços. No dia 19, treze dias após o desastre, nota publicada no site da CDP informa que a Secretaria de Portos (SEP) mediou junto a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), e conseguiu 5 mil cestas básicas e subsídio de um salário mínimo para as famílias atingidas.

Comissão de Meio Ambiente da Câmara ouve população atingida - A audiência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, que ocorreu dia

16, havia sido agendada antes do naufrágio do navio Haidar. A pauta era sobre os passivos socioambientais provocados pela Bunge na comunidade do Furo do Arrozal. No entanto, todos os pretéritos acidentes que ocorreram na ilha a partir do início da década de 2000 vieram à tona.

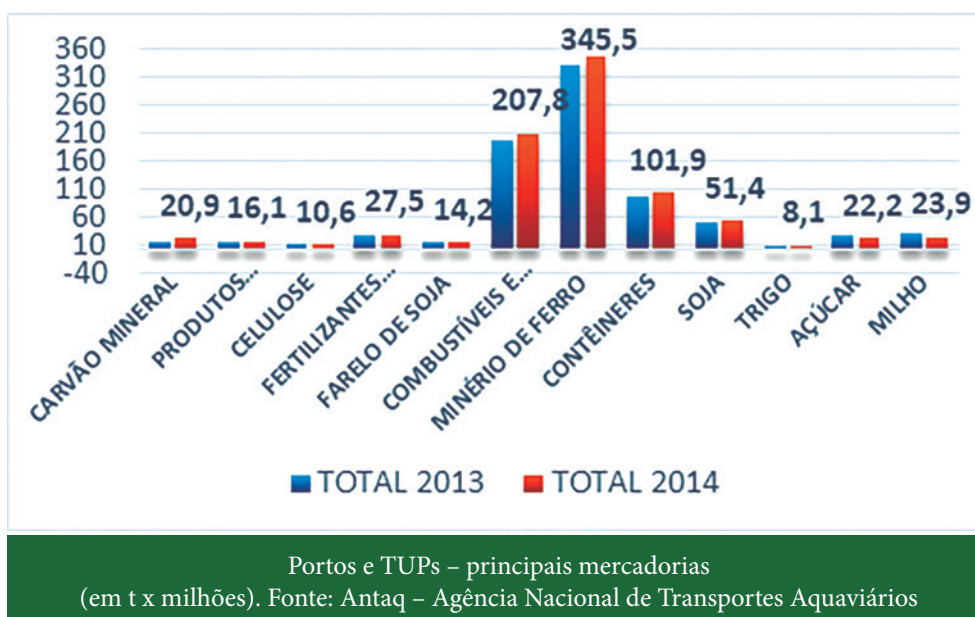
Na manhã ensolarada do dia 16, o salão paroquial da igreja de São Batista ficou tomado por pessoas de todas as comunidades atingidas. A igreja é a segunda mais antiga do estado, erguida no século XVII por padres jesuítas, e quase desabou há três anos atrás.

O pedido da oitiva foi realizado pelo deputado federal Edmilson Rodrigues (Psol\PA). O calor é escaldante. Senhoras passam mal e procuram tomar ar na praça. Água e refrigerante são distribuídos.

Membros da CPI dos Maus Tratos contra os animais integram a comitiva de parlamentares, entre eles o paulista Roberto Izar (PSD) além do senador petista Paulo Rocha (PT\PA), e o prefeito da cidade, Carlos Vilaça (PSC/PA). O mineiro que opera no ramo da construção civil é proprietário da AC Vilaça Empreendimentos Ltda, especializada em construção de prédios industriais e depósitos, e presta serviço para as grandes empresas instaladas no município.

Coube a Petronilo Progênio, ex- sindicalista do ramo da construção civil, a leitura das principais reivindicações dos moradores, entre elas: indenização e remanejamento dos moradores das comunidades Don Manuel, Bairro Industrial, Canaã, Acuí, Curuperé, Ilha de São João, Promajó, Arienga, Peteca e Marica; avaliação da saúde dos moradores das dez localidades; constituição de uma central de monitoramento ambiental que envolva instituições em diferentes esferas do poder público, empresas e a sociedade civil e a efetivação de um fundo de desenvolvimento socioambiental.

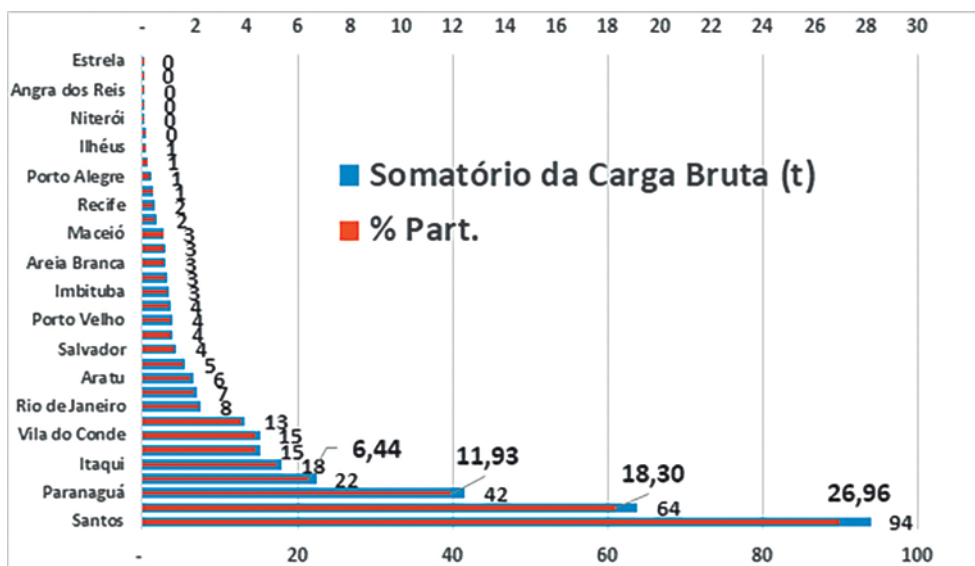
Economia do boi em queda livre – “27,7 mil cabeças de bovinos foram negociadas pelo Brasil até junho de 2015. Na comparação com o mesmo mês de 2014, houve uma queda de 17,2%. O faturamento foi de US\$ 28,3 milhões, 13,7% menos em relação ao mesmo mês de 2014. A Venezuela é o principal comprador, adquiriu 20 mil cabeças. O Pará foi o único estado exportador de bovinos vivos este ano. Até a metade do ano de 2015 foram exportadas 123,4 mil cabeças, 69,2% a menos do que na primeira metade de 2014. A queda no faturamento foi de 69,9%. No primeiro semestre de 2014, o faturamento foi de US\$ 401,3 milhões” aponta nota da Scott Consultoria com base em indicadores do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).



Grandes empresas dominam a ilha – A Albrás e Alunorte representam o maior complexo de produção de alumínio do mundo. A empresa Norueguesa Norsk Hidro é a maior acionista. O empreendimento data da década de 1980, e inicialmente foi tocado pela Vale e um grupo japonês. A matéria prima, o minério da bauxita, foi encontrado no final dos anos de 1960, no Vale do Trombetas, município de Oriximiná, distante uns 900 quilômetros de Barcarena.

A atividade no Trombetas protagonizou o desastre ambiental do Lago do Batata, que foi utilizado como depósito dos rejeitos do processo da extração mineral por uma década (1979 a 1989). O desastre do Lago do Batata é considerado um dos mais graves acidentes ambientais na Amazônia. Neste momento histórico, a legislação ambiental ganhava forma.

Em qualquer canto do mundo, a atividade minerária é indutora de passivos sociais e ambientais. Os acidentes continuaram a acontecer nos anos 2000, na cidade de Barcarena, como o transbordo da bacia de contenção de efluentes da fábrica Albrás e Alunorte. Um registrado em 2004, e o outro em 2009, que feriram de morte o rio Murucupi.



Fonte: Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

O rejeito do processo químico Bayer filtra entre outros reagentes danosos à saúde humana e aos furos, igarapés e rios, o óxido de ferro insolúvel, titânio, sódio a sílica. O produto final é chamado de lama vermelha. Somente em 2010 a justiça estadual condenou as empresas Alunorte e Albrás a pagar para 15 famílias quatro salários mínimos (por danos materiais) e R\$ 30 mil (por danos morais). A sentença foi dada pelo juiz da 1ª Vara da Comarca de Barcarena, Raimundo Santana.

Em visita ao Distrito Industrial é possível visualizar que outras bacias de contenção de rejeitos estão sendo construídas. Isso resulta da saturação das antigas e ampliação da produção da cadeia de alumínio. A verticalização de parte da produção da cadeia vem sendo realizada pela *Alubar Metais e Cabos S/A*, que produz vergalhões de liga de alumínio para fins elétricos e siderúrgicos desde o início da década.

Já a francesa *Ymeris* opera com Caulim desde 1996. Em 2010, a empresa adquiriu a *Pará Pigmentos S.A. (PSSA)*, que pertencia ao Grupo Vale. Com estrutura duplicada, a mineradora passou a ter a maior planta de beneficiamento de caulim do mundo e 71% de participação na produção de caulim no Brasil.

Em junho de 2007, os tanques de contenção de rejeitos da empresa transbordaram e 200 mil m³ de efluentes tomaram as águas do rio das Cobras, e os igarapés Curuperé e do Dendê, entre outros. Por conta do acidente, a Semas multou a empresa em R\$ 5 milhões.

Em março de 2008, novo vazamento da bacia de rejeitos agravou ainda mais a situação dos moradores da Vila do Conde, que mais uma vez se viram impedidos de usarem os recursos hídricos da região - foram atingidos os igarapés Curuperé, Dendê e São João, além da praia de Vila do Conde e o rio das Cobras. Em 2014 moradores denunciaram outro vazamento. Os acidentes integram o Mapa da Injustiça Ambiental da Fiocruz, que pode ser acessado via internet.

A empresa assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público Estadual (MPE), com mediação do promotor de justiça, Raimundo Moraes. Os valores somados ultrapassam a casa de R\$ 5 milhões.

Como medidas compensatórias e indenizatórias pelos danos ambientais e morais coletivos, o MPE, recomendou à mineradora o financiamento do Projeto de Desenvolvimento de Capacidade Social, coordenado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), para associações formais ou informais da região atingida para fortalecer a capacidade de organização, planejamento e execução de projetos.

O TAC estabeleceu também o financiamento de projeto de educação ambiental sob a responsabilidade da Associação Barcarenense de Educação Ambiental – ABEA, e aquisições de equipamentos necessários ao desempenho de atividades do Instituto de Perícias Científicas Renato Chaves e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará.

As indenizações também foram dirigidas ao aperfeiçoamento da estrutura do Centro de Saúde da Vila do Conde, município de Barcarena, Associação dos Barraqueiros da Praia, comerciantes de Vila do Conde, amigos da Orla de Itupanema, moradores do Bairro Industrial, e famílias nativas do igarapé Curuperé.

A Bunge é a mais nova grande empresa a compor o cenário de Barcarena. Em parceria com o grupo Amaggi exporta grão de soja. A operação iniciou no ano passado, e envolve um complexo modal a partir da BR 163 e do rio Tapajós, até alcançar Barcarena. Site da multinacional informa que R\$ 700 milhões foram investidos em infraestrutura e logística.

Um antigo morador do local, que foi sindicalista, pontua algumas delicadas situações sobre o cenário da ilha. “Não existe controle social sobre os processos que ocorrem na cidade, o estado não possui equipamentos e pessoal qualificado para monitorar a produção e emissão dos rejeitos das grandes empresas. O que ocorre é um faz de conta. As empresas produzem relatórios e as instituições os endossam”, acusa o aposentado, que prefere não se identificar por colecionar processos por conta de denúncias de crimes ambientais que realizou.

O Instituto Evandro Chagas e o Departamento de Química da Universidade Federal do Pará (UFPA) produziram documentos sobre os riscos que corre a população. A doutora Simone Pereira, da UFPA, alerta que existe uma série de efluentes cancerígenos a ameaçar os comunitários, como o Cádio, o Btex compostos formado pelos hidrocarbonetos: benzeno, tolueno, etil-benzeno e os xilenos (o-xileno, m-xileno e p-xileno). Além de produzir artigos sobre o tema, a professora tem orientado dissertações e teses. “Os nossos rios viraram receptáculos dos efluentes das grandes empresas”, critica a pesquisadora.

Recursos naturais em abundância, energia barata e subsidiada, cessão de terras públicas, frágil controle social, renúncia fiscal, farta mão de obra barata e de baixa escolaridade, ineficiência no monitoramento e na fiscalização ambiental, além de os generosos financiamentos públicos são alguns dos fatores que concorrem para a presença de grandes empreendimentos na Amazônia, onde o setor público financia o saque privado.

Enclave conforma economia do Pará - O extrativismo mineral, o setor de serviços com ênfase no comércio e a administração pública integram o centro da economia do estado. Já na extração vegetal destacam-se a madeira, o açaí e o palmito.

“Em 2014, o Pará foi o sexto estado em exportação no país e o segundo melhor resultado na balança comercial na federação. Minério de ferro e boi vivo concentram as exportações”, apontam dados do Anuário Estatístico de Receitas do Pará de 2014. A exportação de produtos primários de baixo valor agregado para o mercado externo é a base da produção do estado, com efeito limitado sobre emprego e renda.

O mesmo minério que pesa no PIB é responsável por uma renúncia fiscal de 9 bilhões de reais por ano por conta da Lei Kandir (lei complementar federal n.º 87/1996), que desonera as empresas em recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) dos produtos primários e semielaborados.

No fim de 2014 o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciaram que PIB do Pará em 2012 totalizara R\$ 91,009 bilhões. Os dez municípios paraenses com maiores contribuições na geração do Valor Adicionado no PIB foram: Belém (22,59%), Parauapebas (18,39%), Marabá (4,86%), Ananindeua (4,57%), Barcarena (3,81%), Canaã dos Carajás (3,43%),

Tucuruí (2,99%), Santarém (2,76%), Castanhal (2,15%) e Paragominas (1,71%). Entre as 10 cidades, seis possuem relação com a atividade mineral (Parauapebas, Marabá, Barcarena, Canaã dos Carajás, Tucuruí e Paragominas).

O município de Barcarena está localizado na Região de Integração Tocantins do estado do Pará, e graças a sua plataforma logística no estado com o porto de Vila do Conde, e a infraestrutura estabelecida em função da atividade minerária e metalúrgica tem atraído investimentos à localidade. O município abrange uma área de 1.310,33 quilômetros quadrados, possui população de 99.859 mil habitantes, dos quais 63,66% residem em espaço urbano e 36,34% em área rural e, apresenta densidade demográfica de 76,21 hab./km², acima da média estadual (6,07 hab./km²) e da densidade demográfica brasileira (22,43 hab./km²), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010; FAPESPA, 2016), esclarece o documento denominado de “Barômetro da Sustentabilidade do município de Barcarena”, organizado pela Fapespa, em 2017.

Barcarena vive sob a influência da Baía do Marajó, dista 30 quilômetros em linha reta da capital do Pará, numa viagem que pode ser realizada via rodovia ou fluvial. O município faz parte de uma complexa geografia marcada pela economia do enclave, onde constam ainda as cidades de Tucuruí, Oriximiná, Santarém, Juruti, Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Altamira e Paragominas.

Nestas cidades, empreiteiras que visam barrar grandes bacias, portos ou hidrovias e mineradoras do mercado mundial, entre elas a suíça *Xstrata*, a estadunidense *Alcoa*, a francesa *Ymeris*, a *Reinarda*, subsidiária da australiana *TroyResourse*, a norueguesa *Norsk Hidro*, a chilena *Codelco*, a canadense *Belo Sun Mining Corp*, a *Votorantim* e a *Vale*, esta, a de maior musculatura esgrimam em diferentes arenas econômicas e políticas pelo controle de parte do território do estado, por excelência, rico em minério.

Ao longo dos anos, a modalidade de política pública para a Amazônia baseada em grande empreendimento tem sido um indutor de desagregação econômica e social, que se manifesta a partir do rompimento de laços de solidariedade, vizinhança, formas de reprodução econômica, social e cultural de pescadores, indígenas, trabalhadores rurais, extrativistas, quilombolas, e

demais formas da sociodiversidade local. Estas populações têm socializado ao longo dos séculos os passivos sociais e ambientais, enquanto o lucro é capitalizado por uma pequena parcela da sociedade, como mencionado em outros trabalhos desta obra.

O quadro de expropriação do território das populações ancestrais, insegurança alimentar, criminalização da luta por direitos, poluição do meio ambiente são alguns dos indicadores que se enquadram na definição de **injustiça ambiental**. O termo foi cunhado num escaldante ambiente de contestação política mundial no fim dos anos 1960\1970, que cotejou entre outras pautas, questões do racismo, meio ambiente, gênero e liberdade de expressão.

Nos anos 1990, em pleno ambiente marcado pela agenda neoliberal, o conceito de justiça ambiental ganha corpo a partir da convergência de diálogo entre meio ambiente, saúde e direitos humanos. No Brasil, a Fiocruz e a ONG Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) produzem um mapa nacional de injustiça ambiental desde 2010. Já a Rede Brasileira de Justiça Ambiental existe desde 2001 (www.justicaambiental.org.br).

A terra do gênero musical guitarrada, do festival do abacaxi e que um dia foi uma célula de uma das principais insurreições populares do período regencial, a Cabanagem, agora ganha notoriedade planetária pela morte de bois em grande escala, o risco sobre os recursos hídricos a perda dos territórios das populações ancestrais e um rosário de crimes ambientais que tendem a se repetir.





Pescadores ficaram impossibilitados de trabalhar devido a contaminação da água pelo óleo do navio.
Ao fundo o complexo industrial da empresa Ymeris, que em 2007 também provou grande dano ambiental a Barcarena.
Foto Crédito: acervo IEB/ Lucas Filho



reportagens
reportagens
reportagens **reportagens**

09

Ferrovia de Carajás: os meninos do trem da Vale - filhos da precisão^[1]

São Luís. Faz sol. A capital do Maranhão, um dos estados mais empobrecidos do país, soma 400 anos em 2012. Para celebrar a data com pompa e circunstância, o governo maranhense concedeu alguns milhões para a escola de samba da Baixada Fluminense, comandada pelo contraventor Abraão David, a Beija Flor de Nilópolis. O tiro parece ter saído pela culatra. Além de não vencer o concurso, na transmissão da TV, falou-se mais do carnavalesco maranhense falecido às vésperas do carnaval, Joãozinho Trinta, amigo de Roseana Sarney, ao invés do aniversário da cidade.

A ilha fundada por franceses tinha como ambição ser a Paris dos trópicos. O nome resulta de bajulação. Uma homenagem ao rei de França, Luís IX. Gullar a imortalizou em *Poema Sujo*. Bem apropriado o adjetivo. Roseana Sarney governa o estado pela segunda vez numa dobradinha com o petista Washington Luiz de Oliveira. Em seu nascedouro a cultura da legenda do PT no Maranhão creditava a Sarney todos os males do estado à dinastia da família. Ironicamente, toda crítica se dissipou na conveniência das alianças.

O atlântico circunda São Luís. A cidade padece com um precário serviço de abastecimento de água, onde o racionamento é a regra. Mitos e lendas nublam a capital maranhense. Uma delas conta que uma serpente vive nos subterrâneos da ilha. E que a cidade irá afundar assim que a cabeça encontrar a calda. Sexta

^[1] Trabalho publicado no site da Agência Carta Maior, no dia 15 de abril de 2012.

feira, 13 de abril. O tema da audiência pública na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) é desprovido de aura mágica. O embarque clandestino de crianças e adolescentes na Ferrovia de Carajás, sob o controle da Vale é o tema do debate requerido pela deputada Eliziane Gama (PPS).

A casa legislativa maranhense ganhou notoriedade nacional recentemente pelo fato de remunerar com dezoito salários os seus representantes. A recém-inaugurada sede da casa legislativa, a despeito da lei, foi erguida na área da Estação Ecológica do Rangedor, num local considerado nobre na cidade. Num passeio nas praias, maioria considerada imprópria para banho, os navios cargueiros aguardam em fila para receber o minério de ferro de excelente teor, extraído em solo paraense. São Luís abriga o porto responsável pelo escoamento do minério de ferro da Serra dos Carajás, município de Parauapebas, sudeste do Pará. Atividade controlada pela Vale.

A Vale é uma das maiores empresas do mundo, em sua composição existem pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou *joint-ventures* distribuídas em mais de 30 países, dentre eles Brasil, Angola, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru, nos quais desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística, atesta Dossiê de 2010 apresentado no primeiro encontro dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro.

A economia de enclave e os passivos sociais e ambientais - A maior mina de ferro a céu aberto é tributária do melhor minério do mundo. Em 2011, conforme balanço da Vale, foram exploradas 322.632 toneladas de minério de ferro. Um incremento de 4,8% em relação a 2010. Até 2015 a empresa pretende investir 11,3 bilhões de dólares (mais de 20 bilhões de reais) para dobrar a produção em Carajás. A cada balanço da empresa o faturamento e o extrativismo mineral batem recordes. Dividendos que, ao contrário das mazelas, não são socializados na região.

O extrativismo rege a economia amazônica. Ao longo dos séculos o saque tem se repetido, e internalizado passivos sociais e ambientais de toda ordem. No caso de Carajás, a região é *top* em trabalho escravo, desmatamento e violência contra militantes que defendem a reforma agrária, meio ambiente e os direitos humanos. Em 1996 a PM do estado do Pará protagonizou o Massacre de Eldorado, ainda hoje impune.

O caso mais recente de execuções de ativistas foi o do casal de extrativistas no município de Nova Ipixuna, José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. Tal matriz econômica é tratada na academia como enclave. Trocando em miúdo, as populações locais compartilham as tragédias de toda ordem que os grandes projetos internalizam onde são implantados.



Vigília de camponeses na EFC por conta da execução dos extrativistas.
Foto: Evandro Medeiros

61% do território nacional correspondem à Amazônia, onde tudo parece ter dimensões estratosféricas. A Ferrovia de Carajás soma 27 anos. Os seus 892 km² cortam cidades pauperizadas, projetos de assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas e cidades médias, como o município de Marabá, cidade pólo do sudeste paraense. O maior trem do mundo, com 332 vagões, mede cerca de 3.500 metros e tem a capacidade de transportar 40 mil toneladas. Em 2007 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou empréstimo de R\$774,6 milhões para a expansão da Ferrovia.

A ampliação da mineração é um dos eixos de integração elencados pelo governo federal. Tem-se ainda a geração de energia elétrica e a rede de

transporte multimodal (rodovias, ferrovias e hidrovias), que tendem a pressionar territórios já estabelecidos, tais como as reservas ambientais e terras de populações ancestrais, como indígenas e quilombolas. Em jogo, o processo de desenvolvimento para a região. A questão é: desenvolvimento para quem? Maristela Svampa, socióloga argentina, ao interpretar sobre o extrativismo na América Latina, adverte que mesmo nos governos considerados como progressistas, o modelo foi mantido.

Justiça nos Trilhos - A Rede Justiça nos Trilhos tem sido ponta de lança nas denúncias contra a mineradora. Ela realiza ações na região, que já transbordaram para outros países. Ela conseguiu agrupar funcionários e famílias que sofrem algum tipo de impacto de empreendimentos da Vale no Canadá, Brasil, Moçambique e outros locais.

O coletivo mobilizou esforços na produção de artigos acadêmicos e jornalísticos, dossiês, revistas, livros e filmes sobre as dinâmicas da empresa. O grupo empreendeu ainda encontros nos rincões do Maranhão e Pará, e uns três eventos internacionais.

Meninos do trem – os filhos da precisão – O embarque clandestino de crianças e adolescentes nos trens de mineração e de passageiros da Vale foi o fato mobilizador da audiência. Ninguém consegue precisar quantos ao longo dos quase trinta anos embarcaram nos veículos da empresa. A ação pública contra a companhia é da responsabilidade da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís. O assunto é tema de um processo administrativo (PA 116/2005 – 1ª PIJ) em tramitação na promotoria, cujo titular é o promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques.

O assunto não é novo e não se constitui como problema isolado relacionado à infância e à adolescência no empreendimento da mineradora. Era comum nas estações em que os trens de passageiros param encontrar crianças comercializando água, comida, frutas e outros produtos para os passageiros da classe econômica.

Caso proceda que “todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, como poetisa a canção do grupo Rappa, um olhar sobre a classe econômica do trem da Vale nos remete a tal imagem. O lugar é insalubre. É comum crianças e idosos passarem mal por conta do calor. O odor de vômito impregna o ar. Além do trabalho infantil, matérias da revista paulista “Caros Amigos” de dezembro de 2011 e de janeiro de 2012 denunciam a prostituição em trechos de duplicação da ferrovia.

“Garantir medidas e políticas mitigadoras é uma obrigação da Vale estabelecida em contrato e em lei para que mantenha a concessão da Ferrovia”, adverte o defensor público da União Yuri Pereira Costa. A empresa tem repassado recursos aos municípios para a criação de abrigos voltados às crianças e adolescentes resgatados pela segurança da empresa. No entanto, não há um entendimento entre os Conselhos Tutelares e os representantes da Vale sobre quem deve ser responsabilizado pelo traslado das crianças.

As denúncias ganharam maior proporção em 2005. E desde lá a Vale vem procrastinando em assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público para solucionar a situação.

Fabíola de Oliveira foi promotora pública em Alto Alegre do Pindaré, no Maranhão, um dos pontos de parada do trem, e conhece de perto a situação de vulnerabilidade das crianças. No dia 18 de abril ocorreu uma audiência conciliatória com a Vale na 2ª Vara de Justiça, processo de nº 157\2011, da comarca de Santa Luzia. Outra situação delicada por conta da Ferrovia são os atropelamentos de pessoas e animais nas regiões cortadas pela via.

Por isso Oliveira sugere a construção de viadutos na Vila Fufuca, no município de Alto Alegre do Pindaré. Conforme a promotora, as crianças são obrigadas a percorrer até um quilômetro para chegar à escola.

Vera de Melo é conselheira tutelar no município de Buriticupu, Maranhão. Ela registra que crianças vendem comida, água e outros produtos na Ferrovia de Carajás. “A problemática é mais complexa, envolve a situação das crianças. Morei por nove anos perto da ferrovia. No trem de carga um menino foi sufocado e morto. Nada foi feito”, denuncia Melo.

A conselheira registrou durante a audiência que em Bom Jesus das Selvas, divisa com Buriticupu, na Estação Nova Vida, há casos de prostituição e abuso sexual, inclusive uso de crianças para o tráfico de drogas. Melo enfatizou que há crianças grávidas de funcionários terceirizados da Vale. E ainda crianças que passam por baixo do trem, e sofrem acidentes.

Padre Dário Bossi representa a rede Justiça nos Trilhos. Fez uma fala objetiva elencando uma série de propostas. Entre elas: realização de audiência pública sobre o mesmo assunto no município de Marabá, no Pará; que a Vale financie encontro de conselhos tutelares no sentido de uniformizar regras, e que o evento tenha a mediação dos Ministérios Públicos dos dois estados; que a Vale financie pesquisa de dois peritos com a titulação mínima de doutor na área de segurança.

A mesa diretora da audiência sugeriu a mobilização da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), para a realização da audiência em Marabá. No encerramento do evento o promotor Márcio Thadeu entregou os documentos para o representante da Vale, Dogival Ferreira Pereira, que alegou ter de consultar os cardeais da empresa para avaliar os termos do TAC, e decidir pela assinatura ou não do mesmo. Enquanto a Vale avalia pela assinatura ou não do TAC, os meninos seguirão em busca de rumo nos trilhos de Carajás.

◉ **Carajás – Marabá debate drama dos meninos que embarcam clandestinamente no trem da Vale**^[2] ◉

O problema de embarque de crianças e adolescentes no trem da Vale já soma mais de duas décadas. Após três anos de audiência pública realizada na Assembleia do Maranhão, a Câmara de Vereadores de Marabá discute o tema provocado pelo MP

Dia e noite é possível ouvir o apito do trem da Vale em qualquer um dos núcleos urbanos do município de Marabá, sudeste do Pará. Os rios Itacaiúnas e Tocantins serpenteiam a cidade que desejava ser a capital do estado de Carajás. É tempo de cheia. As baixadas sofrem com a subida dos rios, que neste ano não ocorreram.

No bairro Coca Cola, localizado no km07 da cidade, por ficar mais próximo da EFC é um dos mais impactados. Paredes de casas estão rachadas, a poeira e fuligem de minério não cessam, e o ruído provoca estresse entre os moradores. Faz três décadas que os estados do Maranhão e Pará socializam todos os tipos de passivos provocados pelo extrativismo de minérios das terras dos Carajás, em particular o do ferro.

Trata-se de uma economia baseado em enclave, explicam especialistas no assunto, onde cabe ao Pará o papel de mero exportador de commodities. Em resumo, não gera riqueza onde opera. Os péssimos indicadores sociais em todos os gêneros servem como um espelho do processo de saque das riquezas locais.

^[2] Publicado no dia 26 de fevereiro de 2015, no Blogue Furo.

Os números sobre saneamento, educação, saúde, desmatamento, violência de todas as ordens- física e simbólica – contra as populações locais, com ênfase aos camponeses, indígenas, e a condição de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, não dialogam com a riqueza gerada.

A cada balanço apresentado, apesar da oscilação do mercado internacional há seis anos, a empresa registra novo recorde. Em 2014 encerrou com 319,2 milhões de toneladas de produção de minério de ferro.

O aumento foi da ordem de 6,5% em relação ao ano de 2013. A meta era crescer 4%, conforme relatório da empresa. O mercado asiático tem sido o destino do minério de ferro de excelente teor das terras dos Carajás, em particular a China e o Japão. E tudo pode aumentar com o incremento que ocorre em Carajás.

Até 2016 a mina de ferro da Serra Sul, ou S11D, deve iniciar a produção em Canaã dos Carajás fronteira com o município de Parauapebas. O mesmo equivale ou possui proporção maior a exploração do minério de ferro iniciada na década de 1980, na Serra Norte. Com o projeto a mineradora irá aumentar a produção de ferro em 90 milhões de toneladas por ano, mas com capacidade de dobrar a produção.

A iniciativa que inclui mina, duplicação da Estrada de Ferro de Carajás (EFC), ramal ferroviário de 100km e porto está orçada em US\$ 19,5 bilhões. Projetos desta envergadura tendem a reorganizar todo o território em sua área de abrangência, desde a mina até o porto. Além de provocar tensões em áreas de projetos de assentamentos da reforma agrária, áreas de remanescentes de quilombos, reservas indígenas e em unidades de conservação ambiental.

◉ Menino do trem de Marabá ◉

Fazia calor na tarde do 25 de fevereiro de 2015, quando do início dos trabalhos da audiência pública na nova sede do legislativo marabaense, localizado na rodovia federal Transamazônica, em um auditório lotado. O emblema da agenda da integração econômica foi fomentado pelo regime militar no século passado. Trata-se de um marco da intervenção estatal na Amazônia, que ganhou musculatura com a implantação do Programa Grande Carajás, na década de 1980.

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá, ligado ao Ministério Público do Pará (MPE) promoveu a oitava para se refletir sobre o fenômeno *Meninos do trem*. Avaliação do plano de segurança da Vale com relação ao tema foi a questão central da reunião que contou com representantes dos MPEs dos estados do Maranhão e Pará, Defensoria Federal do Maranhão e conselheiros tutelares dos dois estados dos municípios impactados pela ferrovia, e edis locais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE OPERACIONALIZAÇÃO PRINCIPAL E ATENDIMENTO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE MARABÁ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Meninos do trem

Transporte clandestino de crianças e adolescentes nos vagões dos trens de transporte de minério da empresa Vale S.A.

Data: 25/2/2015
Início: 13h
Local: Auditório da Câmara Municipal de Marabá/PA

Logos: Prefeitura Municipal de Marabá, Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Federal do Estado do Pará, UNICEF, Câmara Municipal de Marabá, e uma logo com o nome 'Cartaz'.

Cartaz da audiência realiza na Câmara Municipal de Marabá/PA

Diagnósticos sobre o problema- O engenheiro canadense James Bertrand, perito contratado pelo Ministério Público do Maranhão apresentou relatório sobre o assunto na EFC, sublinhando os pontos mais delicados de vulnerabilidade, ou *hotpoint*, como reza o vocabulário técnico. Lilian Freire, promotora de Marabá presidiu a audiência.

A Vale, que já foi denunciada por manter serviço de espionagem contra defensores de direitos humanos e ambientalistas, tentou impedir a realização da oitiva a partir de liminar. Apesar da estratégia jurídica em abortar a audiência, parte do staff da mineradora relacionada com o assunto compareceu, entre eles, representantes do setor de direitos humanos, da Fundação Vale e consultores que apresentaram diagnóstico e ações do plano de segurança para evitar a viagem clandestina de crianças e adolescente nos trens. A medida resulta de uma indicação da audiência ocorrida em São Luís, em 2012.



O pesquisador Bertrand [à esquerda] apresenta a pesquisa e o auditório da Câmara de Marabá/PA – Fonte: site do Ministério Público do Estado

O doutor Antônio Brasiliano, representante da consultoria que leva o seu sobrenome, contratado pela Vale, em tom cheio de empáfia antes de apresentar dados, desfilou um rosário sobre o próprio currículo. Em mais de um slide carregou em logomarcas de empresas públicas e privadas para quem presta serviços. Pegou mal.

Em diagnostico sobre a situação, socializou com a família, a evasão escolar, a limitação das ações de políticas públicas a responsabilidade do fenômeno. Ele alega que a partir de 2007 tem ocorrido o declínio da presença clandestina de crianças, que equivocadamente tratou como menor.

Conforme ele, a média que chegava à casa de 200 crianças e adolescentes em 2007 despencou para 20. Aumentar a vigilância eletrônica em pontos con-

siderados críticos foi um dos indicativos do técnico. A diretora da Fundação Vale apresentou algumas ações sociais desenvolvidas na região. Medidas consideradas mera perfumaria pelo defensor público da União, Yuri Pereira Costa.

Uma tradutora colaborou para a apresentação do perito Bertrand, que ironizou a soberba de Brasileiro. O canadense iniciou a apresentação ressaltando a má vontade da Vale em não facilitar o acesso a documentos e relatórios que pudessem embasar a sua investigação. A maioria dos textos em português foi outro limitador.

Críticas ao relatório da Vale - Sobre o relatório da Vale, Bertrand sublinha que existem mais pontos sobre os riscos que correm as máquinas que passagens que ressaltem a dimensão humana do problema. Em alguns trechos do documento da Vale ele não encontra indicadores sobre acidentes e atropelamentos na EFC. Enfatiza ainda que a empresa não menciona que a mineradora se desobriga em financiar o deslocamento das crianças e adolescentes para os locais de origem.

Ao ressaltar elementos técnicos da rotina de operação da EFC pontuou sobre a baixa velocidade dos trens e o elevado número de pontos de paralisação\paradas, além de pontes de mão de única. Melhorar a monitoração eletrônica e edificar torres de observação em pontos críticos foram algumas medidas aventadas na tentativa de se equacionar o fenômeno, que ele não acredita que terá solução por conta da agenda de expansão e da ausência de vontade política do empreendedor.

Manifestações sobre o caso - Sobraram críticas contra a Vale quando da abertura para a manifestação da plenária. Em quase uníssono, de edis a conselheiros tutelares desfilaram manifestações contra o autoritarismo e indiferença da empresa com relação à região onde ela opera.

Os vereadores Toinha e Ronaldo Iara sublinharam a qualidade do debate, e alfinetaram que a empresa apenas engana a população local. Trocar informações sobre a mesma situação nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde a Vale opera foi uma das medidas encaminhadas pela mesa da audiência.

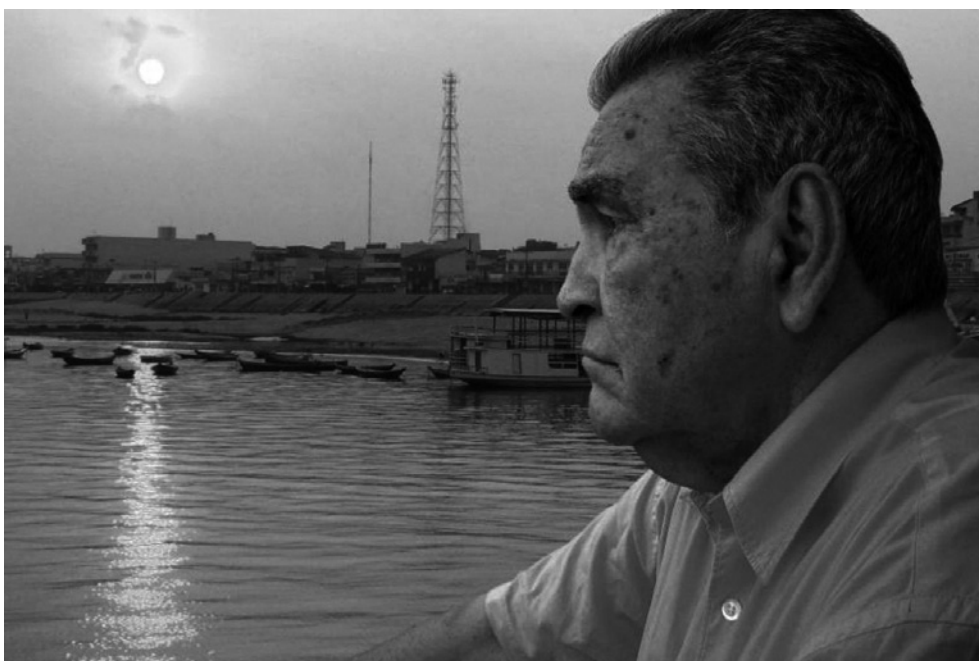
Enquanto as medidas não ganham forma, o trem segue a sangrar o sertão. Rachar as paredes das casas nas periferias, assombrar dias e noites das famílias que moram no entorno da EFC com o apito constante, e a ocultar o saque nas terras do povo de Carajás.

derradeiros
ensaio
derradeiros
ensaio
derradeiros
ensaio

01

Benedicto Monteiro: a voz do indomável^[1]

Wanda Monteiro^[2]



Benedicto Monteiro; Foto: Ag. Pará

^[1] Texto produzido para ser lido por ocasião da entrega de título de doutor honoris (pós morte) a Benedicto Monteiro, no dia 25/08/2025, na unidade Tapajós, da UFOPA, em Santarém/PA.

^[2] Filha do homenageado. É poeta e advogada.

É inverno nesse meridiano. Estou ao pé da serra, à minha frente tenho o mar aberto, ao meu lado uma laguna. Estou bem longe de meu rio Amazonas. Estou em um outro rio que não é rio, mas guarda um nome de santo e chamam de São Sebastião do Rio de Janeiro. É uma madrugada fria e molhada. Vou dormir com a música da chuva. Eu adoro essa cantilena da chuva. Ela caindo no barro da telha, caindo sinuosa, batendo na minha janela.

Não consigo dormir, escuto a voz de Miguel dos Santos Prazeres falando de seu pai:

... Eu sei, eu sei que ele amava a chuva, porque eu via nos seus olhos a alegria de ver a água escorrendo, banhando as árvores, caindo sobre a mata, crivando o rio de pingos e respingos, descendo as ribanceiras. Ele gostava da chuva, porque ele entendia o barulho da conversa que ela fazia nas barracas de palha. A chuva tem uma cantiga antiga de enganar o sol, de misturar o dia com a noite e de ensinar o pobre adormecer com fome, A chuva tem uma conversa-fiada-tecida-na-palha que até é doce de se escutar.

Com a voz de Miguel no pensamento, agora mesmo é que não conseguirei dormir. É tão difícil dormir. Sempre que vou dormir, ocupo muito de mim com esse desassossego de olhar pra vida e dela saber o seu deslimite. Quando a madrugada chega, tenho em mim essa inquietude de escutar a ressonância do tempo, suas claridades, seus escuros, seu grito e seu silêncio.

Preciso muito dormir, soltar o fio do pensamento e descansar pra escrever sobre Benedicto, o Bené como eu gosto de chama-lo. Escrever sobre ele é sempre um desafio.

Acordei ao meio dia com a cantilena da chuva.

Sim. Ainda chove nesse início da tarde. É uma chuva amiúde.

Não resisti. Fui ter com a chuva. Sempre tenho esse gesto atávico de olhar pra chuva, de correr pra dentro da chuva, de olhar de dentro dela, de chover com ela. Bené meu pai, dizia que nisso, eu parecia muito com sua mãe, minha avó Eriberta. Minha avó Berta, assim eu a chamava, gostava de ficar sob a chuva, de olhar pra ela caindo sobre o rio. Em sua casa, na beira do rio, ela sentava na cadeira balanço e fincava seus pés na terra molhada, olhando a chuva fazer seus caminhos para o rio.

Para nós, de vida ribeira, a chuva é o rio suspenso no ar.

A chuva é um talento da natureza.

Nesse quando de chuva, de um inverno ao pé serra, me vejo diante da janela, olhando pra chuva. Pareço escutar a voz de meu pai, a voz de minha avó Berta e a voz de Maria. Sim. Escuto a voz de Maria de todos os rios, ela falando de sua mãe e seu encantamento pela chuva.

... Nas horas que chovia, minha mãe saía pra fora de casa e tomava banho na chuva. Deixava que a água lavasse o seu rosto, virado pro céu, num gesto parado e de súplica.

... Nunca compreendi essa inquietação de minha mãe. Eu pensava que era uma doença. Nem tive capacidade de interpretar os seus gestos, como esse de se entregar todinha pras águas da chuva...

Penso que ao escrever sobre a mãe de Maria, Bené lembrava de sua mãe e de seu estado de maravilhamento ao ver a chuva cair. Minha avó fazia assim como dizia Maria de sua mãe:

... Com olhos fechados ou fitando entre os respingos, nunca imaginei que ela podia estar procurando, muito longe, o firmamento. Era paresque a procura de uma brecha, pra olhar mais longe. Uma janela pro rio, com leito largo e águas correntes...

Com essa escuta, me veio um sentimento antigo e só nesse agora, tomo consciência: o de que Miguel e Maria são meus irmãos. Meus irmãos metafísicos, é certo. Mas. São meus irmãos.

Miguel e eu nascemos no mesmo ano. No ano de 1958. Eu nasci à margem esquerda do rio Amazonas, num de seus braços líquidos, o igarapé chamado Surubiú, numa cidade ribeira chamada Aldeia de Alenquer. Miguel, nasceu no anverso de um papel, hoje, um manuscrito amarelado pela travessia do tempo, perdido nos escaninhos de memórias. O fato é que Miguel dos Santos Prazeres, o Minossauro, foi concebido no campo das ideias. Foi pensado, sonhado e gestado sobre as águas, quando Bené fazia suas viagens rios adentro, em cima de uma canoa gita como ele dizia, ou em cima de suas voadeiras, como eram chamados os barcos movidos a motor. A semente de Miguel foi plantada pela palavra, no

Conto O Precipício, escrito 1958 e publicado no mesmo ano, na revista Norte, editada por um outro bendito Benedito, nosso genial Benedito Nunes.

Miguel e eu nascemos sob o signo da liberdade. Nascemos antes do golpe que tomou de assalto a liberdade de Bené. Maria é fruto do exílio. É fruto deste sempre verbo conjugado por Benedicto Monteiro: o verbo resistir. Maria de todos os rios, foi concebida por Bené, em seu longo e doloroso tempo de exílio, cumprido em sua casa, sua ilha dentro da ilha, sua ilha avenida. Foi na solidão das matas, no cárcere e na sua própria ilha que Bené encontrou se encontrou com o espaço, com o tempo, com o homem amazônida. Foi na solidão, que Bené, meu pai, encontrou consigo mesmo e constatou que só poderia exercer sua mais íntima liberdade no ato de escrever. Posso ouvir sua voz dizendo:

Pois foi nas matas de Alenquer e nesse cárcere de quartel que me encontrei comigo mesmo. E também com o tempo, com o espaço e o homem amazônico. A partir daí, a minha vida íntima se confundia com esse tempo, com esse espaço e com a vida dessa gente que mais tarde se transformariam nas personagens de meus livros. Confirmei, naquele período, que escrever, para mim, era também o único exercício da minha mais íntima liberdade, e de tal forma, que quando me deparei com a liberdade propriamente dita, que tive que enfrentar a sociedade na condição de marginal, proscrito ou vivente do ostracismo, quase não percebi que não tinha voltado para a minha mesma cidade. Para a minha mesma casa. Mesmo no convívio com a minha família, ao lado de minha mulher e meus filhos, eu tinha bruscamente caído numa ilha, numa ilha do mundo, numa ilha social, numa ilha da avenida.

Nessa dobra tempo, em que mergulho nesse rio de palavras pra escrever sobre Bené, me vejo em busca de seu gesto inicial, de suas primeiras visões, de sua primeira pulsão pela escrita e na escrita. Mas a memória quando é escavada em suas fundas camadas, corre esse risco de reinvenção. Assim acontece com Bené na escritura de seu transtempo, quando ele tenta falar de sua identidade em suas memórias:

É muito difícil, ainda hoje, separar os meus sentimentos religiosos, políticos e sociais neste meu processo permanente de dúvida e conhecimento. É muito difícil classificar-me, co-dificar-me, identificar-me.

Sou escritora, dizem que também sei escrever poemas. Sobre escrever poemas, não tenho muita certeza disso. Mas, sobre meu amor e devoção pelas palavras e pela literatura, sobretudo como leitora voraz que fui. Disso eu não tenho dúvidas. Acho que herdei de meu pai esse amor e devoção pelas palavras. Estou escrevendo um livro de poemas sobre meu encontro com o mar. Nesse momento em que escrevo sobre Bené, tento me depreender das paisagens que componho em meu livro. Não consigo.

Ouço o barulho do mar. Posso ouvir e sentir o átimo do instante em que a crista da onda quebra e cai com toda força sobre a areia. O mar está em ressaca e sua ressonância pode ser sentida ao compasso de minha respiração. Moro ao pé de um afloramento rochoso. E nessa noite, essa coluna rochosa está à espreita de Urano em fúria. Já é noite. Esse dorso, feito de sal e espuma, inclina-se para ouvir o rumor do tempo.

O mar. Se signo fosse, seria um deus a repetir-se na estranha força de ondular infindo, em e por si, sob pétrea regência suspensa no abismo das equidistâncias. Fosse deus, seria o mar, esse corpo erguido ao vento, a forma viva de uma nave-mãe, nave líquida, mãe movente, face oculta do deserto.

Vou dormir com o mar.

Hoje acordei com essa lembrança. Que um dia, ao ser provocado por mim sobre o começo de sua paixão pela literatura, Bené disse-me que embora essa pulsão pela escrita literária tenha sido deflagrada quando ele ainda era um jovem adolescente de 16 anos, quando arrebatado pela leitura de Chove Nos Campos Da Cachoeira do escritor Dalcídio Jurandir, ela só se consolidou com a escrita de seu Verdevagomundo. Esse livro foi seu primeiro romance e mais tarde, faria parte de sua trilogia amazônica.

Essa conversa aconteceu em plena ditadura militar, portanto, embora o recrudescimento da ditadura militar e de suas forças opressoras tenham sido, de alguma forma, estancados por movimentos políticos de resistência que abri-

riam pra o caminho da redemocratização, meu pai ainda vivia em sua/nossa ilha e sempre afirmava que o ato da escrita, pra ele, era um ato de resistência.

Esse maravilhamento, experimentado por Bené ao ler o livro *Chove Nos Campos Da Cachoeira*, o despertou pra uma nova e inquietante visão sobre esse microcosmo chamado Amazônia e ainda, lhe acenou pra novas percepções sobre o viver dos ribeirinhos. Nesse momento, aos 18 anos de sua vida, nascia *Bandeira Branca*, seu primeiro livro de poesia e nele, o escritor que também nascia, dava os primeiros sinais de que sua escrita estava sendo fundada em uma consciência potencialmente política e de resistência.

Seu poema *Insatisfação* dá claros sinais dessa inquietação:

*Trago no corpo
o frio desfibrilador das endemias
a lama das terras alagadas
e o soturno roncar do Amazonas
quebrando e inundando
verdes matarias!*

*Trago nos olhos
o horizonte verde, sempre verde,
da terra imensa e misteriosa,
a realidade triste, sempre triste,
dos homens que vivem
nas lendas maravilhosas.*

*Desses homens que lutam
a guerra dos fortes;
brigando com a terra,
brigando com a água
e com a ferocidade
das foças desconhecidas.*

*Trago nos olhos
a monotonia das paisagens,
a poesia triste das paragens,*

*a triste poesia que brota da terra,
transformando em lenda a miséria da vida!*

*Trago na alma
os quadros trágicos e possantes
que guardam ainda a cor
e a impetuosidade
das criações remotas.*

*Trago na alma
a impressão marcada
da gente infeliz e desgraçada
que já enfrentou todas as derrotas!
Tudo isto eu trago
no meu coração
para escrever
a minha grande poesia
de insatisfação...*

Após a publicação de *Bandeira Branca*, Bené fez um longo interlúdio em sua caminhada literária. Continuou escrevendo, aqui e ali, poemas, contos, ensaios. Mas, não publicava. Foi viver uma vida de lutas onde conjugava, com vigor, o verbo resistir. Percorreu uma senda que lhe levou à carreira política, e essa se colocou à frente da carreira literária. Esse percurso político, de lutas por liberdade, igualdade e justiça social o levou pra um lugar potencialmente perigoso diante de um golpe militar que tomou de assalto sua liberdade por longos anos.

No depois da senda de palavras, até aqui lidas, e escritas por mim e por meu pai Bené, me veio à escuta não de sua voz, mas sim de seu silêncio.

Se ele estivesse entre nós, aqui e agora, ele me diria sobre o silêncio que sempre me acomete diante das mortes de cada dia. E eu lhe diria do vazio dessa estação chamada saudade.

A saudade de Bené será sempre um silêncio.

Cultivo em mim esse silêncio de revolver a memória deitada no leito mais fundo, sobre seixos de relvas afogada. Esse silêncio de escavar o fundo do tempo. O que me há sempre deságua nele: o rosto silente do pai a me olhar das

distâncias, de viver e correr entre uma margem de lembrança e outra margem de espera. Essa espera densa de sílaba a sílaba, concentrada em cristal arenoso. Mas, há uma terceira margem de incontornável geografia: o agora e essa saudade a consumir o pensamento em amplidão de ausências. A saudade essa clareira no peito ancho de ecos. A saudade esse lembrar à exaustão. A saudade. Esse algo a pesar sobre o dorso do tempo partido por uma estação sem nome. E há outra margem. A margem onde busco a palavra: uma palavra que seja rio para assim ser palavra, uma palavra de ter começo, mas, de não ter fim, pois que não ter fim é seu destino.

No dorso desse tempo de guelras abertas, há a voz do pai dizendo das palavras que sustentam o mundo, que suspendem o céu, que inventam a vida e agasalham, na memória, o mistério de todo sentir.

Meu silêncio foi quebrado pela chegada de meus netos, em minha cabana ao pé serra. Os netos são pra mim esse amor em desmesura, um laço inquebrantável. Neles eu posso exercer minha afetuosidade e meu bem-querer livremente. Eles quebram em mim qualquer silêncio.

Só hoje nessa noite fria com ventos soprando à sudoeste. Sob à constelação do Cruzeiro do Sul, em agosto de 2024, eu me dei conta que Miguel dos Santos Prazeres, assim como eu, completou 66 anos de existência. A diferença é que Miguel não envelheceu como eu envelheci. Sobre Miguel não incide nem o peso nem os atravessamentos do tempo. Nas palavras, Miguel vive e revive com o mesmo vigor.

Bené vive em Miguel. Ele tem, nas palavras, sua cotidiana ressurreição. Nas palavras, sua voz indomável pode ouvida cotidianamente.

Sobre o tempo, sua travessia, seus efeitos, posso dizer que sinto o seu peso sobre o corpo e sobre a maturidade nos ossos das palavras. No entanto, o tempo me trouxe o que considero uma virtude: já não tenho pressa. No começo desse meu anoitecer, cultivo a contemplação.

Antes de partir, meu pai Benedicto Wilfredo Monteiro anoiteceu. Estive ao seu lado nos últimos meses de sua noite. Ele, adoecido, sem chances de cura, muitas vezes, acordou, olhou sorrindo pra mim, dizendo: *Filha! Estou partindo.*

Vendo-me revisar seu último romance, dizia: *Filha, antes de partir, preciso lançar meu Homem Rio, preciso libertar Miguel.*

Hoje, digo pra mim que esse foi mais um de seus atos de resistência.

Ele partiu.

Posso ouvir sua voz:

Tantos anos andei pelo. Sempre transitoriamente. Aprendi que porto, mesmo, é só a maturidade. E chegada, mesmo, é o só último regresso.

Bené, em seus últimos dias, nesse quando e onde vivemos, raramente dizia a palavra morte. Falava sempre em partir. E nesse exato ato de escrevê-lo, lembro de seu sentimento sobre a morte, e sobretudo, lembro de quão era importante ele reafirmar a vida, conjugando o verbo resistir. Esse sentimento é traduzido na voz de seu alter ego Miguel:

Nego as mortes! Nego e renego as mortes, todas as mortes. As mortes de ficar calado, as mortes de ver a água correr, as mortes de ver o rio sempre passar, as mortes gerais dos homens que envelhecem. Eu nego e renego as mortes. Eu só afirmo a vida. Minhas afirmativas, só são de bem-querer, de bem-viver e de bem-lutar.

Sinto que sempre vou lembrar desse dia. O dia em que eu e meu irmão Ben levamos as cinzas de Bené pra se misturar às águas de seu rio Amazonas.

Sáímos de Santarém, numa lancha de um amigo da família, atravessamos as águas azuis do rio Tapajós e cruzamos o encontro das águas. Após cruzar o encontro, a lancha deu defeito. Ficamos à deriva, por várias horas. Eu disse pra meu irmão: Bené está querendo nos dar algum recado. Ele riu. Era um dia de sol inclemente. A situação era bem perigosa. Estávamos com pouca água doce a bordo e sob um céu nu de nuvens, portanto sem sombra alguma que pudesse nos proteger da luz espelhada no ouro das águas barrentas do gigante Amazonas. Pra todo lado que firmávamos a visão, só víamos água. Era um mundão de águas. Todos os horizontes pareciam dar em abismos. Nossos olhos não alcançavam terra firme e nenhuma ilha. Estávamos no topo do mundo. Só havia a água. Ao longe, podíamos ver as ilhas de ninfeias chamadas mururés flutuando sobre as águas. Havia o espaço contido no tempo e o tempo contido no espaço. Havia mil tons de verdes e de azui, mil tons de ouro e de prata. Nesse momento, eu e meu irmão nos abraçamos, e eu lhe disse: Mano! Estamos dentro do verdevagomundo de Bené.

O piloto, finalmente consertou a lancha. Mas, perdemos o furo do rio que nos levaria ao igarapé Surubiú. Esse era o recado de Bené. Ele queria ficar

no topo do mundo, no alto do rio, em sua correnteza mais revolta, em suas águas mais fundas.

Deixamos nosso pai misturado às águas de seu rio Amazonas.

Naquele exato instante, das cinzas se misturando ao rio, parecia ouvir a voz do meu pai:

Guardo-me em tuas águas. Peço-te! Guardes, na eternidade, os sonhos que sonhei e os sonhos que não me deixaram sonhar. Era uma oração. Sua última oração. Nossa oração, foi a voz do pai, na voz de Miguel: Tudo era espaço e tempo vago. Verde e vago. Verde vago mundo. Foi aí que me perdi na pura claridade. Era paresque claridade do verde, da água, da noite e do silêncio. Pensei que era a morte, que eu estava morto. Pensei que eu estava bem no fundo. Mas nesse mesmo instante, nesse justo e exato momento, foi que a água e o céu se abriram e surgiu uma praia branca. Muito branca. Todos os verdes e todas as cores se resumiram naquela praia. E não tinha princípio nem fim: era uma distância. Era paresque também uma margem. Mas, uma outra margem.

Wanda Monteiro

Nota: os excertos em itálico, foram extraídos (respectivamente) dos livros de Benedicto Monteiro : O Precipício, o Conto; Maria de Todos os Rios; Transtempo; Bandeira Branca: Verdevagomundo e Aquele Um;

02

Como uma muralha^[1]

Júlia Iara ^[2]



Eldorado do Carajás – manifestação pela passagem de 21 anos do Massacre de Eldorado/2017.
Foto: Nieves Rodrigues/MST

^[1] Texto produzido na Curva do S – Eldorado dos Carajás – PA, por ocasião da passagem de 21 anos do Massacre de Eldorado, em abril de 2017.

^[2] Militante do MST-MA

O coro da *mística* atravessou a pista e formou a primeira muralha do dia. Com voz altiva anunciaram:

Aqui persistimos,
como uma muralha
Famintos
Nus
Provocadores
Declamando poemas.^[3]

E estavam certos.

Na quinta noite do acampamento, nossos inimigos passaram em frente à Casa da Memória e atiraram pra cima. Algozes do latifúndio usando a linguagem armada que tão bem conhece a Curva do S, era o recado hostil dos assassinos da região. No sexto dia mandaram avisar à direção que pensassem bem no que diriam no ato do dia 17 de abril.

Eles ainda organizam medo contra nós. Eles ainda pensam que 21 anos depois da perseguição daquelas famílias, podem nos ameaçar numa esperança de mordança. Eles não sabem nada sobre o nosso medo. Nosso medo organiza. Nosso medo é chumbo contra eles.

Pois que nos sentamos, ao raiar alto da alvorada, e decidimos: vamos falar sim! Nos encarávamos tensos, nenhuma resposta estava pronta e pela tensão que andava sinistra pelas redondezas nos últimos dias, seria necessário pensar estratégias pra proteger nossos camaradas, dirigentes da Região Amazônica ameaçados de morte, durante a fala no ato, sabendo que a fala delimita a ordem do alvo da bala. Decidimos que a fala do movimento seria coletiva, como fizemos em Curionópolis nos jograis.

A ação nos espaços de conflito muda com qualquer sopro de perigo. Alteramos a ordem da *mística* e das falas de modo que houvesse sempre concentração de gente perto dos camaradas. Montamos espaço para falas de aliados e fizemos um coro de quinze declamadores jovens que acompanhassem os militantes da coordenação do ato. Era importante começar avisando.

^[3]O trecho declamado na intervenção teatral é da poesia “Não iremos embora”, de *Tawfic Zayyad*.

Sem Terra medo não tem
Pobre coragem possui
Quando a força mata cem
Vem mil e substitui.

Ao final do primeiro coro, passamos de 15 para 30. Maria disse: quanto mais gente melhor. E ali, antes da notícia chegar, nós já nos colocamos como uma muralha humana no palco, a segunda do dia. Sérios. Tensos. E nunca tão firmes.

Quando passamos para 50 pessoas lado a lado, um camarada acenou lá de baixo, a expressão compenetrada:

— Diz pra Maria ir mais pra trás, tem dois armados de olho nela...

Bastou isso. A conexão entre os dirigentes foi absoluta e imediata. Não tivemos medo de fazer a linha de frente. Nos olhávamos nos olhos e acenávamos nossos entendimentos. Se tínhamos medo? Tínhamos. Um medo da não ação. Cada vez que uma companheira ou companheiro se locomovia, nosso olhar procurava inimigos em volta e corria pra junto. Uma mulher, também militante, também dirigente, coordenava as falas sem vacilar nenhuma vez. Admiramos a coragem dela. O ar pesado, “aquele ali de verde, tá armado”, um camarada cochichou, atento. Passamos o recado pro companheiro de fileira, que passou pra próxima, que passou pra trás e adiante. Vigiamos lá de cima. E qualquer um entre os tantos observadores poderia ser suspeito pra nós. Insegurança. Incerteza.

Cercamos a liderança sob ameaça e nos colocamos imediatamente ao lado dos demais camaradas. A equipe de segurança rastreou seis armados, entre policiais e pistoleiros vestidos como nós, usando nossos símbolos. Denúncia óbvia e antiga do casamento entre o Estado e as elites, no fundo, todos capachos dos interesses do capital e da sua sempre propriedade privada.

— Isso é afronta ao nosso espaço, não podemos nos esconder - Maria disse. - pega o microfone e denuncia a presença deles. Faz a fala.

Pensando juntos, achamos melhor não furar a atuação da segurança, colada lado a lado nos pistoleiros. E esperar até que eles controlassem a situação pra falarmos.

Em algum lugar na multidão, o militante, com todo aquele tamanho de gigante, olhou o policial disfarçado, de cima abaixo, com olhos duros e interpelou: Tá de serviço hoje?

A equipe de comunicação, fez questão de apontar a câmera para a cara de todos os inimigos confirmados e também dos suspeitos, com a mesma audácia e ameaça com que eles nos filmaram durante toda a semana, nos caçando como animais.

O cara amarelou. Eles amarelaram. Olharam pra cima do palco, muita gente. Os Sem Terra estavam sabendo da presença deles e estavam preparados. Gente do Maranhão, gente do Tocantins... Um monte de jovem. Desconversou qualquer coisa, voz baixa.

Foram embora os seis. De certo, com ódio.

Nós permanecemos, cinquenta como um corpo único, fortaleza, até o fim do ato. Os cinco dirigentes com a tarefa das falas estratégicas fizeram as denúncias combinadas, com fúria renovada e a coragem de sempre. Improvisamos mais coros provocadores. E no fim, uma saraivada de gritos de guerra. Nós ali, de peito aberto para o perigo, protegendo-nos uns aos outros, resistimos e vencemos o medo.

Quem não vive na Amazônia não sabe como o perigo nasce e descamba com o sol e vem ainda com a noite, cotidianamente.

Dançamos depois de vencer a ameaça da morte. Quando a música começou, nós nos procuramos e nos olhamos nos olhos, permitindo sorrisos e abraços. Dança. Amor. Um trago de fumo com um, com outro. Todo mundo se encontrando num “resistimos” de muitas palavras, as equipes contando como nos organizamos nas muitas frentes. Nos vendo de maneira diferente, profunda. Choramos. Bebemos. E nos recriamos.

Ninguém quis ir embora. Nosso desejo de permanecer juntos fim de tarde e noite a dentro, fez a despedida das delegações amarga. Não faltaram, no entanto, nem os beijos, nem a poesia.

Se temos medo? Temos. Mas nosso medo nos organiza. Nosso medo é chumbo contra nossos inimigos.

Nenhum passo atrás, libertação ou morte!

◉ Sobre os autores ◉

Rogério Almeida, nasceu sob o signo de Virgo em São Luís/MA. Desde o fim da década de 1990 mora no estado do Pará, residindo em várias cidades, entre elas: Marabá, Belém, Ananindeua e Santarém. Na condição de prestador de serviços como educador ou como colaborador de ONGs, percorreu as regiões do Marajó, do Xingu, do Baixo Tocantins, o nordeste do estado, e a delicada região do Bico do Papagaio. Além do Pará e estados fronteiriços, conviveu com a garoa de São Paulo por um ano. A lavra que ora se apresenta resulta destas andanças e outras vivências.

É graduado em comunicação social (UFMA), possui mestrado em planejamento do desenvolvimento (NAEA/UFPA), com dissertação laureado com o Prêmio NAEA/2008, e doutorado em Geografia Humana/USP. É professor do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). É pós doutorando na UFSC, no curso de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na linha de pesquisa Desenvolvimento, Conflitos e Políticas Públicas, sob a orientação do professor Marcos Montysuma.

Nos derradeiros dias tem empenhado esforços em produção de ensaios. Em 2022 foi laureado com menção honrosa em concurso nacional da Revista Serrote, do Instituto Moreira Salles (IMS). O mesmo trabalho foi finalista em concurso internacional promovido pela Fundação Res Publica, Lisboa. Os ensaios aqui apresentados e outros inéditos possuem como centro de gravidade a Amazônia. Por conta de artigo científico publicado na revista Estudos Sociedade e Agricultura, edição 34, da UFRRJ, é processado pela família Riva, oriunda do MT, que pretende construir um complexo portuário em Santarém/PA. Gosta de samba, maracatu, bumba meu boi e outros batuques.

Lilian Campelo, formou-se em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela Universidade da Amazônia (Unama). Possui experiência em Assessoria de Comunicação em movimentos sociais e organizações não governamentais. Trabalhou como repórter correspondente para o site Brasil de Fato, produzindo reportagens sobre direitos humanos, conflitos socioambientais na Amazônia, comunidades tradicionais, meio ambiente e questão agrária. Pelo trabalho desenvolvido, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (CDHCD-ALEPA)

a condecorou com a medalha de Direitos Humanos ‘Paulo Frota’. Atualmente é Assessora de Comunicação parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa). Possui especialização em Comunicação Científica na Amazônia pelo Programa de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM XXVIII) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAE-A-UFPA). É mestre no curso de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). A dissertação “À sombra de um lobo no caminho do gatilheiro”: construções narrativas do jornal O Liberal sobre Quintino, um herói às avessas, no conflito por terras na Amazônia paraense foi aprovado com louvor e recomendada para publicação.



Anexo

Pessoas ameaçadas de morte no PAE Lago Grande, Santarém/PA

Empresas mineradoras, grileiros, exploradores ilegais de madeira, facções criminosas, políticos e mesmo gente da própria comunidade constam como os ameaçadores.

PESSOAS AMEAÇAS DE MORTE NO PAE (PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA) LAGO GRANDE, SANTARÉM/PA.		
	Nome	Comunidade
01	Osvaldo Lima da Silveira	Retiro
02	Diego do Rosário e Silva	Retiro
03	Ronald Soares da Silva	Retiro
04	Alexandre Daniel do Rosário	Bom Jardim
05	Valdinho Nogueira	Bom Jardim
06	Janete Maria Branco	Terra Preta dos Viana
07	Darlon Neres	Cabeceira do Marco
08	Rosenilce dos Santos Vitor	Maranhão
09	Edilson Silveira Figueira	Maranhão
10	Raimunda L. da Costa Nunes	Igarapé Açu
11	Ricardo dos Santos Aires	Membeca
12	Ivete Bastos dos Santos	Dourado
13	Antônio Oliveira de Andrade	Aninduba/Bom Futuro
14	Siandre da Silva Batista	Vila Curuai
15	Darleilson de Sousa Mota	São José II
16	Osmarc dos Santos Sousa	Vila Gorete
17	Luziete da Silva Correa	Coroca
18	Sandrielem Correa Vieira	Coroca
19	Gildson Santos Braga	Coroca
20	Eliana da Silva Batista	Nazário

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Santarém/PA, outubro de 2025



“ No caminho me aquilombei no chão escutei
quem ia e quem vinha quem é do samba deseja
enfrenta a peleja com tropa de linha.”

Siba e Fuloresta- PE

Siba-PE

846

Do Xingu ao Marajó, os escritos de Rogerio Almeida alumiam uma parcela das dinâmicas econômicas e políticas de parte dos estados do Pará e Maranhão, entrecortadas pelas formas de acumulação primitiva do capital, assim como momentos e ações de r-existências dos sujeitos por ela expropriados. Leitura mais que recomendada sobre a Amazônia em tempos de encruzilhadas: ambiental, civilizatória, democrática e política.

Marcos Montysuma

*Professor do Programas de Pós
Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas-UFSC*



SECRETARIA MUNICIPAL
DE CULTURA



PREFEITURA
SANTARÉM
Trabalho e transformação

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ISBN 978-65-01-76493-1



9 786501 764931